

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

EDMAR APARECIDO DE BARRA E LOPES

**AS NOVAS FACES DA INFORMALIDADE NA REGIÃO
CENTRAL DE GOIÂNIA-GO:**

Os trabalhadores ambulantes em um contexto de
transformação do mercado de trabalho

Orientador: Prof^a. Dr^a. Ângela Maria Carneiro Araújo

CAMPINAS - SÃO PAULO

Maio – 2008

EDMAR APARECIDO DE BARRA E LOPES

**AS NOVAS FACES DA INFORMALIDADE NA REGIÃO
CENTRAL DE GOIÂNIA-GO:**

Os trabalhadores ambulantes em um contexto de transformação do
mercado de trabalho

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de
Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, sob a orientação da Professora Doutora
Ângela Maria Carneiro Araújo.

Este exemplar corresponde à redação
final da Tese defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 09 de
maio de 2008.

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Ângela Maria Carneiro Araújo Ângela Maria Carneiro Araújo - **Presidente**

Prof. Dr. Márcio Pochmann Márcio Pochmann

Profa. Dra. Márcia de Paula Leite Márcia de Paula Leite

Profa. Dra. Magda Maria Bello de Almeida Neves Magda Maria Bello de Almeida Neves

Profa. Dra. Maria da Graça Druck de Faria Maria da Graça Druck de Faria

MAIO - 2008

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

L881n **Lopes, Edmar Aparecido de Barra e**
As novas faces da informalidade na Região Central de Goiânia-Go: os trabalhadores ambulantes em um contexto de transformação do mercado de trabalho / Edmar Aparecido de Barra e Lopes. - - Campinas, SP : [s. n.], 2008.

Orientadores: Ângela Maria Carneiro Araújo.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas , Universidade Paris 8.

1. Trabalho – Goiânia (GO). 2. Mercado de trabalho – Goiânia (GO). 3. Setor informal – Goiânia (GO). 4. Vendedores ambulantes. I. Araújo, Ângela Maria Carneiro. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

cn/ifch

Título em inglês: The new faces of informality in the Central Region of Goiânia-Go: the ambulant workers in a context of transformation of the work trade

Palavras chaves em inglês (keywords) :

Labor – Goiânia(GO)
Labor force – Goiânia (GO)
Informal sector – Goiânia (GO)
Peddlers and peddling

Área de Concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora: Ângela Maria Carneiro Araújo, Márcio Pochmann, Márcia de Paula Leite, Magda Maria Bello de Almeida Neves, Maria da Graça Druck de Faria

Data da defesa: 09-05-2008

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

*A minha companheira,
Valdeniza M. Lopes da Barra, que
sempre acreditou em mim e me
encorajou nas horas mais difíceis.*

*À meu pai,
Iraci Lopes da Fonseca
e à minha mãe,
Maria Cândida da Fonseca:
exemplos de vida.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meu agradecimento à Profa Dra. Ângela Maria Carneiro Araújo, por sua competência intelectual, por sua honestidade e generosidade. Me sinto privilegiado de ter contado com uma orientadora tão solícita e qualificada e cujo contato pessoal sempre foi muito estimulante intelectualmente.

À professora Márcia de Paula Leite, ao Prof. Dr. Jacob Lima e a todos os colegas do Grupo de Pesquisa Novas Configurações do Trabalho (Unicamp), cujos encontros muito contribuíram para minha pesquisa e formação intelectual.

Aos componentes da banca examinadora, meus agradecimentos antecipados.

À Profa. Dra. Estefânia K. C. Fraga, pela confiança que sempre depositou em mim, mesmo nas horas mais difíceis de minha vida.

Agradeço também a alguns amigos muito importantes na minha história de vida: Isaías Pascoal, Nildo Vianna, Gláucia Péclat, Nathália Kofes de Almeida.

Ao CNPq pelo apoio financeiro à pesquisa, à Maria Rita da Secretaria de Pós-Graduação do IFCH que sempre me auxiliou em questões burocráticas da vida acadêmica muito pacientemente.

Aos meus pais, Iraci Lopes da Fonseca e Maria Cândida da Fonseca e aos meus irmãos: Rogério Lopes da Fonseca e Ademir Carlos da Fonseca.

À Valdeniza Maria Lopes da Barra, minha esposa, sem a qual a realização dessa pesquisa não seria possível e não teria o mesmo sentido. Sua contribuição foi determinante para este trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	vi
LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS	x
LISTA DE CARTOGRAMAS	xi
LISTA DE MAPAS	xii
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xiv
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: O SETOR INFORMAL – UMA RESENHA DA LITERATURA	6
1.1 Setor informal: um debate conceitual	6
Introdução	6
O enfoque da PREALC/OIT: excedente estrutural de mão-de-obra	7
O enfoque da NEO-PREALC: subordinação da produção informal à produção capitalista	10
O enfoque marxista: crítica à noção dualista da marginalidade urbana	12
O enfoque neoliberal ou institucional-legal: atividades econômicas extralegais	14
O enfoque neomarxista ou estruturalista: mercado de trabalho não-regulado ou economia subterrânea	18
O enfoque da nova informalidade: uma nova e mais complexa heterogeneidade ocupacional	24
1.2 Problematizações conceituais em torno de definições do setor informal	28
Confusões relacionadas à origem da formulação do conceito de setor informal	28
O informal como subdesenvolvimento	30
O informal: de subdesenvolvimento a extralegalidade	31
O informal como forma atrasada de produzir ou uso ilegal da força de trabalho?	32
1.3 Paradoxos da informalidade	33
1.4 Formas usuais de medição do setor informal	37
Dificuldades teórico-metodológicas de medição do setor informal	37
Principais procedimentos de medição do setor/economia informal	41
O paradoxo das medições no setor informal	44
1.5 O recorte teórico-metodológico: justificativa	45
Particularidades sobre o universo de pesquisa	45
A pesquisa (ou produção do <i>survey</i>)	49
Das razões e caminhos metodológicos do uso da análise longitudinal	51
Das razões e caminhos metodológicos do uso de depoimentos biográficos	56
CAPÍTULO II: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO MERCADO DE TRABALHO	58
2.1 Mudanças no mercado de trabalho no Brasil dos anos 90	58
Globalização neoliberal e reestruturação produtiva: tendências recentes do emprego no âmbito nacional	58

Reestruturação produtiva, mobilidade predatória e modernização conservadora: tendências recentes do emprego no âmbito regional	62
2.2 A dinâmica do mercado de trabalho regional dos anos 1990	64
Panorama geral da ocupação em Goiás – Censo 2000	64
Emprego formal no Brasil e na região Centro-Oeste	66
Ocupação e desemprego em Goiás – PNAD (1992-2001)	72
2.3 Desemprego e informalidade urbana no Brasil e em Goiânia	77
Desemprego e informalidade no Brasil	77
Informalidade urbana em Goiânia	80
Desigualdades de gênero no mercado de trabalho nacional e de Goiânia	83
2.4 Diagnóstico sócio-urbano do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Goiânia	89
Ocupação, renda e diferenciação sócio-espacial e demográfica na Região Metropolitana de Goiânia	89
 CAPÍTULO III: QUEM SÃO OS TRABALHADORES AMBULANTES DO SETOR INFORMAL DA REGIÃO CENTRAL DE GOIÂNIA-GO?	98
3.1 Perfil socioeconômico dos trabalhadores do setor informal da região central de Goiânia	98
Introdução	98
Perfil geral	101
Atividades dos trabalhadores ambulantes do Centro de Goiânia	121
Perfil socioeconômico	134
Percepções	144
Percepções dos ambulantes sobre o cotidiano de trabalho	148
Cotidiano de trabalho – condições de desenvolvimento da atividade	167
Os saberes específicos dos feirantes	176
As condições de trabalho	180
Conclusão	184
 CAPÍTULO IV: A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES AMBULANTES NA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE: RUPTURAS E PERMANÊNCIAS	188
4.1 Introdução	188
4.2 Os trabalhadores ambulantes da região central de Goiânia em um contexto de marginalização e exclusão social: 1970/1980	189
4.3 A organização dos trabalhadores ambulantes em um contexto de crescimento da informalidade: 1980/1990	193
A nova dinâmica de inserção econômica da informalidade da região central da cidade	194
Novos produtos comercializados na informalidade da região central da cidade	196
Os trabalhadores ambulantes por escrito na grande imprensa local: 1980	198
4.4 A reorganização dos trabalhadores ambulantes na região central de Goiânia em um contexto de regularização da informalidade pelo Estado: 1990/2007	206
Regularização da informalidade articulada à diferenciação espacial das atividades dos ambulantes na região central da cidade	206
Diferenciação do perfil dos frequentadores das feiras e ruas do centro	227

Os ambulantes na imprensa a partir de final dos 80 e início dos 90: das páginas do caderno de polícia às do caderno cidade	229
CAPÍTULO V: DAS TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS RECORRENTES ÀS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES AMBULANTES EM UM COTIDIANO DE TRABALHO CARACTERIZADO POR UMA NOVA E MAIS COMPLEXA INFORMALIDADE	236
Introdução	236
5.1 Panorama do mercado de trabalho na última década	237
5.2 Trajetórias gerais e características ocupacionais de trabalhadores ambulantes, no contexto de um mercado de trabalho em transformação	239
5.3 Trajetórias ocupacionais recorrentes dos atuais trabalhadores ambulantes da região central de Goiânia no mercado de trabalho entre 1990 e 2007	245
5.4 Experiências ocupacionais de trabalhadores ambulantes em um cotidiano de trabalho caracterizado por uma nova e mais complexa informalidade	250
Experiências ocupacionais típicas da informalidade tradicional	250
Experiências ocupacionais típicas de um contexto de reestruturação produtiva e precarização do mercado de trabalho formal: nova informalidade	256
CONSIDERAÇÕES FINAIS	260
REFERÊNCIAS	271
ANEXOS	288
Anexo 1: Tabelas	289
Anexo 2: Questionário aplicado	294

LISTA DE SIGLAS

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
DIEESE	Departamento Inter-Sindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos
ECINF	Estudo da Economia Informal Urbana
FUNDEC	Fundação Dracênense de Educação e Cultura
GO	Goiás
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPLAN	Instituto de Planejamento Urbano de Goiânia
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PEA	População Economicamente Ativa
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PIS/PASEP	Programa de Integração Social / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PREALC	Programa Regional del Empleo para América Latina y Caribe
RAIS	Relação Anual das Informações Sociais
RDIG	Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia
RM	Região Metropolitana
RMG	Região Metropolitana de Goiânia
SEDEM	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Goiânia
SEMTUR	Secretaria Municipal de Turismo
SUS	Sistema Único de Saúde
UFG	Universidade Federal de Goiás
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1	Participação relativa das áreas constitutivas da amostra	50
Tabela 1.2	Participação relativa do número de questionários por área do espaço amostral	51
Tabela 2.1	Distribuição dos ocupados por posição na ocupação – total regiões metropolitanas – junho/1999	80
Tabela 3.1	Como você se auto-define?	101
Tabela 3.2	Faixa de idade	102
Tabela 3.3	Qual sua escolaridade?	103
Tabela 3.4	Faixa de idade segundo o sexo do entrevistado	104
Tabela 3.5	Faixa de idade segundo a escolaridade e o sexo do entrevistado	104
Tabela 3.6	Esse município fica em que Estado?	108
Tabela 3.7	Número de entrevistados segundo o município de nascimento – Estado de Goiás	289
Tabela 3.8	Região do município de nascimento	291
Tabela 3.9	Qual sua cor ou raça?	111
Tabela 3.10	Cor ou raça dos entrevistados segundo a faixa de idade por sexo	112
Tabela 3.11	Estado civil dos entrevistados	114
Tabela 3.12	Você tem filhos?	114
Tabela 3.13	Quantos filhos?	114
Tabela 3.14	Estado civil dos entrevistados segundo seu número de filhos por sexo	116
Tabela 3.15	Você reside em qual município?	117
Tabela 3.16	Há quanto tempo mora no município?	119
Tabela 3.17	Número de pessoas por bairro dos entrevistados residentes no município de Aparecida de Goiânia	291
Tabela 3.18	Tipo de religião e prática religiosa dos entrevistados	121
Tabela 3.19	Gênero do entrevistado	122
Tabela 3.20	Você é proprietário da banca?	122
Tabela 3.21	Condição de propriedade do negócio segundo a renda mensal na atividade dos entrevistados	123
Tabela 3.22	Você tem outro ponto e/ou banca na cidade?	123
Tabela 3.23	Quantidade de pontos e/ou bancas dos entrevistados proprietários do negócio segundo o número de colaboradores e/ou funcionários	124
Tabela 3.24	Quantos pontos e/ou bancas você tem?	124
Tabela 3.25	Condição de propriedade da banca segundo o sexo	125
Tabela 3.26	Número de pontos e/ou bancas segundo a renda mensal da atividade dos entrevistados	125
Tabela 3.27	Condição de propriedade da banca segundo a faixa de idade	126
Tabela 3.28	Condição de propriedade da banca segundo o nível de instrução	127
Tabela 3.29	É você quem fabrica suas próprias mercadorias?	127
Tabela 3.30	Principal fornecedor das mercadorias revendidas segundo a forma de pagamento	128
Tabela 3.31	Como são definidos os preços das mercadorias?	128

Tabela 3.32	Principal produto comercializado segundo o sexo dos entrevistados	129
Tabela 3.33	Condição do entrevistado segundo a colaboração de outras pessoas	133
Tabela 3.34	Relação com os colaboradores dos entrevistados	133
Tabela 3.35	Tipo de registro da atividade dos entrevistados	134
Tabela 3.36	Faixa de idade segundo a escolaridade e o sexo dos entrevistados	135
Tabela 3.37	Renda mensal na atividade segundo o sexo dos entrevistados	136
Tabela 3.38	Renda mensal da atividade segundo o tempo em que os entrevistados estão exercendo-a	137
Tabela 3.39	Renda mensal da atividade segundo sexo, cor/raça, estado civil, faixa de idade e escolaridade	292
Tabela 3.40	Renda mensal da atividade segundo sexo, cor/raça, estado civil, faixa de idade e escolaridade (em %)	137
Tabela 3.41	Você concluiu algum tipo de curso profissionalizante?	141
Tabela 3.42	Qual curso profissionalizante você concluiu?	293
Tabela 3.43	Tempo em que o entrevistado está na atividade segundo o sexo, a escolaridade e a faixa de renda mensal (em %)	143
Tabela 3.44	Quem mais contribui para o sustento das famílias dos entrevistados segundo a faixa de idade e a participação familiar (em %)	146
Tabela 3.45	Quem mais contribui para o sustento das famílias dos entrevistados segundo a renda mensal (em %)	147
Tabela 3.46	Quem mais contribui para o sustento das famílias dos entrevistados segundo o estado civil (em %)	148
Tabela 3.47	Pretensão em continuar na atividade atual segundo algumas variáveis selecionadas	150
Tabela 3.48	Qual o principal motivo que faz com que você continue nessa atividade? .	151
Tabela 3.49	Por que você não pretende continuar na atividade atual?	152
Tabela 3.50	Condição de independência dos entrevistados segundo algumas variáveis selecionadas	152
Tabela 3.51	A condição de mudança para um emprego com carteira de trabalho assinada segundo algumas variáveis selecionadas	155
Tabela 3.52	Ramo da atividade de trabalho anterior dos entrevistados	157
Tabela 3.53	Que vantagens você tinha no trabalho anterior?	158
Tabela 3.54	Comparação do trabalho atual com o anterior	159
Tabela 3.55	Comparação do trabalho atual com o anterior segundo o motivo e o gênero do entrevistado	160
Tabela 3.56	Comparação do trabalho atual com o anterior segundo a faixa de idade e o motivo dos entrevistados	161
Tabela 3.57	Comparação do trabalho atual com o anterior segundo os motivos e o tempo em que estão na atividade atual	163
Tabela 3.58	Relação da avaliação dos entrevistados relativa aos agentes sociais (citados) do cotidiano de seu trabalho	165
Tabela 3.59	Quem mais ajudou o entrevistado no começo de sua atividade	167
Tabela 3.60	Quem definiu o espaço em que você realiza sua atividade?	168
Tabela 3.61	Situação dos entrevistados quanto ao pagamento de taxas ou impostos e de INSS	170
Tabela 3.62	Quantidade de dias trabalhados por semana segundo o número de horas	

	diárias	171
Tabela 3.63	Além dessa atividade atual você tem algum outro trabalho	171
Tabela 3.64	Número de horas diárias trabalhadas no local da entrevista, segundo a existência ou não de outro trabalho.....	172
Tabela 3.65	Horas diárias trabalhadas na outra atividade, além daquela exercida no local da entrevista	172
Tabela 3.66	Existência de outra atividade além da atual segundo a condição ou não de propriedade do negócio/unidade econômica	173
Tabela 3.67	Existência de outra atividade além da atual segundo sexo, faixa de idade, escolaridade e renda mensal da atividade	173
Tabela 3.68	Renda mensal da atividade atual dos camelôs ou ambulantes segundo a renda mensal de outro trabalho	176
Tabela 3.69	O que você faz para atrair clientes?	177
Tabela 3.70	O que você faz com suas mercadorias para conseguir atrair mais clientes .	179
Tabela 3.71	Você é filiado ou sócio de algum Sindicato ou Associação?	179
Tabela 3.72	Sindicato ou Associação de filiação dos entrevistados segundo a avaliação de sua atuação	180
Tabela 3.73	Quando tem que enfrentar dificuldades relacionadas a problemas pessoais quem mais ajuda?	181
Tabela 3.74	Você tem algum plano de saúde?	181
Tabela 3.75	Você é usuário do Sistema Único de Saúde (SUS)?	182
Tabela 3.76	Qual ou quais os principais problemas enfrentados no dia-a-dia dessa atividade?	183
Tabela 3.77	Você já foi vítima de algum tipo de violência em seu local de trabalho? ...	184
Tabela 5.1	Tempo em que deixou o trabalho anterior segundo a condição de trabalho	242
Tabela 5.2	Qual o principal motivo que fez você deixar o trabalho? Há quanto tempo o deixou?	243
Tabela 5.3	Qual o principal motivo que fez você deixar o trabalho? Quando você saiu, você recebeu o FGTS?	243
Tabela 5.4	Trajetórias ocupacionais nos setor formal e informal da economia segundo o sexo – 1990 e 2007	246
Tabela 5.5	Trajetórias ocupacionais nos setor formal e informal da economia segundo o sexo – 1990 e 2007	246

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 4.1	Interior da Feira Hippie (foto 1)	213
Figura 4.2	Interior da Feira Hippie (foto 2)	214
Figura 4.3	Interior da Feira Hippie (foto 3)	214
Figura 4.4	Avenidas Goiás (na horizontal) e Paranaíba (na vertical)	217
Figura 4.5	Vista aérea lateral do Mercado Aberto	218
Figura 4.6	Barracas do Mercado Aberto	218
Figura 4.7	Interior do Mercado Aberto	219
Figura 4.8	Interior da Feira da Lua (foto 1)	221
Figura 4.9	Interior da Feira da Lua (foto 2)	222
Figura 4.10	Feira do Sol	224
Figura 4.11	Interior da Feira do Sol	224
Figura 4.12	Ambulantes clandestinos – ruas do centro tradicional (foto 1)	226
Figura 4.13	Ambulantes clandestinos – ruas do centro tradicional (foto 2)	226
Gráfico 5.1	Trajetórias ocupacionais no setor formal segundo o sexo (em %)	239
Gráfico 5.2	Trajetórias ocupacionais no setor informal segundo o sexo (em %)	239

LISTA DE CARTOGRAMAS

Cartograma 2.1	Região Metropolitana de Goiânia	91
Cartograma 3.1	Estado de Goiás – Mesorregiões, microrregiões e principais cidades – 2000	110
Cartograma 3.2	Região Metropolitana de Goiânia – Expansão Urbana (2000)	118
Cartograma 3.3	Bairro de residência dos entrevistados – Goiânia	120

LISTA DE MAPAS

Mapa 1.1	Região central expandida de Goiânia	48
Mapa 4.1	Distribuição espacial dos ambulantes resultante da intervenção do Estado	208
Mapa 4.2	Localização da Feira Hippie (mapa 1)	212
Mapa 4.3	Localização da Feira Hippie (mapa 2)	213
Mapa 4.4	Localização do Mercado Aberto e sua extensão	217
Mapa 4.5	Localização da Feira da Lua (mapa 1)	220
Mapa 4.6	Localização da Feira da Lua (mapa 2)	221
Mapa 4.7	Localização da Feira do Sol (mapa 1)	223
Mapa 4.8	Localização da Feira do Sol (mapa 2)	223
Mapa 4.9	Localização - principais ruas centrais (mapa 1)	225
Mapa 4.10	Localização - principais ruas centrais (mapa 2)	225

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**AS NOVAS FACES DA INFORMALIDADE NA REGIÃO
CENTRAL DE GOIÂNIA-GO:**

**Os trabalhadores ambulantes em um contexto de transformação do
mercado de trabalho**

RESUMO

TESE DE DOUTORADO

Edmar Aparecido de Barra e Lopes

As transformações no mundo do trabalho nos anos 70 e, sobretudo, a partir dos 80 e 90, resultaram em uma crise do fordismo e na consolidação de novas tendências no mundo do trabalho, caracterizadas por processos de redução do número de operários (trabalhadores industriais tradicionais), aumento da terceirização, heterogeneização crescente com a ampliação de mulheres operárias e intensificação da proletarização, caracterizada pelas novas modalidades contratuais que implicam em empregos precários e em tempo parcial. De modo geral, a literatura especializada tem apontado para o fato de que um dos principais impactos da reestruturação produtiva na dinâmica do mercado de trabalho e no cotidiano de vida dos trabalhadores é a crise do “trabalho protegido” e suas interfaces com o crescimento das atividades “informais”. Nesse sentido, a grande questão que conduziu esta pesquisa se expressa nas seguintes inquietações: estão ocorrendo mudanças na informalidade da região central de Goiânia em função desse quadro de transformações? Em caso positivo, o que há de novo nessa nova informalidade? O que muda no perfil dos ambulantes? Quais novos processos caracterizariam sua inserção na economia? Como as mudanças produtivas, associadas às novas tecnologias, as têm afetado? A crise do emprego, a reestruturação produtiva e a precarização do mercado de trabalho formal contribuem para a constituição de uma nova heterogeneidade? Ainda, o que há de novo na relação desse setor informal da região central de Goiânia-GO com o poder público a partir dos anos 80 e 90?

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**AS NOVAS FACES DA INFORMALIDADE NA REGIÃO
CENTRAL DE GOIÂNIA-GO:**

**Os trabalhadores ambulantes em um contexto de transformação do
mercado de trabalho**

ABSTRACT

TESE DE DOUTORADO

Edmar Aparecido de Barra e Lopes

The transformations in the world of the work in the 70s and, over all, from the 80s and 90s, had resulted in a crisis of the "Fordism" and in the consolidation of new trends in the world of the work, characterized by processes of reduction of the number of laborers (traditional industrial workers), increase of the outsourcing process, increasing heterogeneity with the magnifying of women in labor and intensifying of the proletariat process, characterized by the new contractual modalities that imply in precarious jobs and partial time. In a general way, the specialized literature has pointed to the fact that one of the main impacts of the productive reorganization in the dynamics of the work trade and in the daily life of the workers is the crisis of the "protecting work" and its interfaces with the growth of "the informal" activities. In this direction, the great question that leads this research expresses itself in the following fidgets: are changes in the informality of the central region of Goiânia occurring in function of this kind of transformations? In positive case, what is new in this new informality? What does it change in the profile of the ambulant ones? What would new processes characterize their insertion in the economy? How have the productive changes, associated to the new technologies, affected them? Do the crisis of the job, the productive reorganization and the precarious conditions of the formal work trade contribute for the constitution of a new heterogeneity? And, what is new in the relation of this informal sector of the central region of Goiânia-GO with the public power from the 80s and 90s?

INTRODUÇÃO

Nos anos 70 mas, sobretudo, a partir dos 80 e 90, com a incorporação maciça de tecnologias aos processos produtivos, operou-se uma mudança na correlação de forças entre as classes sociais (Ferrer, 1998). Estas transformações no mundo do trabalho, analisadas por Antunes (1997) tal como o é por Nunes e Sorria (1996), como crise do fordismo, resultam na consolidação de novas tendências no mundo do trabalho, assinaladas por processos de redução do número de operários (trabalhadores industriais tradicionais), aumento da terceirização, heterogeneização crescente com a ampliação do número de mulheres operárias e subproletarização, caracterizada pelas novas modalidades contratuais que implicam em empregos em tempo parcial e precários.

De modo geral, a literatura especializada tem apontado para o fato de que as transformações na esfera produtiva têm afetado a composição da força-de-trabalho, a organização dos requisitos de trabalho e especialização, o volume de emprego, bem como as políticas de gerenciamento para remuneração, rotatividade e relações industriais (Dupas, 2000; Abramo, 1988; Gitahy, 1994; Leite, 1994 a e b; Bresciani, 1997; Lombardi, 1997; Carrion, 1997; Carrion e Garay, 1997; Castro, 1998).

Um dos principais impactos da reestruturação produtiva na dinâmica do mercado de trabalho e no cotidiano de vida dos trabalhadores é a crise do “trabalho protegido” (Guimarães, 2004) e suas interfaces com o crescimento das atividades “informais”¹.

¹ Segundo Maia (2007: 20) “O desemprego concentra-se em termos absolutos e relativos nos pólos mais dinâmicos do país (Tabela 1). Nas 10 principais regiões metropolitanas brasileiras⁴ estão 4,8 dos 11,4 milhões de desempregados do país em 2006 (42%) e a taxa de desemprego é 5 pontos percentuais superior às das demais localidades do país (15% contra 10%). Concentração extrema ocorre no estado de São Paulo onde, com 2,9 milhões de desempregados em 2006, estavam 28% dos desempregados do país. Além de ser o estado mais dinâmico e populoso (41,2 milhões de habitantes em 2006 ou 22% da população brasileira), São Paulo apresenta também a maior taxa de desemprego em relação às grandes regiões (13% em 2006). Em São Paulo, o desemprego é elevado tanto na sua principal região metropolitana (15% em 2006) quanto nas demais localidades (11% em 2006). Entretanto, a situação mais grave ocorre nas regiões metropolitanas nordestinas, onde a taxa de desemprego corresponde a praticamente um quinto da população economicamente ativa e reflete o alto índice de pobreza e exclusão de sua população”.

Nesse sentido, a grande questão que conduziu esta pesquisa se expressa nas seguintes inquietações: estão ocorrendo mudanças na informalidade da região central de Goiânia em função desse quadro de transformações? Em caso positivo, o que há de novo nessa nova informalidade? O que muda no perfil dos ambulantes? Quais novos processos caracterizariam sua inserção na economia? Como as mudanças produtivas, associadas às novas tecnologias, as têm afetado? A crise do emprego, a reestruturação produtiva e a precarização do mercado de trabalho formal contribuem para a constituição de uma nova heterogeneidade? Ainda, o que há de novo na relação desse setor informal da região central de Goiânia-GO com o poder público a partir dos anos 80 e 90?

Dar respostas a essas perguntas constitui o objetivo central desta pesquisa, para tanto, além desta introdução e das considerações finais, a tese foi organizada em cinco capítulos.

Nosso objetivo no primeiro capítulo, “O setor informal: uma resenha da literatura”, será o de fazer um levantamento relativo às principais abordagens que caracterizam o debate sobre o conceito de setor informal desde o início dos anos 70, tentando, ao mesmo tempo, estabelecer as principais diferenças entre os enfoques que têm caracterizado a produção de sua literatura especializada, incluindo os motivos que justificaram a escolha do conceito de “nova informalidade” que caracteriza todo o fio narrativo desta pesquisa.

Ainda nesse capítulo se realizará um histórico de algumas das grandes problematizações que marcaram o debate sobre o assunto desde o seu nascedouro; seguido de um esforço de exposição presente na literatura sobre o tema relativo à algumas das principais dificuldades teórico-metodológicas de medição do chamado setor informal e alguns de seus principais procedimentos.

O capítulo I é encerrado com uma discussão sobre o recorte teórico metodológico da pesquisa. Nesse sentido, se realiza uma breve exposição sobre: a opção pela análise da informalidade sob o prisma do paradigma da flexibilização, nova informalidade; as particularidades sobre o universo de pesquisa; a pesquisa (ou produção do *survey*), explorada no capítulo III; as razões e caminhos metodológicos do uso da análise longitudinal e do uso de depoimentos biográficos, explorada no capítulo V.

O segundo capítulo, “Reestruturação produtiva e transformações recentes no mercado de trabalho”, procura oferecer informações relativas às transformações de ordem

conjuntural e estrutural que têm reconfigurado o recente mundo do trabalho, como forma de alcançar uma melhor compreensão sobre as transformações que têm caracterizado as igualmente recentes transformações da informalidade na região central da cidade de Goiânia. Nesse sentido o capítulo foi organizado de modo a estabelecer articulações em relação à questões tais como as mudanças no mercado de trabalho no Brasil dos anos 90, a dinâmica do mercado de trabalho regional dos anos 1990, o desemprego e a informalidade urbana no Brasil e em Goiânia e o diagnóstico sócio-urbano do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Goiânia.

O capítulo III, intitulado “Quem são os trabalhadores ambulantes do setor informal da região central de Goiânia-Go?”, se constitui em uma tentativa de oferecer respostas às questões anteriormente colocadas e que estruturam o eixo desta tese.

A partir de um trabalho de campo desenvolvido entre novembro de 2006 e janeiro de 2007, concebido na forma de *survey*, foi produzida uma amostra (430 questionários compostos cada qual por 97 questões) baseada em um universo de 10.250 (dez mil duzentos e cinqüenta) ambulantes que possuíam cadastros na Prefeitura de Goiânia para realizar suas atividades nos seguintes locais da região central de Goiânia: Feira Hippie, Feira da Lua, Feira do Sol, Mercado Aberto e nas vias de circulação do Setor Central.

Neste capítulo, procurou-se dar centralidade às seguintes questões: perfil socioeconômico, atividades dos trabalhadores do setor informal do centro de Goiânia, percepções sobre o cotidiano de trabalho e as condições de desenvolvimento da atividade, os saberes específicos dos feirantes e as condições de trabalho. De forma geral, o *survey* realizado permitiu produzir um conjunto de dados² muito importantes para percebermos como

² Tais como: 1) categoria ocupacional; 2) tamanho do estabelecimento; 3) ocupação; 4) tipo de atividade; 5) estratificação das atividades informais na referida área; 6) classificação do universo sócio-econômico referido segundo as categorias: trabalho independente, trabalho assalariado e trabalho familiar não remunerado; 7) perfil dos ocupados no setor informal da área central de Goiânia: a presença feminina, a população trabalhadora jovem, migrantes intra-estaduais e inter-estaduais; 8) características dos postos de trabalho; 9) tipos de jornadas de trabalho; 10) desenvolvimento do trabalho assalariado por ocupação; 11) predomínio do auto-emprego por tipo de ocupação e estabelecimento; 12) perfil dos micro-negócios na referida área urbana, com destaque para as características dos postos de trabalho; 13) formas de inserção dos ocupados no universo da informalidade; 14) ramos de atividades dos ocupados; 15) sexo e categoria ocupacional; 16) papel das mulheres nos micro-negócios informais; 17) análise retrospectiva sobre entrada e saída destes trabalhadores informais no mercado de trabalho – protegido; 18) estrutura e idade dos ocupados neste universo informal; 19) nível de escolaridade dos ocupados; 20) lugar ou zona de residência; 21) composição familiar; 22) estrato sócio-econômico; 23) origens das atividades informais; 24) formas de vinculação com o setor formal; 25) organização interna das atividades informais; 26) estratificação dos tipos de provedores de mercadorias para as referidas atividades informais; 27) características da

as recentes transformações do mundo do trabalho tem afetado não só o perfil dos trabalhadores ambulantes, mas seu próprio cotidiano de trabalho como um todo.

No capítulo IV, “A organização dos trabalhadores ambulantes na região central da cidade: rupturas e permanências”, procura identificar as principais mudanças e continuidades relativas aos trabalhadores ambulantes na região central da cidade comparando dois períodos: os anos 60 e 70 e, de outro lado, os anos compreendidos entre 1980 e 2007.

O capítulo está organizado, então, da seguinte forma: os trabalhadores ambulantes da região central de Goiânia em um contexto de marginalização e exclusão social: 1970/1980; organização dos trabalhadores ambulantes em um contexto de informalização da formalidade: 1980/1990; a reorganização dos trabalhadores ambulantes na região central de Goiânia em um contexto de formalização da informalidade pelo Estado: 1990/2007.

Finalmente, no capítulo V, “Das trajetórias ocupacionais recorrentes às experiências de trabalhadores ambulantes em um cotidiano de trabalho caracterizado por uma nova e mais complexa informalidade”, através de uma pesquisa (entrevista qualitativa de tipo longitudinal) realizada com uma amostra de 30% dos indivíduos do universo de 430 ambulantes/feirantes anteriormente entrevistados (79 homens e 62 mulheres), procuramos compreender como o contexto pós-1990 tem contribuído para determinar a dinâmica das trajetórias ocupacionais (entre 1990-2007)³ de homens e mulheres que até o momento de realização das entrevistas⁴ tinham em comum o fato de estarem fora do “mercado de trabalho protegido”, trabalhando como ambulantes ou feirantes, ou simultaneamente em ambos⁵.

Este capítulo encontra-se dividido em quatro partes, sendo a primeira uma breve consideração geral sobre as novas condições do mercado de trabalho na última década. Em

clientela dos informais; 28) custos produtivos; 29) capital físico (maquinaria, equipe, ferramentas mobiliário, veículos, imóvel, etc.) empregado segundo tipo de ocupação na atividade informal; 30) renda média segundo tipo de ocupação; 31) destino dos níveis de geração de excedente e acumulação; 32) estratificação do universo empírico referido segundo: acesso ao crédito, uso do crédito, fontes financeiras predominantes no financiamento das atividades informais; destino do crédito, demanda futura de crédito; 33) principais problemas enfrentados nas atividades segundo tamanho do estabelecimento e tipo de ocupação informal (demanda insuficiente, falta de recursos); 34) características individuais dos trabalhadores vinculados ao referido universo empírico informal da cidade: (gênero, raça, idade, escolaridade, qualificação, trajetória ocupacional) etc.

³ Período no qual as consequências sociais da crise estrutural do emprego afetam mais diretamente o mercado de trabalho da região metropolitana de Goiânia (ver capítulo II), onde mora a grande maioria dos trabalhadores ambulantes do centro da cidade (tabela 3.17, em anexo).

⁴ Dezembro de 2007/Janeiro de 2008.

⁵ É importante ressaltar que, segundo dados da pesquisa quantitativa (capítulo III, tabela 3.52), apenas 41,3% dos 430 entrevistados registraram passagem pelo “mercado protegido de trabalho” ao longo de suas vidas.

seguida, na segunda, nos propomos a analisar o comportamento das trajetórias ocupacionais de homens e mulheres no mercado de trabalho entre 1990 e 2007, visando avaliar em que medida a situação de escolaridade e formação profissional desses trabalhadores é responsável pela continuidade da grande maioria deles na informalidade. Na terceira parte, será realizada a análise comparativa das dinâmicas das trajetórias ocupacionais recorrentes, como já explicitado. Finalmente, em quarto lugar, uma breve caracterização das trajetórias ocupacionais recorrentes e a análise de cada uma delas a partir de relatos emblemáticos colhidos no segundo semestre de 2007 com trabalhadores e trabalhadoras que fazem parte do compósito da referida amostra. Finalizando esta tese de doutoramento, apresentamos nossas considerações finais.

CAPÍTULO I

O SETOR INFORMAL – UMA RESENHA DA LITERATURA

1.1 Setor informal: um debate conceitual

Introdução

É de fácil constatação que diversos estudos têm sido realizados sobre o setor informal⁶, assim como é crescente a percepção entre especialistas a respeito do fato de sua conceituação permanecer pouco clara. Enfim,

o termo informalidade se constitui num dos mais polêmicos da literatura de Economia e Sociologia do Trabalho, comportando, historicamente, desde suas origens, inúmeros significados e distintos usos, a depender da compreensão teórica e dos distintos objetivos específicos de cada autor. (Filgueiras; Druck e Amaral, 2003: 2)

Para realizarmos a revisão proposta da literatura relativa ao setor informal, procuraremos estabelecer uma classificação com base no trabalho de Cartaya (1987), associada a um recente marco conceitual sobre o debate: a neo-informalidade (Pérez-Sainz, 1996). Assim, obtemos uma tipologia com cinco distintas frentes interpretativas.

A primeira se baseia no excedente da força-de-trabalho e remete, principalmente, aos ensinamentos da PREALC/OIT. A segunda enfatiza a subordinação da produção informal à produção capitalista, associada ao viés interpretativo da NEO-PREALC. A terceira se refere às teses defendidas por De Soto (1987), cuja ênfase recai sobre a extra-legalidade das atividades informais e é denominada Neoliberal ou Legalista. A quarta é representada por

⁶ Trata-se de um conceito que passou a ser usado a partir de anos recentes em Hart (1973). De acordo com Trejos (2002: 17-18): “se le atribuye haber acuñado el termino ‘sector informal urbano’ que popularizó la OIT a partir de su informe sobre Kenia (OIT, 1972) y que el desaparecido Programa Regional del Empleo para América Latina y Caribe de la OIT (PREALC) introdujo en la América Latina en el estudio sobre Paraguay”.

sistematizações de autores como Portes, Castells e Benton (1989) e Portes e Schauffler (1993), e se caracteriza pelo destaque dado ao surgimento de novas formas de trabalho que buscam a flexibilização e se associam à chamada “economia subterrânea”. São os autodenominados Neo-marxistas ou Estruturalistas. A quinta e última vertente é representada por autores como: Pérez-Sainz (1996), Filgueiras, Druck e Amaral (2003), Dedecca e Baltar (1997), Broad (2000), Sassen-Koob (2000), Tabak e Crichlow (2000) e outros. Essa abordagem se distingue das demais por defender a tese de que as transformações estruturais pós-década de 80, particularmente nos países em desenvolvimento, têm respondido por uma nova e mais complexa heterogeneidade ocupacional da informalidade. É a chamada Nova Informalidade.

O enfoque da PREALC/OIT: excedente estrutural de mão-de-obra

Segundo Trejos (2002: 18), o “enfoque de mayor difusión operativa en la región es el desarrollado por el PREALC”. Suas produções estão representadas, sobretudo, por autores como: Tokman (1987-a; 1987-b), Mezzera (1987), Cartaya (1987), Souza (1980).

O principal marco teórico dessa vertente defende que o excedente estrutural da mão-de-obra tem sua origem em fatores de oferta e demanda. No que concerne à primeira, o elevado crescimento demográfico seria responsável por um processo de migração de indivíduos das zonas rurais para as cidades, em um contexto de urbanização acelerada e modernização. Por outro lado, no que diz respeito à última, a industrialização, através da substituição de importações, seria responsável pelo alto nível de concentração econômica (estruturas oligopólicas), pela adoção de técnicas intensivas de capital (incapazes de absorver satisfatoriamente a crescente força de trabalho) e pela criação de uma estrutura produtiva heterogênea.

Assim, para o setor informal essa primeira vertente interpretativa é uma forma de desemprego para aqueles que não puderam conquistar empregos no setor formal, além de estabelecer estratégias de auto-emprego ou atividades econômicas de natureza tradicional, marcadas pela baixa produtividade. Enfim, tratar-se-ia de um setor de excluídos do setor moderno, fruto de uma economia dual na tradição dos trabalhos de Lewis (1963) e Harris e Todaro (1970). A lógica de funcionamento deste seria, assim, a sobrevivência (Tokman e Martínez, 1999).

Nessa linha de análise, algumas das principais conseqüências da heterogeneidade da estrutura produtiva do setor informal são a baixa dotação de capital, a reduzida relação capital/trabalho, o operar em atividades com limitadas ou nulas barreiras de entrada em termos de qualificação, destreza, capital e organização, as unidades produtivas de tipo familiar com participação direta do proprietário, a escala de produção pequena (tanto em volume, quanto em venda e número de trabalhadores), a ampla presença de atividades unipessoais, o uso de capital obsoleto ou simples com débil divisão do trabalho, a opera em mercados competitivos ou não-regulados com precário acesso aos mecanismos de apoio do Estado, a baixa produtividade e a reduzida capacidade de acumulação⁷.

No que concerne à “heterogeneidade” do setor informal, esta não deixa de ser também apontada nos trabalhos do PREALC. Tokman (1987-a) esclarece que os mercados oligopolizados geram diferenças não só nas oportunidades de acesso, mas também nas dotações de capital dos membros do excedente de mão-de-obra. Sendo assim, geram-se desigualdades que definem seu caráter heterogêneo.

De acordo com Pamplona (2001), o conceito PREALC do setor informal surge, pelo menos aparentemente, operacionalizado em Souza (1981)⁸. Para o autor, o informal é definido a partir da organização da produção, da relação do trabalhador com seus meios produtivos, como um conjunto de “organizações não tipicamente capitalistas”. Assim, em primeiro lugar, classificam-se, nesse grupo, as empresas onde o trabalho assalariado permanentemente não existe; trata-se de trabalhadores autônomos que contam, ou não, com ajuda familiar. Em segundo lugar, nas pequenas sociedades comerciais onde, existindo o trabalho assalariado permanente, o proprietário dos meios de produção não está totalmente desvinculado das tarefas diretamente produtivas.

Souza (1981) constrói, a partir dessa definição de “pequena produção urbana” ou setor informal, uma “tipologia das organizações não capitalistas” para países atrasados, em especial latino-americanos.

⁷ Ver: Trejos (2002: 19).

⁸ Para Souza (1981), trata-se de um resumo dos aspectos mais relevantes da discussão sobre o setor informal contida em seu trabalho de doutorado denominado “Determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas” e defendido em 1980 na UNICAMP. É um dos trabalhos mais citados na literatura brasileira sobre o assunto.

A tipologia elaborada pelo autor é composta pelos seguintes grupos: 1) “formas de organizações mercantis simples sem assalariamento permanente”, que incluem as “empresas familiares”, compostas por pequenas “empresas” ou trabalhadores autônomos/excluídos, os profissionais liberais, concentrados fundamentalmente no pequeno comércio e na pequena indústria (padarias, confecções, serralharias, oficinas mecânicas etc.); 2) os “trabalhadores por conta própria subordinados”, autônomos que prestam serviço a uma única companhia ou capital como, por exemplo, as costureiras que trabalham a domicílio para determinada fábrica ou os vendedores ambulantes de produtos de uma determinada organização, caso dos sorveteiros; 3) os “pequenos vendedores de serviços”, grupo formado pelos que não dispõem de bons equipamentos, de reserva de mercado e nem estão submetidos a um só capital (biscateiros, vendedores ambulantes, engraxates etc.). Sobre os últimos, Cacciamali (1991: 127) explica que:

não são empresas plenamente capitalistas porque seus proprietários estão envolvidos diretamente no processo produtivo e a taxa de lucro não é a variável chave de seu funcionamento e sim o rendimento total do seu dono. O rendimento total dos proprietários é a prioridade, o que muitas vezes significa impossibilidade de remunerar os assalariados conforme a legislação vigente.

Soma-se um quarto grupo à tipologia, o dos “serviços domésticos”. Essa classificação trata-se de um caso especial, já que formalmente se está diante de assalariados, mas a subordinação não é a um capital e sim a uma família – unidade não-econômica.

Essa tipologia demonstra uma grande heterogeneidade das situações dentro da ocupação “não tipicamente capitalista”, principalmente “quanto ao grau de facilidade de entrada e, por conseguinte, quanto à renda obtida”. De acordo com Souza (1981: 81):

As ‘empresas familiares’ e as ‘quase empresas capitalistas’ dispõem de equipamentos e instalações, são mais eficientes e produtivas, e possuem acesso a mercados mais protegidos da competição, o que proporciona renda média mais elevada (inclusive maior que assalariados do setor informal em ocupações afins) e estável. As outras categorias – pequenos vendedores de serviços, trabalhadores por conta própria subordinados e trabalhadores dos serviços domésticos –, por sinal a maior parte do setor informal, estão em atividades onde há facilidade de entrada, a renda média tende a ser baixa (inclusive mais baixa que a média dos salários das ocupações afins) e há instabilidade.

O enfoque da NEO-PREALC: subordinação da produção informal à produção capitalista

Outra reflexão importante desenvolvida pela vertente interpretativa da NEO-PREALC diz respeito à subordinação⁹ das formas não-tipicamente capitalistas (setor informal) ao núcleo capitalista (setor formal). Gerry (1978) sintetiza a interdependência entre os setores formal e informal e a posição submissa do último ao primeiro.

O autor explica que os pequenos produtores têm vínculos com a grande indústria e com o comércio, muito mais no contexto de compras do que de vendas, bem como com diversas instituições do Estado. Esclarece, ainda, que o mundo destes e do trabalhador ocasional interpenetra aquele das corporações multinacionais, do grande comércio, dos bancos e das agências internacionais. Gerry (1978) conclui, nesse sentido, que, como em todas as relações caracterizadas pelo binômio dominação/subordinação, não existe igualdade na extensão e na natureza dessa interpenetração. Cada pólo da relação se beneficia e depende do outro, mas de maneira diversa. A dependência é complexa e fortemente favorável à hegemonia capitalista.

Reforçando a linha de abordagem da subordinação, Souza (1981) esclarece que essas formas não-capitalistas não são fruto da ausência de capitalismo, como imaginava o dualismo, mas fruto de sua presença. Explica, ainda, que sua penetração nos mercados é inexorável e pode estar ligada ou não a maior eficiência econômica. Entretanto, ressalta:

Isto não significa que os espaços da pequena produção tendam a desaparecer com o processo de desenvolvimento capitalista, significa que a pequena produção não tem capacidade de gerar seu próprio espaço numa economia em que o capital é dominante [...]. O núcleo verdadeiramente capitalista de uma economia, no seu movimento de expansão, *cria, destrói e recria* os espaços econômicos nos quais atua a pequena produção não tipicamente capitalista. (Souza, 1981: 60)

Nesse enfoque, explica Cacciamali (1983), o setor informal é considerado como esfera da produção subordinada ao padrão e ao processo de desenvolvimento capitalista e,

⁹ De acordo com Chully (1992: 213): “A subordinação não é vista aqui como exploração. O setor informal estaria subordinado, mas não necessariamente explorado pela produção capitalista. Há situações nas quais os informais simplesmente ocupam espaços deixados pelo capital e há situações, como na subcontratação, nas quais o capital efetivamente extrai excedente”.

logo, à expansão da produção capitalista nacional e internacionalmente. Sua dependência se dá em vista dos movimentos da dinâmica capitalista fluírem ao toque das grandes firmas e grupos oligopolistas, que em países economicamente atrasados encontram-se vinculados ao capital estrangeiro e, em geral, ratificados pelos modelos de desenvolvimento fomentados pelo Estado. Além disso, sua relação reporta-se à ocupação dos espaços econômicos, ao acesso às matérias-primas e equipamentos, à implantação da tecnologia, ao acesso ao crédito, às relações de troca, aos vínculos mais concretos de subcontratação.

Essa conceituação teórica implica a visualização do setor informal como forma dinâmica de produção, que não se atém às mercadorias e serviços de má qualidade, não visa atender somente mercancias de baixa renda e nem utilizar técnicas tradicionais, sendo nesse sentido que se desenvolve e se moderniza continuamente no seio da produção capitalista.

Cacciamali (1983) dá continuidade às interpretações de Souza (1981) elaborando o que chama de abordagem intersticial e subordinada do setor informal, entendido, aqui, como conjunto de formas de organização da produção que não se baseia, para seu funcionamento, no trabalho assalariado. Assim, a informalidade ocupa espaços econômicos intersticiais não usados pelas formas estruturais da produção capitalista, que estão potencial e efetivamente sofrendo contínuos deslocamentos pela ação dessas últimas.

Pamplona (2001) ressalta que um outro aspecto importante da análise da autora é a afirmação de que as atividades informais não estariam obrigatoriamente associadas a baixos níveis de renda e a trabalhadores excluídos do setor formal. Trata-se de uma crítica da autora à definição de informal de Mezzera (1987)¹⁰, um dos principais representantes do enfoque do PREALC. Assim, Cacciamali (1989: 28) defende:

As atividades informais estariam mais vinculadas a ‘estratégias de sobrevivência’ e de ‘ascensão social’ de uma parte da população com características específicas; ou seja, por um lado, trabalhadores que não têm qualificação, educação ou hábitos de trabalho apropriados às demandas do setor tipicamente capitalista, por outro lado, trabalhadores que não têm oportunidades ou não querem submeter-se às condições e os salários oferecidos pelo setor formal.

¹⁰ Mezzera (1987: 106) afirma que “la mejor definición conceptual del sector (sector informal urbano) parece ser el conjunto de unidades productivas – incluyendo las que consisten sólo de un trabajador por cuenta propia – que son el refugio económico de quienes, al ser **excluidos** [grifo nosso] del sector moderno, capital y otros recursos complementarios al trabajo”.

O enfoque marxista: crítica à noção dualista da marginalidade urbana

Uma outra grande linha de abordagem que tratou do setor informal é a de matriz teórica marxista. Trata-se de destacados estudos clássicos da sociologia e economia brasileiras que tem como principais nomes: Kowarick (1977), Singer (1979), Prandi (1977) e Oliveira (1981; 1988).

Algumas características que aproximam esse grupo de autores são a crítica à noção dualista da marginalidade urbana, a análise do excedente de mão-de-obra como “setor autônomo”, categoria dos “por conta própria” e “atividades não tipicamente capitalistas no interior do capitalismo”, além do destaque para o caráter funcional do setor informal¹¹.

Nesse sentido, Oliveira (1981) defende que o setor informal é criado pela expansão capitalista, pela industrialização, em lugar de ser “resquício pré-industrial”. Insiste no fato de que este deve ser visto como um “conjunto não-homogêneo” de “atividades não capitalistas” dentro do setor capitalista, que também constituiria a fronteira para a transformação em “novas atividades capitalistas”. Importante lembrar, também, que para esse grupo de autores o conceito de “informal” formulado representa bem o modo como é trabalhado. Além disso, em Oliveira (1988)¹² tal termo é criticamente substituído por “largo exército de reserva” e “conjunto de trabalhadores-desempregados”.

Outra importante contribuição de Oliveira para o debate reside em sua preocupação quanto à “questão da identidade dos autônomos”, ou seja, sua definição dentro da estrutura social. Baseado em dados empíricos de Prandi (1977), Oliveira (1987) ressalta que os trabalhadores do informal estão colocados no último degrau do proletariado e não são operários de acordo com a concepção tradicional do termo. Destaca, também, que a lógica de

¹¹ Ao garantir sua sobrevivência auto-empregando-se, o excedente de mão-de-obra estaria, ao mesmo tempo, garantindo a manutenção de um “exército industrial de reserva” que deprimiria os salários e, ao impedir o desemprego (aberto) em massa, diminuiria os riscos de um conflito social, como uma espécie de “colchão amortecedor” das contradições do capitalismo. As ocupações “não-capitalistas” também forneceriam mercadorias mais baratas que, por sua vez, diminuiriam o custo de reprodução da força de trabalho. As atividades por conta própria poderiam também ser realizadas de forma complementar ao assalariamento, de tal sorte que a renda por ela gerada garantisse a sobrevivência do trabalhador e sua família, mesmo que este recebesse um salário suficiente.

¹² Oliveira (1988) acredita que a designação “setor informal” é pouco precisa e reflete a “linguagem asséptica da Organização Internacional do Trabalho”.

funcionamento do modo de produção capitalista lhes coloca em uma posição social inferior¹³ e que os ditos informais enfrentam problemas semelhantes àqueles colocados pela literatura clássica no que concerne ao *lumpen-proletariado*.

Outro grande expoente da abordagem marxista é Prandi (1977). Na interpretação do setor informal, o autor (1977: 31) destaca:

A identificação de seu caráter ‘subordinado e explorado’ mas ‘secundário’ e de certa forma tendendo ao definhamento. Assim, o trabalho autônomo, no nível formal e aparente, nem está subordinado ao capitalista nem às classes assalariadas, mas tem sua exploração determinada no todo dinâmico do modo capitalista de produção, que, por ser predominante, historicamente já colocou em plano secundário o trabalhador incapaz de gerar excedente, mesmo que ainda dele faça uso, na finalidade última de se realizar.

Figura não menos importante desse grupo é Singer (1979) que, ao analisar o setor informal, designa-o como “setor autônomo”, definido como sendo aquele que é composto por empreendimentos individuais cujo produto se destina ao mercado. O autor aponta como seus componentes predominantes as explorações camponesas, as unidades do comércio de varejo, as unidades de prestação de serviço (bares, oficinas, táxis etc.), os artesãos e indústrias domésticas (costureiras, padarias etc.), os profissionais liberais e o *lumpen* (prostitutas, mendigos, delinquentes).

Singer (1979) estabelece como denominador comum dessas atividades o “precário nível de produtividade” e o fato de que só sobreviveriam porque “sub-remuneram os fatores” (fatores de produção), além de serem “uma sobrevivência do passado” que “tende a se reduzir com o desenvolvimento da economia”, pois tem na maior parte de seus ocupados uma “população de desempregados disfarçados”. Nessa classificação, o segmento de maior renda e qualificação dentro do setor autônomo seria o dos profissionais liberais, que tenderiam, ao longo do tempo, ao assalariamento.

Em sua contribuição ao debate Singer (1979) acredita, também, que as “tendências à concentração vertical que levam as indústrias a incorporar funções do terciário”

¹³ Para Oliveira (1988), as conseqüências de uma ocupação no informal são as piores possíveis: “as pessoas ocupadas no informal têm rendimentos sempre abaixo daquelas com emprego formal”; “a distribuição de renda é diretamente afetada por essa grave dicotomia no mercado de força de trabalho”. Ressalta também, principalmente nas metrópoles, a falta de identidade social desses trabalhadores e a “ausência de meios institucionais para representar, reivindicar e obter”.

responderiam pela redução tendencial do “setor autônomo”, transformando-o em *locus* de pobreza (análise que fez sentido nos anos 70, mas não hoje). Segundo Lino (1992: 42), podemos concluir que:

A análise de Singer está entre aquelas que propuseram uma nova abordagem para o tema. O autor não só abre mão de utilizar o termo informal, mas também estuda o papel das atividades econômicas não tipicamente capitalistas, sob a ótica das relações sociais de produção. Neste sentido, *‘a oposição entre setores arcaicos e modernos da economia é substituída por uma nova visão onde o modo de produção capitalista penetra e subordina outros modos de produção pré-existentes. Sob esta perspectiva, o progresso e a miséria seriam decorrentes de um mesmo processo. [grifos nossos]*

Já Kowarick (1977), apesar de suas aproximações com Singer (1979) ao privilegiar as relações sociais de produção e reconhecer a existência de atividades econômicas não-tipicamente capitalistas, nunca admitiu a existência de outros modos de produção que convivessem com o capitalista, mesmo que subordinados a este. Entretanto, ambos os autores convergem ao reconhecerem que uma atividade, para ser considerada tipicamente capitalista, necessita apresentar todas as características que são próprias do movimento de reprodução do capital, tais como a propriedade privada dos meios de produção, a não-participação direta do proprietário no processo de produção, o assalariamento da força de trabalho e a produção do excedente econômico, onde uma parcela obrigatoriamente deve ser destinada à acumulação através de sua incorporação como capital novo.

O enfoque neoliberal ou institucional-legal: atividades econômicas extralegais

De acordo com Trejos (2002: 19), esse enfoque se popularizou durante a segunda metade dos anos 80 com os estudos do economista peruano Hernando De Soto (1986), que analisou as atividades econômicas, moradia, comércio e transporte em Lima.

Ao ser utilizado para interpretar o caso peruano, essa abordagem coloca em relevo o papel positivo desempenhado pelo informal, desde que operando dentro de uma legalidade de Estado. Nesse sentido, De Soto (1987: 276) defende:

Supusimos que si el mundo informal era tan enorme como pensábamos, ese mundo que trabaja a margen de la legalidad, entonces necesariamente tendría que haber un

lugar, un punto de encuentro, con la legalidad. No era posible, por ejemplo, nos decíamos, que un 50 por ciento de la población peruana fuese informal.

O autor (1987: 283) coloca em destaque a necessidade de uma economia de mercado como um ponto de encontro entre o setor informal e formal. Assim, afirma:

Nos dimos cuenta que crear una economía de mercado, no solamente era quitar los obstáculos que estaban en el camino del desarrollo, enormes obstáculos, sino que también era una cuestión de poner puentes donde había precipicios, y estos puentes eran buenos derechos de propiedad, buenos contratos, tribunales eficientes, buenas organizaciones empresariales, buen derecho extracontractual.

A partir de sua análise sobre o caso peruano, que é estendida aos demais países da América Latina, De Soto (1987) defende que a informalidade converteu uma grande quantidade de pessoas em empresários. Trata-se, portanto, em sua ótica, de garantir aos indivíduos o direito de aproveitar bem suas oportunidades e de auferir mais eficiência a partir dos recursos disponíveis, incluindo o próprio trabalho dos mesmos.

De Soto (idem) argumenta que o Poder Executivo, nos países de colonização hispânica, sempre fez sombra sobre as clássicas atribuições do Poder Legislativo. Dessa forma, planta a necessidade do reforço institucional do Poder Legislativo após concluir que:

Las leyes y las instituciones legales afectan a los empresarios pobres en forma distinta a nosotros. [...] Suponemos que el resto de los latinoamericanos también, no se trataba de que hicieran las cosas ilegalmente porque tenían una vocación, sino porque la ley en si era sumamente costosa para ellos. (De Soto, 1987: 279)

Conseqüentemente, fica clara sua defesa em relação à necessidade de mudança das instituições legais para baratear os custos de produção e alavancar a prosperidade, visando uma economia de mercado moderna.

De acordo com essa abordagem, denominada “legalista ou neoliberal”, o excesso da quantidade, bem como a natureza das formas de regulação do Estado na economia (impostos, taxas, autorizações de funcionamento, regulação de salários e de demissões), tendem a estimular o crescimento da ilegalidade. De Soto (1987) julga que o setor informal

seria uma resposta do mercado à desmedida regulação do Estado e a prova cabal da incapacidade deste em controlar a força competitiva do mercado¹⁴.

Trata-se de uma abordagem interpretativa marcada, segundo muitos críticos, por uma forte debilidade teórica e conceitual, pois De Soto (1987) toma a economia subterrânea como um conjunto de atividades econômicas não-registradas, não-declaradas ao Estado, extralegais, porém socialmente lícitas. Esse conceito, da forma como é empregado, desconsidera fatores de natureza tecnológica, assim como o tamanho de unidades produtivas e as interações com os mercados.

Tal debilidade teórica é mais detalhadamente colocada pela crítica desenvolvida por Tokman (1987-a; 1987-b) quando ele ataca principalmente a noção de informal como economia subterrânea, economia extralegal ou ilegal. Segundo esse autor (1987-b: 99),

O não cumprimento das normas é, “sem dúvida”, um resultado de funcionar informalmente e não uma causa. Assim, nem todos que não respeitam as normas podem ser considerados informais. Não seria correto considerar uma grande empresa moderna que não paga corretamente seus tributos e nem cumpre a legislação trabalhista de unidade produtiva informal. A característica principal da atividade informal é sua incapacidade real de cumprir as normas vigentes, ainda que tivesse vontade de fazê-lo. Ela não geraria excedente suficiente para isso e o cumprimento da legislação colocaria em risco sua sobrevivência.

No mesmo sentido, Cacciamali (1991: 131) afirma:

A economia informal (diferenciada a partir da “forma de organização da produção”) e a economia subterrânea (diferenciada a partir da “ilegalidade”) representam dois fenômenos diversos e suas denominações devem permanecer separadas. Economia informal é um conjunto de atividades que operam com base no trabalho do proprietário dos meios de produção com a ajuda da família e/ou de alguns auxiliares e economia subterrânea é um conjunto de atividades socialmente aceitas, mas ilegais.

Ao destacar a idéia de que cada indivíduo do setor informal pode se tornar um empresário emergente, principalmente a partir da consolidação progressiva de um modelo de democracia representativa burguesa e de uma economia de livre mercado, De Soto (1987)

¹⁴ Rakowski (1994) destaca importantes diferenças entre dois outros enfoques, o do PREALC e o dos neomarxistas, com relação ao enfoque neoliberal. Enquanto os primeiros focam a clivagem entre a composição social e econômica das economias formal e informal e como ação estatal pode ajudar a equalizar diferenças; os neoliberais ou legalistas argumentam que a clivagem não é estrutural, mas legal e burocrática, realizada pelo Estado.

transfere à “iniciativa privada de origem popular” a responsabilidade de administrar com “relativa eficiência” seus negócios, ainda que em condições adversas, criadas sobretudo pela regulação estatal¹⁵. Enfim, o enfoque legalista ou neoliberal argumenta contra a intervenção do Estado na economia e vê no informal a chave para a democracia e a prosperidade geral. Trata-se de uma interpretação muito influente entre as Organizações Não-Governamentais (ONGs), em particular aquelas mais afinadas com o neoliberalismo econômico.

Para sermos mais precisos, podemos afirmar que existem duas tendências, nem sempre distintas, da abordagem liberal ou legalista. A primeira é a visão positiva e anti-estatal de De Soto (1987) sobre a informalidade, representativa de um subgrupo da visão neoliberal caracterizado por uma coloração política mais conservadora, que salta aos olhos quando o autor defende-a como alternativa para promover o desenvolvimento socioeconômico.

Nessa mesma linha podemos lembrar a posição de Yamada (1996), para quem o setor informal urbano, especialmente o auto-emprego, é uma espécie de “berçário” que vai permitir o treinamento e a seleção de “futuros empreendedores de grande escala”.

Coutrot (1991: 170), outro autor representativo desse subgrupo, afirma o seguinte sobre a informalidade:

[...] um novo padrão de relações sociais, oriundo das peculiaridades de cada comunidade histórica, nacional ou regional, e mais respeitosa das tradições e das culturas locais do que o fordismo imposto de fora. Segundo essa abordagem, o fim do fordismo e da produção em massa representaria a revanche do indivíduo, do consumidor, das microcomunidades, sobre as instituições alienantes, o Estado burocrático, as multinacionais ou os sindicatos.

A segunda tendência é aquela representada por um subgrupo com coloração política mais progressista e com visão de esquerda “mais autogestionária”, “mais anarquista”, explica Pamplona (2001). Nesta, o crescimento da informalidade tende a ser visto como uma resposta da sociedade a um mercado excludente diante de um Estado autoritário, burocrático e incapaz.

¹⁵ Contrariamente ao enfoque neoliberal de De Soto (1987), o enfoque da PREALC e o enfoque neo-marxista defendem a necessidade de intervenção do Estado para alcançar o desenvolvimento, a democracia e corrigir os problemas gerados pela informalidade.

Pamplona (2001) cita outro exemplo dessa segunda tendência ao lembrar a posição do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE¹⁶ que, ao pesquisar empreendedores e empreendimentos informais no Rio de Janeiro, defende claramente uma visão de informal que recobre uma ampla e heterogênea gama de atividades. Dentre estas se destacam iniciativas que devem ser compreendidas como práticas econômicas legítimas, desenvolvidas pela população, apesar e independente do Estado, como afirmação cidadã do direito à vida e ao trabalho. Segundo o autor, esses empreendimentos devem ser compreendidos em sua dupla dimensão: como estratégia de sobrevivência para setores da população excluídos do mercado formal de trabalho e como experiências criativas e inovadoras, laboratório para novas formas de geração de trabalho e renda, berço de lideranças e empreendedores.

Trata-se de um subgrupo que tem muitos representantes entre as ONGs ligadas aos movimentos sociais e ao trabalho pastoral das igrejas, tendo crescido de forma mais intensa nos países em desenvolvimento a partir da década de 80. Sua atuação é também fortemente caracterizada pelo desenvolvimento de programas de estímulo aos micro-negócios (negócios informais), além de defender a promoção de empreendimentos informais para distribuição da renda e base de uma “democracia econômica”.

O enfoque neomarxista ou estruturalista: mercado de trabalho não-regulado ou economia subterrânea

Também autodenominada por estruturalista, essa abordagem sobre o informal têm entre seus principais representantes autores como Portes e Castells (1995) e Roberts (1989). Essa linha interpretativa focaliza particularmente a estrutura das relações entre as atividades reguladas e as não-reguladas pelo Estado¹⁷, sendo que as últimas, segundo esse enfoque,

¹⁶ Ver Valarelli (1997).

¹⁷ De acordo com Carbajal (2006), podemos afirmar que a investigação neomarxista ou estruturalista tem desenvolvido esforços visando refutar as críticas segundo as quais se trataria de mais uma abordagem dualista. Assim, a perspectiva estruturalista tem assinalado que concebe um mercado de trabalho segmentado e, ademais, uma série de inter-relações entre o setor formal e o informal. A vertente neomarxista nega, igualmente, a existência de um mercado de trabalho dual e sugere a existência de outro com diversos segmentos, sendo um de seus elos o setor informal.

perseguem a redução dos custos pela via da exclusão dos direitos e benefícios e sua lógica de funcionamento é a descentralização.

Para esses autores, “economia informal” é uma noção de sentido comum e de fronteiras muito móveis, que não podem ser captadas por uma definição fruto de um debate prematuro e descolado de realidades históricas diversas e orientado por objetivos específicos de cada pesquisa. Portes e Castells (1995) tentam, então, determinar o conceito de informal a partir do que ele não é. Assim, afirmam:

La economía informal no es un conjunto de actividades de supervivencia desempeñadas por gente desposeída ubicada en las márgenes de la sociedad. [...] La economía informal no es eufemismo de la pobreza¹⁸ (aunque la mayoría de los individuos involucrados en actividades de la economía informal son pobres, particularmente en el tercer mundo). [...] Los procesos económicos informales cortan transversalmente toda la estructura social. [...] existe evidencia sólida de la vinculación sistemática entre los sectores formal e informal. [...] La economía informal no es por tanto una condición individual sino un proceso de generación de ingreso caracterizado por un aspecto central: no está sujeto a la reglamentación de las instituciones de la sociedad. (Portes e Castells, 1995: 235-236)

Afirmam também, a partir de pesquisas empíricas diversas e que solidificam tal conceito, que: “Cuanto más institucionaliza una sociedad sus actividades económicas de acuerdo a relaciones de poder colectivamente definidas, más actores individuales intentan escapar de esa lógica institucionalizada” (Portes e Castells, 1995: 236).

Assim, reforçam a tese segundo a qual, de acordo com Tanzi (1982), o setor informal cresce inclusive em economias fortemente institucionalizadas, apesar das relações de trabalho já formalizadas.

Ainda preocupados com uma melhor compreensão e definição do conceito de informal, Castells e Portes (1995) se esforçam em distinguir atividades informais de atividades criminais, buscando esclarecer que estas se especializam na produção de bens e serviços que são socialmente definidos como ilícitos. Ressaltam, também, a necessidade de contextualizar historicamente o crescimento e o papel contemporâneo desempenhado pela informalidade no capitalismo.

¹⁸ Portes e Castells (1995) se preocupam em não confundir informalidade com pobreza. Demonstram que, em muitos países (desenvolvidos em desenvolvimento), pesquisas têm detectado no setor informal um forte dinamismo econômico gerador de renda. Afirmam, pois, que a economia informal é uma forma específica de relação de produção, enquanto a pobreza é um atributo ligado ao processo de distribuição.

Assim, defendem a idéia de que a expansão das atividades informais em um contexto amplamente regulado confere um novo significado histórico ao processo atual de crescimento da economia informal. Além disso, acrescentam que é precisamente o desenvolvimento de oficinas desse tipo e de outras atividades não-reguladas, depois de um longo período de controle institucional, que permite que as velhas formas de produção se convertam em novas¹⁹.

O trabalho de conceituação também está marcado pela preocupação em tratar os aspectos metodológicos do conceito de informal proposto. Por isso, Portes e Castells (1995)²⁰ atentam para a necessidade de fugir da ilusão estatística, sobretudo para a América Latina, investindo numa definição alternativa e mais apropriada, baseada na força de trabalho excluída da cobertura das prestações sociais. Ademais, ressaltam o cuidado em trabalhar com bases de dados que tomem trabalhos inventados nos interstícios da economia moderna como típicos reflexos do emprego nos países mais pobres, bem como a existência de uma posição mais crítica em relação à necessidade de superar as limitações do enfoque macro-econômico dada sua baixa visibilidade.

Tal esforço de fundamentação do conceito procura colocar em primeiro plano a necessidade de não tomar o crescimento do informal como uma mera e homogênea reação ao processo de reestruturação produtiva de base neoliberal da década dos 70.

Para evitar tal generalização, os autores (1995) colocam a necessidade de combinar a percepção relativa às mudanças estruturais das últimas décadas com: a) os contextos históricos específicos das lutas sociais²¹ dos países, regiões e locais distintamente considerados; b) o estabelecimento de relações sistemáticas com a economia formal, já que o setor informal é um componente integral das economias nacionais, mais do que um apêndice delas; c) observar o fato de que os trabalhadores da economia informal tendem a possuir características muito específicas que muitas vezes não são percebidas ou são confundidas com

¹⁹ Ver: Portes e Castells (1995: 237).

²⁰ Portes e Castells (1995: 247) nos chamam a atenção para o fato de que: “las estimaciones económicas varían de manera considerable y plantean serias dudas acerca de su validez. [...] Para superar las limitaciones del enfoque macroeconómico, otros científicos sociales han comenzado a involucrarse en la investigación de terreno de primera mano”.

²¹ Segundo Portes e Castells (1995: 256): “la economía informal también evoluciona a lo largo de las fronteras de las luchas sociales, incorporando a quienes son demasiado débiles para defenderse a sí mismos, rechazando a los que resultan demasiado conflictivos y promoviendo a aquéllos con energía y recursos hacia un empresariado subordinado”.

um trabalho degradante; d) atentar para a realidade, de fácil constatação empírica, que demonstra que a informalidade tende, como um todo, a se desenvolver sob os auspícios da tolerância do governo²².

Ainda com o objetivo de uma fundamentação mais satisfatória do conceito de setor informal, Portes e Castells (1995) procuram, também, listar alguns dos múltiplos efeitos desse fenômeno.

Em primeiro lugar, ressaltam que esse processo contribui para a emergência de um modelo descentralizado de organização econômica. Assim, explicam que:

Redes de actividades económicas, redes de firmas y haces coordinados de trabajadores, parecen incluir un modelo emergente de producción y distribución exitosas. [...] hay una tendencia en la economía informal a descansar predominantemente en redes, y su conexión con la economía formal mediante la subcontratación, también está basada en redes. (Portes e Castells, 1995: 261)

Em segundo lugar, tratam da relação entre informalidade e produtividade argumentando que o melhor efeito conhecido do processo de informalização é a redução substancial dos custos trabalhistas. Além disso, defendem a idéia de que uma parte importante dele está composta de atividades de serviços, particularmente relacionados com serviços de consumo, prosseguindo com a afirmação segundo a qual os ganhos de produtividade em tal setor tendem a ser mais baixos que no formal.

Por outro lado, ressaltam que a produtividade do capital pode ser mais alta no setor informal. A razão para essa redução dramática dos custos institucionais frente à estrutura burocrática das organizações em grande escala é a conseqüente concentração da maior parte do capital em inversão diretamente produtiva. De outro modo, ao baixar o custo da força de trabalho e reduzir as restrições estatais à livre contratação, a economia informal contribui diretamente para sua rentabilidade.

²² Portes e Castells (1995: 257) destacam que “los gobiernos toleran e incluso estimulan las actividades económicas informales como forma de resolver conflictos sociales potenciales o promover el patronazgo político. Ésta es la experiencia de la mayoría de las poblaciones precarias en las ciudades del tercer mundo. [...] La informalización no es un proceso que se desenvuelve siempre fuera de la mirada del Estado; es más bien la expresión de una nueva forma de control, caracterizada por la desvinculación de un gran sector de la clase obrera, a menudo con la aquiescencia del Estado. Para este, la pérdida de control formal sobre esas actividades se compensa en el corto plazo con el potencial de legitimación y de reactivación del crecimiento económico que ofrecen”.

Em terceiro lugar, os autores não descuidam de jogar luz sobre as relações entre informalização e heterogeneidade. Destacam, referindo-se às situações de trabalho: 1) a existência de um proletariado industrial e de serviços, que está desaparecendo como a condição social normativa da força trabalhista; 2) o reforço, em termos gerais, das características próprias dos trabalhadores que tendem a se envolver na economia informal: mulheres, imigrantes, minorias étnicas e jovens; 3) a informalização como um processo que tende a reforçar alguns agrupamentos sociais que diferem marcadamente dos que se associam com linhas estáveis de classe²³.

Em virtude deste último, Portes e Castells (1995: 265) concluem, entre outras coisas, que:

Las clases, viejas y nuevas, pueden llegar a ser definidas más por sus luchas que por su estructura, y los actores colectivos apelarán a sus proyectos y visiones sociales, más que a una posición compartida en el proceso de trabajo. Cuanto más se desarrolle la economía informal, la economía y la sociedad devienen en mayor medida, en esferas relativamente autónomas de acción social.

Em quarto lugar, procuram trabalhar na identificação dos limites móveis da informalidade, atentando para o fato de que o esforço de sua conceituação crítica, embora não possa desconhecer a não-regulação estatal dessas atividades como elemento central do conceito proposto, não pode esquecer que tais fronteiras variam substancialmente em diferentes contextos e circunstâncias históricas²⁴.

Diante da questão de se a tendência de crescimento da informalidade se confirmará em oposição ao que as teorias convencionais do desenvolvimento esperavam como padrão considerado secular da absorção formal da mão-de-obra, os autores sustentam a tese de um crescimento não esperado do labor informal nesse novo cenário histórico pós-década de 70. Entretanto, ressaltam que existem outras forças poderosas que devem ser consideradas.

²³ Assim, temos que: “Las comunidades de inmigrantes, por ejemplo, tienden a confinarse en mercados específicos, combinando a menudo funciones residenciales y laborales en un espacio segregado; las trabajadoras no calificadas tienden a desarrollar una cultura laboral particular, distinta de la de los sindicatos dominados por hombres; y con frecuencia, los jóvenes ingresan al Mercado de trabajo informal con una ideología de autonomía individual respecto de las instituciones de la generación de su padres” (Portes e Castells, 1995: 264-265).

²⁴ Principalmente: “el proceso contemporáneo de amplia reestructuración posterior a la crisis de los setenta e inicios de los ochenta, ha promovido la expansión de las actividades informales y el realineamiento de la estructura de clases en muchas sociedades” (Portes e Castells, 1995: 265).

Salientam, a título de exemplo no que concerne ao lado técnico, muitos processos de produção e distribuição que requerem inversões planejadas, a longo prazo, baseadas na previsibilidade, e que não podem ser abandonadas à improvisação da organização *ad hoc* e ao recrutamento ocasional de trabalhadores.

Relembrem, também, os obstáculos sociais fundamentais à generalização das relações informais, tais como os grupos sociais poderosos, como os sindicatos e as burocracias oficiais, as novas gerações de trabalhadores dispostas a mobilizarem-se para impor formas de restrição social sobre a economia, o próprio Estado, que pode ter de intervir contra a lógica enviesada do capital carente de restrições etc.

Portes e Castells (1995) prosseguem, concluindo que a tendência de crescimento da economia informal deve ser analisada no quadro de suas fronteiras móveis, destacando que estas são determinadas, de um lado, pela dinâmica das lutas sociais e, de outro, pelas negociações políticas próprias dos conflitos entre capital e trabalho, o que não significa que estão reduzidas a elas.

Trejos (2002) explica que as características da abordagem neomarxista do informal permitiu-lhe ultrapassar e separar-se das anteriores, principalmente da abordagem da PREALC e da neoliberal ou legalista. O autor (2002: 21) assinala que a origem do setor informal está ligada ao excesso estrutural de mão de obra:

Contrario a la propuesta del PREALC, el sector no se define como un conjunto de actividades marginales excluidas de la economía moderna sino como parte integral de estas. Contrario a De Soto, la informalidad no es vista como la irrupción de las verdaderas fuerzas de mercado, sino como parte del funcionamiento normal del capitalismo. Contrario a estas dos perspectivas, la informalidad no se percibe como un fenómeno limitado a las economías periféricas sino que también estará presente en las economías desarrolladas.

Trejos (2002) frisa também que, para a abordagem neomarxista a informalidade era muito mais norma do que exceção durante o século XIX e início do XX nas economias industrializadas, marcadas por empresas pequenas e regulações escassas. Além disso, o excesso de mão-de-obra na América Latina e seu uso irrestrito combinado com sua crescente regulação (por imitação ou por populismo) têm estimulado principalmente as empresas pequenas a fugirem das formas de regulação estatais, além de praticarem mais e mais a subcontratação de produtos e serviços de empresas não-reguladas.

Considerando a riqueza analítica dos autores neomarxistas com os quais trabalhamos, vale ressaltar, como o fazem Cartaya (1987) e Tokman (1987-a; 1987-b), a necessidade de não transferirmos “acriticamente” tal enfoque para o contexto latino-americano²⁵.

O enfoque da nova informalidade: uma nova e mais complexa heterogeneidade ocupacional

Essa nova abordagem do informal está marcada por um contexto histórico específico caracterizado pela evolução da economia mundial e pelas reformas econômicas generalizadas, particularmente na região da América Latina no decênio dos 90, o que implicou na introdução de elementos que transformaram as características do informal e que, em consequência, demandam reelaborações conceituais. Trata-se de uma das principais expoentes desse esforço de reconceitualização.

Alguns autores em especial têm contribuído para o enfoque da Nova Informalidade, sendo alguns lembrados aqui, embora não ignoremos outras contribuições. A origem do termo foi plantada originariamente pelos trabalhos do economista e sociólogo espanhol Juan Pablo Pérez-Sainz (1996; 1999), para quem as transformações ocorridas no interior da informalidade, em seus processos de geração, dinâmica e articulação, obrigam-nos a repensar a heterogeneidade do setor.

As principais transformações a partir das quais o autor nos convida a uma nova problematização do conceito são: 1) os saltos tecnológicos em curso, que têm contribuído fortemente para tornar difusa a relação entre tamanho do estabelecimento e tecnologia, sendo esta sustentada no modelo fordista, baseado nas economias de escala para produção em massa. Tal constatação torna cada vez mais problemática a assimilação entre produção em pequena escala e informalidade; 2) a emergência de um setor de bens de troca com técnicas não necessariamente intensivas de capital, mas sim com menores graus de proteção da força de trabalho, somada à tendência à desregulamentação das relações trabalhistas, fato que dificulta manter uma equiparação entre não-regulação e informalidade; 3) a expansão de formas de

²⁵ É importante salientar que não se trata de uma crítica dos autores aludidos a Portes e Castells (1995), pois este tipo de análise acríica não é realizada por eles quando fazem referência, por exemplo, à América Latina.

produção subordinada, ou deslocalização produtiva, que não só acompanha a redução de custos salariais como no passado, mas também o aumento da flexibilidade do trabalho. Ressalta, também, que essa produção deve ser considerada no âmbito informal de unidades produtivas de maior tamanho.

Assim, a partir dessa análise sobre as principais transformações que têm contribuído para transformar marcadamente o setor informal, Pérez-Sainz (1996; 1999) propõe três tipos de atividades informais para melhor entendimento de sua nova heterogeneidade, sendo a primeira a de subsistência, que aglutina as tradicionais desse tipo e é alimentada pelos ‘novos pobres’, que surgem dos processos de redução do emprego estatal e do setor formal conservador afetado pela abertura comercial. A segunda corresponderia às atividades subordinadas com o setor de bens de troca, seja para provisão de insumos ou para a subcontratação, com reduzidas possibilidades de acumulação. Por último, o terceiro conjunto corresponderia ao setor dinâmico e com possibilidades de acumulação e corresponde a conglomerados de micro-empresas que se situam na periferia urbana e se beneficiam, para sua expansão, do contexto sócio-cultural e do capital social do entorno comunitário²⁶.

Outros nomes representativos do debate atual da abordagem da “nova informalidade” são Sassen-Koob (2000), Broad (2000) e Tabak e Crichlow (2000). Em recente artigo, Lima e Soares (2002: 167) sublinham que esses autores têm contribuído para recolocar:

A questão da informalidade como processo de casualização do trabalho, através do trabalho part-time, temporário, por tarefa, trabalho industrial doméstico, todos em tese, da economia formal, mas nos quais os trabalhadores e suas famílias são forçados a misturar empregos no setor formal e informal, para atender as necessidades da família. Seria o retorno do ônus da reprodução da força de trabalho na própria família e o enfraquecimento da regulação sobre o mercado de trabalho.

Os já citados autores reforçam, por conseguinte, o conceito de “nova informalidade” de Pérez-Sainz (1996; 1999). Assim, analisam-na como:

processo que incorpora novos contingentes de trabalhadores antes no mercado formal e protegido. Juntam-se aos trabalhadores do ‘velho informal’ autônomos de todos os tipos e atividades. Em comum, agora, a falta da perspectiva de inserção na formalidade, antes vista como o futuro desejado. [...] Muda a perspectiva, a

²⁶ Ver: Trejos (2002).

informalidade deixa de representar algo transitório, para constituir-se em definitivo. (Lima e Soares, 2002: 167)²⁷

Analisando a citação de Lima e Soares (2002) percebemos que talvez fosse mais cuidadoso afirmarmos que a informalidade constitui-se em algo tendencialmente crescente.

Uma melhor compreensão dos processos que são qualificados, nessa abordagem, como responsáveis pela denominada “nova informalidade” nos é oferecida amplamente por Cacciamali (1999). Este destaca que, mundialmente, o processo de globalização e reestruturação tem resultado em altas taxas de desemprego nos países centrais e periféricos, no aumento da precarização e do desemprego e no crescimento das atividades não-regulamentadas/“economia subterrânea” e do trabalho por conta própria²⁸.

Para a América Latina, a autora (1999) reforça que algumas das principais características são uma diminuição relativa do emprego industrial, uma maior expansão do terciário, a ampliação do informal, o aumento do emprego não-regulamentado e o crescimento das taxas de desemprego, que atingem níveis inéditos. Ressaltamos que ela não só elenca as conseqüências desse processo, como as exemplifica: “de acordo com a CEPAL de cada 100 empregos gerados durante 1990-1995, 85 correspondem ao setor informal” (idem: 159).

No caso brasileiro, destaca que já no alvorecer dos anos 80 dá-se início ao processo de desestruturação do mercado de trabalho, caracterizado pela precarização do emprego e pelo crescimento do trabalho assalariado precário (clandestino, ilegal, não-registrado, por conta própria, sem contribuição previdenciária). Ao sublinhar que esses movimentos se reproduziram em condições históricas e conjunturais específicas, explica que:

²⁷ Lima e Soares (2002) fazem uma inteligente e sugestiva análise a partir dessa discussão bibliográfica ao analisarem uma situação na qual a nova e a velha informalidade se entrelaçam de forma dinâmica e contraditória. Trata-se de uma pesquisa relativa a um cluster do vestuário encravado no interior de Pernambuco, formado pelas cidades de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, que, juntas, são responsáveis por 60% da produção de indumentárias no Estado. Os autores analisam o modo como a informalidade marcou a formação da globalização e como suas mudanças decorrem da progressiva integração da economia regional e nacional. Examinam, também, as mudanças que vêm ocorrendo, seus impactos sobre as relações de trabalho e as especificidades que a ‘velha informalidade’ tem assumido nesse novo contexto, marcado pela incorporação de regiões e países a uma economia internacionalizada e longe de qualquer homogeneização.

²⁸ “No caso dos EUA os estudos têm constatado um rebaixamento do nível salarial e uma maior desigualdade dos salários, menores taxas de desemprego, porém um crescimento maior do emprego precário (parcial, tempo determinado, não registrado, etc.). Na Europa, verifica maiores taxas de desemprego e menor desigualdade salarial, mas também cresce o emprego precário” (Cacciamali, 1999: 2059-2074).

Na década de 1990, constatam-se as maiores taxas de crescimento do desemprego na história do país, uma grande expansão do setor terciário (micro e pequenas empresas). No período 1989-98, o emprego industrial caiu em 8%; decresceu o emprego com carteira assinada em 12%; aumentou o emprego sem carteira em 7% e os por conta própria em 6%. No período 1989-1995, houve um acréscimo do número de desempregados de 16% em média a cada ano. (Cacciamali, 1999: 2067)

Dedecca e Baltar (1997) também engrossam a fileira dessa nova abordagem sobre o setor informal. A partir da análise desse novo contexto que expusemos os autores explicam que, no Brasil, esse processo resultou em uma ampliação da informalidade como consequência da transferência dos trabalhadores inseridos nas atividades formais, capitalistas ou legais, para atividades informais, não-tipicamente capitalistas e/ou legais, dando origem ao que se tem denominado de “nova informalidade” nos países periféricos. Tal como a economia subterrânea ou não-registrada decorre, nos países centrais, do processo de reestruturação produtiva em curso desde os anos 80, nesses últimos, e a partir dos anos 90 nos primeiros.

Os autores (1997) afirmam que, no Brasil, essa “nova informalidade” tem se caracterizado pelo crescimento do número de autônomos que trabalham em empresas, isto é, por uma informalidade que se articula com o processo produtivo desenvolvido nas atividades formais e pelo um aumento da entrada de novas pessoas no setor informal, detentoras de trajetórias profissionais constituídas nas atividades formais. Além disso, há a criação de novos produtos e de novas atividades econômicas, bem como a redefinição de outras anteriormente já existentes, mudanças refletidas na qualidade dos produtos e dos serviços oferecidos diretamente ao público em geral.

Além disso, explicam que a ‘nova informalidade’ se caracteriza pela presença de novos trabalhadores ambulantes, em velhas e novas atividades articuladas ou não com os processos produtivos formais, ou em atividades tradicionais da ‘velha informalidade’ que são por eles redefinidas.

Concluimos essa parte do trabalho relativa à nova **informalidade** ressaltando, ainda, a contribuição de Filgueiras, Druck e Amaral (2003), que lembram que este e qualquer outro conceito podem se constituir em um problema quanto a estabelecer uma solução, pois podem obscurecer ou revelar. Tudo dependerá do uso que se faça deles e da clareza que se tenha com relação aos seus limites explicativos, tanto no plano teórico quanto no empírico.

Isso se justifica pelo acordo entre os autores anteriormente citados de que este é o conceito mais adequado, enquanto expressão do processo de precarização do trabalho. Trata-se de uma idéia que a define a partir das atividades não-fordistas, em razão da própria definição de precarização. Nesse sentido, torna possível abarcar:

tanto indicadores que refletem situações específicas (desfavoráveis) próprias das atividades econômicas não capitalistas vis a vis as capitalistas (como instabilidade da demanda e do rendimento, baixo rendimento e longas jornadas de trabalho, por exemplo), quanto indicadores que expressam situações particulares (desfavoráveis) das atividades não regulamentadas vis a vis as regulamentadas (como a impossibilidade de acesso ao seguro desemprego e à aposentadoria, inexistência de férias remuneradas e interrupção do fluxo de rendimentos em razão de doença, por exemplo). (Filgueiras, Druck e Amaral, 2003: 9)

Para os autores, trata-se de uma definição mais ampla da informalidade, pois só deixa de fora as atividades/relações de trabalho capitalistas registradas (regulamentadas). Assim,

o uso deste conceito permite (em relação aos demais conceitos: atividade capitalista registrada – fordista e atividade não capitalista – subterrânea) maior possibilidade de identificação, análise da amplitude e grau de precarização existentes no mercado de trabalho – expressos tanto na inexistência de proteção/regulamentação por parte do Estado (a ilegalidade da atividade, que implica em ausência de direitos), quanto nas condições concretas no âmbito das quais o trabalho é realizado (atividades por conta-própria/não assalariadas que, em geral, são mais instáveis, porque incertas tanto com relação a sua demanda quanto aos seus rendimentos; mais penosas, porque têm jornadas de trabalho maiores; e mais arriscadas/inseguras no seu cotidiano, porque sofrem agressões e repressão das mais variadas ordens. (Filgueiras, Druck e Amaral, 2003: 29)

1.2 Problematizações conceituais em torno de definições do setor informal

Confusões relacionadas à origem da formulação do conceito de setor informal

Procuraremos, nesta parte do trabalho, problematizar algumas das principais conceituações já expostas e muito empregadas em vários estudos regionais (América Latina) sobre o informal. Assim, abordaremos as confusões relacionadas à origem da formulação de seu conceito, o informal como subdesenvolvimento, a passagem deste para a extralegalidade, suas formas atrasadas de produzir e o uso ilegal da força de trabalho.

O conceito de setor informal foi desenvolvido originalmente pela OIT e, a partir do início do decênio de 70, se propagou internacionalmente. Tal organização considerava que as características principais do conceito eram a facilidade de entrada, o apoio em recursos locais, a propriedade familiar das empresas, a escala de operação pequena, a tecnologia adaptada e intensiva em força de trabalho e os mercados não-regulados e competitivos.

Segundo Carbajal (2006: 4) uma série de confusões quanto à análise do emprego ou das formas de produzir se originou a partir desse conceito, pois “la OIT nunca quedó del todo claro qué tendría más peso en la definición: si la caracterización de las micro y pequeñas unidades productivas o la tipificación de las ocupaciones”.

O autor prossegue explicando que outra grave confusão é que o conceito originalmente desenvolvido num e para um determinado contexto da realidade africana foi, em muitos e muitos estudos, simplesmente transplantado para outras realidades socioeconômicas da América Latina e de um grande conjunto de outros países em desenvolvimento.

A PREALC foi responsável pela importação da África, via OIT, do conceito de setor informal, desenvolvendo a sua versão latino-americana²⁹. O mais relevante dessa empreitada teórica foi a introdução da noção de heterogeneidade estrutural, pensando em dar maior força à proposta da OIT ou, simplesmente, recuperando as reflexões mais acabadas que a CEPAL elaborou sobre o tema.

Um dos pontos criticados no trabalho de conceituação teórica da PREALC está em não conseguir superar problemas colocados pela elaboração inicial da OIT. É o caso da reprodução da abordagem dualista sobre o setor informal, considerado atrasado em oposição ao setor formal, moderno.

²⁹ Importante ressaltar que: “Paralelamente a la importación del término de sector informal en América Latina, en Europa y en Estados Unidos se acuña el término de economía subterránea para tratar de explicar las actividades económicas que surgen como resultado del estancamiento económico que experimentan, especialmente a partir de los años setenta. Termos como economía subterránea, actividades ilegales o no reguladas, investigadores la utilizaron para explicar los problemas de utilización ilegal del factor trabajo, al contravenirse las reglamentaciones laborales por medio de la subcontratación colectiva a través de estas micro pequeñas empresas o con la contratación de trabajo temporal, etc.” (Carbajal, 2006: 6).

O informal como subdesenvolvimento

Outro aspecto trabalhado por Carbajal (2006) é o fato de que tem passado despercebida a similitude entre setor informal e subdesenvolvimento, sobretudo na hora de aplicá-los. A origem do problema estaria na tentativa da PREALC em dar consistência teórica à noção de informalidade, incorporando a base teórica do conceito de subdesenvolvimento e, por conseguinte, gerando sua equiparação.

O autor esclarece, por exemplo, que o interesse da PREALC em alcançar aceitação da noção de setor informal como categoria de análise incorporou todo o fundamento teórico da proposta conceitual de subdesenvolvimento³⁰. Isso teria contribuído decisivamente para excluir a articulação desigual desse tipo de nações no mercado mundial.

Carbajal (2006) explica-nos que a categoria determinante da confusão, relativa ao uso análogo de ambos os conceitos, recai na heterogeneidade estrutural. A CEPAL definiu-a como a coexistência de dois setores: um moderno, marcado pela concentração de atividades econômicas típicas de países industrializados, e outro atrasado ou tradicional, caracterizado por reunir as atividades atrasadas ou atípicas. A PREALC, ao incorporar essa categoria de análise do subdesenvolvimento ao binômio setor formal/setor informal urbano, deixa escapar um ponto crucial: o fato de que um ponto essencial da categoria subdesenvolvimento está em esta ter sido criada com a intenção de mostrar as diferenças que existiam entre as nações.

Carbajal (2006) reforça que outro fator que contribui para o emprego análogo de termos como setor informal e subdesenvolvimento foi, inclusive, muito das próprias políticas públicas elaboradas para superar o segundo. Assim, temos que:

El sector informal se empezó a utilizar más por las características que retoma del concepto subdesarrollo (concretamente al asumir las características del polo atrasado de la heterogeneidad estructural) o por los sujetos que muestran este estado de atraso económico, que por una definición propia del fenómeno. Esta imprecisión teórica trajo como resultado que toda diferenciación (si es que existió) entre el subdesarrollo y la informalidad se borrara. En consecuencia, el sector informal pasó a sustituir a la categoría de subdesarrollo al asumir sus defectos y cualidades. (Carbajal, 2006: 10-11).

³⁰ Ver: Tokman (1987-a: 531-536).

O informal: de subdesenvolvimento a extralegalidade

Diante da carência do “conceito” de informalidade no que concerne a conteúdos teóricos suficientes para oferecer um elo de coesão explicativo e articulador do desemprego estrutural, das empresas tradicionais (do referido pólo atrasado) e da baixa inclusão populacional, uma nova questão se colocou: a necessidade de encontrar um elo integrador dos três diferentes problemas. Daí resultou a elaboração do informal compreendido enquanto prática de atividades ilegais perante o Estado.

A partir dessa concepção, a extralegalidade tem sua base no pressuposto de que todas as atividades realizadas pelos informais são diferenciadas das tipicamente capitalistas, precisamente porque transgridem as normas de funcionamento da ordem legal socioeconômica. Seu indicador, entretanto, também está marcado por vários problemas teóricos, como analisa Carbajal (2006). Segundo o autor (2006: 12):

(1) El sector informal urbano pasó a tomar carta de naturalización y a ser utilizado, no solo comúnmente, sino a constituirse en una referencia ‘científica’ obligada para caracterizar aquellos sujetos sociales que representan en forma unívoca al subdesarrollo; (2) toda micro y pequeñas empresas con un bajo componente tecnológico, uso abundante de fuerza de trabajo, sin cumplir los requisitos fiscales y laborales estatuidos por las autoridades, pasaron a ser el espectro empresarial de la informalidad.

O pecado original radicaria no fato dessa definição de setor informal ter constituído, a partir de outro marco teórico, o subdesenvolvimento proposto pela CEPAL. Assim, recobra sentido a idéia de “atípico” como pólo atrasado da heterogeneidade estrutural, assim como a idéia da suboferta de trabalho formal como desemprego estrutural de um capitalismo de transição ou marcado pelo atraso.

Nessa perspectiva, a OIT e a PREALC, na hora de explicar os conteúdos teóricos da informalidade, tenderam a recuperar a explicação das características do subdesenvolvimento cepalino, da heterogeneidade e do desemprego estrutural, como as causas desse universo. A informalidade como atividade econômica teria sido reduzida a um único indicador, o da extralegalidade, e confundida com suas causas. Tal reducionismo expressaria, na verdade, uma pretensão de satisfazer a carência teórica dessa categoria.

Daí resulta que um grande número de pesquisadores que utilizam a categoria de setor informal tem reproduzido a confusão original, ou seja, tomar esta mais pelas características do conceito de subdesenvolvimento do que por um conteúdo teórico próprio. Ademais, a extralegalidade, ao ser transformada em uma característica ‘intrínseca’ sua, revalida confusões teóricas anteriormente citadas.

O informal como forma atrasada de produzir ou uso ilegal da força de trabalho?

Um último questionamento da noção de setor informal resultante da imprecisão conceitual gerada pelas definições de Hart (1973) e a missão da OIT no Kênia se refere ao fato de esta categoria tender a explicar o desenvolvimento das pequenas empresas, ou de seus respectivos defeitos, através do comportamento do trabalho excedente na economia. Carbajal (2006: 13) explica que:

Sobre este punto, tanto las definiciones de Victor Tokman y Emilio Klein, funcionarios del PREALC, como las de Alejandro Portes y Laura Benton, investigadores de la Universidad Johns Hopinks son una clara muestra de esta situación dado que para los primeros investigadores dicho concepto es el uso ilegal de la fuerza de trabajo. Dicho en otras palabras, para los funcionarios del PREALC el sector informal urbano son todas aquellas pequeñas empresas que tienen formas atrasadas de producir y por lo tanto el interés de este concepto se centra en el estudio de los empresarios informales. En tanto que para Portes y Benton el sector informal urbano es una noción que estudia los problemas del mercado de trabajo como consecuencia de una sobrepoblación.

Observa-se que, do ponto de vista socioeconômico, a categoria de setor informal tende a ser caracterizada, por esses autores, como atividades atrasadas ou próprias da força de trabalho excedente.

Carbajal (2006) afirma que tal análise busca insistentemente explicar, através de uma só categoria, realidades distintas, quais sejam: setor tradicional, informal e marginal. Na realidade, são três problemas distintos: os fenômenos com a presença de distintos regimes produtivos na economia, os problemas do excedente relativo de força de trabalho e o fenômeno da marginalização socioeconômica. Cabe ressaltar que o autor coloca, também, a necessidade de um tratamento particular para cada um, e não uma simples agrupação em um setor. Isso porque têm causas e repercussões distintas no contexto econômico geral.

Ao longo da segunda parte deste trabalho, observamos que não existe uma só definição de setor informal. Constatamos, também, que à diversidade de definições corresponde uma grande variedade de abordagens teóricas. Entretanto, a leitura desta parte nos permite perceber que tanto a variação de conceitos quanto a multiplicidade de linhas interpretativas estão atravessadas teórico-metodologicamente por consequência da confusa e vaga categoria de informalidade urbana, originalmente elaborada no início dos 70 pela OIT. Essa categorização tem como principal crítica aquela que sustenta que, não tendo conseguido superar as anteriores noções de subemprego e marginalidade, o setor informal urbano acabou produzindo uma visão dualista.

A reprodução de tal dualidade tem se renovado. Nesse sentido, esse tipo de abordagem, baseada no binômio setor formal/setor informal, tem ocasionado uma mudança de denominação: antes eram o moderno e o atrasado ou tradicional, hoje são o formal e o informal. A partir da análise dessa lógica dual, Carbajal (2006: 14) afirma, concluindo:

la noción de sector formal - sector informal urbano, lo único que hace es recrear la concepción de heterogeneidad estructural de la CEPAL, generando con ello un sinónimo de otro concepto como es el de subdesarrollo. En ese sentido los diversos usos del binomio sector formal e informal urbano se reflejan en realidad a la explicación endógena de desarrollo, sea este la marginalidad, el trabajo por cuenta propia o las pequeñas unidades productivas que reproducen de manera específica al sector atrasado de ese estado de desarrollo, pero que hoy igualmente se le llama sector informal urbano.

1.3 Paradoxos da informalidade

Devemos acrescentar, ainda, importantes constatações resultantes de diversas pesquisas empíricas realizadas em diferentes partes do mundo e que podem servir como variáveis que devem ser consideradas ao longo do processo de desenvolvimento desta pesquisa. Segundo Portes e Haller (2004), tais variáveis podem ser divididas em três paradoxos relacionados à informalidade: o de sua dinâmica social, o do papel do Estado e o do papel da sociedade civil.

Em relação ao primeiro grupo, o paradoxo da dinâmica social da informalidade, ao discorrer sobre algumas das principais variáveis comumente constatadas em diversas pesquisas relativas ao cotidiano de trabalho dos ambulantes os autores destacam: a) o papel

exercido pelas experiências históricas e pelos sentimentos comuns; b) a base cultural e política das redes de solidariedade do dia-a-dia dos ambulantes/informais; c) a tendência de criação/recriação/consolidação das redes de sociabilidade diárias dos informais frente a situações sociais de grande repressão e controle por parte do Estado; d) a ação exercida pelos ritos periódicos em relação a fundamentação de formas sociais cotidianas de solidariedade, bem como o papel desempenhado por tais ritos junto aos processos identitários que participam plurivocamente de seu universo social; e) o desempenho dos enclaves étnicos no cotidiano das relações de trabalho marcadas pela informalidade; f) a interação cotidiana entre empregadores e trabalhadores e entre proprietários de distintas empresas se caracteriza mais pela cumplicidade do que pela exploração ou mera competitividade; g) a inexistência, em termos gerais, de um sistema hierárquico ou de recursos jurídicos que sancionem as irregularidades contratuais; h) as relações das redes clandestinas do comércio informal com o roubo, a especulação, a corrupção e o mercado³¹.

A partir dessas premissas enraizadas em pesquisas de campo, é plausível concordar com a afirmação de Portes e Haller (2004: 16) segundo a qual: “cuanto más se aproxima al modelo del ‘verdadero mercado’, tanto más depende de los eslabonamientos sociales para su funcionamiento efectivo”.

Leituras como essas sobre o cotidiano de trabalho dos informais têm se multiplicado nas últimas duas décadas em virtude de uma forte revisão bibliográfica a respeito do assunto. Vale ressaltar os trabalhos de Capecchi (1989), que retrata a relação entre empregados e empregadores do setor informal na Itália Central; Brusco (1982) e Sabel (1986; 1994), sobre a especialização igualitária e flexível radicada em redes comunitárias estreitamente identificadas por uma cultura política comum e vinculadas entre si; Williamson (1975; 1994), que explicita as relações entre as hierarquias e os mercados como formas alternativas de realizar atividades comerciais e maximizar a eficiência; Lomnitz (1988), que discorre a respeito do papel desempenhado pelas redes sociais clandestinas de produção e circulação de bens de consumo, constituídas pela comunidade judia da ex-República da Geórgia; Altman (1983), que escreve sobre o papel desempenhado pelas festas entre as

³¹ É importante ressaltar que a historiografia social do trabalho inglesa, pós-década de 70, constitui também uma importante base de consulta teórico-metodológica para o desenvolvimento desta discussão.

comunidades de trabalhadores ambulantes; e, finalmente, Roque (2002), cujo trabalho trata da incrível capacidade de inovação e acumulação em Cuba.

Em relação ao segundo grupo, o paradoxo da relação do Estado com a informalidade, os autores supracitados destacam, a partir de uma análise comparativa de vários estudos de caso realizados em diferentes regiões, que a existência de contato entre eles é diversamente colocada pelas várias linhas interpretativas e, à medida que cresce a regulação estatal, tende a crescer proporcionalmente a economia informal. Além disso, estados com níveis regulatórios similares podem ter resultados distintos quanto ao crescimento da informalidade em função de questões relacionadas à estrutura social, às particularidades do cotidiano das relações sociais de trabalho dos ambulantes e os recursos culturais da população sujeita a essas normas.

Dessa forma, podemos concluir que a ideologicamente pregada “mão invisível do mercado” como princípio condutor do desenvolvimento capitalista, de acordo com o que se pode deduzir das conclusões das pesquisas de campo de De Soto (1987) sobre a informalidade no Peru, por exemplo, não se sustentam. Isso porque, em realidade, ocorre o contrário: ante a inexistência de um marco jurídico estável e uma fiscalização capaz de credenciar contratos, a apropriação oportunista tende a se generalizar, impossibilitando investimentos produtivos de médio e longo prazo.

Por outro lado, a economia informal não poderia existir se não houvesse um universo de atividades formais e controladas. Assim, podemos afirmar que o alcance e a amplitude desta variam de país para país, principalmente em função das regulações formais comparáveis.

Makaria (1997) e Pérez-Sainz (1992) procuram demonstrar, com essa preocupação, que em Estados de reduzida capacidade de fiscalização é comum observar uma tendência de regulação das relações econômicas exercidas pela iniciativa privada ou por estruturas normativas tradicionais e uma constituição de bolsão de capitalismo formal e de cumprimento legal dos contratos, rodeado de um território predominantemente caracterizado por uma economia auto-regulada. Trata-se de uma situação que gera um padrão de deprecação em que só uma pequena elite aproveita os benefícios da proteção e os recursos do Estado³²,

³² Caso ilustrado pelo ocorrido no Zaire durante o Governo de Mobutu pelo Estado mercantilista peruano etc.

seja aplicando diretamente as normas com a exclusão dos demais, ou indiretamente mediante o suborno de funcionários (Cross, 1998; Bromley, 1994).

Para concluir esse item sobre as interfaces entre informalidade e Estado podemos afirmar, a partir de Lomnitz (1988: 54), que:

La paradoja del control del Estado es que los esfuerzos oficiales por desterrar las actividades no reguladas mediante la proliferación de reglas y controles muchas veces refuerzan las propias condiciones que generan esas actividades [...] Cuando los controles del Estado son limitados, la mayor parte de la actividad económica se autorregula y se realiza a través del sector formal, pues no contraviene ninguna norma oficial. A medida que aumenta el número de reglas, aumentan concomitantemente las posibilidades de soslayarlas hasta que, en la situación límite, se pueden violar las normas en toda la economía para obtener beneficios. [...] La economía formal crea su propia informalidad.

No que concerne ao terceiro e último paradoxo da classificação proposta, Portes e Haller (2004) descrevem dois tipos de sociedade civil no que tange à regulação da economia e sua relação com o Estado: a atomizada (individualista) e a organizada em redes, cada uma apresentando diferentes níveis de regulação da economia.

A tipologia supracitada permite perceber que a receptividade e a resistência das distintas sociedades às normas oficiais ou sua capacidade de organizar atividades informais pode ser muito variável.

Assim, percebemos diversas situações. Por um lado constatamos, como destaca Roberts (1989), a pouca probabilidade de populações acostumadas a relações de trabalho de tipo fordista e à presença de um Estado forte em recorrerem à informalidade, inclusive em períodos recessivos. Nesse sentido, Leonard (1998), referindo-se à Alemanha do final dos 90, explica que a opinião pública desse país considera, em geral, que quem desenvolve atividades “paralelas” tira vantagens às expensas dos cidadãos que pagam impostos e cumprem a legislação vigente.

Outro exemplo similar, como destacam Portes e Haller (2004), é o da classe trabalhadora da Grã-Bretanha durante o período de ajuste econômico do Governo de Thatcher nos anos 80. Os autores lembram que, em um contexto marcado pelo crescimento do desemprego e pelas perdas salariais, não surgiu no país uma economia informal significativa. Muitos daqueles que perderam seu emprego formal de tempo completo recorreram ao emprego de tempo parcial e ao auto-provisionamento. Isso aconteceu em função, de um lado,

do forte caráter individualista do sistema de bem-estar, que reduz a solidariedade comunitária e, de outro, da tradição da classe trabalhadora de apoio ao controle estatal da economia.

Noutro extremo, Lacey (2002) explica que quando existem redes comunitárias muito fortes a população está acostumada a servir-se de seus próprios meios para sobreviver e desconfia de qualquer intervenção oficial, sendo mais provável que a organização de atividades e de empresas informais sejam consideradas uma coisa normal e justificada de resistência. É o que ocorre nas nações onde o Estado é praticamente inexistente e os laços de solidariedade muito fortes, como exemplifica o autor ao citar como exemplo a história de resistência da região de Emilia às disposições do Estado central italiano.

1.4 Formas usuais de medição do setor informal

Dificuldades teórico-metodológicas de medição do setor informal

A dificuldade de conceituação da informalidade tem uma conseqüência metodológica quase direta, sua dificuldade de medição. Soma-se a esta o fato de que a ilegalidade em que são colocadas as atividades informais contribui para que aqueles que dela dependem tratem de ocultá-las.

Várias são as tentativas de medição do setor informal ou, como lembra Cacciamali (1983: 37), “as cirurgias da realidade para operacionalizar o conceito Setor Informal” e tentar dimensioná-lo. Nesse sentido, a autora ressalta como históricas as seguintes formas de descrição do conceito: a) trabalhadores que não tem contrato de trabalho sob o guarda-chuva da legislação trabalhista; b) um conjunto de atividades econômicas definidas a priori; c) por resíduo, na qual se encontram os trabalhadores que não estão incluídos no setor formal; d) firmas com números arbitrários de trabalhadores: menos de cinco funcionários; e) empregadores, trabalhadores e familiares em estabelecimentos de até quatro empregados, trabalhadores por conta própria (exceto profissionais liberais) e/ou ocasionais e serviço doméstico³³.

³³ Esta maneira é utilizada, em geral, nas definições dos trabalhos do PREALC (1978).

Uma das principais críticas tecidas por Cacciamali (1983: 43) em relação a essas tentativas de operacionalização do conceito é que elas são incapazes de caracterizar o trabalhador por conta própria, núcleo típico do setor informal, para efeitos de estudo. Trata-se de:

Aproximações, fruto, não raramente, do anseio de mensurar o Setor Informal e da ausência de informações mais completas nas estatísticas oficiais e que podem obscurecer a natureza e o caráter desse conjunto de produtores no processo econômico, além de poderem conduzir a interpretações incorretas sobre a qualidade do desenvolvimento econômico em gestação. Isto é, podem levar à conclusão de que os baixos níveis de renda se resumam ao Setor Informal, mascarando os baixos salários pagos no setor Formal.

A autora não é menos crítica em relação à adoção de um nível mínimo de renda para precisar as fronteiras da informalidade junto a População Economicamente Ativa – PEA, uma vez que esse tipo de metodologia tende a destacar o indivíduo em detrimento da família, ou seja, está assentada numa visão atomizada da unidade de consumo na sociedade capitalista. É um olhar que contribui para esconder que a renda provém da forma de participação dos indivíduos na produção. Cacciamali (1983: 43) arremata:

À medida que se desloca o eixo de delimitação do setor informal, transferindo-o da forma de participação na produção para níveis de consumo ou de legalidade no exercício do trabalho, escondem-se os baixos salários pagos nas formas de organização da produção capitalista e também a burla da legislação trabalhista nessas empresas, mormente nas menores. Ignora-se, além disso, as condições sob as quais se está realizando o trabalho.

Cacciamali (1983) reforça que essa operacionalização metodológica que homogeneiza os indivíduos por critérios de renda contribui para a perda de informações sobre a qualidade do processo econômico que está acontecendo, assim como o referencial de *onde e como* intervir politicamente (políticas de emprego e renda).

Diante do exposto, trata-se de extrair as rendas do trabalho através das formas como se está processando a incorporação dos trabalhadores a nível quantitativo, volume de postos de trabalho, e qualitativo, condições de trabalho e níveis de renda na produção.

Outro ponto ressaltado no tratamento metodológico do conceito em questão é a necessidade de não descuidar das considerações sobre informalidade e Estado, já que aprender

a trabalhar e manter-se no setor informal exige liderança, criatividade, desembaraço e, até, agressividade em determinadas circunstâncias do cotidiano de trabalho. Outras três posições metodológicas em relação à operacionalização de tal conceito merecem um olhar crítico de Cacciamali (1983): o tratamento atribuído à sua origem, comumente explicada como necessidade de sobrevivência do excedente de mão-de-obra, formado pela massa de migrantes recém-chegados à cidade e sem perspectiva de obter um posto de trabalho no setor formal, o modo como tem sido comumente abordada a manutenção e a permanência dos informais no meio urbano e suas relações com a demanda de bens e serviços dos grupos mais pobres e as análises que se referem ao elevado grau de competição que caracteriza esse setor.

Em relação à primeira colocação é necessário esclarecer que são as especificidades do desenvolvimento capitalista no Brasil, dependente e não totalmente solidificado, que, entre outros fatores, geram o elevado grau de excedente de mão-de-obra e não o contrário³⁴.

Existem partes de ramos da produção que estão sendo capturados pelo capital (parte da agricultura, por exemplo) ao mesmo tempo que ramos da produção primordialmente dominados por formas de organização da produção capitalista sofrem modernização tecnológica, introduzindo ou não novos produtos. Estes movimentos, por sua vez, decompõem-se, por um lado, na destruição de atividades informais e postos de trabalho assalariados e, por outro, na criação de outros postos de trabalho assalariado e criação, recriação ou ampliação de atividades informais. Enquanto a intensidade desse processo não diminuir, em especial na área rural, observar-se-á a manutenção de excedente de mão-de-obra, particularmente migrantes, que podem ocupar parcelas de determinadas atividades informais. (Cacciamali, 1983: 45)

No que concerne à segunda questão, o argumento principal é aquele que considera capital e trabalho como fatores de produção e apresenta sua sub-remuneração no setor informal como um dos motivos para a sua sobrevivência. Trata-se de uma forma de abordagem da questão que descuida da relação capital-trabalho, tendendo a obscurecer que esta independe dos desejos dos indivíduos que se apresentam no quadro social como capitalistas ou assalariados, bem como que a forma de produção capitalista se estabeleceu historicamente e, assim, se reitera e se desenvolve. Além disso, o desdobramento e a transformação das relações capital-trabalho processam-se também pelo desenvolvimento

³⁴ O modo de produção capitalista deve ser entendido também como algo que abrange, em especial, a produção e a reprodução de seres humanos (esperança de vida, tamanho da família, taxa de crescimento demográfico etc.). Ver: Oliveira (1977).

tecnológico e, nesta, os anseios de indivíduos e grupos estão filtrados pelas relações de poder. Vale ressaltar que no setor informal esta se norteia muito mais pelas condições de trabalho do que pela(s) taxa(s) de retorno³⁵.

Ressaltamos, ademais, dois outros pontos: a determinação dos preços e a tese do confinamento do consumo dos mais pobres a essa zona.

Em relação à determinação dos preços no setor informal, torna-se importante destacar que a relação quantidade/qualidade/preço pode representar serviços especiais tais como vendas em pequenas unidades, materiais, mão-de-obra, tempo, transporte, nível de renda e potencialidade do cliente em relação aos serviços futuros, relação pessoal e de conhecimento que o comprador tem com a natureza do serviço. Nesse sentido, pode-se afirmar que preços abaixo do mercado podem representar serviços especiais prestados ou as próprias condições de barganha entre trabalhador e consumidores (Cavalcanti e Duarte, 1980). Tal evidência empírica mostra que o preço de determinados serviços oferecidos por esse setor é fixado em função dos custos.

No que concerne ao segundo desdobramento dessa questão, a tese do confinamento do consumo dos mais pobres ao setor informal, cremos que ela seja, no mínimo, duvidosa. É assim que Perlman (1979) e Kowarick (1980) formam coro crítico quanto ao confinamento ser percebido em função do nível de desenvolvimento econômico encerrado em uma dada realidade, principalmente naquelas caracterizadas pela concentração de indivíduos pobres em periferias ou favelas. No entanto, esclarecem, é um falso isolamento, pois estes trabalham e se relacionam com o restante dos indivíduos, ou seja, as referidas parcelas de renda mais baixa engrossam o mercado interno consumindo variado número de produtos industriais distribuídos tanto pelo setor formal quanto pelo informal.

Em relação a terceira e última colocação, análises que se referem ao elevado grau de competição que caracteriza o setor informal, vale lembrar que inúmeras dessas atividades

³⁵ Segundo Cacciamali (1983: 47) é importante ressaltar que “no setor informal a sub-remuneração da relação capital-trabalho está intimamente ligada a: a) o proprietário/produzidor explora sua própria força de trabalho e, às vezes, de alguns ajudantes; b) o trabalho excedente, em geral de pequena monta, tem a finalidade de aumentar a renda, o consumo, do proprietário/produzidor; c) os meios de trabalho não têm a finalidade de extrair trabalho excedente alheio para valorizar o dinheiro aplicado, mas, em geral, o próprio sustento e melhoria nas condições de vida. Pode-se afirmar: em primeiro lugar, não é a sub-remuneração que cria ou mantém o setor informal (este depende do espaço produtivo enquanto um todo); em segundo lugar, o setor informal depende também de pessoas que se disponham e/ou não tenham opção, mas que possuam requisitos necessários para ocupá-lo”.

não se caracterizam por baixa renda, nem pela facilidade de entrada ou por atuarem em mercados competitivos³⁶.

Principais procedimentos de medição do setor/economia informal

Diante das dificuldades de medição do setor informal, cabe expor neste trabalho quatro de suas principais formas usuais de mensuração: o ponto de vista do mercado de trabalho, o enfoque das pequenas empresas, o olhar pela via do consumo do lugar e a visão das discrepâncias macro-econômicas.

O primeiro enfoque, do mercado de trabalho, tem por objetivo estimar a porcentagem da população economicamente ativa que trabalha na economia informal, baseando-se nas categorias específicas de emprego incluídas nos censos ou nas pesquisas representativas de todo o país. A premissa é que determinados grupos de pessoas são mais propensos a ocultar, das autoridades tributárias e de registro, uma parte da totalidade de suas atividades geradoras de ganhos.

Ocupam primeiro lugar nesse grupo aqueles que trabalham por “conta própria” e que tem, portanto, mais possibilidades de ocultar seus ganhos do que outros trabalhadores³⁷. Outra categoria suspeita, a segunda, é constituída pelos “desempregados”, porque lhes cabe a possibilidade de que possam estar trabalhando fora do mercado de trabalho protegido, ao mesmo tempo em que recebem algum tipo de prestação social obrigatória, como seguro desemprego e outros. Em seguida temos “aqueles que declaram não ter ocupação”, reforçando que, em geral, os que não trabalham ou não buscam trabalho realizam atividades informais para gerar renda, ao menos em tempo parcial. A OIT define como quarta categoria desse primeiro enfoque o “serviço doméstico”, considerando, principalmente, os dados provenientes dos países menos desenvolvidos, embora isso possa se aplicar também aos mais ricos.

A mesma observação vale para a quinta e última categoria, “micro-empresas que empregam até cinco pessoas”, considerando que estas operam ilegalmente ou, estando

³⁶ Cacciamali (1983) lembra que o próprio Souza (1979; 1980) critica os estudos sobre essa questão em trabalhos anteriores.

³⁷ “La Oficina Internacional del Trabajo (OIT) y el Programa Regional del Empleo para América Latina y el Caribe (PREALC) han clasificado a los trabajadores por cuenta propia, con exclusión de los profesionales y los técnicos, como parte del sector informal” (Portes e Haller, 2004: 30).

registradas, geralmente não cumprem com as normas jurídicas em suas práticas de contratação. Como esclarecem Pérez-Sainz (1992) e Klein e Tokman (2000), é a partir dessas categorias de emprego registradas nas pesquisas de domicílio que organismos das Nações Unidas proporcionam estimativas sobre a força de trabalho informal da maioria dos países.

Sua segunda forma de medição, o enfoque das pequenas empresas, toma como base a evolução do número e a proporção de “empresas muito pequenas”, considerando-os como indicadores de troca das atividades informais. Por definição, tais organizações são as que empregam menos de dez trabalhadores. Tal visão tem sido aplicada nos Estados Unidos no lugar do método dos dados do mercado de trabalho. Segundo Portes e Sassen-Koob (1987: 47):

La premisa es que, en los países avanzados, la mayoría de las actividades definidas como informales se producen en las empresas más pequeñas porque son menos visibles, más flexibles y tiene más posibilidades de evitar los controles del Estado. Se supone que las empresas más grandes son más vulnerables a la regulación oficial y menos propensas a arriesgarse a ser sancionadas. Por lo tanto, es más improbable que realicen actividades informales en forma directa, aunque pueden subcontratarlas a empresas más pequeñas que sí las realizan.

Como indicadores do grau de informalidade, a evolução das empresas muito pequenas está sujeita a dois vieses de significado contrários: em primeiro lugar, nem todas realizam atividades informais, o que nos leva a concluir que se produz uma sobreestimação; em segundo lugar, o pressuposto de que estas trabalham totalmente na ilegalidade, esquivando-se de todos os controles do Estado, resulta em uma subestimação. Não se sabe até que ponto ambos se compensam, mas, nessa situação, o melhor é interpretar as séries como uma estimação aproximada da evolução do setor informal³⁸.

O terceiro enfoque, entre os mais usuais, de medição, é denominado consumo do lugar/domicílio. Baseando-se na constatação de que nos países em desenvolvimento é difícil obter mensurações do emprego informal mediante pesquisas diretas, Smith (1987) e McCrohan, Smith e Adams (1991) desenvolveram um engenhoso método baseado no consumo de bens e serviços que são providos informalmente em lares/domicílios dos Estados Unidos. Para esses estudos se utilizaram pesquisas estatísticas nacionais, realizadas por el

³⁸ Ver: Portes e Haller (2004).

Survey Research Center da Universidade de Michigan em 1981, 1985 e 1986. As atividades informais foram definidas como as transações de mercado que deveriam estar registradas ou ser objeto de tributação, mas que não o foram.

Foi solicitado aos entrevistados que informassem as quantias gastas nos anos anteriores para adquirir bens e serviços de forma extralegal. Sobre a base dos resultados, os autores estimaram que os lares/domicílios estadunidenses gastam cerca de 72.400 milhões de dólares em compras informais, o que em 1985 representava 14,6% de todos os gastos formais e informais. O estudo também concluiu que pelo menos 83% deles utilizavam ao menos algum tipo de fornecimento informal. Portes e Haller (2004: 35) ressaltam:

El valor de este método radica en que utilizan mediciones directas y estadísticamente representativas, lo que permite obtener una estimación fidedigna del consumo de los hogares. Como indicador de la amplitud de la informalidad en la economía nacional presenta una falta fundamental: no tiene en cuenta los insumos producidos informalmente para las empresas más grandes y las prácticas laborales irregulares de éstas. En otras palabras, todo el universo de subcontratación informal en las industrias del vestido, la electrónica, el mobiliario, la construcción y muchas otras, así como el empleo ‘fuera de plantilla’ de empresas formales queda excluido por este sistema de medición que tiene en cuenta, exclusivamente, el consumo de los hogares. Este método y el de las empresas muy pequeñas emplean una premisa básica común: que la informalidad predomina en las unidades económicas más pequeñas. Sin embargo, en ambos casos hay discrepancias significativas entre lo que ocurre en los hechos y lo que indican las cifras.

O quarto enfoque de medição do conjunto dos quatro mais usuais é conhecido como método das discrepâncias macro-econômicas. Trata-se de medir a magnitude da chamada ‘economia subterrânea’ total como proporção do PIB e está fundamentado na existência de pelo menos duas medidas distintas, porém comparáveis, no contexto da economia nacional. As diferenças entre ambas se atribuem às atividades informais. Como exemplo Feige (1990) cita a brecha entre o ingresso e o gasto das contas nacionais, que pode ser empregada para estimar a magnitude dos ingressos não-declarados, pois é menos provável que as pessoas falsifiquem os últimos do que os primeiros.

Portes e Haller (2004) explicam que esse método tem sido preferido nos países avançados, onde os métodos de registro do Estado e das contas nacionais estão mais estruturados e há poucas possibilidades de se obter informações válidas sobre a participação individual nas atividades subterrâneas mediante pesquisas. Continuam esclarecendo que

economistas de muitos países tem começado a usar cada vez mais os métodos macroeconômicos de estimação do tamanho da economia “subterrânea” a partir dos ingressos não-declarados.

Apesar do uso dessa metodologia ganhar espaço em muitos círculos acadêmicos, vários analistas, como Feige (1990) e Portes e Sassen-Koob (1987), se posicionam criticamente em relação ao método em questão. Em primeiro lugar, a premissa de que as transações informais se realizam principalmente em dinheiro é discutível, pois é possível utilizar cheques bancários e outros instrumentos sem demasiado temor de que as autoridades os detectem. Em segundo lugar, a hipótese de que as atividades informais não existiam de forma arbitrária em um período determinado também é discutível. Por último e mais importante, essas estimativas não permitem diferenciar entre atividades ilegais e informais.

O paradoxo das medições no setor informal

Como anteriormente exposto, as limitações dos métodos de mensuração estão articuladas com a própria natureza do fenômeno, de difícil e polêmica definição. Tais atividades, não raramente, são ocultadas de forma multiforme. Os níveis de dissimulação das atividades informais, um dos principais obstáculos à medição, dependem das características regulatórias do Estado em relação a elas e do grau de eficácia com que se fazem cumprir³⁹. Portes e Haller (2004) traçam, a partir do exposto, a seguinte tipologia sobre os paradoxos relativos a sua extensão: 1) Estado débil/**setor informal** generalizado/mensuração; 2) Estado forte/**setor informal**/mensuração; 3) quanto mais crédito tem o aparelho de Estado frente à sociedade civil organizada tanto mais difícil será que os mecanismos de registro permitam determinar a magnitude real dessa economia.

Sobre o primeiro e o segundo paradoxos referidos, podemos tomar como exemplo a comparação entre os países caracterizados pela presença de Estados fortes e os por Estados débeis em relação à fiscalização das atividades informais. Nesse sentido, Carbonetto, Hoyle e Tueros (1985: 29) explicam:

³⁹ Ver: Portes e Haller (2004: 37).

En muchos países en desarrollo y varias naciones de Europa oriental, se pueden obtener estimaciones confiables de la magnitud del sector informal mediante las encuestas directas. La poca fiscalización y el carácter generalizado de estas actividades hace que los empresarios y los trabajadores informales tengan menos temor a responder a las preguntas que puedan formularseles sobre sus actividades. En América Latina varias encuestas han producido estimaciones aceptables de la magnitud de la fuerza de trabajo empleadas por el sector informal en varias zonas metropolitanas.⁴⁰ [...] Cuando la regulación del Estado es muy eficaz y generalizada, como en muchos países industrializados, la situación es distinta. En estos casos, las actividades informales están más ocultas y, como se ha visto, generalmente insertas en redes sociales más estrechas. Por lo tanto, por mejor organizado que esté el sistema oficial de registro, es más probable que no pueda detectar una proporción significativa de la actividad informal.

Sobre o terceiro e último paradoxo é importante ressaltar que, em geral, a economia informal tende a ser menor em um contexto caracterizado por uma regulação limitada da atividade econômica, aplicada por um aparato de Estado competente e com população acostumada ao emprego remunerado ordinário, bem como à existência de meios jurídicos para formular suas demandas e ressarcir-se de danos.

Em sociedades assim caracterizadas, o trabalho informal tende a ser desaprovado não só pelo Estado, mas também pela sociedade civil, geralmente bem organizada. Isso estimula as habilidades dos trabalhadores desse setor em ocultar a real dimensão de suas atividades frente às tentativas de mensuração e, assim, as informações de que dispõem os administradores do Estado a tal respeito tendem, não raramente, a alimentar conclusões ilusórias sobre o mesmo⁴¹.

1.5 O recorte teórico-metodológico: justificativa

Particularidades sobre o universo de pesquisa

Esta pesquisa toma a região central de Goiânia (ver mapa 1.1), capital do estado de Goiás, como “espaço-vitrine” de trajetórias de inserção precária e de efetiva exclusão de trabalhadores do setor formal de trabalho local, bem como de formas cotidianas de

⁴⁰ Não devemos nos esquecer, entretanto, que as estimativas sobre o setor informal no campo são quase inexistentes, ao contrário do que ocorre nas regiões metropolitanas.

⁴¹ Ver: Portes e Haller (2004: 39).

sobrevivência dos ambulantes regulamentados e “clandestinos” frente às intensas mudanças que a reestruturação produtiva têm imposto ao mundo do trabalho.

Tal região, segundo Santana (2001), compreende o centro histórico e planejado e é também denominada de “centro tradicional de Goiânia”, área formada pelas avenidas Anhangüera, Paranaíba, Tocantins, Araguaia e Goiás, além das ruas 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9 e 30.

Trata-se de uma área que “nasce” com a fundação da própria cidade, em 24 de outubro de 1933, sendo criada pela necessidade de transferir a capital do estado e passando por “um processo de verticalização desencadeado a partir da década de 1970” e um “processo de decadência a partir de 1980” (Assis, Correa e Pinto, 2005: 3-4).

Segundo Correa, Pinto e Paula (2006: 123), esse fenômeno de “decadência” pode ser chamado de “invasão-sucessão”, conhecido pela “tomada do centro pelas classes mais populares e saída das classes abastadas juntamente com seus estabelecimentos comerciais mais sofisticados”.

Cabe ainda ressaltar que, nesta pesquisa, nos momentos em que se fizer necessário, o termo “centro histórico” será substituído pelo termo “região central”, isto é, sempre que for preciso referendar-nos aos limites geográficos deste universo de pesquisa, particularmente às três feiras que estão em áreas contíguas ao chamado centro histórico e planejado ou centro tradicional, ou seja, a do Sol (aos domingos, na Praça homônima) e a da Lua (aos sábados, na Praça Tamandaré), que atendem mais à população local em busca de lazer e pequenas compras e, ainda, a que ocorre aos domingos na Praça do Trabalhador (região central), mobilizando pessoas de diversas regiões do país devido ao porte e por vender produtos da indústria de confecção local: a Feira Hippie. Esta possui tal nome devido aos produtos antes vendidos e seus expositores, tendo sido deslocada por diversas vezes devido ao seu crescimento e pelos transtornos urbanos causados em função disso (Fonte do mapa: Enga-2000).

Nesta pesquisa privilegia-se essa área geográfica pelo fato dela ser identificada como área de maior concentração de ambulantes “clandestinos” e regularizados do mercado de trabalho local. Essa realidade ganha mais relevância quando confrontada com o fato de se concentrarem nessa micro-região os centros comercial, administrativo e financeiro da cidade.

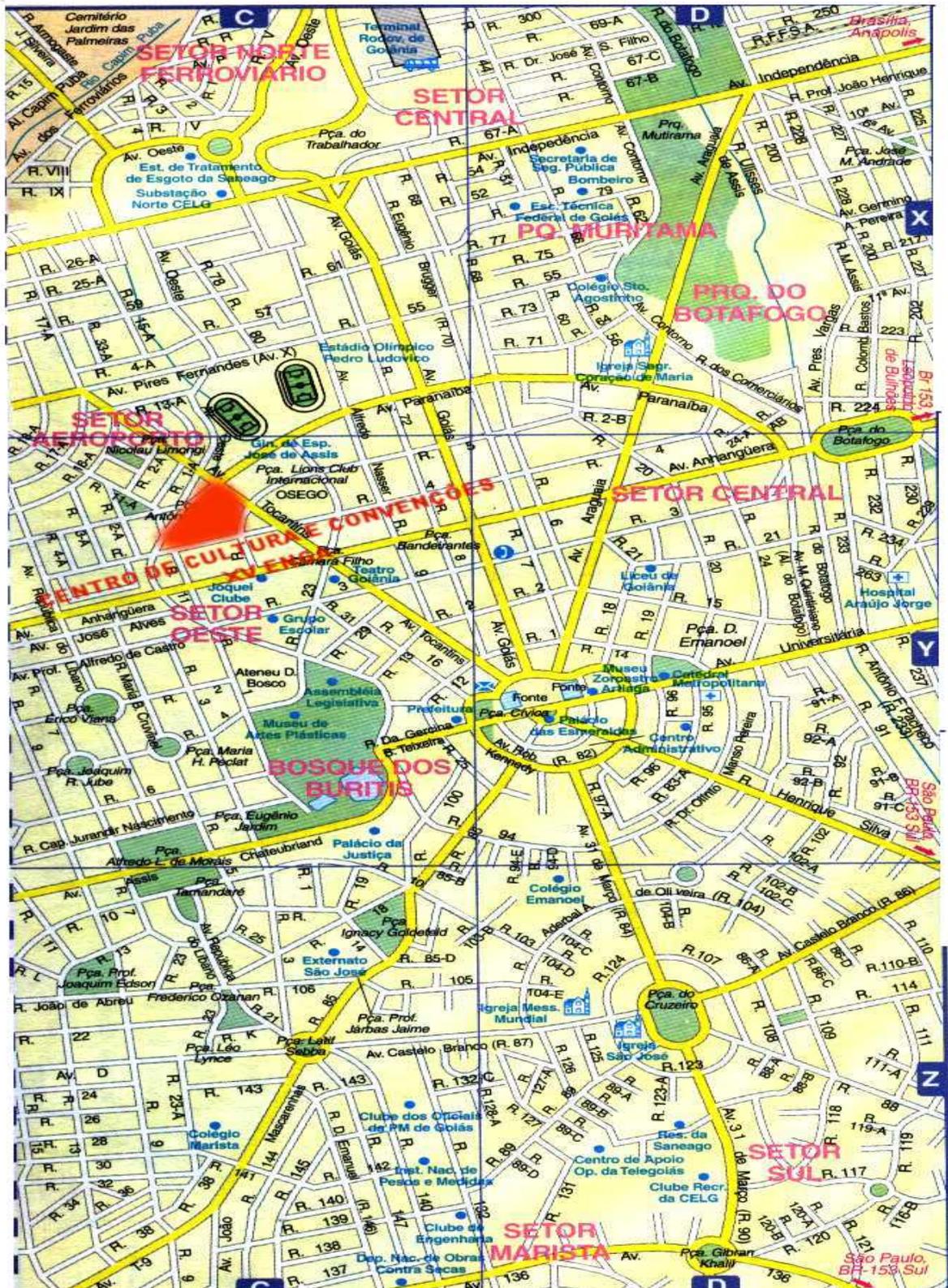
Além do mais, trata-se de uma região que, a partir dos anos de 1980, início do referido processo de “decadência”, foi paulatinamente transformada em um “território” de

lutas, conflitos, formas de resistências e práticas culturais constitutivas do cotidiano desses trabalhadores.

As diversas atividades desenvolvidas pelos ambulantes regulamentados e “clandestinos” historicamente se concentraram nessa região da cidade pelo fato de esta ser um dos principais espaços de circulação da capital, além de ser o mais central. Ademais, é importante considerar, também, que se localiza, nesta, uma significativa parcela do comércio em situação regular perante a legislação urbana, bem como as principais instituições financeiras da cidade, além de um grande número de instituições públicas.

Tudo isso faz com que constatem, nessa região urbana, um espaço profundamente conflituoso, caracterizado por um grande número de tensões, acomodações e re-acomodações de interesses de diferentes segmentos sociais que a constituem. Uma dinâmica que, de um lado, celebra e reforça as formas como a memória oficial da cidade é cotidiana e oficialmente reproduzida pelo “poder instituído” e, de outro, alimenta um conjunto de processos sócio-culturais articulados à “produção de lugares”⁴² pelo “poder instituinte” destes trabalhadores, no bojo de um espaço urbano avesso, até o final dos anos da década de 1980, a formas de trabalho não-reguladas oficialmente.

⁴² Trata-se de processos alimentados por “práticas” culturais do cotidiano de trabalho dos ambulantes, que são também expressões inquietas das formas como outras memórias da cidade, alijadas do discurso dominante sobre o urbano, resistem, recriando-o. Nesse processo, essas “práticas” participam para um processo de “re-territorialização” da região central da cidade, “ressignificando-o”.



Mapa 1.1: Região central expandida de Goiânia.

A pesquisa (ou produção do *survey*)

A última e mais sistemática pesquisa realizada com o objetivo de traçar o perfil socioeconômico dos ambulantes do centro de Goiânia foi realizada em 2000/2001 pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Goiânia – SEDEM, e, portanto, mais de meia década já se passou desde sua realização. Concentrou-se em traçar o perfil socioeconômico, o geral apenas, dos ambulantes de ruas e avenidas da região central⁴³, ou seja, não considerou os trabalhadores das feiras Híppie, da Lua, do Sol e do Mercado Aberto⁴⁴, que são hoje a grande maioria dos que trabalham na região central da cidade.

Diante disso, fez-se necessário realizar um trabalho de campo⁴⁵, base principal da pesquisa aqui desenvolvida, entre novembro de 2006 e janeiro de 2007, concebido na forma de *survey*. Esta pesquisa se distingue da anterior não só por representar um universo de trabalhadores ambulantes mais amplo do que o apresentado na pesquisa SEDEM/2000-2001, mas também pelo fato de procurar avançar em relação aos dados do estudo citado, buscando responder à questões relacionadas às suas percepções e ao seu cotidiano, para além de seu perfil socioeconômico geral.

Essa modalidade de pesquisa consiste na aplicação de questionários como uma amostra de um universo delimitado (ver questionário no anexo 2). As questões formuladas necessitavam ter um grau de objetividade para que pudessem servir de instrumento de comparação entre os agentes entrevistados e, ao mesmo tempo, fossem capazes, de acordo com seu número, de representá-lo.

A amostra obtida foi baseada no universo dos ambulantes que possuíam cadastros na Prefeitura de Goiânia para realizar suas atividades nos seguintes locais: Feira Híppie, Feira

⁴³ Situadas: entre a Avenida Paranaíba e Rua 9, entre Ruas 9 e 6, entre Rua 6 e Avenida Araguaia, entre Avenida Araguaia e Rua 20, Rua 3, Rua 4, Rua 7, Avenida Araguaia, Avenida Goiás (externa) e Avenida Paranaíba (ver mapa 1.1 - região central expandida de Goiânia).

⁴⁴ O mercado ainda não existia à época, pois foi fundado em 2003, depois da realização da pesquisa SEDEM-GO: 2000/ 2001.

⁴⁵ Antes de falarmos propriamente da pesquisa de campo cabe elencar a equipe que participou de sua realização entre novembro de 2006 e janeiro de 2007. Assim, temos os alunos da UFG-GO, mestrandos em Ciências Sociais Marcelo Gomes Ribeiro e Juliano Martins Rodrigues, que me apoiaram no processo de coordenação geral da pesquisa de campo, além dos graduandos dos cursos de Economia e Ciências Sociais Adrienny Pereira Tinoco, Fábio Rodrigues dos Santos, Fabrício Amaral da Silva, Iamanda Luiza Marciano, Luciana Viana Alves Viana, Marcilaine Martins da Silva Oliveira, Marina Lemes Landeiro, Welton Alves da Silva (todos aplicadores de campo), Marina Lemes Landeiro (auxiliar técnica), Diogo Roberto Fuhrmann, Marina Lemes Landeiro e Pedro Henrique Vilela de Aguiar (todos digitadores).

da Lua, Feira do Sol, Mercado Aberto e nas vias de circulação do Setor Central. Para tanto, o conjunto dos “pontos”⁴⁶ dos trabalhadores foi considerado como sendo um universo global, uma vez que o questionário aplicado foi o mesmo para todos.

Mesmo assim, a determinação do número de entrevistados em cada uma das referidas áreas decorreu de sua proporção em relação ao universo, ou seja, calculada a amostra, verificou-se a participação do número de “pontos” de cada lugar ou área em relação ao seu número total, como é possível observar na tabela abaixo:

Tabela 1.1 – Participação relativa das áreas constitutivas da amostra

Espaço amostral	Número de bancas	Participação relativa (%)
Feira Hippie	7.285	71,1
Feira da Lua	1.250	12,2
Feira do Sol	222	2,2
Mercado Aberto	1.345	13,1
Setor Central	148	1,4
Total	10.250	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

A amostra calculada considerou um universo de 10.250 bancas, o que a faria ser do tipo probabilística por se basear em um universo conhecido. Porém, a julgamos como sendo não-probabilística, pois nos espaços amostrais não se concentram apenas trabalhadores com pontos fixos e regularmente cadastrados nos órgãos da administração pública, os chamados “regularizados”, mas também ambulantes não-cadastrados nesses órgãos (com “ponto” fixo ou não), os chamados “clandestinos”.

Por haver evidências dessa situação, o que é motivo de interesse para este trabalho, o cálculo amostral se efetivou apenas visando à produção de um parâmetro que permitisse realizar generalizações, mesmo que tratadas com certa relatividade.

Assim, a amostra foi calculada com um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%, o que resultou em um total de 370 questionários aplicados. Com base nesse dado, procedeu-se à sua distribuição segundo a participação dos lugares investigados no universo considerado. Como a participação da Feira da Lua e do Setor Central era muito

⁴⁶ “Ponto”: denominação comum entre os trabalhadores ambulantes para se referirem ao local de trabalho no qual estabelecem suas bancas.

pequena, optou-se por ampliar o número de questionários nesses lugares, de modo que estes obtivessem um quantitativo capaz de ser, por si só, representativo daquele espaço.

Daí resultou que o total de questionários chegou a 430, como pode ser visto na tabela abaixo, que mostra sua distribuição pelas áreas do espaço amostral:

Tabela 1.2 – Participação relativa do número de questionários por área do espaço amostral

Espaço amostral	Número de questionários	Participação relativa (%)
Feira Hippie	264	61,4
Feira da Lua	48	11,2
Feira do Sol	37	8,6
Mercado Aberto	47	10,9
Setor Central	34	7,9
Total	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Mesmo sabendo que a amostra é do tipo não-probabilístico, foi calculada a distância média para a aplicação do questionário, de modo a torná-lo o menos enviesado possível. Assim, uma vez que se aplique um, o seguinte só poderia ser aplicado 27 bancas depois e, caso a pessoa escolhida não se dispusesse, a orientação foi a de realizar a entrevista com a pessoa à direita ou à esquerda da selecionada. Cabe ressaltar que, nos lugares em que havia um número menor de bancas, como é o caso da Feira da Lua e do Setor Central, essa distância foi reduzida para dez.

Das razões e caminhos metodológicos do uso da análise longitudinal

Ao contrário da maioria dos estudos sobre as conseqüências da reestruturação produtiva que privilegiam os chamados “chãos-de-fábrica” e, conseqüentemente, os trabalhadores que conseguiram sobreviver em seus empregos fazendo justiça total ou parcialmente às suas qualificações, nosso interesse são os trabalhadores tornados redundantes em relação ao setor formal do mercado de trabalho ou que nunca conseguiram se inserir nele, particularmente a partir dos anos 90, período de elevação sem precedentes da informalidade na região central de Goiânia.

Nesse sentido, se mostrou estratégica a adoção de uma metodologia que nos permitisse compreender melhor as características dos percursos ocupacionais dos trabalhadores ambulantes dessa região, particularmente visando compreender melhor como atuaram, em um cenário fortemente marcado pelo crescimento do desemprego, determinadas características dos mesmos: adscritas (sexo e idade) e adquiridas (escolaridade) em relação às suas respectivas formas de inserção no mercado de trabalho: entre 1990 e 2007.

Uma hipótese geral que guiou a pesquisa foi a de que a inserção de tais indivíduos no mercado de trabalho informal não se dá de forma homogênea, ou seja, da mesma forma. Tornou-se, pois, fundamental, focalizar trajetórias agregadas do grupo de trabalhadores que havia respondido às questões de natureza quantitativa ou, pelo menos, de uma amostra deste grupo. Assim nasceu o interesse pela abordagem longitudinal retrospectiva nessa pesquisa.

Essa metodologia se impôs também como uma necessidade diante do propósito de testar algumas hipóteses de trabalho que requeriam o conhecimento de parte da história ocupacional desses indivíduos. Por exemplo, inquietava-me se a passagem desses indivíduos pelo mercado de trabalho formal influenciaria ou não e de que forma(s) sua inserção na informalidade; perguntava-me se os diferenciais de tempo que caracterizam sua passagem pelo “mercado protegido de trabalho”, considerando os setores nos quais trabalharam, atuam ou não sobre a forma de inserção no mercado de trabalho informal, bem como na possibilidade de deixá-lo. Além disso, me preocupava como as variáveis de sexo, escolaridade e idade atuariam, ou não, e como, em caso positivo, sobre as trajetórias ocupacionais desses trabalhadores e trabalhadoras entre 1990 e 2007.

Uma primeira tentativa foi a de rastrear o hipotético histórico ocupacional desses trabalhadores no setor formal, anterior à sua entrada na informalidade, através da consulta às bases da RAIS/CAGED. Logo a pesquisa de campo revelou que muitos nunca experimentaram trabalhar com carteira assinada, enquanto outros tantos, a partir da década de 90, nunca ou raramente voltaram a trabalhar com carteira assinada e, além disso, muitos também sequer chegaram a ter carteira de trabalho.

Nesse sentido, resultou impossível minha primeira tentativa ou intenção de rastrear suas trajetórias ocupacionais, tal como havia pretendido, pois estas estavam assentadas em uma hipótese que não se sustentava, ou seja, a idéia de que grande parte desses trabalhadores teriam experimentado relações de trabalho no mercado protegido antes de passarem à

condição de ambulantes. A não-confirmação disso impossibilitou o acesso à base de dados da RAIS/CAGED e, conseqüentemente, também inviabilizou o acompanhamento de tais trajetórias, pois trabalhadores sem carteira assinada não possuem número de PIS/PASEP, fonte de acesso obrigatória a essas bases de dados. Tal constatação colocou um novo desafio metodológico, a necessidade da construção de uma base longitudinal alternativa.

Diante da impossibilidade de voltar a campo novamente para realizar questionários biográficos ocupacionais com 430 trabalhadores (número de indivíduos que responderam às questões quantitativas anteriormente realizadas para a produção do *survey*), optou-se por fazer uma pesquisa longitudinal por questionário, aplicando tal metodologia a 30% dos indivíduos desse *coorte*, 129 entrevistados, sem desconsiderar a proporcionalidade dos que foram aplicados anteriormente em cada uma das cinco feiras (Feira Hippie, Mercado Aberto, Feira da Lua, Feira do Sol e Ruas do Centro) constitutivas do universo empírico pesquisado. Enfim, procurou-se construir uma amostra estatisticamente representativa visando, com isso, verificar e mensurar a existência de regularidades, especialmente no encadeamento de situações e nas correlações entre diversas variáveis.

Partindo da idéia segundo a qual: a) o aprofundamento da reestruturação produtiva e da implementação de políticas neo-liberais tendem a precarizar mais e mais as relações de trabalho bem como “elevar o grau de informalidade no mercado de trabalho”⁴⁷ (Ulysea, 2006)⁴⁸; b) essa dinâmica provoca o aumento dos riscos de perda do emprego, diminuição das chances de reinserção profissional dos demitidos; e c) “as chances de desemprego e de reinserção no mercado de trabalho formal não estão distribuídas da mesma forma entre todos os trabalhadores”⁴⁹. Procurou-se acompanhar as trajetórias ocupacionais dos indivíduos incluídos na referida amostra entre 1990 e 2007.

O ano de 1990 foi tomado como marco inicial a partir do qual decidiu-se analisar seu desenvolvimento, pois, como já foi colocado, está associado às intensas mudanças

⁴⁷ Mas sem ignorar as particularidades do mercado de trabalho formal local e regional, território no qual este historicamente se estruturou fortemente enraizado no trabalho não-registrado.

⁴⁸ Segundo Ulysea (2006: 598) “a partir de 1990 tem início um processo de elevação sem precedentes no grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro, totalizando um aumento de dez pontos percentuais ao final dos anos 90”.

⁴⁹ Para uma análise mais detalhada sobre o assunto consultar Cardoso, Comin e Guimarães (2006).

ritmadas pelo processo de *desregulamentação* do trabalho nas regiões metropolitanas do país a partir dos anos 90⁵⁰, particularmente na RM de Goiânia.

No acompanhamento de tais itinerários, no período referido, procurou-se analisar a alternância entre os estados ocupados na informalidade e de emprego, a concomitância de ambos, o tempo médio passado entre uma situação e outra e a inexistência da situação de trabalho formal constatada em um grande número de trajetórias ocupacionais⁵¹. Tudo isso sem deixar de ressaltar a diferença entre homens e mulheres e as condições especiais da organização do mercado de trabalho no qual os entrevistados estão inseridos.

No que diz respeito ao segundo ponto a que acabamos de fazer referência, é imprescindível ressaltar que os trabalhadores objetos desta pesquisa fazem parte de uma região metropolitana inserida em um estado onde o setor industrial sempre foi pouco significativo frente à agropecuária ou ao agro-negócio e setor de serviços.

De outro modo, o universo empírico da pesquisa em curso faz parte de um mercado de trabalho no qual suas características setoriais regionais (Goiás) e locais (Goiânia), associadas ao processo de *desregulamentação* do mercado laboral intensificado a partir dos 90, permitem supor que atuam como fatores fortemente restritivos às chances de obtenção de emprego ou de reinserção no mercado de trabalho. Buscou-se, pois, demonstrar que “o impacto da reestruturação sobre as trajetórias – ocupacionais - é certamente mediado pelas condições especiais da organização do mercado regional de trabalho” (Cardoso, Comin e Guimarães, 2006: 52).

De forma breve, pode se dizer que a análise de tais trajetórias ocupacionais considera características compartilhadas pelos mesmos (endógenas e exógenas⁵²), que condicionam percursos ocupacionais no mercado de trabalho analisado. Assim, temos, de um lado,

⁵⁰ Ver Cardoso Jr. (2001: 1-2).

⁵¹ Tipologia das modalidades de trabalho a serem analisados: a) sem prévia experiência laboral; b) sem experiência laboral assalariada; c) com prévia experiência laboral precária; d) com prévia experiência assalariada formal à informalidade; e) simultaneidade de trabalho estável e trabalho informal; f) trajetórias com inserção no mercado de trabalho informal segundo tempo de permanência no mercado de trabalho formal.

⁵² Os autores ressaltam (Cardoso, Comin, Guimarães, 2006: 57), ressaltam que as características exógenas que estruturam escolhas e oportunidades nos mercados de trabalhos, podem ser internas ao funcionamento do mercado de trabalho considerado ou externa a ele.

a teorização sobre as características endógenas que reconhece papel explicativo importante aos determinantes da origem social dos indivíduos (particularmente sua origem de classe) no processo de fazer confluir destinos individuais”. E que, “via de regra são depreendidas das condições que caracterizam os meios sociais dos quais se originam, condições essas que lhes provêm de um certo capital social.

E, de outro lado, mas de forma articulada, “as características exógenas – também estruturam as escolhas, fazendo convergir percursos singulares - que poderiam ser recolhidas do conjunto de elementos que influem na estrutura e na dinâmica dos próprios mercados de trabalho aos quais os indivíduos se lançam” (Cardoso, Comin e Guimarães, 2006: 56-57).

Os autores acima citados ressaltam, ainda, que as características exógenas que estruturam as escolhas e as oportunidades nos mercados de trabalho considerados podem ser internas ao seu funcionamento ou externas a ele.

Nesse sentido, quando falamos de características “exógenas externas e internas” relativas ao mercado de trabalho informal da região central de Goiânia é importante ressaltar, a título de exemplo da primeira, a própria dinâmica do mercado de trabalho formal no pós 90, os fluxos migratórios interestaduais, intra-estadual e intra-metropolitano e as políticas públicas municipais desenvolvidas a partir dessa década no trato com a questão da informalidade na cidade.

Já ao falarmos de características exógenas internas do mercado de trabalho informal vale lembrar, por exemplo, as estratégias organizacionais cotidianas de trabalho dos informais. Enfim, trata-se de uma forma de explicação resultante da interação de fatores biográficos e de fatores estruturais⁵³, que vem substituindo as tradicionais explicações de trajetórias ocupacionais baseadas apenas em características individuais.

A partir do que foi exposto, colocamos como objetivo central (capítulo V) a tentativa de perceber como se comportam as trajetórias ocupacionais consideradas nesta amostra, ressaltando a diversidade de fatores endógenos que caracterizam esses trabalhadores.

⁵³ Ver Pignoni (2006: 192).

Das razões e caminhos metodológicos do uso de depoimentos biográficos

Apesar da opção por acompanhar as trajetórias individuais dessa amostra entre 1990-2007, através da pesquisa longitudinal por questionário, é importante ressaltar, conforme explica Pignoni (2006: 193), que essa não é a única abordagem dinâmica possível:

Os depoimentos biográficos são por definição fundados em uma dimensão temporal que permite, além da possibilidade de coletar de modo mais ou menos exaustivo uma série de fatos, eventos e situações, também perceber melhor as interações, os sentidos de seus encadeamentos, as lógicas individuais. Permitem um melhor entendimento das pressões, das escolhas, dos sistemas de valores nos quais as trajetórias se inscrevem. [...] Na pesquisa longitudinal por questionário, as situações são registradas como estados dos quais conhecemos a duração e o encadeamento cronológico, de forma relativamente precisa, mas dos quais é difícil percebermos a lógica, a articulação, as interações que dão sentido aos acontecimentos registrados. [...] Considerando a natureza fechada e pré-codificada dos questionários, não há lugar para a argumentação que, nos depoimentos, acompanha a lembrança das experiências e das situações vividas.

Nesse sentido, outro esforço metodológico de pesquisa foi a coleta/produção de 21 depoimentos, realizados com indivíduos que fazem parte dessa amostra de 30% do *coorte* de 430 trabalhadores entrevistados inicialmente. Desse modo, procura-se apreender melhor algumas questões mais subjetivas de seu cotidiano de trabalho.

Através desses depoimentos objetiva-se dar centralidade ao ponto de vista desses trabalhadores sobre suas próprias histórias ocupacionais, o que permitirá uma melhor compreensão da dinâmica das trajetórias ocupacionais recorrentes identificadas. Além do mais, a análise de alguns desses relatos permitirá, ainda que de forma marginal, pois não é esse o foco perseguido através da análise das trajetórias, o esclarecimento de questões relativas aos processos identitários e de subjetivação em seu cotidiano de trabalho.

Trata-se, pois, de questões que são reveladoras tanto do espaço constituído por esses ambulantes quanto de seu espaço constituinte. De forma conclusiva e ainda segundo Pignoni (2006: 195), trata-se de indagarmos:

[...] de que maneira eles descrevem as situações encontradas no mercado de trabalho? Como justificam suas escolhas, estratégias e dificuldades? Qual a sua percepção do meio ambiente em vista das experiências vividas e especialmente das relações com outros 'significativos' de sua vida social e profissional?

E, ainda segundo a autora (2006: 195),

de que maneira os indivíduos interrogados interiorizam, enfrentam ou reelaboram as normas de emprego dominantes? Como percebem suas próprias trajetórias? Como aproveitam e mobilizam, durante sua busca de emprego, os recursos disponíveis em seu meio econômico e social? Quais eventos importantes estruturam suas trajetórias?

Tentando responder a algumas dessas questões, procuramos explorar, ainda que brevemente, alguns depoimentos coletados com estes ambulantes e emblemáticos de suas trajetórias ocupacionais recorrentes. Isso será melhor desenvolvido no capítulo V.

CAPÍTULO II

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO MERCADO DE TRABALHO

2.1 Mudanças no mercado de trabalho no Brasil dos anos 90

Globalização neoliberal e reestruturação produtiva: tendências recentes do emprego no âmbito nacional

Nas últimas décadas, sobretudo no início dos anos 70, o capitalismo viu-se frente a um quadro crítico acentuado e, para, Antunes (1999: 35): “O entendimento dos elementos constitutivos dessa crise é de grande complexidade já que no mesmo período ocorreram transformações intensas (econômicas, sociais, políticas, culturais, ideológicas) com fortes repercussões na constituição da classe-que-vive-do-trabalho”.

Um olhar sobre a literatura especializada permite-nos perceber que, particularmente nos anos 90, um intenso processo de reestruturação técnica, organizacional e patrimonial toma de assalto o país e reorienta a rota da indústria moderna local em direção a ajustes que cortaram empregos e benefícios em seu cerne, subvertendo regras de negociação de interesses e até mesmo direitos constituídos (Castro, 1998; Almeida, 1999; Azevedo, 2000). Nesse processo os empregos escassearam, absoluta e relativamente, em um movimento depredador dos postos protegidos de trabalho que se mostravam, até então, imunes aos ciclos. Autores têm denominado a esse conjunto de mudanças pelo qualificativo de “reestruturação sistêmica”⁵⁴ (Fleury, 1990; Cardoso, Caruso e Castro, 1997; Cardoso, 2000; Comin e Guimarães, 2002; Guimarães, 2004).

⁵⁴ Esses autores se referem ao caráter sistêmico da reestruturação que ocorre nos anos 90 como forma de distingui-la das mudanças que tiveram lugar nos anos 80. Assim, estas teriam um caráter mais conservador e

A mudança do paradigma de emprego (fordista) implicou na desregulamentação e deterioração brutal das condições de vida e de trabalho do operariado, um dos principais denominadores comuns dos híbridos *regimes de produção* pós-fordista. De outro modo, o novo paradigma de produção em curso tem transformado, de forma diversa, vários elos das cadeias produtivas e, nestes, o perfil e as atividades de distintos grupos de trabalhadores (Leite, 1997; Rizek e Leite, 1998; Abreu et al., 1998).

Assim, nos anos 70 e, sobretudo, a partir dos 80 e 90, com a incorporação maciça de tecnologias aos processos produtivos, operou-se uma mudança na correlação de forças entre as classes sociais (Ferrer, 1998). Essas transformações no mundo do trabalho, analisadas por Antunes (1997) e Nunes e Sorria (1996) como crise do fordismo, resultam na consolidação de novas tendências trabalhistas, caracterizadas por processos de redução do número de operários (trabalhadores industriais tradicionais), aumento da terceirização, heterogeneização crescente com a ampliação do número de mulheres operárias e subproletarização, caracterizada pelas novas modalidades contratuais que implicam em empregos precários e em tempo parcial. De modo geral, a literatura especializada tem apontado para o fato de que as transformações na esfera produtiva têm afetado a composição da força de trabalho, a organização dos requisitos empregatícios e a especialização, o volume de emprego, bem como as políticas de gerenciamento para remuneração, rotatividade e relações industriais (Dupas, 2000; Carvalho, 1991; Abramo, 1988; Gitahy, 1994-a e 1994-b; Leite, 1994; Bresciani, 1997; Lombardi, 1997; Carrion, 1997; Carrion e Garay, 1997; Castro, 1998).

Um dos principais impactos da reestruturação produtiva na dinâmica do mercado de trabalho e no cotidiano de vida dos trabalhadores é a crise do “trabalho protegido” (Guimarães, 2004) e suas interfaces com o crescimento das atividades “informais”⁵⁵, da qual

circunscrito, uma face de simples atualização tecnológica, sendo, por isso mesmo, apenas potencialmente disruptivas, enquanto aquelas importaram em intensa reestruturação tecnológica e organizacional.

⁵⁵ Segundo Maia (2007: 20) “O desemprego concentra-se em termos absolutos e relativos nos pólos mais dinâmicos do país (Tabela 2.1). Nas 10 principais regiões metropolitanas brasileiras estão 4,8 dos 11,4 milhões de desempregados do país em 2006 (42%) e a taxa de desemprego é de 5 pontos percentuais superior às das demais localidades do país (15% contra 10%). Concentração extrema ocorre no estado de São Paulo onde, com 2,9 milhões de desempregados em 2006, estavam 28% dos desempregados do país. Além de ser o estado mais dinâmico e populoso (41,2 milhões de habitantes em 2006 ou 22% da população brasileira), São Paulo apresenta também a maior taxa de desemprego em relação às grandes regiões (13% em 2006). Em São Paulo, o desemprego é elevado tanto na sua principal região metropolitana (15% em 2006) quanto nas demais localidades (11% em 2006). Entretanto, a situação mais grave ocorre nas regiões metropolitanas nordestinas, onde a taxa de

falaremos a seguir. As conseqüências disso serão analisadas, a partir de um estudo empírico, no cotidiano de trabalho dos vendedores ambulantes da região central de Goiânia.

Com base em dados sobre o desemprego do Brasil metropolitano (IBGE, 1999) a partir do início dos anos 80 (quando as séries são mais consistentes), verifica-se que a dinâmica ocupacional nas metrópoles brasileiras, mais precisamente a partir de 1985, aponta uma tendência geral de crescimento deste em dois períodos distintos. Até 1990 o emprego na indústria, serviços e construção civil cresceu em torno de 20%, com destaque para este último setor, 28%. De acordo com Dupas (2000: 128):

A partir de 1990, os empregos industriais desabam (-38%), a construção civil perde 5% e só nos serviços o número cresce um pouco. Em resumo nos sete anos que seguiram à abertura do governo Collor (1991-1998), o Brasil metropolitano perdeu 4% dos seus empregos, quando havia ganho 20% nos anos anteriores.

Trata-se, ainda segundo o autor (idem, ibidem), de “uma grande alteração no mercado de trabalho brasileiro, especialmente no referido período da chamada segunda grande onda de reajustes estruturais”, evidenciada particularmente pela “dramática queda de empregos industriais e o forte crescimento de postos de trabalho nos serviços, setor em que o “informal” é mais típico”⁵⁶.

A análise, nesse período, da evolução da distribuição das pessoas empregadas por tipo de ocupação nas metrópoles brasileiras evidencia a explosão do trabalho “informal” ou flexível, contribuindo para demonstrar que o ano de 1990 se caracteriza mais e mais como um momento de ruptura com o antigo paradigma do mercado de trabalho.

Nesse sentido Dupas (2000) demonstra, com base nas referidas fontes do IBGE (1999), que o número de empregos gerados com carteira assinada passa de um crescimento de 23% (1986-1990) para uma queda de 27% (1991-1998). Enquanto isso, os trabalhadores sem carteira saem de uma modesta ascensão de 5% (1986-1990) para 30% (1991-1998).

Esse movimento significou, nos últimos sete anos, uma perda de 2,1 milhões de postos de trabalho no setor “formal” e um ganho de 1,6 milhões de postos no setor “informal”,

desemprego corresponde a praticamente um quinto da população economicamente ativa e reflete o alto índice de pobreza e exclusão de sua população”.

⁵⁶ Segundo Dupas (2000: 128): “essas conclusões devem ser relativizadas pela tendência recente de deslocamento de atividades industriais das regiões metropolitanas para cidades menores, visando condições sindicais e de salários mais favoráveis ao empregador. Ainda assim, a tendência geral e a as conclusões básicas se mantêm”.

sendo que o chamado “informal por conta própria”⁵⁷ teve nível recorde de crescimento nos dois períodos considerados, sempre em processo de aceleração. Isso demonstra, também, que ao longo do “total do intervalo analisado, os trabalhadores com carteira perderam 4% dos postos, enquanto os sem carteira ganharam 35% e os “por conta própria” saltaram 61% acima do nível que apresentavam em 1985” (Dupas, 2000: 128).

Sobre o avanço recorde e o papel da categoria “informal por conta própria” no mercado de trabalho, Dedecca e Baltar (1997: 74-75), argumentam que:

A nova dinâmica econômica (caracterizada pela reestruturação produtiva) estimula o aumento do setor “informal”, seja ao forçá-lo a incorporar assalariados desempregados de baixa qualificação em atividades precárias (comércio ambulante, serviços domésticos, etc.), seja ao promover a formação de pequenos negócios sob a responsabilidade de assalariados de melhor qualificação que perderam seus empregos. Estes trabalhadores têm como objetivo fornecer seus bens ou serviços ao setor organizado ou desenvolver serviços para atender ao novo estilo de vida que vai emergindo nas grandes cidades (alimentação fora de casa, assistência técnica em informática, etc.).

De outro modo, trata-se de um fenômeno que necessita ser mais bem investigado, a começar por uma profunda revisão da categoria “informal” à luz das atuais transformações que o sistema capitalista atravessa. De qualquer forma, após vários anos com percentuais de trabalho formal e “informal” em um patamar razoavelmente estável, a partir dos anos 90 as curvas se invertem rapidamente. Formas de emprego “não protegido” avançam continuamente sobre o trabalho formal, caracterizando um processo de “mobilidade predatória”: o setor “informal” já representava, em 1998, 54% da mão-de-obra metropolitana (Guimarães, 2004).

Em suma, esses fenômenos que fazem parte da mudança do paradigma do emprego no Brasil na pós-abertura dos anos 90 acarretam importantes conseqüências sociais, sendo os indivíduos responsáveis pela criação e estabilidade de seu emprego, além da assistência médica e aposentadoria, como já ressaltado anteriormente.

Somado a tudo isto, o setor “informal” padece de uma relação muito mal resolvida com o Estado. Ao mesmo tempo em que as autoridades vêem “nesse setor uma “solução” para a questão do emprego, tratam-no freqüentemente como marginal, já que nosso sistema

⁵⁷Nessa categoria de trabalhadores se incluem, entre outros, os ambulantes “clandestinos” do centro histórico planejado de Goiânia, objeto desta pesquisa.

tributário o encara – muitas vezes justificadamente – como agente de evasão fiscal” (Dupas, 2000: 138).

Reestruturação produtiva, mobilidade predatória e modernização conservadora: tendências recentes do emprego no âmbito regional

Associado ao que caracterizamos como reestruturação produtiva, outros três processos devem ser brevemente explorados para o bom entendimento de suas conseqüências para a cultura do trabalho livre e protegido no Brasil, particularmente em Goiás⁵⁸.

O primeiro processo é a forte incorporação de mulheres ao mercado de trabalho a partir de 1990, o que significa um crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) feminina, em relação aos homens, de 32,5% no período de 1985 a 1996. Nesse sentido, a literatura brasileira que trata do assunto tem frisado a existência de novas tendências empregatícias no Brasil, a partir de cuidadosas análises das pesquisas por amostragem (Abreu, Jorge e Sorj, 1994; Lavinias, 1997; Lavinias, 1998-a e 1998-b, dentre outros). Tais tendências, que já começavam a se delinear no final dos anos 70, consolidaram-se entre os anos 80 e 90.

O segundo é o eventual aumento do número de jovens que se dispôs a trabalhar, fazendo com que o crescimento da PEA fosse superior ao da população.

O terceiro e último processo diz respeito à nova dinâmica da população brasileira no período correspondente às referidas duas ondas de ajustes estruturais, direcionando-a a uma imensa urbanização, como mostram os dados dos censos de 1980, 1991 e 1996⁵⁹. Guimarães (2004) esclarece que a convivência desses três fatores com a fase de caráter mais sistêmico que marcou o processo de reestruturação na década de 90 tende, em geral, a reforçar trajetórias de mobilidade predatória em diferentes mercados de trabalho regionais do mesmo período.

⁵⁸ A referência a tais processos é fundamental, nesse âmbito, para uma posterior melhor compreensão/problematização do crescimento do número de trabalhadores ambulantes na região central de Goiânia a partir de meados da década de 80.

⁵⁹ Segundo Dupas (2000), isso é o resultado da mudança do padrão tecnológico no campo e da nova dinâmica populacional nos últimos cinquenta anos. O autor explica que os três processos colaboraram para que as cidades brasileiras passassem, no período considerado, de 12 milhões para 130 milhões de pessoas, constituindo-se em um dos mais maciços processos de deslocamento populacional da história mundial. Ressalta que esse processo deu origem aos cinturões de pobreza urbanos, especialmente metropolitanos, formando um imenso estoque de reserva de mão-de-obra não-qualificada, mal acomodada no subemprego que se aprofunda com a difusão do novo paradigma de produção.

Em Goiás, particularmente no sudoeste goiano⁶⁰, tais trajetórias ganharam um caráter particularmente dramático, já que nessa região as conseqüências socioeconômicas desses processos se fizeram sentir com especial relevância, já que foram agravadas pela “modernização conservadora”⁶¹.

Autores como Alentejano (1996), Thomaz Jr. (1998) e Aguiar (1986) convergem na análise de que no Brasil e, particularmente, em Goiás, houve um esforço na concentração de terras mediante a expulsão forçada de milhares de famílias de pequenos produtores rurais, que seguiram em direção às cidades⁶². Os “territórios deixados” foram apropriados pelos grandes empresários rurais, os novos ricos, que passaram a reordenar o espaço econômico e político da região.

Uma das principais conseqüências sociais desse processo foi a expulsão de milhares de famílias de pequenos produtores, que atualmente vivem precariamente nas áreas de fronteira ou nos centros urbanos atendendo, nesse caso, às demandas colocadas pelo mercado, que exige mão-de-obra não-qualificada e apropria-se do trabalho desses sujeitos, mantendo-os como um exército de trabalhadores intensamente precário⁶³.

Verifica-se, pois, um processo de forte êxodo rural, especialmente no sudoeste goiano, concomitante a um inchaço do setor terciário, ocasionando uma forte concentração da

⁶⁰ Autores como Miranda (1990) e Aguiar (1986) colocam em evidencia o fato de que a região do Estado de Goiás que sofreu mais intensamente os efeitos socioeconômicos do novo padrão de acumulação na agropecuária foi o sudoeste goiano, que apresentava condições locais favoráveis tais como a proximidade geográfica com os mercados do Centro-Sul, a tradição na atividade agropecuária com a presença dos latifúndios e de uma elite agrária voltada para a absorção das inovações e o pouco adensamento populacional no campo, facilitando o processo de incorporação das terras, praticamente sem que houvesse resistência por parte dos pequenos e médios produtores rurais.

⁶¹ Thomaz Jr. (1998: 5), qualifica a modernização conservadora “como algo capaz de conservar inalterado o espectro de desigualdades, sobretudo a concentração fundiária, não se associando sequer aos princípios das políticas compensatórias distributivas, como também extremamente seletiva, tendo em vista que a apropriação não é realizada por todos, mas apenas por uma minoria”.

⁶² Um forte indicativo desse processo é revelado pelos indicadores da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE, 2005) em Goiás. Estes demonstram que a expansão do emprego formal em Goiânia, entre 1990 e 2000, registrou uma ampliação de 22,13%, contra um crescimento de 101,17% no interior do estado.

⁶³ Thomaz Jr. (1998) argumenta que o crescimento desordenado das cidades e o aparecimento de vários municípios evidenciam o processo de urbanização da população goiana, decorrente da “modernização conservadora” e do apoio explícito do governo de Goiás, através de políticas assistencialistas tais como: distribuição de cestas básicas, distribuição de leite e pão, vale gás etc. Tudo isso, esclarece o autor, viabilizou a manutenção das elites agrárias “modernas” no poder, que incentivaram as migrações campo-cidade, facilitando o modelo agro-exportador adotado e, conseqüentemente, aliviando as tensões sociais no campo e assegurando mão-de-obra barata para o empresariado rural e urbano. Processo que responde, assim, à necessidade do capital de repor os níveis de expansão e acumulação anteriores, tanto no campo como na cidade.

população em áreas urbanas. Devido a isso, o Estado sai de uma fase eminentemente agropastoril para uma economia de predominância agro-mercantil⁶⁴. De acordo com Albuquerque (1960), os efeitos dessa nova dinâmica da organização do espaço geográfico regional, alimentada pelos supracitados processos e expressa, sobretudo, através da expansão e da modernização do setor agropecuário, participaram intensamente nas transformações da distribuição espacial, da evolução, da estrutura e da mobilidade populacional.

2.2 A dinâmica do mercado de trabalho regional dos anos 1990

Panorama geral da ocupação em Goiás - Censo 2000

Os dados do Censo 2000 demonstram que a população total do Brasil soma 169.799.170 pessoas, das quais 2,49% vivem em Goiás. Registra, também, que a população feminina em tal região é ligeiramente superior à masculina, assim como no restante do país, onde 49,22% dos habitantes são homens e, no já citado estado, essa porcentagem é de 49,82% contra 50,78% de mulheres (DIEESE-GO, 2003).

Percebe-se também que, semelhantemente ao que acontece em todo o país, a maioria da população de Goiás se definiu como branca: 51,31%. Os pretos correspondem nacionalmente a 6,13% e, no estado, a 4,17%. Já o percentual de pardos, ou os que assim se declaram, é superior no estado, 43,42%, contra 38,88% no país. De outro lado, aqueles que se dizem índios e amarelos correspondem a menos de 1% em ambas as regiões.

Já no que diz respeito à “ocupação, taxa de desemprego e rendimento nominal mensal”, encontram-se no mercado de trabalho como ocupados ou desempregados e fazem parte da população economicamente ativa cerca de 45% dos brasileiros, segundo o Censo 2000. 15,04% da PEA formam o contingente de desempregados, que é 12,23% no estado, o menor verificado nacionalmente segundo elaboração do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – Escritório Regional de Goiás, doravante DIESSE-GO. Essa pesquisa (2003: 8) ressalta que:

⁶⁴ A economia agropastoril em Goiás contribuía com mais de 70% do PIB do Estado em 1939. Essa participação caiu para 20% em 1982 (Informativo/Seplan-1988).

Os dados do Censo 2000 chamam a atenção para a manutenção, no país e em Goiás, de um quadro de péssima distribuição dos rendimentos. Pouco mais de 20% da população têm rendimentos de até 1 salário mínimo e mais da metade só consegue receber no máximo 3 salários mínimos. Em contrapartida, não chega a 10% o percentual daqueles que ganham mais de 10 salários mínimos.

No Brasil, 21,88% dos ocupados encontram-se entre os que conseguem ganhar até, no máximo, um salário mínimo, enquanto o percentual dos que recebem até três salários chega a 58,71%. A pesquisa destaca que “em Goiás, estas parcelas são proporcionalmente maiores: 23,69% dos ocupados ganham até 1 salário mínimo e 66,79% encontram-se entre os que usufruem até 3 salários” (DIEESE-GO, 2003: 8).

Assim, percebemos que o total de pessoas com menores rendimentos em Goiás é maior que o encontrado nacionalmente. Por outro lado, “também é proporcionalmente maior (ligeiramente) o total daqueles que ganham mais de 20 salários mínimos: 2,49% em Goiás, contra 2,37%, no Brasil” (idem, *ibidem*). Em resumo, tanto no país quanto em Goiás é maior a concentração de ocupados que ganham entre um e dois salários mínimos: 24,66% do total, nacionalmente, e 30,59% em Goiás. Logo a seguir seguem os dados sobre “ocupados por posição na ocupação e categoria do emprego”.

Segundo o Censo 2000, a maior parcela dos ocupados brasileiros, 36,98% do total, é constituída por assalariados com carteira de trabalho assinada. Além disso, é elevada a participação de trabalhadores que, embora empregados, não contam com o vínculo formal, 24,31%. Também é expressivo, nacionalmente, o percentual daqueles que trabalham por conta própria, 22,36%. De acordo com a referida pesquisa DIEESE-GO (2003: 10):

São (ou eram)⁶⁵ muito semelhantes em Goiás as parcelas de assalariados com carteira (31,65% do total dos ocupados) e daqueles que não dispõem de vínculo formal (31,65% dos ocupados). Já os por conta própria constituem (iam) 22,07% dos ocupados – 19,87 da PEA estadual.

Quanto à “distribuição de ocupados por faixa de jornada de trabalho”, a pesquisa confirma um dado já conhecido, 76,71% destes exercem suas funções profissionais por mais

⁶⁵ Esta pequena nota vem no sentido de ressaltar que tais números sobre a dinâmica do mercado de trabalho em Goiás são sintomáticos das conseqüências do ideário neoliberal e da reestruturação produtiva no mundo do trabalho ao longo da década de 90. Podem ser ainda muito mais dramáticos, já que mais de meia década se passou após a realização da pesquisa (Censo 2000) e a precarização do mundo do trabalho segue em ritmo forte e é exemplificada, por exemplo, pela explosão da informalidade e da flexibilização das relações de trabalho.

de 40 horas semanais, o que é lamentável, principalmente se considerarmos que uma das formas para baixar os altos índices de desemprego no país seria sua diminuição. Já no que diz respeito a maior concentração de trabalhadores, a maior faixa trabalha entre 40 e 44 horas, o que corresponde a 33,59% do total nacional.

A pesquisa DIEESE-GO (2003: 11) prossegue afirmando que “em Goiás, o percentual de trabalhadores que cumpre até o limite da jornada legal é menor que a encontrada nacionalmente, correspondendo a praticamente metade do total de ocupados, 49,99% dos trabalhadores”. É interessante notar, inclusive para uma melhor compreensão sobre os números da informalidade em Goiânia, que:

Existe um elevado percentual de trabalhadores que exercem suas atividades por 49 horas semanais ou mais, 30,77% dos ocupados. Fato que pode estar relacionado à maior proporção, em Goiás, de trabalhadores sem carteira assinada do que a encontrada nacionalmente. (DIEESE-GO, 2003: 11)

Ao analisarmos a “distribuição da ocupação por setor de atividade”, a mesma fonte revela que, em Goiás, o comércio é o maior empregador, respondendo por 18,70% dos postos. A agropecuária ocupa 14,70% e a indústria 13,34% do total dos trabalhadores. A construção emprega 7,78% no estado, a administração pública e a seguridade social ocupam 6,73% e a intermediação financeira e as atividades imobiliárias ficam com 5,78% do total de ocupados, registra a pesquisa DIEESE-GO (2003: 12) supracitada. Assim, podemos concluir que agropecuária, comércio e indústria são os setores de atividade que mais reúnem trabalhadores, tanto em Goiás quanto no país como um todo, registrando pequenas diferenças proporcionais.

Devemos, entretanto, relativizar um pouco esses dados, pois, com o avanço da reestruturação produtiva a partir da década de 90, esses setores estão cada vez mais imbricados e muitos trabalhadores continuam ligados indiretamente a eles através do avanço de formas precárias de trabalho.

Emprego formal no Brasil e na Região Centro-Oeste

De acordo com dados da RAIS/MTE (2005) algumas conclusões podem ser tiradas sobre a evolução do mercado de trabalho formal nos anos 90. A primeira é a de que as regiões

do país que passaram pela expansão econômica mais recente, como a Norte e a Centro-Oeste, foram as que registraram maior expansão deste:

Em Goiás o patamar manteve-se semelhante ao do Centro-Oeste (17,54%). [...] A forte geração de empregos na região Centro-Oeste⁶⁶ no período fez com que crescesse sua participação em relação ao total de postos de trabalho no país. Assim em 1990, a região detinha 5,97% das ocupações existentes, em 2000 passou a ter 7,97% do mercado formal brasileiro. (DIESSE-GO, 2003: 13)

Essa dinâmica particular da região Centro-Oeste pode estar ligada a algumas transformações sofridas nas últimas décadas e que tiveram conseqüências para a estrutura produtiva e ocupacional. Nesse sentido, é importante ressaltar que os incentivos governamentais na década de 70 para a ocupação da região refletiram em expressivos fluxos migratórios e em grandes empreendimentos agropecuários.

A década de 80 caracterizou-se pela integração da região na economia nacional como área produtora de bens agrícolas para exportação. Já na década de 90 observa-se, de acordo com Almeida et al. (2002: 16-17):

o esgotamento da absorção de trabalhadores nas atividades agro-pecuárias, causado tanto pelo fechamento da fronteira agrícola quanto pela desruralização⁶⁷ progressiva por que vem passando o Centro-Oeste, a possibilidade de trabalho passou a se encontrar cada vez mais em atividades ligadas ao setor de serviços e comércio, que cresceu devido à expansão das agroindústrias.

Uma conseqüência interessante do referido processo é a participação dos migrantes no total de desocupados, que volta a crescer em 1999, quando atinge 23,3%, apontando um recrudescimento de quatro pontos percentuais.

Esse dado é considerável, pois ajuda a explicar algumas variáveis sobre o crescimento da informalidade no centro da cidade de Goiânia no mesmo período, inclusive o grande número de migrantes presentes nesse mercado de trabalho, no contexto geral da década de 90, caracterizada pelo aumento da População Economicamente Ativa (PEA) em relação à

⁶⁶ “Mato-Grosso, 58,18%; Goiás, 52,71% e Distrito Federal, 50,05%” (DIESSE-GO, 2003: 13).

⁶⁷ “Desde os anos 70 que o meio rural vem sofrendo um declínio populacional relativo e absoluto. A redução da importância da população rural deve-se, fundamentalmente, aos movimentos migratórios” (Abramovay, 1998: 55).

expansão das ocupações, pela intensificação da precarização da inserção ocupacional e pela desvalorização dos salários.

Prosseguindo no propósito de perceber a dinâmica do mercado formal de trabalho na década de 90, particularmente em Goiás, é importante ressaltar a distribuição das novas vagas geradas. Nesse sentido, analisando o “Emprego por região em Goiás”, o DIEESE-GO (2003: 15), ressalta: “do total de vagas geradas na década de 90, 74,26% delas situaram-se no interior e 25,74% na capital goiana”.

Os indicadores da RAIS/MTE (2005) em Goiás mostram que o emprego formal cresceu 52,71% entre 1990 e 2000. Entretanto, a expansão foi mais significativa no interior do Estado, aonde o total de vagas chegou a dobrar no período. Ao longo da década, as vagas fora da capital cresceram 101,17%, enquanto que em Goiânia a expansão foi de apenas 22,13%.

No que concerne à relação entre “emprego formal” e “gênero”, o aumento das taxas de desemprego no Brasil vem sendo mais claramente percebido desde a década de 80, a denominada década perdida, mas é a partir dos 90 que elas crescem ainda mais acentuadamente, sobretudo em virtude da ampliação da insegurança e da precariedade do trabalho no contexto da mundialização do capital e da reestruturação produtiva, particularmente no contexto das políticas públicas liberalizantes de abertura comercial, que ampliaram ainda mais a problemática do desemprego no Brasil. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que “a leitura dos dados estatísticos sobre desemprego revelam um forte traço em termos de gênero. Quase sempre e por todo lugar no Brasil, as taxas de desemprego feminino são mais altas que as taxas de desemprego masculino” (Vargas, 2006: 2).

Para confirmar essa leitura, o DIEESE-GO (2003: 17) constata que:

o mercado formal de trabalho, em Goiás, é marcado pela predominância de ocupados do sexo masculino, quadro que apresentou pouca mudança entre 1990 e 2000 [...]. Assim, em 1990, os ocupados em Goiás eram constituídos por 61,50% de homens e 38,50% de mulheres. Em 2000, observa-se um pequeno aumento da participação feminina, pois 60,82% das vagas são destinadas a homens e 39,18% às mulheres.

Assim, em relação a expansão das vagas agregadas ao estoque de emprego formal na década de 90, 59,52% foram ocupadas pelos homens e 48,48% pelas mulheres.

Trata-se de um dado importante para compreendermos melhor a forte presença de mulheres na informalidade. Segundo *survey* realizado por Lopes (2007: 12) entre novembro de

2006 e fevereiro de 2007, “constata-se um percentual de 54,7% de pessoas do sexo masculino para um percentual de 45,3% do sexo feminino”.

Segundo Vargas (2006: 23), embora

as mulheres cada vez mais assumam - junto com os homens ou mesmo sozinhas - o papel de provedoras, pode resumir que esse papel social é muito mais forte na constituição da identidade de gênero masculino, o que faz com que as taxas de participação dos homens na população economicamente ativa sejam mais altas que as femininas.

Assim, ressalta o autor (idem, ibidem), as “relações de gênero, ao estruturarem de forma diferencial os papéis e responsabilidades masculinos e femininos, contribuem decisivamente para que o desemprego aberto feminino seja mais alto que o masculino”.

Sobre o item “ocupação formal por faixa etária”, a referida pesquisa do DIEESE-GO (2003) ressalta o fato de que a população que se encontra no mercado formal de trabalho, em Goiás, está se tornando cada vez mais velha. É nesse sentido que a análise da distribuição dos ocupados permite perceber que “quase um terço dos trabalhadores formais do estado (30,29%) situam-se na faixa etária entre 30 e 39, enquanto quase um quinto dos empregados têm idade entre 18 e 24 anos (20,33%) e outro quinto, estão na faixa de 40 a 49 anos (20,27%)” (DIEESE-GO, 2003: 19).

Em que pese o comportamento das faixas etárias extremas, o maior contingente de ocupados está entre os que se encontram nos intervalos de 30 a 39 anos (201.063 trabalhadores em 2000); de 18 a 24 anos, que contava com 134.983 pessoas; e de 40 a 49 anos, com 134.596. A mesma pesquisa (2003: 19) ressalta ainda que: “foram, justamente, nas faixas etárias que reúnem os trabalhadores com mais de 40 anos que, proporcionalmente, mais cresceram os percentuais de ocupados: de 50 a 64 anos, aumentou 78,52%; e acima de 65 anos o crescimento foi de 62,37%”⁶⁸.

Esclarece, também, que uma série de elementos contribui para a expansão do trabalho formal entre os mais velhos, entre eles o envelhecimento da população, a necessidade de permanência por mais tempo no mercado devido aos baixos valores das aposentadorias e a exigência, por parte das empresas, de maior experiência profissional.

⁶⁸ “Apenas entre as crianças com idade entre 10 e 14 anos houve recuo no total de ocupados, fruto da restrição legal ao trabalho, mesmo como aprendiz, de menores de 16 anos” (DIEESE-GO, 2003: 19).

Observa-se, pois, certa descontinuidade demográfica na pirâmide etária ocupacional com efeitos sobre o mercado de trabalho formal, principalmente a dificuldade de inserção ocupacional dos jovens. Segundo Lopes (2007: 12), esse quadro facilita a compreensão do expressivo número de jovens na informalidade, sendo 17,7% do total pertencente à faixa etária compreendida entre 12 e 19 anos, seguida pela de 20 a 29 anos, 22,6%.

Quanto à relação entre “emprego formal e grau de instrução”, diferentes estudiosos (historiadores, sociólogos, economistas, demógrafos e outros) têm discutido o problema do desemprego. Embora suas análises se diferenciem em muitos pontos, pode-se dizer que cada vez mais indicam que boa parte do problema é atribuída a dois processos econômicos simultâneos e associados, a modernização produtiva e a globalização. Assim, a conclusão cada vez mais aceita entre os especialistas é a de que a oferta de empregos mudou de qualidade.

Nesse sentido, Alves e Soares (1996: 7) afirmam que “pelo menos nos setores mais modernos e dinâmicos, exige-se agora que o trabalhador tenha determinadas habilidades que somente a educação de caráter geral é capaz de preencher”. A partir das inovações tecnológicas e organizacionais ampliou-se o consenso em torno da idéia de que ter um nível educacional mais elevado é pré-requisito para que os trabalhadores estejam aptos a lidar com essa nova realidade.

De acordo com os dados da RAIS/MTE (2005), verifica-se um declínio da demanda por trabalhadores com escolaridade menor que a 8ª série incompleta, particularmente para os analfabetos (-7,41%). Além disso, assinalam que o estoque de assalariados com ensino fundamental completo aumentou, principalmente se considerarmos a exigência da existência de ensino médio completo (+12,27%), superior completo (9,63%) e superior incompleto (+9,29%) para ambos os sexos. Cabe ressaltar, ainda, a geração de empregos para as mulheres com grau de instrução superior completo (268,3 mil contra 173,4 mil para os homens) e dos homens com ensino médio completo (725,9 mil versus 488,6 mil para as mulheres).

Os dados dessa recente pesquisa da RAIS/MTE (2005) confirmam nacionalmente o que a pesquisa DIEESE-GO (2003: 20), com base em dados de pesquisa anterior (1990-2000), já afirmava para a realidade do mercado de trabalho formal de Goiás em 2000, ou seja, “o mercado de trabalho formal goiano vem exigindo que os ocupados tenham, no mínimo, oito anos de estudo”. A mesma pesquisa detalha que, “em termos percentuais, a distribuição das

vagas agregadas na década de 90, por grau de instrução, implicou o crescimento de 27,43%, para segundo grau incompleto, 20,33% para o superior completo e 16,96% para a 8ª série completa” (idem: 21).

Esse quadro de dados tem um reflexo direto nos números derivados da pesquisa (Lopes, 2007) sobre o grau de instrução dos trabalhadores ambulantes. Se, por um lado, o mercado de trabalho formal do estado de Goiás, a exemplo do ocorre no país, se torna cada vez mais repelente à inserção daqueles com baixíssima escolaridade, por outro e, até mesmo como consequência desse processo, a presença dos com ensino fundamental incompleto já chega à casa dos 21,2%.

Entretanto, é preciso ressaltar que a escolaridade é uma variante positiva de inserção ocupacional no mercado de trabalho protegido, mas não sua garantia. É nesse sentido que os resultados da pesquisa de Lopes (2007) chamam a atenção para a presença, nessa área do mercado de trabalho informal de Goiânia, para o fato de que 32,3% do total absoluto desses trabalhadores ambulantes terem ensino médio completo e 10,2% ensino superior incompleto.

Ao considerar o “emprego formal por setores e sub-setores de atividades”, a pesquisa DIEESE-GO (2003) destaca, ainda, que no período 1990-2000, em Goiás, a administração pública perdeu importância no que se refere à capacidade de geração de emprego, sendo substituída pelo setor de serviços, que passou a liderar a dinâmica da absorção de mão-de-obra no estado em 2000. O comércio, que ocupava a terceira posição na capacidade de absorção de mão-de-obra, perdeu posição para a indústria de transformação, passando para a quarta colocação. Por outro lado, a construção civil perdeu dinamismo para o setor agropecuário, colocando-se na última posição. Assim, temos que:

Das novas vagas agregadas ao mercado de trabalho goiano ao longo dos anos 90 foram, sua maior parte, nos serviços (30,96%), vindo a seguir a indústria de transformação (21,49%), a administração pública (18,58%), a agropecuária (15,62%) e o comércio (14,08%). (DIEESE-GO, 2003: 25)

Novamente percebemos os reflexos desse aspecto da dinâmica do mercado de trabalho formal na década de 90 em Goiás, presentes na configuração de mais algumas características da informalidade do centro de Goiânia, quando Lopes (2007: 46) nos chama a atenção para o *survey* no qual constata que:

O maior quantitativo de trabalhadores (35,7%), hoje na informalidade na região central da cidade vêm do comércio formal – confirmando péssimo desempenho desse setor na geração de novas vagas no mercado formal de trabalho do Estado de Goiás;) 34,3%, vêm do setor de serviços – fato que pode estar associado com a modernização e reestruturação deste setor e a conseqüente necessidade de trabalhadores mais qualificados bem como maior intensificação do processo de informalização visando redução de custos produtivos.

Esses dados, além de reforçarem a pesquisa DIEESE-GO (2003), atentam para o quanto é importante uma análise do mercado de trabalho informal em Goiânia que considere, também, a dinâmica do mercado de trabalho formal.

Ocupação e desemprego em Goiás – PNAD (1992-2001)

Trabalhando com o pressuposto, já ricamente fundamentado na revisão bibliográfica desta pesquisa, segundo o qual a compreensão da dinâmica da informalidade é um processo que não pode prescindir da análise do setor formal, procuraremos traçar o panorama geral da ocupação e do desemprego existente hoje no mercado de trabalho em Goiás. Trata-se de um exercício fundamental para uma posterior melhor compreensão dessa nova dinâmica.

Ao colocarmos em foco o item “ocupação e desemprego em Goiás” é possível perceber que, de acordo com dados da pesquisa do DIEESE-GO (2003), elaborada a partir de pesquisa do IBGE-PNAD no período de 1992 a 2001, a População em Idade Ativa (PIA) de Goiás cresceu 29,43%, passando de 3.214.632 pessoas para 4.160.648. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE em cada um dos anos, o aumento concentrou-se na população urbana, uma vez que houve queda do PIA rural⁶⁹ em conseqüência da migração do campo para a cidade ocorrida no período. Desse modo, se os que estavam em idade ativa nas cidades de Goiás correspondiam a 78,6% em 1992, chegaram a representar 87,5% em 2001. É importante ressaltar que “no mesmo intervalo de tempo, a população feminina (33,61%) cresceu mais que a masculina (25,27%)” (DIEESE-GO, 2003: 27). Além disso, em 1992 os homens correspondiam a 50,2% da PIA, enquanto as mulheres

⁶⁹ Em 1992 o PIA rural correspondia a 21,4% do total do estado, em 2001 o PIA rural passou a corresponder a apenas 12,5% do estado.

representavam 49,8%. Em 2001, a população masculina totalizou 48,6% da PIA total e a feminina chegou a 51,4% do total (idem).

Quanto à migração do campo para a cidade verificada entre os dois períodos analisados, averigua-se que foi equivalente para homens e mulheres, ou seja, em 1992, 2.228.083 para eles e 1.299.443 para elas com dez anos ou mais viviam nas cidades, enquanto 384.582 homens e 302.524 mulheres mantinham-se nas áreas rurais de Goiás. Em 2001, do total masculino apresentado na PIA, 41,7% residiam nas cidades e 6,9% na área rural e, do feminino, 45,8% residiam em áreas urbanas e 5,6% no campo (DIEESE-GO, 2003: 28). A mesma fonte, ao analisar o PEA e PIA “por situação de domicílio e sexo”, ressalta:

A parcela da PIA de Goiás que participa do mercado de trabalho como ocupada ou desempregada, correspondia - em 1992 - a 65,7% do total da População Economicamente Ativa (PEA) e caracterizada por uma população que vive predominantemente nas cidades. Na mesma época, 62,32% da PEA total era constituída por homens quanto às mulheres representavam apenas 37,68%. (idem, ibidem)

A mesma pesquisa, apurou, através da PNAD, um quadro ainda mais urbano da PEA no estado, bem como um expressivo crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Entre 1992 e 2001, registrou um aumento de 23,75%, e as maiores parcelas localizavam-se nas cidades e eram constituídas por populações femininas. É importante ressaltar que a PEA urbana registrou uma ampliação de 42,94% no período citado, passando a representar 86,02% do total estadual, enquanto a PEA rural teve uma expansão modesta de 13,96%, demonstrando queda de cerca de 32,3% desta no campo no período em questão.

Entre 1992 e 2001, o número de homens que se incorporaram EA representou um crescimento de 17%. No caso do sexo feminino, a ampliação foi bem mais expressiva (34,88%). Este comportamento reflete a tendência mundial de aumento da participação feminina no mercado de trabalho, tanto pela necessidade de compor a renda familiar (pela queda nos rendimentos do conjuge ou por seu desemprego) como pela opção da mulher por realização profissional fora do ambiente doméstico. A entrada feminina no mercado de trabalho é característica urbana. Se em 1992, 38,48% da PEA urbana era constituída por mulheres, em 2001 esta parcela passou para 42,17%. (DIEESE-GO, 2003: 29)⁷⁰

⁷⁰ “No campo, ainda que a força de trabalho como um todo tenha diminuído, a participação feminina teve um recuo maior, pois sua participação na PEA rural caiu de 35,36%, em 1992 para 34,33%, em 2001, enquanto a

No que concerne à população inativa em Goiás, a mesma pesquisa (2003) atenta para um crescimento de 40,29% entre 1992 e 2001, sendo o aumento mais significativo nas áreas urbanas (45,64%) no período.

Ao considerarmos, a partir dessa base de dados, a “distribuição de ocupados e desempregados por sexo e situação de domicílio”, percebemos que, entre 1992 e 2001, o total de ocupados em Goiás teve crescimento de 21,07%. Por outro lado, a variação entre os desempregados foi bem mais significativa – sua ampliação chegou a 65,68%. Novamente, é importante salientar que essa expansão no total de ocupados foi muito mais intensa entre as mulheres. Enquanto entre 1991 e 2001 os novos postos de trabalho ocupados por homens cresceram 15,06%, o número de vagas ocupadas por elas representou um incremento de 31,26%. Tal ingresso da população feminina no mercado de trabalho fez com que, nesses dez anos, o percentual de homens ocupados, que era de 62,9%, se reduzisse para 59,8%, ao mesmo tempo em que aumentou a parcela referente às mulheres – de 37,1% para 40,2% (DIEESE-GO, 2003: 30).

Cabe ressaltar, particularmente para uma melhor compreensão da nova dinâmica dessa informalidade a partir do início da década de 90, que:

A forte entrada da mulher no mercado de trabalho também fez com que o crescimento relativo das mulheres no contingente de desempregados fosse mais intenso que o dos homens. Para o sexo masculino, o desemprego elevou-se em 53,49%. No caso das mulheres o aumento atingiu 79,14%. (DIEESE-GO, 2003: 31)

É também de fundamental importância para esta pesquisa o cálculo da PNAD segundo o qual, entre 1992 e 2001, foi registrado um incremento de 33,33% da taxa de desemprego em relação à PEA (*idem*).

Quando ressalta a “distribuição de ocupados por faixa de rendimentos”, a pesquisa citada mostra também que a distribuição dos rendimentos em Goiás, assim como em todo o país, não teve alteração significativa entre 1992 e 2001 e manteve a concentração em faixas de renda mais baixas nos dois períodos⁷¹.

masculina aumentou de 64,64% para 65,67%, quando a comparação é feita apenas com a PEA rural” (DIEESE-GO, 2003: 29).

⁷¹ “Mesmo assim, quando se comparam os dois períodos percebe-se que houve diminuição no percentual de pessoas com ganhos de no máximo um salário mínimo, ao passo que ocorreram pequenos avanços nas faixas que se declaram sem rendimentos, ainda que ocupadas” (DIEESE-GO, 2003: 31).

Entre 1992 e 2001 a maior parte dos trabalhadores encontra-se entre aqueles que recebem até três salários mínimos, o que soma 69,53% do total em 1992 e 71,9% em 2001. As mulheres estão em menor número entre os ocupados, 37,1% e 40,2%, respectivamente, em 1992 e 2001, e são minoria em quase todas as classes de renda, exceto entre as pessoas que, embora ocupadas, nada recebem e as que ganham até meio salário mínimo, fortes indicativos da precariedade da inserção feminina no mercado de trabalho (DIEESE-GO, 2003).

A pesquisa revela, também, que houve diminuição, em 2001, do total de homens e mulheres sem rendimento: 37,72% e 40,93%, respectivamente. Para os ocupados que ganham até meio salário mínimo foi intensa a redução dos homens que se encontravam nessa situação, 51,23% entre 1992 e 2001. Entre as mulheres, porém, a diminuição foi muito menor, 13,06%. No topo da distribuição de rendimentos, com ganhos superiores a dez salários mínimos encontravam-se, em 1992, 2,7% dos trabalhadores, ou seja, 53.008 goianos de um total de 5.003.228. É importante ressaltar que os homens faziam parte da grande maioria, 43.857, enquanto as mulheres somavam apenas 9.151 pessoas nesse patamar de vencimentos. Em 2001, 4,0% dos ocupados encontravam-se no mesmo patamar e o sexo masculino continuava a ser a ampla maioria: 75.181 contra 19.603 do sexo feminino (DIEESE-GO, 2003).

Quanto à “distribuição dos ocupados por escolaridade e sexo”, uma exploração analítica dos dados do PNAD entre 1992 e 2001 confirma a tendência segundo a qual o mercado de trabalho exige, cada vez mais, pessoas preparadas para ocuparem as vagas existentes. Nesse sentido o DIEESE-GO (2003: 33) afirma que

[h]ouve redução do percentual de ocupados sem qualquer instrução formal e abaixo de um ano de estudo. Em 1992, 15,6% dos ocupados estavam nesta situação e em 2001, apenas 9,8% dos que estavam trabalhando eram analfabetos ou tinham apenas um ano de estudo. Em outras palavras, houve uma queda de 24,30%, no total de trabalhadores sem ou com baixíssima escolaridade, no período de dez anos.

Já a proporção de trabalhadores com até sete anos de estudo diminuiu no mercado de trabalho goiano nos dois anos analisados. Em 1992 mais da metade dos ocupados, 56,8%, tinham entre um e sete anos de escola e, em 2001, esse percentual caiu para 48,3%. Um pequeno crescimento em números absolutos, ocorrido entre 1992 e 2001, concentrou-se entre os que possuíam mais de três e até sete anos de estudo, uma vez que a faixa menor de escolaridade também diminuiu (DIEESE-GO, 2003).

Essa pesquisa revela, também, que a proporção de mulheres no mercado de trabalho cresce à medida que aumenta o grau de escolaridade, tendência que se tornou mais acentuada nos últimos anos. Assim, estão em número maior do que os homens com mais de onze anos de estudo, ou seja, há mais ocupadas que chegaram a ingressar no curso superior que entre os trabalhadores do sexo masculino:

Em 1992 os homens com mais de doze anos de estudo somavam 158.057 ocupados e as mulheres respondiam por 147.633 ocupações, em 2001 a situação inverteu-se e os trabalhadores do sexo masculino ocupam 289.800 postos, enquanto as mulheres respondem por 301.904 vagas. (DIEESE-GO, 2003: 35)

Ao analisar a “distribuição das pessoas ocupadas por grupo de idade e sexo”, a referida pesquisa confirma as informações do levantamento da RAIS/MTE (2005) de que as faixas etárias que reúnem a maior proporção de ocupados são justamente aquelas que costumam ser chamadas de núcleo do mercado de trabalho: 25 a 29 anos; 30 a 39 anos; 40 a 49 anos e 20 a 24 anos. Distribuição que pouco se alterou entre 1992 e 2001, ainda que aponte para uma tendência de redução expressiva na parcela de menores ocupados⁷² e de envelhecimento da força de trabalho. Assim temos, por exemplo, que “no intervalo de 20 a 49 anos, em 1992, encontravam-se 67,19% do total dos ocupados. Em 2001, a parcela que ela engloba cresceu para 73,54%” (DIEESE-GO, 2003: 35).

Quanto ao ingresso das mulheres no mercado de trabalho, intenso entre 1992 e 2001, não implicou em maior presença feminina que masculina em qualquer faixa etária, ainda que sua participação recente seja maior que a verificada no ano inicial da pesquisa. Dessa forma temos que, no intervalo de 20 a 49 anos, por exemplo, os homens eram, ao princípio, 41,19% do total de ocupados, enquanto as mulheres constituíam apenas 26%. Na mesma faixa etária, ao final, os primeiros chegaram a 42,78%, enquanto o total delas atingiu 30,76% dos trabalhadores. Cabe ressaltar, ainda, que “nos dois períodos analisados, a maior proporção de homens e mulheres ocupados está na faixa de 30 a 39 anos, que concentrava, em 1992, 23,5% dos trabalhadores ocupados e em 2001, 26,8% do total (sendo 352.110 homens e 291.080 mulheres)” (DIEESE-GO, 2003: 35).

⁷² “As dificuldades que os jovens enfrentam para obter uma colocação, a exigência de experiência anterior e de maior escolaridade, e o crescimento insuficiente do mercado de trabalho neste período explicam estas mudanças” (DIEESE-GO, 2003: 35).

Para finalizar esta parte, ao analisar os “ocupados segundo o vínculo empregatício”, a pesquisa citada, através dos dados da PNAD, atenta para o fato de que mais da metade destes trabalham, em Goiás, na condição de empregados. Além disso, esse percentual teve um aumento no período de anos em que ela se realizou. Assim, temos que:

Em 1992, 50,80% do total de ocupados mantinham este tipo de vínculo. Em 2001, esse percentual subiu para 56,16%. O Trabalho doméstico (que respondia por 8,35% da ocupação e passou para 10,65%) e o trabalho por conta própria (que ocupava, em 1992, 20,94% dos trabalhadores e chegou, em 2001, a 21,02%), também aumentaram sua importância como geradores de postos de trabalho. (DIEESE-GO, 2003: 36-37)

Igualmente relevante é o dado que registra a redução no trabalho não-remunerado, que tinha uma participação de 7,82% em 1992 e passou a ter 4,43% em 2001, e o trabalho para consumo próprio, que no ano inicial da pesquisa envolvia 7% dos ocupados, passou a abarcar 2,89% no final. De acordo com o DIEESE-GO (2003: 37):

O primeiro caso pode indicar uma maior formalização dos contratos e ser conseqüência de maior fiscalização quanto a irregularidades trabalhistas bem como a regularização de empresas familiares. O segundo, presente predominantemente na área rural, reduziu-se acompanhando a diminuição do trabalho no campo, possivelmente resultado da concentração da propriedade da terra.

2.3 Desemprego e informalidade urbana no Brasil e em Goiânia

Desemprego e informalidade no Brasil

Através do Estudo da Economia Informal Urbana (ECINF/2003) do IBGE, é possível constatar que, em outubro de 2003, existiam no Brasil 10.525.954 pequenas empresas não-agrícolas, das quais 98%, ou seja, 10.335.962 faziam parte da informalidade e ocupavam 13.860.868 pessoas.

Em sua grande maioria, 88% dessas as empresas pertenciam aos trabalhadores por conta própria, sendo apenas 12% propriedade de pequenos empregadores. Das pesquisadas, 95% tinham um único proprietário e 80% apenas uma pessoa ocupada. As atividades econômicas preponderantes eram Comércio e Reparação, 33%, seguido pela Construção Civil,

17%, e pela Indústria de Transformação e Extrativa, 16%. A receita total dessas empresas informais, em valores de 2003, era de R\$ 17 bilhões.

Cabe questionarmos: a) o que devemos entender por trabalho informal no Brasil?; b) qual o significado do trabalho informal para os crescentes contingentes populacionais órfãos do “mercado de trabalho protegido” no país?; e c) de forma geral, o que caracteriza as ocupações dos trabalhadores ambulantes?

No que concerne ao primeiro item, o entendimento sobre trabalho informal no Brasil, temos a definição do IBGE (2003), muito esclarecedora: “Pertencem ao setor informal, todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias”.

De forma geral,

pode-se dizer que a noção de formalidade/informalidade e, conseqüentemente, de trabalho formal/informal, em voga no Brasil, está primeiramente relacionada à ordem jurídica, pois, neste contexto, leva-se em consideração, para esta definição, o fato de o trabalhador estar ou não de acordo com a legislação trabalhista e, mais particularmente, de estar ou não registrado em carteira. (Filho, 2005: 63)

Essa linha interpretativa é tributária de várias interpretações, tais como:

No Brasil, o entendimento popular de “trabalho formal” ou “informal” deriva da ordem jurídica. São informais os empregados que não possuem carteira de trabalho assinada. Até as recentes mudanças introduzidas no governo FHC, o contrato por tempo indeterminado previsto na CLT era praticamente a única opção disponível para as empresas do setor privado. O “formal”, no Brasil, tinha apenas uma forma, ao contrário de outros países, cuja legislação prevê (e de fato são praticados) contratos em tempo parcial, contratos específicos para pequenas empresas, contratos temporários etc. No Brasil, as mudanças legais recém-criadas tiveram impactos limitados, seja por serem bastante inspiradas no padrão CLT, seja por sua aplicação ainda reduzida. De todo modo, os padrões contratuais da “informalidade” são muito mais diversos, e, apesar disso, pouco discutidos, salvo em estudos sobre categorias ou segmentos informais específicos. Ao formal (no sentido de legal) contrapõem-se diversos tipos de contratos “informais”, sejam os claramente ilegais (ou criminosos, como, por exemplo, o trabalho escravo), sejam trabalhos familiares ou diversos outros tipos de contratos, cujo estatuto legal está freqüentemente em disputa – por exemplo, cooperativas ou contratos de terceirizados. Contudo, freqüentemente trata-se a “informalidade” como se fosse um fenômeno uniforme, objetivo e mensurável. (Noronha, 2003: 114).

Também com Singer (2003: 44-45), analisando o pós-década de 1980, temos o emprego do conceito na mesma linha: “mudança importante ocorrida nos últimos vinte anos é a substituição do emprego formal, ou seja, com registro do contrato de trabalho em Carteira de Trabalho [...] por emprego informal, ou seja, sem registro”.

Esse viés analítico é reforçado por Jorge Mattoso (2001: 16) ao afirmar que:

A redução do mercado formal de trabalho, isto é, aquele regulamentado pelas leis trabalhistas e integrado aos mecanismos institucionais que garantem proteção ao trabalhador, [...] pode ser observad[a] pelo crescimento dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e por conta própria.

Como podemos perceber, não faltam bons exemplos de como, no Brasil, o conceito de informalidade é definido a partir do de formalidade que, por sua vez, é de base jurídica. Assim, o trabalho informal é entendido como aquele exercido sem carteira assinada e que está intimamente relacionado à dinâmica do mercado formal. Esta, por sua vez, tem apresentado como elementos condicionantes de seu histórico recente o desemprego e a informalidade.

Na verdade, tais elementos passaram a se constituir em pontos fundamentais do capitalismo em sua face atual, que vem sendo moldada desde os anos 70:

A combinação entre o desemprego em massa e permanente e a informalidade produz um efeito devastador no cotidiano do trabalho: uma situação de semi-emprego na qual, para a maior parte dos trabalhadores, desaparece a divisão entre uma situação de segurança (no emprego) e de insegurança, infundindo um sentimento de medo silencioso e constante entre os assalariados. É um processo que se retro-alimenta, um círculo vicioso difícil de ser quebrado: o medo permanente – e expectativa real – da perda do emprego, potencializado pela desestruturação do mercado de trabalho e pela falta de amparo estatal e sindical, impede, em boa medida, que a classe trabalhadora coloque freios à deterioração das condições e relações de trabalho, a qual, por sua vez, alimenta o medo e a conseqüente sensação de impotência dos trabalhadores. (Silva, 2004: 6)

O cenário descrito e que tem caracterizado a economia brasileira nas últimas duas décadas pode ser mais bem retratado pelos números da tabela abaixo:

**Tabela 2.1 – Distribuição dos ocupados por posição na ocupação
Total regiões metropolitanas – junho/1999**

	Dez. 1989	(%)	Jun. 1999	(%)
Assalariados com carteira		59,5		44,7
Assalariados sem carteira		18,4		26,9
Conta própria		17,7		23,5
Empregadores		4,4		4,9
Total		100		100

Fonte: Mattoso (1998).

Diante da impossibilidade de ignorar o fato de que metade da população economicamente ativa do País não tem emprego formal, mas está desenvolvendo alguma atividade de geração de renda, muito provavelmente uma atividade empreendedora informal, a pesquisa ECINF-2003 do IBGE serve de raiz para nos revelar dados fundamentais⁷³ para compreendermos melhor a informalidade no mercado de trabalho do país.

Informalidade urbana em Goiânia

Em relação ao segundo ponto citado, “informalidade urbana em Goiânia”, procuramos elencar os principais elementos explicativos de seu vertiginoso crescimento, particularmente a partir dos anos 1980.

⁷³ 1- Características gerais da informalidade no Brasil: 9,1 milhões empreendimentos informais (em 2003); 8% por conta própria; 12% pequenos empregadores; 95% um único proprietário; 13,8 milhões de pessoas ocupadas; Investimento médio de R\$ 4.373,00; 78,7% faturaram até R\$ 24.000,00; Movimentou em 2005 o equivalente a R\$ 640 bilhões; 50,4% da PEA do Brasil é informal (Fonte: Economia Informal Urbana, ECINF 2003 - IBGE & SEBRAE, 2005; Jornal DCI – SP 06/10/2006; IPEA, 2005). 2- Características em relação à demanda por crédito: 40% possuíam conta corrente; 32% possuíam talão de cheques; 9% possuíam seguro de vida; 2% possuíam seguro do imóvel do negócio; 10% possuíam plano de saúde e/ou dental; 34% utilizavam agências bancárias; 37% utilizavam correspondentes bancários; 12% utilizavam serviços de informática; 1% utilizava a internet (Fonte: Economia Informal Urbana, ECINF 2003 IBGE & SEBRAE, 2005). 3- Principais barreiras: A falta de clientes, indicada por 48,6% dos pesquisados; A grande concorrência, citada por 44,5% dos entrevistados; A falta de acesso ao crédito, por 13,6%; A falta de capital próprio, por 26,2% (Fonte: Economia Informal Urbana, ECINF 2003 IBGE & SEBRAE, 2005). 4- Intermediação financeira - principais desafios: Informações; Volumes; Custos; Massificação (Fonte: CGAP, Inventory of Microfinance Institutions in Latin America, 1999; Global Numbers, 2003). 5- Desafios e perspectivas - das micro-finanças: Baixa penetração no mercado; Um único produto (microcrédito); Limitações de recursos das IMF; Deficiências de gestão; Baixa penetração de mercado; Custos elevados; Produtos adequados: volumes, prazos, formas de pagamento, custos, informações, garantias etc.; Provedores adequados: tecnologias, proximidade e identidade; Impacto econômico e social: massificação e sustentabilidade. (Fonte: CGAP, Inventory of Microfinance Institutions in Latin America, 1999; Global Numbers, 2003).

Segundo Filho (2005: 7), “o município de Goiânia, em consonância com os processos de crescimento demográfico e também com as taxas de urbanização verificadas em âmbito nacional, não fugirá a esta tendência e experimentará semelhantes processos”.

Nesse sentido, observamos, na última década, por exemplo, o aumento constante da população geral do município de Goiânia, tendo passado da taxa de urbanização de 98,97%, em 1991, para 99,34% em 2000. Assim, um grande contingente populacional se dirigiu para Goiânia como decorrência do processo de organização característico dos movimentos migratórios rural/urbano e/ou por deslocamentos populacionais de cidades do interior. Além disso, os salários, que têm por referência o salário mínimo, vêm, em geral, acumulando defasagens. Dessa forma temos, portanto, pelo menos parte da explicação para a constituição de um cenário propício ao crescimento da informalidade na região metropolitana, doravante RM, de Goiânia e das demais do país. Ao longo do tempo, outros fatores foram se somando a este, tais como, por exemplo, a baixa formação escolar e profissional e a diminuição da oferta de postos de trabalho. Dessa forma, já a partir da década de 1980 e repercutindo o processo de reestruturação produtiva, o desemprego estrutural constitui-se no principal e mais perverso fator explicativo do incremento da informalidade, uma vez que provoca, literalmente, a destruição de milhares de postos de trabalho regulares: “A pressão crescente do desemprego é fator poderoso para que grande número de pessoas aceite o emprego informal” (Singer, 2003: 45). De acordo com Jakobsen, Martins e Dombrowski (2001: 9), “Embora alguns apreciem a “autonomia” do trabalho informal, a maior parte deles está na informalidade em razão do desemprego e a ampla maioria tem como demanda comum a regulamentação da atividade”.

Assim como nas principais regiões metropolitanas do Brasil, também na de Goiânia as atividades econômicas próprias da informalidade antecedem a década de 1980. É a partir daí, e principalmente na década de 1990, que esse problema se intensifica, com a ocupação das principais ruas e avenidas, em especial as avenidas Goiás e Anhangüera, localizadas na região central da cidade⁷⁴, local no qual se localizam parte das feiras que figuram como objeto desta pesquisa⁷⁵.

⁷⁴ Segundo matéria publicada no Jornal *O Popular* (julho de 1987): “O crescimento da informalidade no Setor Central foi acompanhado com desgosto pelos moradores e comerciantes estabelecidos na região, os quais, desde a primeira metade da década de 80, viram parte das avenidas serem tomadas pelos comerciantes ambulantes. Em

De modo geral, a maioria das atividades informais constitui formas de trabalho precárias e instáveis: “a grande maioria dos informais exerce atividades precárias, quase todas sujeitas a repressão policial, o que torna os ganhos extremamente instáveis e incertos” (Singer, 2003: 12). Como vimos acima, na opinião de vários autores o desemprego e a desregulamentação das relações de trabalho têm sido os principais fatores responsáveis pelo processo de informalização das regiões metropolitanas do país⁷⁶, que impacta de forma diferenciada a homens e mulheres.

É nesse sentido, por exemplo, que a pesquisa ECINF-2003 do IBGE apontou que, entre as mulheres, o ingresso na informalidade se dá como uma tentativa de aumentar a renda familiar composta, em sua maioria, pelo salário do marido, empregado com registro em carteira. Pela pesquisa, 32% delas abrem uma empresa informal por esse motivo, enquanto, entre os homens, a razão principal para a criação de uma empresa nesses moldes é a falta de obtenção de uma ocupação regular. Vejamos, em linhas gerais, como a questão de gênero participa na estruturação do mercado de trabalho em Goiânia.

virtude dessa ocupação pelos trabalhadores informais, tornaram-se freqüentes os conflitos e as pressões sobre o poder público, sobretudo por parte dos comerciantes estabelecidos, que ameaçavam, inclusive, tomar algumas medidas drásticas, tais como o fechamento de suas próprias lojas, depósitos judiciais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e passeatas pelas ruas, como forma de pressionar o poder público no sentido de que adotasse medidas para a retirada dos ambulantes do centro da cidade”. Esses acontecimentos fazem parte de um novo cenário, no qual “o trabalho por conta própria e a pequena empresa tornam-se o “sonho” (refúgio da realidade) de milhões de brasileiros desempregados ou cujos salários formais não permitem manter suas famílias” (Malaguti, 2001: 63); caracterizado pela “alteração na dinâmica do mercado de trabalho apareceu pela primeira vez com intensidade, com o desemprego urbano, a deterioração das condições de trabalho e com a ampliação da informalidade” (Mattoso, 2001: 9).

⁷⁵ O capítulo intitulado desta tese “Quem são os trabalhadores do setor informal da Região Central de Goiânia-GO”, resultado de um *survey* realizado pelo autor entre setembro de 2006 e janeiro de 2007, oferece um detalhado e atualizado perfil socioeconômico e ocupacional desses trabalhadores.

⁷⁶ “A precariedade do trabalho informal implica também alguns aspectos mais particularizados, tais como maior tempo de dedicação ao trabalho e menor remuneração em comparação ao trabalho formal. Isto é um pouco relativo, pois, evidentemente, há casos de atividades informais que garantem um rendimento muito maior do que o rendimento auferido em certos empregos formais [...]. De acordo com Singer, com base em uma pesquisa com informais em São Paulo, verificou-se que a jornada média de trabalho deles é de 76 horas por semana e a média de ganho R\$ 927,00 por mês. Mas, se por um lado, há quem ganhe até R\$ 4.000,00, por outro, há os que ganham apenas R\$ 150,00 por mês (Singer, 2001). Além da precariedade, as inserções informais são intrinsecamente instáveis, seja no que se refere à renda, ao tempo de dedicação ao trabalho ou mesmo aos locais onde atuam os trabalhadores. Na maioria dos casos, são espaços públicos, estando os informais sujeitos à remoção a qualquer momento, por causa da fiscalização” (Filho, 2005: 65).

Desigualdades de gênero no mercado de trabalho nacional e de Goiânia

No procedimento investigativo adotado considerou-se que a forma mais adequada de observar concretamente os indícios de desigualdades de sexo na esfera do trabalho, em prejuízo das mulheres, reside em avaliar se, a partir das metamorfoses do mundo do trabalho que revelam uma trajetória de exploração da força de trabalho através dos diferentes regimes de acumulação, a expansão da “ponta precária” (Leite, 2003) deu-se mais intensamente entre o grupo feminino.

Nesta parte, busca-se apreender, ainda que de forma abreviada, as condições de precariedade do trabalho das mulheres, refletidas nos dados das fontes secundárias de cobertura nacional, que permitem uma desagregação espacial a fim de conhecer como essa discussão pode ser visualizada na situação das trabalhadoras de Goiânia⁷⁷.

As transformações pelas quais o mercado de trabalho vem passando revelam um novo sistema produtivo que, por consequência, requer uma nova força de trabalho. Nessas condições, as mudanças nele presentes mostram-se mais favoráveis à inserção feminina (Lavinias, 1997). A maior participação das mulheres nessa esfera tem conferido uma nova configuração ao mercado de trabalho, o que pode ser constatado com base em Castells (2005: 318), que sustenta que: “um traço fundamental que caracteriza o novo mercado de trabalho nas duas décadas passadas é a incorporação maciça das mulheres no trabalho remunerado”. Essa realidade é confirmada por Bruschini e Lombardi (2002)⁷⁸.

Nesse sentido, o IBGE/PNADs demonstram que o crescimento da participação de mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) passou de 39,6% em 1993 para 43,6%

⁷⁷ “Nesta parte, inicialmente, serão feitas algumas considerações sobre as mudanças na composição da força de trabalho brasileira, expressas pelo crescimento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, decorrente de alterações no perfil da mulher trabalhadora. O cenário goianiense será retratado através de informações que elucidam as relações desiguais entre homens e mulheres, em função dos desníveis nos rendimentos, horas trabalhadas, vínculo de trabalho, setores de atividade, entre outros. Em seguida, a exposição será guiada no sentido de incorporar a dimensão subjetiva para tratar do mercado de trabalho. Permeiam toda a explanação, as informações quantitativas provenientes das bases de dados oficiais, em nível nacional e estadual, com o recurso às PNADs, Censos e PMEs – produzidas pelo IBGE – e, em nível municipal, por meio das tabulações da RAIS (MTE) para Goiânia” (Leite, 2007: 76).

⁷⁸ “Nos últimos anos, o fenômeno do crescimento da participação feminina na força de trabalho tem recebido bastante atenção por parte dos estudos brasileiros, o que pode ser explicado pelo fato de que o significativo aumento da atividade das mulheres corresponde a uma das mais importantes transformações ocorridas no Brasil desde os anos 1970” (Bruschini e Lombardi, 2002: 157-196).

em 2005⁷⁹. Os dados expressam uma considerável diminuição da participação dos homens na PEA, de 60,4% em 1993 para 56,4% em 2005, apesar de a parcela destes ainda permanecer maior que a delas. Isso é o mesmo que dizer que, em 2005, dentre as pessoas economicamente ativas, 43,6% eram mulheres e 56,4% eram homens⁸⁰. Leite (2007: 78), com base em fontes do IBGE/PNADs, ressalta que:

Em Goiás, nos últimos anos, a distribuição da PEA por sexo também sofreu uma acentuada mudança com a redução da participação masculina e o aumento da feminina em 5,3 pontos percentuais. No período entre 1993 e 2005, o percentual de mulheres na PEA passou de 37,2% para 42,5%, o que representa, em números absolutos, um acréscimo de 464.718 mulheres entre os economicamente ativos de Goiás, visto que, em 1993, havia 785.210 mulheres economicamente ativas, passando, em 2005, para 1.249.928 mulheres.

Segundo Guimarães (2004), o novo processo verificado em relação à demanda de força de trabalho tem sido acompanhado de mudanças em sua esfera de oferta, especialmente a feminina. De acordo com o autor, os contextos condicionados à intensa reestruturação vão ao encontro da “trajetória promissora” das mulheres. Tais caminhos se cruzam, possibilitando a incorporação crescente de mulheres ao mercado de trabalho brasileiro⁸¹, o que corresponde a

⁷⁹ Bruschini e Lombardi (2002) esclarecem que a significativa elevação da taxa de atividade feminina verificada entre 1990 e 1993 deve-se a uma redefinição do conceito de trabalho empregada pela nova metodologia do IBGE. A fim de captar determinados grupos de pessoas envolvidas em 80 atividades econômicas que anteriormente não faziam parte da população ocupada brasileira, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente. A partir dessa alteração metodológica, o conceito de trabalho passa a incorporar atividades para o autoconsumo, a produção familiar e outras atividades que até então não eram consideradas trabalho. Em síntese, essa nova metodologia adotada a partir de 1992 pelo IBGE implica um incremento das taxas femininas, pois passam a ser consideradas como trabalho algumas atividades que sempre foram realizadas por mulheres. Apesar disso, o critério empregado pelo IBGE ainda considera como “inatividade econômica” o trabalho doméstico realizado pelas donas-de-casa.

⁸⁰ “Com efeito, as mulheres estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho – tendência que vem se confirmando com maior ênfase a partir da década de 1980. Segundo dados divulgados pela Fundação Carlos Chagas, a PNAD de 1976 mostra que, no referido ano, o percentual de mulheres na PEA era de 28,8% e o de homens, 71,2%. É na década de 1980 que se acentua o processo de incorporação das mulheres na força de trabalho remunerada brasileira, alterando, com isso, a composição da PEA. No ano de 1981, a parcela de mulheres na PEA correspondia a 31,3%. Já em 1983, 33,0% dos economicamente ativos eram mulheres, passando para 33,5% em 1985. O crescimento mais significativo da participação das mulheres ocorre entre os anos de 1990 e 1992 – como resultado de uma alteração metodológica, que será abordada a seguir –, período em que o percentual de mulheres na PEA eleva-se 4,0 pontos percentuais, passando de 35,5% para 39,5% dos economicamente ativos brasileiros. Ver: Banco de Dados sobre o Trabalho das Mulheres”. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/mulher>>. Acesso em: 16/11/2007.

⁸¹ “A caracterização dessas transformações demográficas pode ser assim traduzida: A intensa queda da fecundidade reduziu o número de filhos por mulher, sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país, as famílias reduziram seu tamanho, aumentou o número de famílias chefiadas por mulheres. Transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, intensificadas pelo impacto dos movimentos feministas desde os anos setenta e pela presença cada vez mais atuante das mulheres

mudanças no comportamento demográfico expressas pela queda da taxa de fecundidade, aumento da escolaridade feminina e transformações no âmbito valorativo.

Reforçando essa abordagem e salientando as conseqüências sociais das novas tecnologias, Hirata (2001) explica que se trata de um novo contexto, caracterizado pelo desenvolvimento crescente da precariedade, informalidade e flexibilidade das relações de trabalho. Nesse contexto estrutura-se simultaneamente o incremento da força de trabalho feminina ao trabalho remunerado⁸², mesmo que no grupo das mulheres a precariedade e a vulnerabilidade no emprego sejam muito maiores, pois, além de ocuparem os nichos precários do mercado de trabalho, estas, ocupadas como trabalhadoras domésticas, apresentam um percentual mais elevado quanto à ausência de registro em carteira⁸³.

Bruschini e Lombardi (2003) corroboram com essa idéia ao afirmarem que a inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro tem sido caracterizada através do tempo pela marca da precariedade que tem atingido uma importante parcela de trabalhadoras⁸⁴. Com base na PNAD/IBGE (1992-2005), Leite (2007: 95), demonstra que, em Goiás:

Nos anos de 1993, 1995 e 1998, o percentual de mulheres em posições precárias foi de 48,5%, 43,7% e 37,4%, respectivamente. Consideravelmente superior ao apresentado através exame da distribuição de ocupados em posições precárias no Brasil – 40,0%, 39,5% e 36,4%.

nos espaços públicos, alteraram a constituição da identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo. A expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho” (Bruschini e Lombardi, 2002: 162).

⁸² De acordo com Leite (2007: 83): “Os dados das PNADs 1993, 1995, 1998, 2003 e 2005, confirmam essa tendência anunciada por Hirata (2001) na medida em que: demonstram que em 1993, 40,0% da força de trabalho feminina estava inserida em posições precárias – caracterizadas pela baixa segurança no emprego, baixos salários, direitos trabalhistas ausentes ou flexíveis – enquanto 11,2% dos homens encontravam-se nessa condição. Em outras palavras, do contingente total de mulheres com 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, 40,0% ocupavam-se nos nichos precários do mercado de trabalho, seja na condição de trabalhadoras domésticas (16,6%), exercendo atividades não-remuneradas (13,5%) ou trabalhos destinados ao consumo e uso próprios (9,9%)” - Fonte: IBGE/PNADs: Distribuição de homens e mulheres em posições precárias – Brasil – 1993-2005 (%).

⁸³ Para Maruani e Hirata (2003: 89): “a explicação dessa precariedade deve-se à inserção no trabalho informal, em que se concentra o trabalho doméstico remunerado, já que em todos os anos analisados, pelo menos 73,0% das trabalhadoras domésticas brasileiras não tinham carteira de trabalho assinada”.

⁸⁴ De acordo com Maruani e Hirata (2003: 94): “Nota-se, com base nos dados da PNAD, que o crescimento do emprego feminino no Brasil, expresso por meio dos indicadores de participação feminina, vem sendo acompanhado de uma degradação das condições de trabalho. Desse modo, constata-se que o incremento das taxas de participação econômica das mulheres no Brasil deve-se, entre outras causas, à inserção simultânea das mulheres nos setores formal e informal da economia”.

De outro modo, no cenário de Goiás, a diferença entre as condições de precariedade assumidas pelos homens e pelas mulheres é nitidamente maior do que a registrada no quadro nacional.

Em termos gerais, as desigualdades segundo as quais homens e mulheres inserem-se no trabalho remunerado podem ser expressas por meio dos diferenciais de salário. Admite-se que a condição precária feminina traduz-se na baixa remuneração obtida pelas profissionais, o que, por sua vez, está relacionado ao “tipo de atividade, de qualificação, de horas trabalhadas, etc. das ativas ocupadas, mas também com a desvalorização fundamental de todos os tipos de trabalho realizados pelas mulheres no âmbito doméstico” (Maruani e Hirata, 2003: 19). Segue, agora, uma tentativa de análise do cenário do mercado de trabalho de Goiânia a partir do recorte de gênero.

A partir de dados desagregados da RAIS/MTE para Goiânia (1990-2005), Leite (2007: 103-111) nos apresenta importantes informações para uma melhor compreensão da dinâmica do mercado de trabalho no município de Goiânia. Os dados considerados mais relevantes pelo autor seguem listados:

- 1) “houve aumento da escolaridade feminina ao longo dos anos”. Também houve um “equivalente aumento de remuneração”. Além disso, hoje “as mulheres apresentam um nível de instrução mais elevado do que os homens” (p. 103);
- 2) “Em 1990, as mulheres já mostravam uma superioridade quanto ao nível de escolaridade, representando 56,05% dos empregados com ensino médio completo e 51,58% com superior completo. [...] Em 2005, as mulheres passaram a compor 63,94% dos empregados no setor formal de Goiânia que têm como grau de escolaridade o nível “superior completo” [...]. Isto é, 63,94% das pessoas que estavam registradas na RAIS em Goiânia, no ano de 2005, que tinham o nível “superior completo” eram mulheres, enquanto apenas 36,06% eram homens. Em virtude disso, as mulheres representam uma parcela superior à dos homens entre os registrados que possuem os maiores graus de escolaridade no município de Goiânia” (p. 103);
- 3) “Os analfabetos eram formados, em 1990, por 44,99% de homens e por 55,01% de mulheres, da mesma forma que na composição dos diplomados 48,42% eram homens e 51,58% eram mulheres. Contudo, em 2005, 79,02% dos homens encontram-se no primeiro

grau de escolaridade e 63,94% das mulheres fazem parte do último grau de escolaridade. [...] As mulheres estão mais concentradas nos últimos degraus, enquanto os homens agrupam-se nos primeiros níveis de escolaridade” (p. 105);

- 4) “Em 1990, 64,90% dos homens formalmente empregados tinham até a 8ª série completa do ensino fundamental, enquanto em 2005, 43,95% dos homens apresentavam esse grau de instrução. O percentual de trabalhadoras concentradas até a 8ª série completa do ensino fundamental era de 43,95% em 1990 e de 25,73% em 2005. [...] Na outra ponta, composta dos quatro últimos níveis de escolaridade, verifica-se uma concentração muito maior de mulheres” (p.103);
- 5) Continuando: “22,73% das mulheres estavam reunidas no nível superior completo em 2005, representando um aumento de 200% em relação ao ano de 1990” (p. 104);
- 6) “Em 2005 [...] as mulheres goianienses representavam 77,85% do total de ocupados no chamado trabalho temporário⁸⁵. [...] É possível observar também o crescimento, ao longo de 15 anos, dos trabalhadores e trabalhadoras inseridos no mercado de trabalho de Goiânia, com vínculo temporário de trabalho. [...] Num intervalo de dez anos, foi expressivo o aumento do número de trabalhadores temporários, tanto homens quanto mulheres, mas os homens permaneciam, assim como em 1990, no exercício majoritário deste trabalho com vínculo temporário. Em 2005, porém, os postos de trabalho temporários de Goiânia passaram a ser ocupados predominantemente por mulheres”⁸⁶ (p. 106).

⁸⁵ As próprias características dos empregos no setor de serviços, como os salários mais baixos, as menores taxas de sindicalização e o trabalho em tempo parcial favoreceriam a feminização desse tipo de trabalho. Além disso, “Nota-se que, no período examinado – de 1990 a 2005 –, as mulheres passaram a distribuir-se mais entre os demais setores de atividade. O comércio recebeu um contingente maior de trabalhadoras, sendo que em 1990, o percentual de mulheres que estavam ocupadas neste setor era de 9,98. Já em 1995, 11,12% da força de trabalho feminina estava empregada no comércio de Goiânia, correspondendo ao segundo setor que mais concentrava mulheres no referido município. No período analisado, houve um aumento do percentual de mulheres empregadas no comércio formal de Goiânia, passando de 9,98% em 1995 para 15,06% em 2005” (Leite, 2007: 117).

⁸⁶ Trata-se da “sobrevivência de algumas permanências da inserção da mulher no mundo do trabalho. Um dos aspectos dessas continuidades em relação à sociedade patriarcal diz respeito: [...] à estreita relação entre o papel que a mulher ocupa no espaço privado – na casa e na família – e sua inserção no espaço público, notadamente no mundo do trabalho remunerado. Trata-se da relação entre as atividades de reprodução (produção social de seres humanos) e as atividades de produção (produção social de bens)” (Segnini, 1998: 105). “Os “trabalhos das mulheres” remetem às funções tradicionalmente atribuídas às mulheres, evidenciando, com isso, que são tênues as linhas que separam a atividade doméstica da atividade produtiva. As mulheres inserem-se maciçamente nas tarefas de costureiras, enfermeiras, cozinheiras, empregadas domésticas, professoras primárias, exercendo um

Tais dados servem de base para fundamentarmos algumas conclusões para o mercado de trabalho da região metropolitana de Goiânia. Uma das principais, a exemplo do que ocorre em todo país com diferentes gradações para cada RM considerada, está no fato de que os diplomas femininos continuam sendo menos valorizados. De outro modo: “quando as mulheres exercem as mesmas atividades dos homens, sua formação escolar é superior à exigida no cargo, isto é, são ‘super-diplomadas’” (Daune-Richard, 2003), ou seja, sua superioridade indiscutível em termos de escolaridade não se reflete nos níveis de remuneração conferidos ao seu trabalho, conforme demonstrado nos dados da RAIS/MTE para Goiânia.

Desse modo, fica demonstrado que as desigualdades salariais evidentes entre homens e mulheres no mercado de trabalho formal de Goiânia não têm como justificativa a baixa qualificação ou escolaridade apresentada pelas trabalhadoras. Isso significa dizer que elas têm uma escolaridade comprovadamente mais elevada que a deles, mas seu padrão de inserção em tal mercado tende a ser direcionado pela via precária, como bem demonstram os dados da RAIS/MTE ao tratarem acerca do tipo de vínculo do trabalhador e da trabalhadora (Leite, 2007). Trata-se de um elemento de composição da nova heterogeneidade ocupacional deste mercado de trabalho⁸⁷, fundamental para a compreensão da atual dinâmica da informalidade no centro da cidade. Para concluir, é importante lembrarmos que:

A mulher possui uma escolaridade mais elevada do que o homem, mas que se encontra nos piores empregos e recebendo os mais baixos salários. O trabalho feminino é considerado desqualificado e, portanto, socialmente desvalorizado. A realidade do mercado de trabalho brasileiro revela que [...] há muita mulher subutilizada, uma vez que apresenta qualificação superior àquela exigida pelas funções que desempenha. Há um sem número de advogadas, sociólogas, psicólogas, pedagogas, entre outras, trabalhando como secretárias e percebendo parca remuneração, sem falar nas de instrução superior e que apenas cuidam do lar. (Saffioti, 1978: 417)

Também nesse sentido devemos considerar que:

trabalho remunerado para o qual elas já vem há tempos sendo treinadas, já que a formação profissional das mulheres está, em certa medida, ligada ao treinamento para as funções de mãe e esposa”. (Hirata, 2002: 118).

⁸⁷ Guimarães (2004: 315) argumenta que recentemente, a partir dos anos 1990 sobretudo, as questões relativas à desocupação no setor de serviços estão intimamente vinculadas ao crescimento do desemprego feminino. Para a autora: “esse crescimento do desemprego das mulheres [...] resulta da aceleração da desocupação no setor de serviços, justamente aquele que não somente fora tradicionalmente mais permeável ao trabalho de mulheres, como na conjuntura de ajuste e reestruturação dos 90, se tornara o grande produtor de postos de trabalho”. Essa é uma importante análise para uma satisfatória compreensão da nova heterogeneidade da informalidade na região central de Goiânia.

Os avanços femininos em termos de escolaridade não conduzem, necessariamente, à ocupação de um melhor lugar no mercado de trabalho, em função de as mulheres se inserirem predominantemente nos empregos feminizados, que conferem uma remuneração inferior e menores oportunidades de carreira. [...] Essa transformação espetacular da oferta de trabalho feminino não se traduziu por uma melhora equivalente da posição das mulheres no mercado de trabalho. Essa disjunção relativa está fortemente ligada à segmentação dos espaços masculinos e femininos na formação do emprego. O aumento do nível de formação das mulheres ocorre num respeito relativo ao caráter sexuado das carreiras [...], e o aumento da atividade das mulheres alimentou sobretudo os setores de empregos já feminizados. (Daune-Richard, 2003: 65)

Paralelo “ao crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho, também se observa uma segregação dos postos de trabalho por sexo, através da construção de “guetos” femininos ou “guetos rosa”” (Segnini, 1998: 104).

Para concluir, ressaltamos que nos últimos anos tem crescido o consenso em torno da idéia de que vários mercados de trabalho de regiões metropolitanas do país têm enfrentado processos que têm resultado em sua deterioração, especialmente os de regiões metropolitanas periféricas como Goiânia, sempre caracterizadas pela intensa precariedade das relações de trabalho e pela heterogeneidade das relações no mundo trabalhista.

Assim, é imprescindível, para uma boa compreensão da dinâmica dessa informalidade, que tentemos agora constatar como se configura sua RM, uma vez que grande parte dos ambulantes que aí trabalha mora na chamada Região Metropolitana de Goiânia (RMG) ou Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (RDIG).

2.4 Diagnóstico sócio-urbano do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Goiânia

Ocupação, renda e diferenciação sócio-espacial e demográfica na Região Metropolitana de Goiânia

Com base em estudo do Observatório das Metrôpoles procuraremos fazer um breve diagnóstico sócio-urbano da RM de Goiânia. Para tanto, procuraremos analisar, em um primeiro momento, o processo de institucionalização e configuração do espaço metropolitano

e, em um segundo, alguns dos vetores de crescimento e de dinâmica da economia, tais como ocupação, renda e diferenciação sócio-espacial e demografia.

Quanto à primeira parte, procuraremos agora fornecer algumas informações necessárias à compreensão do processo de “institucionalização e configuração desse espaço metropolitano”. Segundo pesquisa do Observatório das Metrôpoles:

A Região Metropolitana de Goiânia (RMG) é constituída oficialmente pelo que determina a Lei Complementar N. 027 de dezembro de 1999, ou seja, é formada por 11 municípios os quais constitui o que a lei denomina de ‘Grande Goiânia’. Além desses, segundo a mesma lei, existe a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (RDIG), com mais 9 municípios, podendo ser considerada como ‘colar metropolitano’. O espaço metropolitano institucionalizado originalmente, ou seja, RMG+RDIG é constituído por 20 municípios. (Moysés et al., 2004: 1)

Embora tomemos, para futuras análises sócio-espaciais a respeito desses ambulantes, as informações resultantes da Lei Complementar n. 027 de dezembro de 1999⁸⁸, é importante salientar que, do ponto de vista institucional, de 1999 até o final de 2004 a Assembléia Legislativa do Estado de Goiás produziu alterações na composição da Região Metropolitana e na Região de Desenvolvimento Integrado. Portanto, a composição atual da Região Metropolitana de Goiânia passou a ser o que determina o art. 1º da Lei Complementar n. 049 de 9 de dezembro de 2004, onde se lê:

Fica criada a Região Metropolitana de Goiânia – GRANDE GOIÂNIA – na forma prevista no art. 4º, Inciso I, alínea “a”, e nos arts. 90 e 91 da Constituição do Estado de Goiás, compreendida pelos municípios de: Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Senador Canedo e Trindade.

No § 28 do mesmo artigo:

Fica instituída a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, com as atribuições, organização e funcionamento a serem definidos em lei, composta pelos

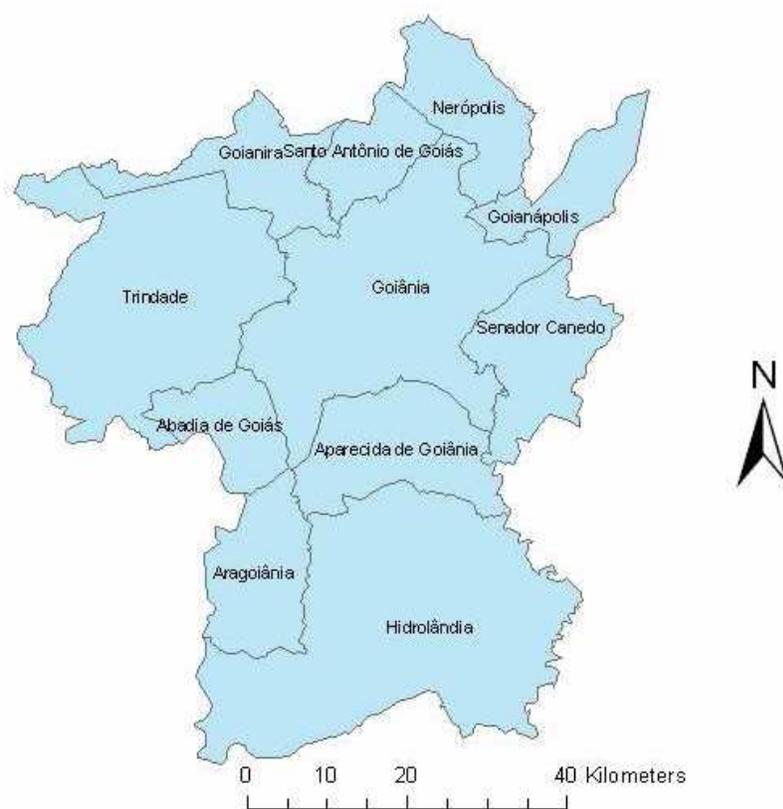
⁸⁸ Mas por que não considerarmos a composição atual da RM de Goiânia, segundo a alteração institucional realizada recentemente? Podemos recorrer à resposta do próprio coordenador deste estudo. Segundo Moysés et al. (2004: 2): “As justificativas mais plausíveis referem-se a duas questões: primeiro, este trabalho está inserido num projeto nacional que utiliza uma mesma metodologia visando assegurar as condições para produzir análises comparativas com as demais RM brasileiras envolvidas neste estudo e, segundo, utiliza como base de dados comum os Censos Demográficos do IBGE. Sendo assim, as alterações processadas no âmbito da RMG são de caráter estritamente local, ou seja, ocorreram após a realização do último Censo, não cabendo, portanto, quaisquer alterações na base de dados”.

seguintes municípios: Aragoiânia, Bela Vista, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturaí, Goianópolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade.

E no § 20:

Fica instituída a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, com as atribuições, organização e funcionamento a serem definidas em lei, composta pelos seguintes municípios: Aragoiânia, Bela Vista, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturaí, Goianópolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade. (Redação dada pela Lei Complementar n. 43 de 07-11-2003).

Cartograma 1.1: Região Metropolitana de Goiânia*



(*) De acordo com a Lei 027/1999.

Cartograma 2.1 – Região Metropolitana de Goiânia
Fonte: Enga (2000).

Em relação a “alguns dos vetores de crescimento e dinâmica da economia”, é esclarecedor considerarmos alguns dados sobre a RM institucional de Goiânia, que reúne vinte

municípios e compõe-se de territórios heterogêneos, sobretudo no que se refere aos aspectos socioeconômicos e territoriais. Quando consideramos os onze municípios temos, segundo o Censo 2000, uma população de aproximadamente 1.600 mil habitantes, distribuída em um território de aproximadamente 3.980 km², o que lhe confere uma densidade demográfica aproximada de 410 hab./km². Entretanto, se acrescentarmos os nove municípios que compõem a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (RDIG), o contingente populacional se aproxima de 1.800 mil habitantes⁸⁹. Segundo Moysés (2004: 3) isso nos permite chegar a três conclusões: 1) “a população metropolitana cresce em função do poder de atração que a capital do Estado exerce, devido às ofertas de serviços e possibilidades de trabalho, tanto no setor formal quanto no setor informal da economia”; 2) “novos contingentes populacionais são atraídos pela dinâmica urbana de Goiânia, porém, a maioria vai localizar-se nos municípios do entorno da capital”; 3) “a manutenção da taxa de crescimento da população metropolitana durante a década de 90 atesta a existência de uma grande mobilidade interna, ou seja, a transferência de pessoas de um município para o outro tem sido uma constante durante esse período”.

É importante ressaltar, também, que essa região metropolitana tem um mercado interno extremamente debilitado e caracterizado por um contingente populacional que sobrevive com pouco mais de dois salários mínimos em média e por uma forte polarização exercida pela capital⁹⁰, o que resulta em um conseqüente processo de intensificação de problemas sociais concentrados em Goiânia e gerados, em grande parte, nos municípios vizinhos.

Com o objetivo de avançar no propósito de traçar um breve panorama do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Goiânia, cabe ressaltar que alguns dados sobre

⁸⁹ Segundo Moysés et al. (2004: 3): “A taxa média de crescimento anual da população metropolitana (RMG) vem se mantendo em 3,2% desde o Censo de 1991. Chama a atenção o fato de a maioria dos municípios apresentarem taxas elevadas de crescimento, todas superiores às do município de Goiânia”.

⁹⁰ “Essa concentração populacional gera efeitos perversos. De um lado desertifica populacionalmente os demais municípios do Estado e por outro concentra grande parte dos fluxos de riqueza nesse espaço. Isso permite concluir que Goiânia, como cidade pólo do processo de metropolização, continua atraindo para si todas as benesses das riquezas acumuladas pelo conjunto da população do Estado e da Região Centro-Oeste. Segundo estudos produzidos pelo Observatório das Metrôpoles, no âmbito da RMG e RDIG, só Goiânia concentra 87,0% das agências bancárias; 94,9% das operações financeiras via bancos; 81,2% da massa de rendimento mensal circulam na economia da cidade pólo; 76,5% dos empregos formais em atividades de ponta e, obviamente, a totalidade do fluxo de passageiros no único aeroporto de porte do Estado. Ressalte-se, entretanto, que das 500 maiores empresas brasileiras, apenas cinco têm sede em Goiânia” (Moysés et al., 2004: 4).

“ocupação, renda e diferenciação sócio-espacial” são muito elucidativos de sua dinâmica. Nesse sentido, um primeiro indicador a ser considerado é a “taxa de desocupados”. Seguem algumas observações a esse respeito, para a RM de Goiânia, com base no estudo de Moysés et al. (2004: 5-7):

De uma população economicamente ativa de 838.958 pessoas, em 2000, havia no conjunto da metrópole goianiense 12,5% de desocupados.⁹¹

[...]

Entretanto, quando se considera os espaços intra-urbanos observa-se que a taxa de desocupados possui uma configuração concêntrica, pois ela apresenta-se maior para as áreas que situam-se nas franjas da metrópole, principalmente aquelas que estão fora da capital, e menor para as áreas que estão mais próximas do centro, guardada as exceções devidas.⁹²

[...]

As outras áreas intra-urbanas que possuem baixa taxa de desocupados (entre 7,3% e 10,7%) estão todas localizadas em Goiânia. Elas estão situadas em sua maioria na região central da cidade e em parte das regiões noroeste e leste de Goiânia [...], onde a taxa de desocupados atinge os maiores índices, acima dos 15%, chegando em alguns casos a ficar em torno de 20%. Isso configura que a situação do emprego é mais precária para as áreas mais situadas nas franjas da metrópole, evidenciando uma relativa hierarquização da taxa de desocupados em relação à posição social no território urbano.

[...]

Quando a análise privilegia a relação de gênero, observa-se que em todos os municípios, sem exceção, a taxa de desocupados entre as mulheres é sempre maior que entre os homens, o que contribui para que elas, no conjunto da metrópole, registrem 15,4% de desocupados enquanto eles 10,3%.⁹³

[...]

Ao considerar a estrutura etária, verifica-se que para todos os municípios da Região

⁹¹ “Apenas os municípios de Hidrolândia, Aragoiânia e Goianópolis não atingiram um índice de 10%, ficando, respectivamente com 9,2%, 9,4% e 9,6%. À exceção de Abadia de Goiás que neste quesito não se integrou ao grupo, todos eles possuem nível baixo de integração em relação ao município pólo (Goiânia). Todos os demais ultrapassaram aquele patamar, cujos destaques são de Senador Canedo, Abadia de Goiás e Trindade, que obtiveram uma taxa de desocupados de 18%, 17,1% e 16,3%, respectivamente” (Moysés et al., 2004: 5).

⁹² “É notório que as áreas que apresentam baixas e muito baixas taxa de desocupados e que não se situam em Goiânia, estão localizadas no município de Aparecida de Goiânia exatamente onde, ao final da década de 1990, o capital imobiliário realizou investimentos, ou seja, na divisa deste município com a capital, intensificando o processo de conurbação iniciado na década de 1980”. (Moysés et al., 2004: 5).

⁹³ “As maiores diferenças da taxa de desocupados femininos e masculinos são verificadas nos municípios de Goianópolis, Abadia de Goiás e Santo Antônio de Goiás. Por outro lado, constata-se que as menores diferenças ocorrem exatamente nos municípios que possuem maior nível de integração em relação ao pólo, incluindo este, que são: Goiânia, Goianira, Senador Canedo e Aparecida. Esta consideração sugere que por se tratar de atividades de trabalho mais “urbanas”, ligados ao setor de serviços, principalmente, homens e mulheres tendem a não se diferenciar no mercado de trabalho o que se constata nos municípios que estão mais integrados ao pólo. Ao passo que para municípios que ainda predominam atividades agrícolas, essa diferenciação possui peso explicativo, em que pese não haver nenhuma correlação do nível de integração ao pólo para explicação da taxa de desocupados para o seu conjunto. Essas observações tendem a se sustentar ao considerar a taxa de desocupados para o espaço intra-urbano, pois, é generalizável o fato de ser maior entre as mulheres que entre os homens, a exceção de apenas uma área de ponderação (AED) existente no município de Aparecida” (Moysés et al., 2004: 6-7).

Metropolitana os mais jovens sofrem mais as conseqüências do desemprego. O índice apresentado para os que possuem entre 10 a 24 anos de idade é de 21,9%, enquanto que para os que se situam entre 25 e 49 anos e acima de 50 anos de idade, seus índices somados, 8,7% e 8,1 %, respectivamente, não atingem o patamar verificado entre aqueles.⁹⁴

Um segundo indicador sobre a RM de Goiânia a ser considerado é a análise da “população ocupada”. Partindo desse objetivo, explicitaremos algumas considerações para compreendermos melhor a estrutura de seu território urbano, realizadas pelo estudo “Observatório das Metrôpoles-Fase-Ipardes” (Moysés et al., 2004: 7, 9):

Embora a Região Metropolitana de Goiânia localiza-se num estado de tradição econômica assentado na agropecuária, sua estrutura sócio-ocupacional parece ser explicada em grande medida por atividades ligadas ao setor de serviços e pela indústria, pois juntas possuem uma participação de 61,5% (somatório de trabalhadores do secundário, trabalhadores do terciário especializados e não-especializados).⁹⁵

[...]

As ocupações do tipo médio, médio superior e superior, que representam 27,8%, estão todas concentradas no município pólo e nestas nas áreas mais nobres da cidade, ou seja, áreas estas dotadas de infra-estrutura completa e renda elevada. Isso permite inferir, ainda sem uma análise mais aprofundada sobre a hierarquia social e espacial, que o espaço na Região Metropolitana de Goiânia está organizado conforme a hierarquia de classe, ou seja, a ocupação do espaço da metrópole tem a ver com a posição social que os indivíduos ocupam na hierarquia social.

Também visando um melhor entendimento sobre a organização social do espaço metropolitano, que o estudo referido demonstrou se realizar em função da hierarquia de classe, procuraremos estabelecer algumas considerações sobre os “níveis de renda na RM de Goiânia”. Para alcançar tal objetivo, privilegiaremos a renda familiar por ela representar melhor a estrutura do mercado de trabalho da atualidade, tendo em vista uma relativa homogeneidade da participação feminina e masculina. Assim, temos que, segundo Moysés et

⁹⁴ “As exceções para esse comportamento geral são para os municípios de Goianópolis, Santo Antônio de Goiás e Trindade. Quando se considera o espaço intra-urbano, observa-se que essa constatação parece explicativa para o município de Goiânia, mas não para os demais que possuem espaços desagregados para análise (Aparecida e Trindade)” (Moysés et al., 2004: 7).

⁹⁵ “Entre as categorias sócio-ocupacionais dos trabalhadores do secundário e dos trabalhadores do terciário especializados e não-especializados ganham peso os trabalhadores da indústria tradicional e da construção civil, em que ambos representam 8,0% na estrutura metropolitana, e os trabalhadores do comércio, prestadores de serviços especializados e trabalhadores domésticos, que representam, respectivamente, 9,8%, 9,4% e 8,1%. Ao considerar as ocupações de escritório, que representam 9,6%, observa-se que estas são as categorias sócio-ocupacionais de maior peso na Região Metropolitana de Goiânia. Juntas, elas são responsáveis por mais da metade (52,9%) das ocupações verificadas nesta metrópole” (Moysés et al., 2004: 7).

al. (2004: 10-11):

A estrutura da distribuição de renda na Região Metropolitana de Goiânia apresenta-se muito desigual, ao verificar a comparação entre seus municípios. Goiânia é o único município que na faixa de renda per capita de até V2 salário mínimo registra um índice de 12,2%, ao passo que todos os demais se situam acima dos 20%, com destaque para Goianápolis que apresenta 35,6%, o que indica uma concentração de famílias com níveis de rendimento muito baixo.⁹⁶

[...]

Quando a análise favorece os espaços intra-urbanos, é possível observar que a média usada para Goiânia não se verifica de modo homogêneo, pois várias áreas localizadas na periferia da cidade apresenta-se com índices de famílias com renda per capita de até V2 salário mínimo acima dos 16% [...], o que corresponde a patamares semelhantes aos municípios com os piores índices.

[...]

A conformação da distribuição de famílias que possuem renda familiar per capita de até V2 salário mínimo, no geral, é do tipo concêntrica (gradiente). Ou seja, quanto mais central, no conjunto da metrópole, menos famílias aí se localizam, ao contrário, quanto mais distante do centro maior é o número de famílias⁹⁷.

Um último elemento que consideraremos para uma melhor compreensão do mercado de trabalho da RM de Goiânia é o fator *demográfico*. Assim, ainda de acordo com o Observatório das Metrôpoles – Fase - Ipardes (Moysés et al., 2004: 11-14):

A Região Metropolitana de Goiânia teve, no período compreendido entre 1991 e 2000, uma taxa anual de crescimento superior à verificada no Brasil e também em Goiás. Os dois últimos registraram 1,6% e 2,5%, respectivamente, aquela registrou no mesmo período 3,2%. Ou seja, o crescimento da metrópole goianiense foi o dobro em termos relativos ao ocorrido no país.

[...]

É possível sugerir que o crescimento da Região Metropolitana de Goiânia tem ocorrido de modo mais intenso, principalmente, no município pólo e naqueles que possuem algum tipo de conurbação com a capital. E essa constatação leva a considerar que este crescimento está se dando a partir do que se verifica no pólo. Ou seja, na medida que mesmo as áreas mais periféricas de Goiânia vão se tornando difíceis de serem ocupadas, as áreas de outros municípios que possuem proximidade com a capital passam a ser mais demandadas, como forma de viabilizar a condição

⁹⁶ “Ao acrescentar as famílias que possuem renda per capita de até 1 (um) salário mínimo, observa-se que apenas os municípios de Goiânia e Santo Antônio de Goiás não ultrapassam os 50%, apesar de este registrar um índice de 47,8%, enquanto aquele apresenta 32%. Novamente o município de Goianápolis se destaca dos demais, pois neste caso ele registrou um índice de 74% (mais de 2/3 do total de suas famílias). Por outro lado, verifica-se que, à exceção de Santo Antônio de Goiás e Goiânia, todos os demais municípios estão abaixo dos 10% na faixa de renda familiar per capita acima de 3 (três) salários mínimos. Apesar de o primeiro registrar 10,2% e o segundo 29,7%” (Moysés et al., 2004: 10).

⁹⁷ “Isso sugere que há uma relação da localização no espaço urbano (centro e periferia) e o nível de renda, apesar de estes dados ainda não retratarem o movimento de ocupação de espaços na periferia pelas elites econômicas, através dos condomínios horizontais fechados, que passaram a se constituir de modo mais significativo no final dos anos 90 e início do século XXI” (Moysés et al., 2004: 11).

de moradia e mobilidade das pessoas em direção do trabalho e estudos.

[...]

Quase a metade (45,5%) do incremento populacional verificado na Região Metropolitana de Goiânia se deu através de imigração de outros estados e municípios fora da metrópole, o que representa mais de dois terços (69,8%) do total de imigração para os municípios da Região Metropolitana. [...]. O município que mais recebeu pessoas de fora da metrópole foi Goiânia. Do total de pessoas que migraram para Goiânia, 91,7% estão nesta situação. Apenas 4,9% das imigrações são explicadas por deslocamento de pessoas dos municípios da Região Metropolitana, mas isso representa 6.584 novos habitantes.

[...]

Goiânia apresentou-se como destino para metade das pessoas que participaram do fluxo migratório e foi acompanhado por Aparecida ao participar com 33% desse fluxo. Ou seja, do total de pessoas que se deslocaram em direção à Região Metropolitana, inclusive no seu interior, Goiânia recebeu 50% delas, ao passo que Aparecida de Goiânia seguiu com aquele índice. Na seqüência observa-se Trindade e Senador Canedo, com participação de 6,1% e 5,2%, respectivamente. E estes foram os municípios que possuem algum nível de conurbação com o pólo.⁹⁸

[...]

Quando analisamos a densidade demográfica no espaço intra-urbano, observa-se que: [...] a população está concentrada em parte significativa do município de Goiânia, transbordando para o município de Aparecida. Essa concentração se dá no tipo gradiente, uma vez que grande parcela da população ocupa áreas mais centrais de Goiânia e a medida que se vai afastando do centro, por conseguinte, vai-se também diminuindo a densidade demográfica.⁹⁹

A pesquisa do Observatório das Metrôpoles-Fase-Ipardes ((Moysés et al., 2004: 45-46), conclui preliminarmente, com base em dados do Censo de 2000, que: a) “o crescimento intenso da cidade pólo, que é Goiânia que teve o seu auge na década 1960/70, encontra-se em fase de muito menor intensidade crescimento de algumas das cidades que compõem a Região Metropolitana. Essa não é uma situação exclusiva da RMG, embora cada uma das Regiões Metropolitanas brasileiras apresente suas peculiaridades”; b) “em comum com as demais RM, temos o fato de que o acesso à terra urbana e da própria moradia torna-se cada vez mais difícil nas proximidades do “centro”. Isso implica que a população mais pobre tende a se localizar nas áreas e municípios onde os preços dos terrenos são mais acessíveis mantendo a tendência de crescimento horizontal da periferia da maioria das cidades da RMG”¹⁰⁰; c) “recentemente (década de 90) esse espraiamento generalizou-se em todas as

⁹⁸ “Isso sugere que ou as pessoas estão saindo de Goiânia em direção à periferia em que o custo de vida torna-se mais baixo ou elas estão saindo dos municípios mais distantes do pólo em direção aos mais próximos, como forma de facilitar sua mobilidade seja para trabalho ou para estudo” (Moysés et al., 2004).

⁹⁹ “Porém, a exceção se verifica em uma área da região noroeste de Goiânia e em uma área no interior de Aparecida” (Moysés et al., 2004: 10).

¹⁰⁰ “O que se pode ter como especificidade, no caso da RMG, é que no município de Goiânia esse crescimento foi, em princípio, dirigido de forma planejada, em direção da região sul/sudoeste, pelas razões explicitadas pelo

direções, mas continuando a ser importante para aquelas cidades (Aparecida de Goiânia e Trindade). Só que as mesmas, em razão de primeiro serem atingidas pelo processo, hoje são as que apresentam maior intensidade de integração com Goiânia. Isso se entende melhor se considerarmos que entre Goiânia e Aparecida não há descontinuidade da ocupação, o que caracteriza uma conurbação perfeita. Trindade ainda não alcançou o mesmo patamar de continuidade, mas está caminhando nessa direção, assim como Goianira e Aragoiânia”.

Tamanha integração dificulta algumas análises como, por exemplo, aquela que se refere ao emprego, e não apenas porque muitas pessoas que moram em Aparecida, Trindade e outros municípios da RMG trabalham em Goiânia, mas também porque a questão fiscal leva para as cidades vizinhas atividades que estão voltadas para Goiânia, notadamente no ramo dos serviços, e lá empregam pessoas que vivem na cidade pólo.

Nessa linha, os ambulantes da região central da cidade, por exemplo, são, em grande número, provenientes de municípios da RMG, como está demonstrado através de *survey* realizado para elaboração do capítulo a seguir.

Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) que foi aprovado pela Câmara de vereadores em 1971 e pelos demais que se seguiram. As diretrizes esboçadas nos planos diretores do município de Goiânia, uma vez concretizadas pelas políticas públicas municipais, contribuíram sensivelmente para que a cidade transbordasse de forma muito mais intensa, até o ano 2000, para os municípios que se localizam naquelas regiões” (Moysés et al., 2004: 46).

CAPÍTULO III

QUEM SÃO OS TRABALHADORES AMBULANTES DO SETOR INFORMAL DA REGIÃO CENTRAL DE GOIÂNIA-GO?

O *survey* realizado, cujos resultados serão examinados neste capítulo, tem o objetivo de demonstrar como vivem e trabalham os indivíduos que atuam no comércio ambulante da região central da cidade. O exercício de análise está dividido em sete partes: perfil geral, perfil socioeconômico, percepções relativas à participação no sustento familiar, percepções sobre o cotidiano de trabalho e cotidiano de trabalho – condições de desenvolvimento da atividade.

Através da produção e análise do *survey*, procura-se responder à seguinte questão: quem são os trabalhadores ambulantes do setor informal da região central de Goiânia-GO? É o que veremos a seguir.

3.1 Perfil socioeconômico dos trabalhadores do setor informal da região central de Goiânia

Introdução

A história do desenvolvimento capitalista demonstra que a manifestação do pleno emprego da força de trabalho foi, na maioria das vezes, ocasional e de curto prazo (Pochmann, 2000), dependendo de certos arranjos políticos e institucionais. Em outras palavras, é objeto de construção social, não sendo, portanto, resultado da simples evolução das forças de mercado (Offe, 1989). Desse modo, tende a haver pelo menos duas formas de inserção desta:

A primeira, diz respeito ao segmento da força de trabalho necessária e diretamente envolvida no processo de acumulação de capital, representada pelos ocupados nos

postos de direção, administração e demais empregados nas atividades de produção e distribuição dos bens e serviços. A segunda forma de inserção de trabalho, diz respeito aos segmentos da força de trabalho que sobraram das necessidades diretas do processo de acumulação de capital. (Pochmann, 2000: 19)

É importante ressaltar que o autor explica existir, em relação à segunda forma de inserção de trabalho, uma subdivisão no interior do excedente da mão-de-obra em relação às necessidades do capital: o desemprego aberto (visível) e as ocupações envolvidas com a própria subsistência (desemprego invisível).

O segmento dos trabalhadores na condição de desemprego aberto faz diretamente parte da concorrência no mercado de trabalho, disputando vagas e, com isso, impondo resistências maiores à elevação salarial e à melhoria das condições de trabalho, enquanto o segmento não-organizado deste, no qual estão incluídos os ambulantes, termina quase por não interferir direta e sistematicamente no acirramento da competição pelo acesso as mesmas. Isso pode ser parcialmente explicado em função da crescente incompatibilidade entre a qualificação de sua mão-de-obra frente às atuais exigências do mercado de trabalho formal e, também, como decorrência do processo de reorganização produtiva que promove um processo de redução de seu peso na economia.

Entretanto, a dinâmica do denominado “setor não-organizado” está cada vez mais articulada ao “setor organizado”. Impossível, pois, pensá-la sem considerar as transformações que emergem e se consolidam com as políticas neoliberais e a reestruturação produtiva. É preciso considerar o novo cenário político que se define, em especial a partir da década de 1990, uma vez que este contribui decisivamente para a promoção de fortes mudanças na economia das principais regiões metropolitanas do país, caracterizadas por processos que terminaram por impor um conjunto de restrições à produção e ao emprego nacional¹⁰¹.

Em virtude dessas mudanças no sistema capitalista, principalmente a partir dos anos 1990, às quais nos detemos no capítulo II, tem se modificado a composição do excedente de mão-de-obra como um todo. Assim, explica Pochmann (2008: s/p) em uma entrevista:

¹⁰¹ “De um lado ocorreu, primeiramente, a combinação entre a recessão de 1989-92 e a abertura comercial abrupta e desorganizada que provocou a ruptura parcial em várias cadeias produtivas, diante da maior exposição dos setores econômicos à competição externa sem a presença de condições isonômicas de competitividade” (Pochmann, 2000: 21).

Temos um problema gravíssimo em termos de desemprego no Brasil para a juventude. Metade do desemprego nacional está concentrada em pessoas dessa faixa etária. Parte disso diz respeito ao perfil das ocupações e outra parte justamente ao fato de haver muitas pessoas desempregadas adultas, com maior escolaridade e maior experiência profissional, que terminam disputando vagas com os jovens. Outro aspecto importante diz respeito ao aumento do desemprego entre as pessoas com mais de 40 anos de idade. Isso significa enorme dificuldade para voltar ao mercado de trabalho como assalariado. Por isso, têm crescido alternativas de ocupação, via formas de cooperativa, de trabalho autônomo ou um certo empreendedorismo. Mas, em síntese, dificilmente as pessoas dessa faixa etária, que perdem seu posto – após até 25 anos de trabalho assalariado – têm condições de voltar. Por fim, em termos de gênero, inegavelmente tem crescido a participação feminina. De cada dez ocupações que foram abertas nos anos 1990, seis delas foram ocupadas por mulheres. Mas o aumento desta participação – e isso é importante ser salientado – ocorreu praticamente em ocupações tradicionalmente já ocupadas pelas mulheres como no setor de serviços, sobretudo com a descentralização do gasto público em áreas sociais.¹⁰²

Trata-se de um contexto de transformações que tem repercutido de maneira diversa e combinada nas diferentes regiões geográficas do país. Nesse sentido,

de acordo com dados do IBGE - já em 1999 - para o Estado de Goiás, aproximadamente 40% do total de empregados (trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores por conta-própria), são informais. [...] Já de acordo com a PNAD de 2002, é de 38,1 milhões, o que corresponde a 58,1% do total de empregados. (Milhomem, 2003: 144)

De outro modo, a desestruturação e reestruturação do mercado de trabalho, caracterizada pela crescente precarização da mão-de-obra, externalização de partes do processo produtivo e outros, tanto nacional quanto regionalmente, têm contribuído para a produção de um novo compósito sócio-ocupacional.

Aqui, entretanto, interessa-nos perceber como tais transformações na dinâmica recente do processo de acumulação do capital têm contribuído para redefinir o perfil das ocupações envolvidas com a própria subsistência (desemprego invisível), como é o caso dos ambulantes regularizados e “clandestinos”.

¹⁰² Segundo Pochmann (2008: s/p): “Há um estudo que tivemos oportunidade de fazer sobre o perfil do desemprego e observamos também que à medida que a população negra aumenta sua escolaridade, aumenta também sua relação com o desemprego. Se tomarmos como referência brancos e negros com um ano de escolaridade a diferença da taxa de desemprego é em torno de cinco vezes. Quando se considera brancos e negros com quinze anos de escolaridade a diferença da taxa de desemprego chega a sete vezes. Em relação à população negra, mesmo melhorando a escolaridade há uma grande discriminação na contratação. Especialmente porque com maior escolaridade funciona justamente o critério de indicações de relações sociais que, na maior parte das vezes, termina precarizando não apenas os negros como também os mais pobres, que a despeito de seu esforço de elevar a escolaridade não resulta em situação ocupacional melhor”.

Assim, com a análise do perfil desses ambulantes, procuramos entender de que forma velhas e novas forças, associadas ao processo de acumulação capitalista, têm atuado na dinâmica da produção e reprodução desse segmento da mão-de-obra excedente, buscando responder quem são esses trabalhadores.

Perfil geral

Como podemos observar na tabela 3.1 a seguir, um dos fatores que chama a atenção na amostra da pesquisa realizada é o modo como estes se autodefinem, diferente de como historicamente os principais periódicos locais (*O Popular*, *Diário da Manhã* e *Opção*) os denominaram e ainda os denominam, chamando-os de vendedores ambulantes ou camelôs.

Constata-se que 236 trabalhadores se auto-representam como “feirantes”, ou seja, tal categoria corresponde a 54% deles, seguido da categoria “informal” com 30%. As categorias “ambulante”, “camelô” e “artesão” concentram uma menor frequência de entrevistados, representadas, respectivamente, pelos seguintes índices: 8,4%, 5,8% e 0,9%¹⁰³.

A baixa frequência das categorias referidas pode estar associada a um conjunto articulado de processos, por meio do qual se constitui historicamente uma idéia de urbanidade desqualificadora de formas tradicionais não-assalariadas de trabalho e que não é exclusividade da ideologia do urbanismo/planejamento da cidade de Goiânia, mas fruto de um conjunto de estratégias de produção/reprodução do espaço urbano na modernidade capitalista.

Tabela 3.1 – Como você se auto-define?

	Frequência	%
Ambulante	36	8,4
Camelô	25	5,8
Feirante	236	54,9
Trabalhador informal	129	30
Artesão	4	0,9
Total	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Abaixo, a tabela 3.2 demonstra que a maior parte dos entrevistados estão

¹⁰³ É importante considerar que a categoria ‘artesão’ não constava como opção de resposta, mas surgiu no momento de realização da pesquisa.

concentrados nas faixas etárias de 40 a 59 anos, 31,9%, e de 30 a 39 anos, 25,1%. O restante do contingente concentra-se nas faixas de idade de 20 a 29 anos, 22,6%, de 12 a 19 anos, 17,7%, e, por último, no segmento de 60 anos ou mais, 2,8%. Enfatiza-se que o núcleo de 20 e 59 anos constitui 79,6% de seu total.

Tabela 3.2 – Faixa de idade

Faixa de idade (em anos)	Freqüência	%
De 12 até 19	76	17,7
De 20 até 29	97	22,6
De 30 até 39	108	25,1
De 40 até 59	137	31,9
60 ou mais	12	2,8
Total	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Cabe ressaltar que o núcleo da faixa etária dos ambulantes nessa região engloba aqueles entre 20 e 59 anos, que constitui 79,6% dos entrevistados.

É interessante observar o expressivo número que se encontra na faixa etária de 12 a 19 anos. Como já observado, os jovens apresentam maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho em um contexto de crise (Todeschini, 2003)¹⁰⁴, pois as empresas tendem a buscar profissionais já qualificados, o que lhes permite reduzir custos (Pochmann, 2002). Isso pode explicar o fato de um número expressivo de jovens encontrar trabalho apenas na informalidade.

Guimarães (2006: 172) explica tal realidade, cada vez mais recorrente nas regiões metropolitanas do país, ressaltando que:

No Brasil, os indivíduos ingressam muito cedo no trabalho, o que torna as trajetórias ocupacional e escolar largamente conviventes para a maioria dos adolescentes e jovens – e por que não dizer, em muitos casos, também para as crianças. Em segundo lugar, só muito recentemente crescem os níveis de escolarização. Apenas no curso dos anos 1990, consolida-se a universalização do ensino básico e, no final dessa mesma década, ocorre uma expansão significativa do acesso ao ensino de nível

¹⁰⁴ Segundo Todeschini (2003: 21): “Na última década, as transformações por que passou a economia provocaram significativas mudanças na dinâmica do mercado de trabalho brasileiro [...]. Nesse período, entre os jovens com idade entre 16 e 24 anos, essa taxa passou de 11,3% para 17,8%. Se considerada a faixa mais jovem, de 16-19 anos, a taxa de desocupação sobe a 22%. O contingente de jovens desocupados, em 2001, totaliza 3,4 milhões de pessoas, representando 44% da PEA desocupada nacional. Ressalte-se ainda que muitos jovens, apesar de ocupados, estão inseridos em formas de trabalho precárias, mal remuneradas e muitas vezes sem remuneração, freqüentemente no mercado de trabalho informal”.

médio. Dessa forma, o ingresso no mercado de trabalho – momento decisivo no processo de transição para a vida adulta – não apenas parece antecipado pelo engajamento laboral de crianças e adolescentes, como apresenta uma importante defasagem com respeito ao alvo de aquisição de credenciais escolares adequadas. O efeito dessas particularidades que nos especificam torna-se crítico na conjuntura atual, quando os nossos grandes mercados urbanos de trabalho parecem estruturados de forma a ameaçar os trabalhadores jovens com a reprodução duradoura da instabilidade dos empregos precários e da recorrência do desemprego.

Quando indagados sobre sua escolaridade, tabela 3.3, as entrevistas mostram que, primeiro, o número de indivíduos que tem ensino fundamental incompleto e completo ou menos é muito expressivo, 36%. Esse quantitativo é, em parte, característico, mas também associado e resultante do forte processo de migração campo-cidade (mão-de-obra pouco ou não-qualificada, associada ao histórico predomínio das atividades agropastoris na economia regional) que afetou a composição do mercado de trabalho de Goiânia, especialmente a partir do final dos anos 60 e início dos 70.

Em segundo lugar, é também muito representativo o número de pessoas com ensino médio incompleto ou completo é igual a 50,2%. Trata-se de uma quantidade expressiva de trabalhadores que têm trajetórias muito inconstantes entre o mercado de trabalho formal e a informalidade ou que, em muitos casos, como veremos adiante, nunca experimentaram uma relação formal de trabalho, mesmo que precária.

Como podemos notar, a crescente escolaridade exigida no mercado de trabalho, e presente inclusive na informalidade, dissociada de políticas públicas voltadas para a questão do desemprego, tem se mostrado preocupante. Não nos esqueçamos que 14% dos indivíduos pesquisados têm ensino superior incompleto ou mais, embora não possamos ignorar o fato de que muitos aí permanecerem por escolha própria, talvez em função das condições de trabalho cada vez mais precárias, mesmo nos postos de trabalho formais.

Tabela 3.3 - Qual sua escolaridade?

Escolaridade	Frequência	%
Sem instrução; analfabeto	8	1,9
Ensino fundamental incompleto	91	21,2
Ensino fundamental completo	55	12,8
Ensino médio incompleto	77	17,9
Ensino médio completo	139	32,3
Ensino superior incompleto e completo	60	14
Total	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Quando se analisa a faixa de idade dos entrevistados segundo o sexo, conforme tabela 3.4, constata-se que a distribuição é muito semelhante entre homens e mulheres nas distintas faixas etárias, com uma participação ligeiramente maior das mulheres, principalmente os indivíduos que tem de 30 a 59 anos.

Contribui para a destacada participação das mulheres em todas as faixas de idade consideradas, além dos fatores estruturais e conjunturais já citados, o grande aumento de unidades econômicas ligadas à venda de roupas, principalmente a partir do final da década de 80 e início da década de 90. Nessa atividade a presença do sexo feminino é muito expressiva, tanto no processo de produção quanto no de comercialização nas feiras.

Tabela 3.4 - Faixa de idade segundo o sexo do entrevistado

Faixa de idade	Gênero do Entrevistado					
	Masculino		Feminino		Total	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
De 12 até 19 anos	41	17,4	35	17,9	76	17,7
De 20 até 29 anos	56	23,8	41	21	97	22,6
De 30 até 39 anos	58	24,7	50	25,6	108	25,1
De 40 até 59 anos	72	30,6	65	33,3	137	31,9
60 ou mais	8	3,4	4	2,1	12	2,8
Total	235	100	195	100	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Na tabela 3.5 é possível constatar dados relativos à escolaridade dos entrevistados, de acordo com a faixa etária e o sexo.

Tabela 3.5 - Faixa de idade segundo a escolaridade e o sexo do entrevistado

Faixa de Idade	Escolaridade	Gênero do Entrevistado:					
		Masculino		Feminino		Total	
		Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
De 12 até 19 anos	Ensino fundamental incompleto	10	24,4	5	14,3	15	19,7
	Ensino fundamental completo	3	7,3	2	5,7	5	6,6
	Ensino médio incompleto	20	48,8	22	62,9	42	55,3
	Ensino médio completo	7	17,1	3	8,6	10	13,2
	Ensino superior incompleto	1	2,4	3	8,6	4	5,3
	Total	41	100	35	100	76	100

Faixa de Idade	Escolaridade	Gênero do Entrevistado:					
		Masculino		Feminino		Total	
		Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
De 20 até 29 anos	Ensino fundamental incompleto	4	7,1	4	9,8	8	8,2
	Ensino fundamental completo	9	16,1	2	4,9	11	11,3
	Ensino médio incompleto	6	10,7	5	12,2	11	11,3
	Ensino médio completo	21	37,5	14	34,1	35	36,1
	Ensino superior incompleto	13	23,2	13	31,7	26	26,8
	Ensino superior completo	3	5,4	2	4,9	5	5,2
	Especialização, mestrado ou doutorado	-	-	1	2,4	1	1
	Total	56	100	41	100	97	100
De 30 até 39 anos	Sem instrução; analfabeto	3	5,2	1	2	4	3,7
	Ensino fundamental incompleto	10	17,2	9	18	19	17,6
	Ensino fundamental completo	8	13,8	6	12	14	13
	Ensino médio incompleto	9	15,5	7	14	16	14,8
	Ensino médio completo	25	43,1	22	44	47	43,5
	Ensino superior incompleto	1	1,7	5	10	6	5,6
	Ensino superior completo	2	3,4	-	0	2	1,9
	Total	58	100	50	100	108	100
De 40 até 59 anos	Sem instrução; analfabeto	3	4,2	-	-	3	2,2
	Ensino fundamental incompleto	23	31,9	20	30,8	43	31,4
	Ensino fundamental completo	10	13,9	12	18,5	22	16,1
	Ensino médio incompleto	6	8,3	2	3,1	8	5,8
	Ensino médio completo	25	34,7	21	32,3	46	33,6
	Ensino superior incompleto	2	2,8	6	9,2	8	5,8
	Ensino superior completo	3	4,2	3	4,6	6	4,4
	Especialização, mestrado ou doutorado	-	-	1	1,5	1	0,7
Total	72	100	65	100	137	100	
60 ou mais	Sem instrução; analfabeto	1	12,5	-	-	1	8,3
	Ensino fundamental incompleto	5	62,5	1	25	6	50
	Ensino fundamental completo	1	12,5	2	50	3	25
	Ensino médio completo	1	12,5	-	-	1	8,3
	Ensino superior completo	-	-	1	25	1	8,3
	Total	8	100	4	100	12	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do survey.

Na faixa de 12 a 19 anos de idade a maior concentração está no ensino médio incompleto: 48,8% entre os homens e 62,9% entre as mulheres, totalizando 55,3%. Estas possuem maior participação nos diferenciais que correspondem ao ensino médio incompleto e ao ensino superior completo, enquanto eles se destacam nos níveis de escolaridade que compreendem o ensino fundamental incompleto e completo e o ensino médio completo.

Entre os entrevistados enquadrados na faixa etária que vai de 20 a 29 anos de

idade é importante ressaltar o grande número de indivíduos com ensino médio completo, 37,5% dos homens e 34,1% das mulheres e a expressiva quantidade com curso superior incompleto, 26,8% do total, sendo 23,2% do sexo masculino e 31,7% do feminino. Tais dados reforçam a constatação da literatura especializada de que não só elevaram-se as exigências para a contratação no mercado de trabalho formal quanto à escolaridade, como também esse fator deixou de ser garantia certa de inserção.

Ademais, subscrevem a análise de Lavinias (2001) sobre o perfil da escolaridade feminina no país. Segundo a autora (idem: 4):

Se, em 1981, quase 2/3 das mulheres ocupadas nem apresentavam conclusão do primeiro grau obrigatório, em 1997 tal percentual cai para menos da metade, enquanto dobra o peso das ocupadas com nível superior completo (passando de 4,6% para 8,3%). Um terço das mulheres empregadas em 1997 tem pelo menos o segundo grau completo.

Quanto à escolaridade dos entrevistados na faixa de 30 a 39 anos de idade, segundo o sexo, constata-se: 1) grande número de homens, 31%, e de mulheres, 30%, com apenas o ensino fundamental incompleto e completo; 2) número quase igual deles, 15,5%, e delas, 14%, com ensino médio incompleto; 3) um número também muito expressivo de indivíduos com ensino médio completo: 43,1% do sexo masculino e 44% do feminino; 4) elevado número de trabalhadoras com curso superior incompleto, 10%, em relação aos trabalhadores, 1,7%.

Em relação à escolaridade dos entrevistados na faixa de 40 a 59 anos de idade, segundo o sexo, cumpre destacar: 1) apenas homens figuram na categoria sem instrução, 4,2%; 2) há uma expressiva porcentagem deles, 45,8%, e delas, 49,3%, com ensino fundamental incompleto e completo; 3) porcentagem superior de homens, 43%, em relação às mulheres, 35,4%, com ensino médio incompleto e completo; 4) um maior número de pessoas do sexo feminino, 13,8%, em relação ao masculino, 7%, com ensino superior incompleto e completo.

É possível verificar, portanto, que quanto maior a faixa etária, igualmente maior é a presença de homens e mulheres com menor grau de escolaridade, bem como a porcentagem de analfabetos, principalmente entre os primeiros. Dentre os maiores de 60 anos se destacam 75% dos indivíduos de ambos os sexos com ensino fundamental completo ou incompleto e um

número proporcionalmente elevado de analfabetos entre o sexo masculino.

Concluindo a análise dessa tabela, ressaltamos algumas considerações sobre os diferenciais de gênero em relação às faixas etárias consideradas. Podemos afirmar que os indivíduos pertencentes às gerações mais jovens têm um melhor nível de escolaridade e, à medida em que aumenta a idade considerada se eleva, também e de forma expressiva, o número de mulheres com ensino médio completo, com exceção das duas últimas faixas etárias, que merecem considerações à parte. Há, ainda, um número muito representativo de indivíduos com ensino médio completo, em todas as faixas etárias consideradas, a partir dos maiores de 20 anos. A categoria sem instrução só é observada nas relativas aos maiores de 30 anos e é quase inexistente entre as mulheres. Cabe destacar a presença majoritária destas entre os que têm o ensino superior incompleto e, dentre os que têm idade acima dos 40 anos, também no superior completo. Esses dados sugerem sua maior dificuldade de inserção em postos que exigem formação universitária ou nos que possuem salários inferiores à renda auferida no trabalho ambulante.

Esse quadro pode ser mais bem compreendido se considerarmos o estudo do IPEA (2006: 6-9) que destaca o contexto de abertura da economia, no início dos anos 90, marcado por uma escalada nas exigências das empresas por escolaridade que atingiu a maioria da força de trabalho. Isso resultou em uma grande expansão do ensino básico e em um crescente número de trabalhadores que concluíram o ensino médio, assim como dos que concluíram o ensino superior.

Dentre as Unidades Federativas que possuem relevância, destacam-se os estados da Bahia com 7% e de Minas Gerais com 5,1%, como fornecedores de mão de obra migrante para o mercado de trabalho informal da capital goiana. Esses dados ressaltam a necessidade de sempre voltarmos os olhos para a compreensão histórica da formação do mercado de trabalho regional para que haja um entendimento mais satisfatório da atual configuração da informalidade no centro da cidade.

Tabela 3.6 – Esse município fica em que Estado?

Estado	Frequência	%
Acre	1	0,2
Alagoas	1	0,2
Bahia	30	7
Ceará	6	1,4
Distrito Federal	2	0,5
Espírito Santo	1	0,2
Exterior	2	0,5
Goiás	293	68,1
Maranhão	15	3,5
Mato Grosso	6	1,4
Mato Grosso do Sul	2	0,5
Minas Gerais	22	5,1
Pará	7	1,6
Paraíba	4	0,9
Paraná	2	0,5
Pernambuco	4	0,9
Piauí	5	1,2
Rio de Janeiro	3	0,7
Rio Grande do Norte	2	0,5
Rio Grande do Sul	1	0,2
São Paulo	7	1,6
Tocantins	14	3,3
Total	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Em seguida, o cartograma 3.1 apresenta os locais onde há maior concentração de entrevistados segundo o município de naturalidade daqueles que nasceram no Estado de Goiás, que correspondem a 68,1% dos entrevistados (ver tabela 3.7 em anexo).

Com isso, percebe-se que os municípios que se destacam são o de Goiânia e sua região metropolitana, com 36,3%. Também são dignas de nota as participações dos municípios de Anápolis, com 1,4%; Bela Vista de Goiás, Ceres, Goianésia e Inhumas, 1,2%; e Ipameri, Iporá, Pires do Rio, Porangatu e São Luís dos Montes Belos com 0,9% dos entrevistados.

Observa-se, pois, que a migração intra-regional (do interior para a capital) está fortemente associada ao processo de constituição do perfil dessa informalidade. De acordo com Mendonça, Ribeiro e Thomaz Júnior (2002: 4), o processo de migração dos trabalhadores de seus respectivos municípios para Goiânia está particularmente associado à tecnificação que

promoveu a migração forçada de milhares de famílias que viviam do trabalho na terra para os centros urbanos, com destaque para Goiânia e Brasília. Os impactos sobre as populações tradicionais que viviam do trabalho na terra foi intenso, uma vez que perderam o meio de produção - no caso os proprietários de terra - e a possibilidade de acesso a terra (arrendatários, agregados etc.), que sofreram maiores conseqüências, na medida em que foram privados dos meios essenciais para a sobrevivência, amontoando-se na periferia das cidades, sem qualquer alternativa de trabalho, que não fosse o trabalho temporário do bóia-fria em algumas épocas do ano e/ou trabalhos domésticos e braçais na cidade. Com a “modernização conservadora” ocorreu uma diminuição significativa da oferta de trabalho no campo na região Centro-Oeste e principalmente no Estado de Goiás. De acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - entre 1985 e 1996 houve uma redução de 20 por cento dos trabalhadores rurais no Centro-Oeste. Em 1985, existiam cerca 1,5 milhão de trabalhadores no campo, e em 1996, os trabalhadores rurais somavam aproximadamente 1,2 milhão de trabalhadores. Em Goiás, em 1985, os trabalhadores rurais somavam 616.000. Uma década depois (1996) existiam cerca de 472.000 trabalhadores rurais, ocorrendo uma redução de aproximadamente 23 por cento, expressando as mudanças no trabalho após a adoção das inovações técnicas. Esses dados ilustram o impacto das medidas modernizantes nas áreas de cerrado no Centro-Oeste, no que diz respeito aos trabalhadores rurais.

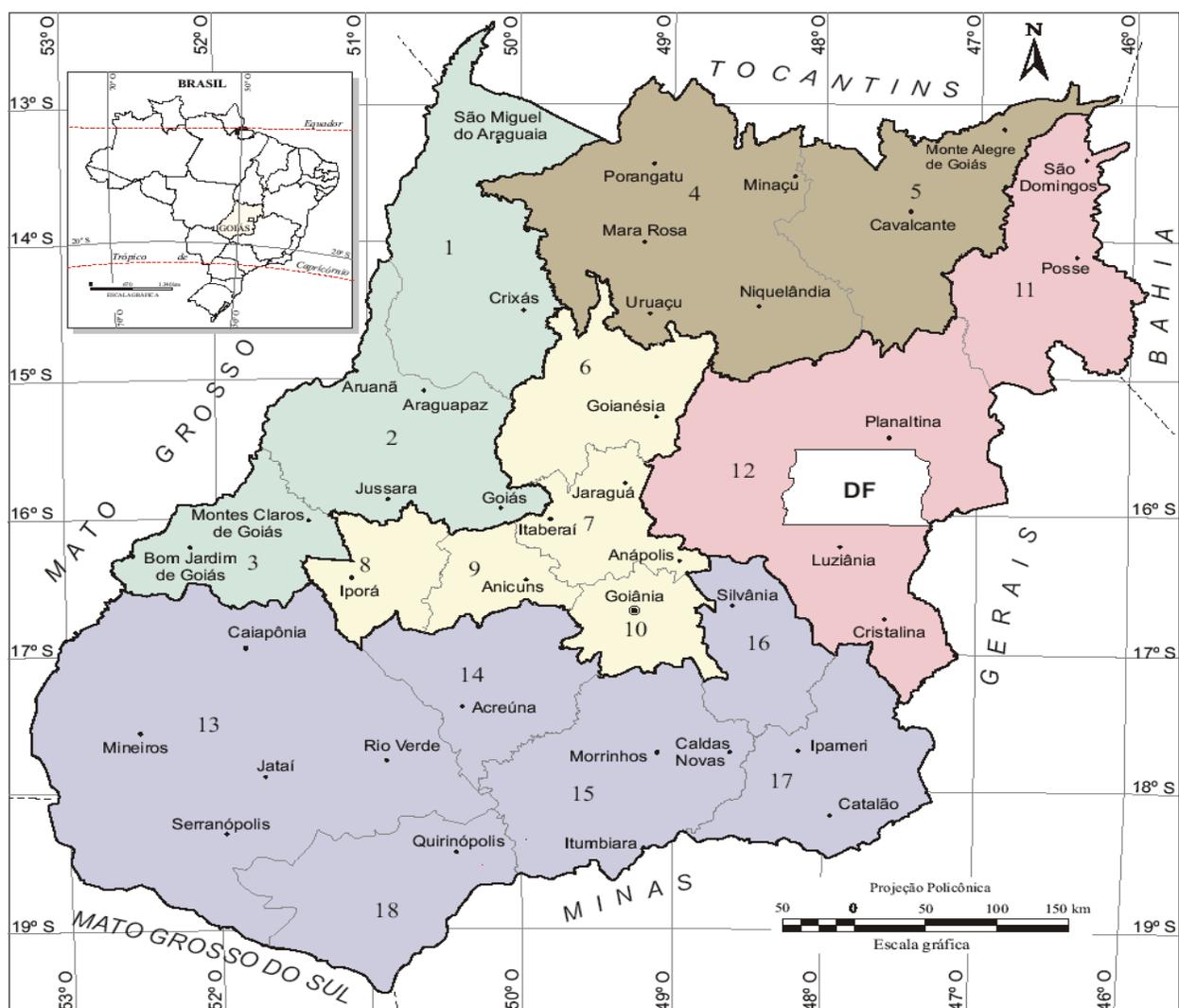
Nesse sentido, a tabela 3.8 (em anexo), que mostra a região de nascimento dos entrevistados, indica a presença significativa de trabalhadores migrantes dentre os ambulantes. Observa-se que a grande maioria deles, 70,5%, é proveniente de migrações de caráter intra-estaduais¹⁰⁵. Merece nota especial o grande número de indivíduos nativos da região nordeste, 15,6%, que chegam a capital goiana, geralmente à procura de emprego e melhores condições de vida.

É o caso de F. C., nascido em Itumbiara-GO, 42 anos de idade, há nove anos em Goiânia vendendo redes nas ruas do centro. Perguntado sobre os motivos de sua vinda para a cidade, diz:

*Fui criado comendo e brincando com fartura. Não me faltava nada. Mas os tempos mudaram e aí [...]. Aí fui obrigado a deixá minha família, meus amigos, minha terra e caçá rumo. Aí vim pra cá. E desde que cheguei aqui até hoje vivo do que vendo na rua, moço.*¹⁰⁶

¹⁰⁵ Quanto ao país de origem, 99,5% dos trabalhadores, ou seja, 428 entrevistados, são brasileiros.

¹⁰⁶ Entrevista realizada em 03/10/2007 na Rua 2, Centro.



LEGENDA		
Mesorregiões	Microrregiões	
 Noroeste Goiano	1 - São Miguel do Araguaia	10 - Goiânia
 Centro Goiano	2 - Rio Vermelho	11 - Vão do Paranã
 Leste Goiano	3 - Aragarças	12 - Entorno de Brasília
 Sul Goiano	4 - Porangatu	13 - Sudoeste de Goiás
 Norte Goiano	5 - Chapada dos Veadeiros	14 - Vale do Rio dos Bois
	6 - Ceres	15 - Meia Ponte
	7 - Anápolis	16 - Pires do Rio
	8 - Iporá	17 - Catalão
	9 - Anicuns	18 - Quirinópolis

FONTE:
Departamento de Estradas de Rodagem - DER-GO, Mapa Rodoviário Estadual, Escala 1:1.000.000, 1999 (base cartográfica).
IBGE, Divisão de Pesquisa de Goiás. Composição das Mesorregiões do Estado de Goiás, 1996.

ORGANIZAÇÃO:
Tadeu Alencar Arrais

Cartografia digital:
Loandra Borges de Moraes

Cartograma 3.1 – Estado de Goiás – Mesorregiões, microrregiões e principais cidades – 2000.
Fonte: UFG/IESA (2008).

Através da tabela 3.9 constata-se que as características sócio-ocupacionais dos

ambulantes pesquisados estão alinhadas, de certa forma, com as do mercado de trabalho nos últimos vinte e cinco anos, destacando particularidades relacionadas à raça ou à cor dos indivíduos.

Assim, temos que 62,8% dos entrevistados se auto-declaram negros (pardos, pretos e mulatos); 32,3% se dizem brancos e 4,2% indígenas e amarelos. O perfil desses trabalhadores deve ser analisado, para uma compreensão mais adequada, partindo-se do contexto histórico de discriminação a que estiveram submetidos os negros, da perpetuação dessa discriminação ao longo do século XX e da dificuldade no acesso às ocupações mais qualificadas e melhor remuneradas, especialmente para as mulheres.

Tabela 3.9 – Qual sua cor ou raça?

Cor ou raça*	Frequência	%
Branco	139	32,3
Negro**	270	62,8
Índigena e Amarelo	18	4,2
Outro***	3	0,7
Total	430	100

(*) Resposta declarada.

(**) Nesta categoria se incluem os que responderam serem pardos, pretos, mulatos e negros.

(***) Nesta categoria se incluem os que responderam serem mestiços e cafusos.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

A tabela 3.10, referente à cor ou raça dos entrevistados segundo a faixa de idade por sexo, nos sugere que as distâncias ou diferenças socioeconômicas entre negros e brancos, inclusive considerando seus diferenciais de gênero e idade, têm sido “niveladas por baixo” com a crescente precarização do mercado de trabalho.

Os dados abaixo, particularmente relativos à comparação entre brancos e negros, reforçam, assim, análises mais gerais relativas às desigualdades de gênero e raça no Brasil. Dessa forma, conforme assinala Abramo (2004: 2), estas não se referem aos fenômenos que estão designados a “minorias” ou a grupos específicos da sociedade. Pelo contrário,

são problemas que dizem respeito às grandes maiorias da nossa sociedade: segundo os dados da PNAD 2001, as mulheres representam 42% da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil e os negros (de ambos os sexos) representam 45%. Somados, correspondem a 68% da PEA (55 milhões de pessoas). As mulheres negras, por sua vez, correspondem a 14 milhões de pessoas (18% da

PEA) e, como resultado de uma dupla discriminação (de gênero e raça), apresentam uma situação de sistemática desvantagem em todos os indicadores sociais e de mercado de trabalho considerados.

Tabela 3.10 - Cor ou raça dos entrevistados segundo a faixa de idade por sexo

Cor ou raça*	Faixa de idade (em anos)	Gênero do Entrevistado:					
		Masculino		Feminino		Total	
		Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Branco	De 12 até 19	9	12,2	10	15,4	19	13,7
	De 20 até 29	17	23	11	16,9	28	20,1
	De 30 até 39	17	23	15	23,1	32	23
	De 40 até 59	28	37,8	28	43,1	56	40,3
	60 ou mais	3	4,1	1	1,5	4	2,9
	Total	74	100	65	100	139	100
Negro**	De 12 até 19	27	13,8	22	13,3	49	13,5
	De 20 até 29	37	18,9	29	17,5	66	18,2
	De 30 até 39	55	28,1	48	28,9	103	28,5
	De 40 até 59	69	35,2	63	38	132	36,5
	60 ou mais	8	4,1	4	2,4	12	3,3
	Total	196	100	166	100	362	100
Indígena e Amarelo	De 12 até 19	5	45,5	3	42,9	8	44,4
	De 20 até 29	1	9,1	1	14,3	2	11,1
	De 30 até 39	2	18,2	2	28,6	4	22,2
	De 40 até 59	3	27,3	1	14,3	4	22,2
	Total	11	100	7	100	18	100
Outro***	De 20 até 29	1	50	-	-	1	33,3
	De 30 até 39	1	50	-	-	1	33,3
	De 40 até 59	-	-	1	100	1	33,3
	Total	2	100	1	100	3	100

(*) Resposta declarada.

(**) Nesta categoria se incluem os que responderam serem pardos, pretos, mulatos e negros.

(***) Nesta categoria se incluem os que responderam serem mestiços e cafusos.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Para compreender melhor algumas mudanças que têm reconfigurado o mercado de trabalho da pós-década de 90 principalmente e que têm levado os indivíduos a desenvolverem novas estratégias de sobrevivência com conseqüências para suas famílias, tentaremos estabelecer alguns parâmetros quantitativos relacionados a questões tais como o estado civil dos entrevistados, se têm ou não filhos e quantos, além de analisar a primeira pergunta segundo o número de filhos por sexo.

Entretanto, faz-se necessário, antes, uma pequena nota sobre o modo como se entendem as “estratégias de sobrevivência”, bem como sua relação com a unidade doméstica ou com as relações familiares.

Nesse sentido, vale lembrar Guimarães (2002: 2) ao defender conceitos tais como “estratégias de reprodução”, “estratégias familiares”, “estratégias de vida ou de sobrevivência”, procurando, desse modo, remeter-se às “famílias e unidades domésticas para articular os processos de manutenção cotidiana, de manutenção geracional e de reprodução das relações sociais”¹⁰⁷. Conceitos especialmente úteis, se lembrarmos que a

precarização do mercado de trabalho, particularmente o crescimento da informalidade a partir dos anos 90, certamente resulta também em impactos sobre a organização das famílias, implicando muitas vezes no crescimento do empobrecimento destas. (idem: 4)

Assim, podemos afirmar que os determinantes econômicos (precarização do mercado de trabalho, aumento da informalidade etc.) e culturais (diferenciais de gênero, raça, escolaridade etc.) do referido contexto de crise e reestruturação do mercado de trabalho, implicam em rebatimentos sobre os processos de reprodução da força de trabalho¹⁰⁸.

Uma vez realizados estes esclarecimentos de caráter teórico, passemos, pois, à análise propriamente dita dos dados relacionados às questões referentes à unidade doméstica ou às relações familiares: a) estado civil dos entrevistados; b) se têm ou não filhos; c) número de filhos; e d) estado civil dos entrevistados, segundo seu número de filhos por sexo.

¹⁰⁷ “Neste sentido, conforme a ênfase de Bourdieu: o *habitus* é o elemento unificador das múltiplas estratégias – biológicas, culturais, sociais. As estratégias são vistas como estruturas de opções, ou de decisões, atuando de modo interdependente – como práticas de trabalho, de procriação, de socialização dos filhos, de migração” (Guimarães, 2002: 2).

¹⁰⁸ Carvalho e Almeida (2003: 111), analisando as condições de reprodução social de trabalhadores brasileiros, ressaltam que a literatura especializada sobre o assunto: “têm destacado o papel desempenhado pela família nesse processo. Constatando com os baixos salários, a carência de serviços públicos e outros fatores mostram-se desfavoráveis à referida reprodução, esses estudos evidenciam como ela vem-se viabilizando em decorrência de uma lógica de solidariedade e de um conjunto de práticas no campo de ação de grupos domésticos, que atuam como unidades de formação de renda e de consumo, procurando maximizar os recursos a sua disposição”. Assim expressões como “estratégias familiares” ou “estratégias de sobrevivência”, procuram dar conta de um conjunto de práticas de trabalho, não trabalho, consumo e reivindicações. Por meio destas, rendas seriam obtidas e reunidas em um orçamento comum e dispendidas segundo critérios estabelecidos no âmbito da unidade familiar, com o objetivo de atender da melhor forma possível às necessidades de seus diversos membros. Essas estratégias teriam como elemento central o recurso ao trabalho complementar do cônjuge e dos filhos para compensar os baixos rendimentos do principal provedor, ocasionando ampliação do número de membros ativos da família, uma redução da proporção daquelas em que uma só pessoa trabalha e um conseqüente aumento da participação de mulheres e de jovens na PEA. “Isso se dá dentro da lógica da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero e de hierarquia vigentes tanto na família quanto no mercado de trabalho, que se expressam em valores e em papéis atribuídos ao homem, à mulher e aos filhos na família e na produção, definindo tanto a disponibilidade dos diferentes membros da família para o ingresso no mercado quanto às possibilidades de sua absorção” (idem).

A tabela 3.11 mostra o estado civil dos entrevistados. Observa-se que, preponderantemente, as categorias que possuem relevância são a de solteiro e a de casado, uma vez que ambas ostentam índices de 42,6%.

Tabela 3.11 - Estado civil dos entrevistados

	Frequência	%
Solteiro	183	42,6
Casado	183	42,6
União consensual	22	5,1
Separado*	30	7
Viúvo	12	2,8
Total	430	100

(*) Se incluem nesta categoria, também, os desquitados e os divorciados.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Observamos, na tabela 3.12, que 60,9% declaram ter filhos. Entre estes, de acordo com a tabela 3.13, a maioria tem 1 ou 2 filhos, 66%, enquanto 22,9% têm 3 filhos e 11% dos entrevistados têm de 4 a 6 filhos.

Tabela 3.12 - Você tem filhos?

	Frequência	%
Não	168	39,1
Sim	262	60,9
Total	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Tabela 3.13 - Quantos filhos?*

Número de filhos	Frequência	%
1	64	24,4
2	109	41,6
3	60	22,9
4	14	5,3
5	11	4,2
6	4	1,5
Total	262	100

(*) Responderam esta questão somente os que disseram ter filhos.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

A tabela 3.14 refere-se ao estado civil dos entrevistados segundo seu número de filhos por sexo.

Na primeira categoria, número de filhos dos solteiros segundo o sexo, observa-se que a maior parte possui apenas um filho: homens, 52,6% e mulheres, 55,6%. Quanto à

segunda categoria, a dos casados por sexo, é possível constatar que a maior concentração, para ambos os gêneros, está em possuir dois filhos: 34,7 e 60,3% respectivamente. No que diz respeito à terceira classe da referida tabela, número de filhos dos entrevistados que estão na situação civil de união consensual, constata-se que tanto eles, 50%, quanto elas, 45,5%, têm dois filhos.

Ao considerarmos a quarta categoria, número de filhos das pessoas separadas segundo o sexo dos entrevistados, percebe-se que, para 2 ou 3 filhos, os homens possuem maiores participações, 50% e 30%, se comparados às mulheres, 33,3% e 16,7%.

Por fim, em número de filhos dos viúvos e viúvas, as mulheres se destacam nas categorias dois e cinco filhos. Assim, temos, para a primeira: as com uma participação de 40% e nenhum registro entre os homens e, para a segunda, elas com 20% e também nenhum registro para eles. Por outro lado, nas categorias três e quatro filhos o sexo masculino se destaca com 50% e o feminino com 20% para a primeira e, para a última 50% e 20% respectivamente.

De modo geral, podemos afirmar que a maioria dos entrevistados, 164, é casada, seguida pelos solteiros, que somam 37. Entre os primeiros, predomina o número de indivíduos que têm dois filhos e entre os segundos, os que têm apenas um filho.

Cabe também ressaltar que entre todas as categorias consideradas na tabela 3.14, os homens constituem a maioria dos provedores, 54,1%. Entretanto, como é possível perceber, apesar deles predominarem enquanto chefe de família é muito expressiva a participação de mulheres nessa condição, 45,8%.

Os dados nos mostram, além disso, uma forte presença de mulheres na condição de solteiras, em união consensual, separadas e viúvas, o que pode nos indicar uma forte presença destas enquanto chefe de família e/ou que dependem do trabalho ambulante para sua sobrevivência.

Tabela 3.14 - Estado civil dos entrevistados segundo seu número de filhos por sexo

Estado civil*	Número de filhos	Gênero do entrevistado:					
		Masculino		Feminino		Total	
		Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Solteiro	1	10	52,6	10	55,6	20	54,1
	2	6	31,6	5	27,8	11	29,7
	3	1	5,3	3	16,7	4	10,8
	4	1	5,3	-	-	1	2,7
	5	1	5,3	-	-	1	2,7
	Total	19	100	18	100	37	100
Casado	1	23	22,8	10	15,9	33	20,1
	2	35	34,7	38	60,3	73	44,5
	3	31	30,7	12	19	43	26,2
	4	4	4	2	3,2	6	3,7
	5	5	5	1	1,6	6	3,7
	6	3	3	-	-	3	1,8
	Total	101	100	63	100	164	100
União consensual	1	1	10	4	-	5	-
	2	5	50	5	45,5	10	47,6
	3	2	20	2	18,2	4	19
	5	1	10	-	-	1	4,8
	6	1	10	-	-	1	4,8
	Total	10	100	11	100	21	100
Separado**	1	1	10	5	27,8	6	21,4
	2	5	50	6	33,3	11	39,3
	3	3	30	3	16,7	6	21,4
	4	1	10	3	16,7	4	14,3
	5	-	-	1	5,6	1	3,6
	Total	10	100	18	100	28	100
Viúvo	2	-	-	4	40	4	33,3
	3	1	50	2	20	3	25
	4	1	50	2	20	3	25
	5	-	-	2	20	2	16,7
	Total	2	100	10	100	12	100

(*) Estão incluídos somente os que disseram ter filhos.

(**) Se incluem nesta categoria, também, os desquitados e os divorciados.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do survey.

Em relação ao município em que o entrevistado reside, tabela 3.15 e cartograma 3.2, verifica-se que majoritariamente as pessoas ouvidas pela pesquisa informaram que residem na Região Metropolitana de Goiânia, 97,9%: Goiânia concentra 77,9% e Aparecida de

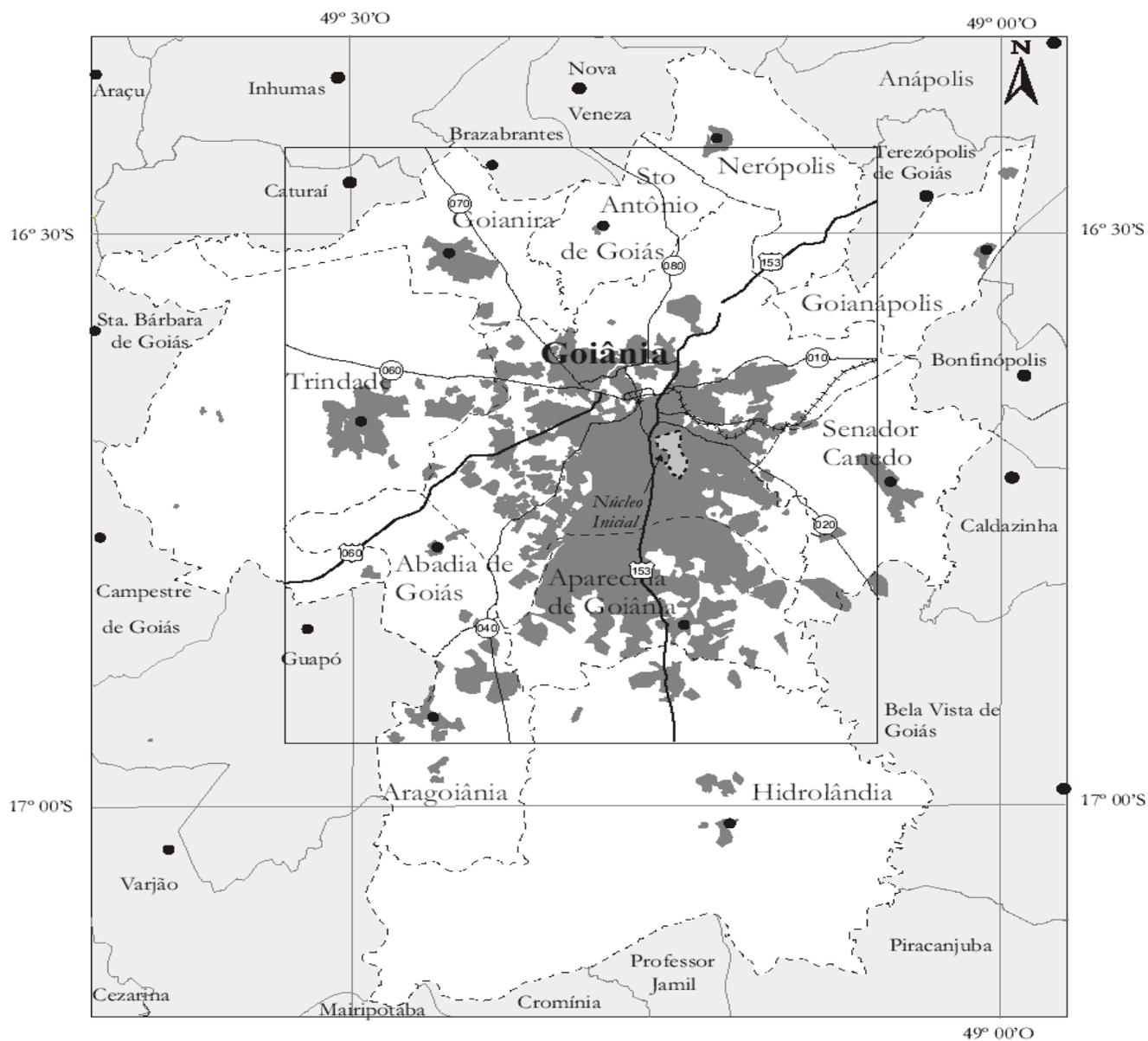
Goiânia 13,7%¹⁰⁹. O contingente restante, 2,1%, reside em outras cidades goianas.

Tabela 3.15 - Você reside em qual município?

Municípios	Frequência	%
Região Metropolitana de Goiânia	421	97,9
Outros municípios de Goiás	9	2,1
Total	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

¹⁰⁹ Trata-se de: “um município na divisa com a capital, onde (no final da década de 1990) o capital imobiliário realizou investimentos, intensificando o processo de conurbação iniciado na década de 1980” (Moysés et al., 2004: 5).



FONTE:
Adaptado de VISCONDE, M. S. X.
IESA/UFG, 2002. P. 45.

Cartograma 3.2 – Região Metropolitana de Goiânia – Expansão Urbana (2000).
Fonte: UFG/IESA (2008).

Ao analisar o tempo em que os entrevistados residem no município, apresentado na tabela 3.16, percebe-se que a maioria dos entrevistados, 74%, reside a mais de onze anos em Goiânia ou em municípios de seu entorno. Isso demonstra que a informalidade não abriga uma maioria de trabalhadores imigrantes recentes.

Tabela 3.16 - Há quanto tempo mora no município

Tempo	Frequência	%
Menos de 1 ano	8	1,9
De 1 a 5 anos	46	10,7
De 6 a 10 anos	58	13,5
De 11 a 20 anos	141	32,8
De 20 anos ou mais	177	41,2
Total	430	100

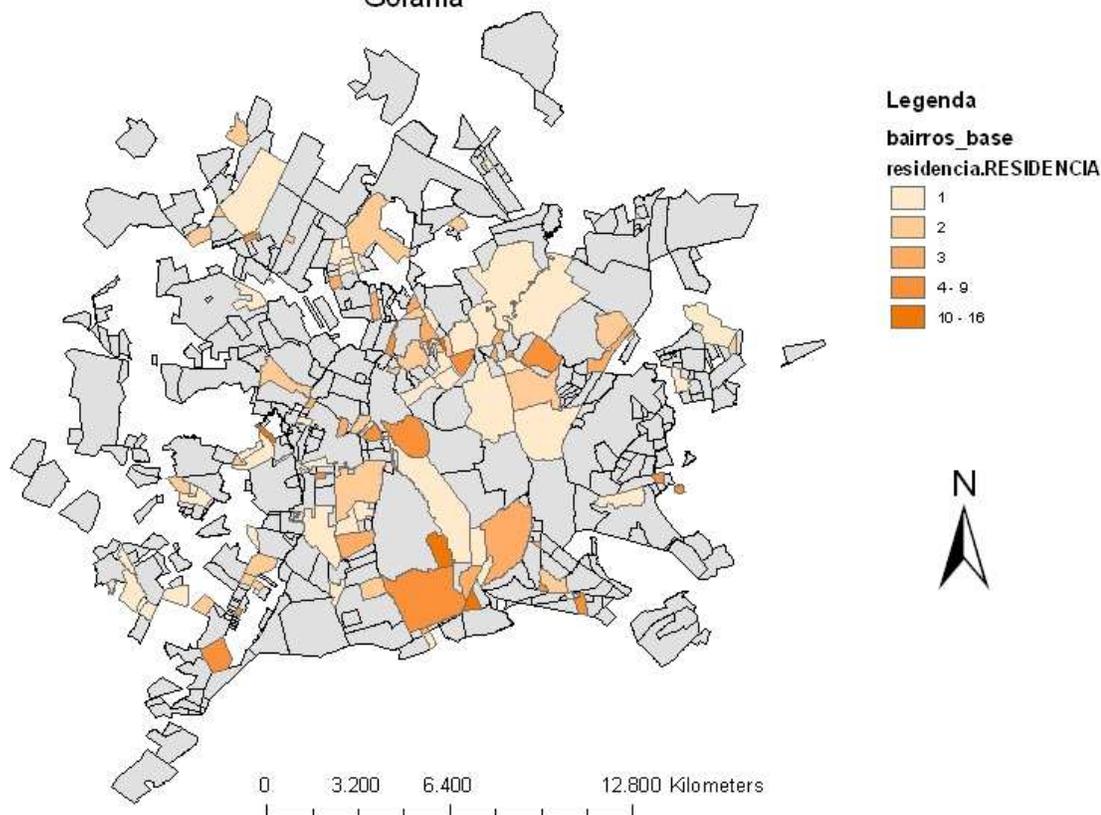
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Esses dados justificam o espaço dedicado, no capítulo II, à dinâmica sócio-demográfica e econômica do mercado de trabalho não só em Goiânia, mas também na região metropolitana da cidade, pois como se vê, a maioria absoluta desses trabalhadores, 97,9%, nela reside.

O cartograma 3.3 e a tabela 3.17 (em anexo) mostram os bairros, setores ou vilas onde residem os entrevistados na cidade de Goiânia e de Aparecida de Goiânia. Verifica-se que as maiores incidências ocorrem em áreas periféricas da cidade: Jardim Balneário Meia Ponte, 3,7%; Setor Central, 3,5%; Setor Urias Magalhães, 3,3%; Fama, 2,6%; Cidade Jardim e Setor Garavelo, um e outro com 2,3%; Jardim América e Jardim Curitiba, cada um com 2,1%; Conjunto Vera Cruz, Jardim Novo Mundo e Setor Morada do Sol, ambos com 1,9%; e Jardim Guanabara, Parque Ateneu e Vila Finsocial, 1,4% para cada¹¹⁰.

¹¹⁰ O contingente restante encontra-se pulverizado pelos diversos outros bairros, setores ou vilas, e apenas dois entrevistados não souberam responder à questão.

Cartograma 3 - Bairro de Residência dos Entrevistados
Goiânia



Cartograma 3.3 – Bairro de residência dos entrevistados – Goiânia.
Fonte: Observatório das Metrôpoles-Fase-Ipardes (2004).

Assim, como já dito, a grande maioria desses indivíduos, 97,9%, habita em áreas localizadas na periferia da capital. Sobre a população destas, Moysés et al. (2004: 5) afirmam que: “quando se considera os espaços intra-urbanos [...], observa-se que a taxa de desocupados possui uma configuração concêntrica, pois ela apresenta-se maior para as áreas que se situam-se nas franjas da metrópole”.

Por outro lado, o mesmo autor explica que as outras áreas intra-urbanas que possuem baixa taxa de desocupados, entre 7,3% e 10,7%, estão situadas, em sua maioria, na região central da cidade de Goiânia.

Na tabela 3.18 o entrevistado é indagado sobre sua prática religiosa. Dos 100 indivíduos que têm religião, mas não freqüentam: 73% são católicos, 15% espíritas, 4% afro e candomblé, 4% pentecostais, 3% protestantes, 1% outros. Quanto aos indivíduos que são

religiosos e praticantes temos os seguintes números: 46% católicos, 24,5% espíritas, 4,9% afro e candomblé, 8,7 % pentecostais e 15,8% protestantes. Cabe ressaltar que 15% dos entrevistados afirmaram não ter religião¹¹¹.

Tabela 3.18 - Tipo de religião e prática religiosa dos entrevistados

Qual é a sua religião?	Você tem alguma religião?							
	Sim, mas não freqüenta		Sim, e é praticante		Não		Total	
	Freqüência	%	Freqüência	%	Freqüência	%	Freqüência	%
Católica	73	73	122	46	-	-	195	45,3
Afro e candomblé	4	4	13	4,9	-	-	17	4
Espírita	15	15	65	24,5	-	-	80	18,6
Protestante	3	3	42	15,8	-	-	45	10,5
Pentecostais*	4	4	23	8,7	-	-	27	6,3
Outros**	1	1	-	-	-	-	1	0,2
Não tem religião	-	-	-	-	65	100	65	15,1
Total	100	100	265	100	65	100	430	100

(*) Inclui os neo-pentecostais e os testemunhas de jeová.

(**) Inclui os mulçumanos.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Atividades dos trabalhadores ambulantes do Centro de Goiânia

Outro fato importante relacionado à condição de propriedade da banca ou unidade econômica está relacionado à análise dos dados marcada pelo recorte de gênero. O significado desses números pode ser mais bem compreendido se comparado com os dados da pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Goiânia (SEDEM, 2000/2001)¹¹², a qual afirma que, nesse período, as mulheres representavam apenas 38,5% dos entrevistados e os homens 61,5%. Um crescimento de 6,8% em relação aos últimos entre 2000/2001 e 2006/2007.

Trata-se de um indício de mudanças estruturais e conjunturais no mundo do trabalho, pois revelam uma trajetória de exploração da força trabalhista através dos diferentes regimes de acumulação, com particular desenvolvimento da expansão da “ponta precária”

¹¹¹ Esses dados devem ser considerados levando-se em conta os resultados do Censo 2000 para a religião, que indica: 1) a diminuição da porcentagem dos católicos, de 83,8% (1991) para 73,8% (2000); 2) o aumento da porcentagem de evangélicos, de 9% (1991) para 15,4% (2000); o acréscimo dos que se declaram “sem religião”, que passam de 4,8% da população (1991) para 7,3% (2000).

¹¹² Os dados dessa pesquisa encontram expostos no primeiro capítulo deste trabalho.

(Leite, 2003) em detrimento das mulheres. Segundo Lavinias (2001: 1), um dos elementos que fazem parte dessas mudanças seria “a maior flexibilização do mercado de trabalho e a “precarização” das relações de trabalho, com o aumento da ocupação por conta própria e da informalidade em geral”. Essa análise está de acordo com o que já foi ressaltado por Bruschini (2000) quando esta afirma que muitos estudos recentes indicam a manutenção da discriminação contra a mulher no mercado de trabalho.

Tabela 3.19 - Gênero do entrevistado

Gênero	Frequência	%
Masculino	235	54,7
Feminino	195	45,3
Total	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*

Quanto à propriedade do negócio, tabela 3.20, constata-se que a maioria dos entrevistados, 74,2%, é proprietário da banca, sendo 25,8%, não-proprietários.

Tabela 3.20 – Você é proprietário da banca?

	Frequência	%
Não	111	25,8
Sim	319	74,2
Total	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Importante também observar, na tabela 3.21, que entre os proprietários do próprio negócio a renda mensal é expressivamente maior do que a de quem não é dono da banca. Assim, temos que em todas as faixas de renda registradas, com exceção daquela de até 1 s.m., o rendimento mensal dos primeiros é extremamente superior ao dos segundos. Distância que tende a ser tão maior quanto maior o rendimento mensal auferido.

Tabela 3.21 - Condição de propriedade do negócio segundo a renda mensal na atividade dos entrevistados

Você é proprietário do negócio	Renda mensal da atividade										Total	%
	Não declarou	%	Até 1 s.m.	%	Acima de 1 s.m. até 3 s.m.	%	Acima de 3 s.m. até 10 s.m.	%	Acima de 10 s.m.	%		
Não	4	23,5	62	75,6	35	19,6	6	5,9	4	7,8	111	25,8
Sim	13	76,5	20	24,4	144	80,4	95	94,1	47	92,2	319	74,2
Total	17	100	82	100	179	100	101	100	51	100	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Na tabela a seguir, de número 3.22, estão apresentados os dados resultantes das respostas à questão “você tem outro ponto e/ou banca na cidade?”, sendo negativa a resposta de 61,8% dos indivíduos e positiva a de 38,2%. Quando perguntados sobre o número que possuem, observa-se, conforme tabela 3.22, que 73% dos entrevistados alegaram ter dois, 19,7% possuem três e que outros 4,9% têm cinco pontos e/ou bancas.

O fato de o grande número de entrevistados possuírem dois ou mais pontos e/ou bancas pode ser parcialmente explicado quando consideramos que muitos desses indivíduos trabalham em duas ou mais feiras por semana. É o caso de ambulantes que comercializam suas mercadorias durante a semana no Mercado Aberto e nos domingos na Feira Hippie ou que as expõem em três feiras por semana, tais como o Mercado Aberto, de segunda a sexta-feira, Feira da Lua, no sábado, e Feira Hippie, no domingo.

Tabela 3.22 - Você tem outro ponto e/ou banca na cidade?

	Frequência	%
Não	197	61,8
Sim	122	38,2
Total	319	100

(*) Estão incluídos somente os proprietários do negócio.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Tabela 3.23 - Quantidade de pontos e/ou bancas dos entrevistados proprietários do negócio segundo o número de colaboradores e/ou funcionários

Número de colaboradores e/ou funcionários	Quantidade de pontos e/ou bancas										Total	%
	1	%	2	%	3	%	4	%	5	%		
1	37	41,6	11	23,4	5	38,5	1	100	2	40	56	36,1
2	20	22,5	9	19,1	2	15,4	-	-	-	-	31	20
3	9	10,1	11	23,4	2	15,4	-	-	1	20	23	14,8
4	4	4,5	1	2,1	2	15,4	-	-	1	20	8	5,2
5	7	7,9	5	10,6	-	-	-	-	-	-	12	7,7
6	3	3,4	4	8,5	1	7,7	-	-	-	-	8	5,2
7	-	-	4	8,5	-	-	-	-	-	-	4	2,6
8	3	3,4	0	-	1	7,7	-	-	-	-	4	2,6
9	-	-	1	2,1	-	-	-	-	1	20	2	1,3
10 ou mais	6	6,7	1	2,1	-	-	-	-	-	-	7	4,5
Total	89	100	47	100	13	100	1	100	5	100	155	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Tabela 3.24 - Quantos pontos e/ou bancas você tem?*

Número de bancas e/ou pontos	Freqüência	%
2	89	73
3	24	19,7
4	3	2,5
5	6	4,9
Total	122	100

(*) Estão incluídos somente os proprietários do negócio que possuem mais de uma banca e/ou ponto.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Quanto à condição de propriedade do negócio segundo o sexo, tabela 3.25, verifica-se que os homens constituem 56,4% dos proprietários e as mulheres, 43,6%. O forte crescimento do desemprego a partir da década de 1990 fez com que um crescente número de homens e mulheres chefes de família buscassem, no setor informal da região central de Goiânia, uma forma de lutar pela sobrevivência.

Entretanto, isto não significa dizer que diminui o quantitativo de mulheres na condição de “proprietárias de bancas”, pelo contrário, aumenta, pois, com a crise associada ao crescente desemprego dos referidos chefes de família, estas assumem progressivamente a condição de co-responsáveis pela renda familiar ou mesmo de chefes de família.

Cabe destacar também que, curiosamente, a renda auferida mensalmente por esses trabalhadores manifesta uma tendência de ser tanto maior quanto menor o número de bancas, particularmente, para aqueles que têm rendimento mensal acima de até 3 s.m., acima de 3 até

10 s.m. e acima de 10 s.m. Portanto, os dados permitem concluir que a quantidade de bancas não está diretamente relacionada com um maior rendimento auferido. Para isso, conta, de forma determinante, a localização da banca ou do “ponto”, a experiência, a rede de relações com fornecedores e clientes tradicionais etc.

Tabela 3.25 – Condição de propriedade da banca segundo o sexo

Sexo	Condição de propriedade do negócio				Total	%
	Não	%	Sim	%		
Masculino	55	49,5	180	56,4	235	54,7
Feminino	56	50,5	139	43,6	195	45,3
Total	111	100	319	100	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Tabela 3.26 - Número de pontos e/ou bancas segundo a renda mensal da atividade dos entrevistados

Número de pontos e/ou bancas	Renda mensal da atividade										Total	%
	Não declarou	%	Até 1 sm	%	Acima de 1 sm até 3 sm	%	Acima de 3 sm até 10 sm	%	Acima de 10 sm	%		
2	2	66,7	2	50	35	81,4	29	69	21	70	89	73
3	-	-	2	50	5	11,6	12	28,6	5	16,7	24	19,7
4	-	-	-	-	2	4,7	-	-	1	3,3	3	2,5
5	1	33,3	-	-	1	2,3	1	2,4	3	10	6	4,9
Total	3	100	4	100	43	100	42	100	30	100	122	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Cabe ressaltar a importância da condição da “propriedade da banca” segundo a faixa de idade. Podemos afirmar, de acordo com os dados da tabela 3.27, que o aumento do número de entrevistados nessa condição é relativamente proporcional ao aumento das idades compreendidas em cada uma das faixas, com exceção da de 60 ou mais. Assim, temos os seguintes quantitativos quando as articulamos à condição de “proprietário da banca”: 12 a 19 anos, 9,1%; 20 a 29 anos, 23,5%; 30 a 39 anos, 27%, 40 a 59, 37,3%.

A pouco expressiva participação dos jovens na condição de “proprietários de bancas” pode ser explicada ao nos atentarmos, tal como ressaltam Silva e Barbosa (2006: 6), para o fato de que “a idade constitui um fator limitante para [...] esse contingente de trabalhadores, de uma experiência profissional que lhe permite criar meios autônomos de sobrevivência”.

Tabela 3.27 – Condição de propriedade de banca segundo a faixa de idade

Faixa de Idade (em anos)	Condição de propriedade do negócio				Total	%
	Não	%	Sim	%		
De 12 até 19	47	42,3	29	9,1	76	17,7
De 20 até 29	22	19,8	75	23,5	97	22,6
De 30 até 39	22	19,8	86	27	108	25,1
De 40 até 59	18	16,2	119	37,3	137	31,9
60 ou mais	2	1,8	10	3,1	12	2,8
Total	111	100	319	100	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Em relação ao perfil escolar dos ambulantes segundo a condição de “propriedade da banca”, tabela 3.28, verificamos os seguintes dados: a) 2,5% são sem instrução e/ou analfabeto; b) 33,5% possuem ensino fundamental incompleto ou completo; c) 48,5% têm ensino médio incompleto ou completo; e d) 14,7% ensino superior incompleto ou completo, ressaltando que 0,6% deles são pós-graduados. É possível afirmar que o registrado aumento da participação de entrevistados nessa condição é relativamente proporcional ao nível de escolaridade.

Enfatizamos, também, que o nível de escolaridade é apenas um dos elementos que contribuem para a inserção do indivíduo no setor informal de Goiânia, na condição de “proprietário de banca”. Outros elementos importantes, por exemplo, são capital inicial, licença da prefeitura (SEDEM), experiência, aprovação dos demais ambulantes do entorno da banca etc.

É nesse sentido que se registra, entre aqueles que trabalham cotidianamente na condição de “não-proprietários de bancas”, indivíduos com expressivos níveis de escolaridade com índices de participação de, por exemplo, ensino médio completo, 28,8%, e do ensino superior incompleto, 9,9%.

Tabela 3.28 – Condição de propriedade da banca segundo o nível de instrução

Nível de instrução	Condição de propriedade do negócio				Total	%
	Não	%	Sim	%		
Sem instrução/analfabeto	-	-	8	2,5	8	1,9
Ensino fundamental incompleto	29	26,1	62	19,4	91	21,2
Ensino fundamental completo	10	9	45	14,1	55	12,8
Ensino médio incompleto	29	26,1	48	15	77	17,9
Ensino médio completo	32	28,8	107	33,5	139	32,3
Ensino superior incompleto	11	9,9	33	10,3	44	10,2
Ensino superior completo	-	-	14	4,4	14	3,3
Pós-graduação	-	-	2	0,6	2	0,5
Total	111	100	319	100	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

A tabela abaixo, número 3.29, mostra o quantitativo de indivíduos que fabricam ou não suas mercadorias. Ao indagar-lhes sobre o assunto, observamos o expressivo número de entrevistados que responderam afirmativamente a essa questão, 71,2%. Trata-se de uma característica muito comum em diversas ocupações da informalidade.

Quanto aos que não fabricam suas próprias mercadorias, ou seja, as compram para revender, é importante destacar que, em relação aos que compram direto da fábrica, ao redor de 15%, a maioria realiza pagamento tanto à vista quanto a prazo. Dos que compram de atacadista grande parte, cerca de 25%, realiza pagamento à vista, assim como os que compram de intermediários, aproximadamente 8%.

Tabela 3.29 - É você quem fabrica suas próprias mercadorias?*

	Freqüência	%
Não	92	28,8
Sim	227	71,2
Total	319	100

(*) Estão incluídos somente os proprietários do negócio.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Na tabela 3.30 temos os dados resultantes das respostas à pergunta “qual o principal fornecedor das mercadorias revendidas segundo a forma de pagamento?”. O maior quantitativo de entrevistados compra suas mercadorias de atacadista, 52,2%, direto da fábrica, 25%, e de intermediários, 19,6%.

Percebe-se que esses trabalhadores evitam, estrategicamente, comprar de intermediários, como forma de aumentar sua margem de lucro. Também é possível observar uma tendência em adquirir produtos diretamente do atacadista, 40%, e pagar preferencialmente à vista.

Tabela 3.30 - Principal fornecedor das mercadorias revendidas segundo a forma de pagamento*

Principal fornecedor	Como você realiza o pagamento das mercadorias que adquire?						Total	
	À vista		A prazo		À vista e a prazo		Frequência	%
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%		
Direto da fábrica	4	10,5	5	23,8	14	42,4	23	25
Atacadista	25	65,8	10	47,6	13	39,4	48	52,2
Varejista	1	2,6	1	4,8	1	3	3	3,3
Intermediários	8	21,1	5	23,8	5	15,2	18	19,6
Total	38	100	21	100	33	100	92	100

(*) Estão incluídos somente os proprietários do negócio que não fabricam suas próprias mercadorias.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

A tabela 3.31 apresenta as respostas dos entrevistados sobre o modo como determinam os preços das mercadorias. Como demonstrado abaixo, constata-se que primeiro figuram os custos, com 73,7%, em segundo lugar, com 5,6%, aparece a qualidade do produto, acompanhada pelo preço da praça, com 5,3%. Ressaltando que 7% responderam não saber como defini-lo.

Tabela 3.31 - Como são definidos os preços das mercadorias?

	Frequência	%
Custos	317	73,7
Qualidade do produto	24	5,6
Preço da praça	23	5,3
Cliente	13	3
Preço que facilita a venda	11	2,6
Preço tabelado	7	1,6
Moda	3	0,7
Quantidade	2	0,5
Não sabe	30	7
Total	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Na tabela 3.32 temos os principais produtos comercializados segundo o sexo dos entrevistados, homens e mulheres respectivamente: roupas, 50,6% e 52,8%; alimentos e frutas, 11,1% e 4,6%; calçados, 8,1% e 4,1%; roupas íntimas, 3% e 6,7%; telas de pintura, 3,4% e

4,1%; acessórios, 3,4% e 2,1%; bolsas e artigos de couro, 3,4% e 1,5%; bijuterias, 1,7% e 3,6%; cama, mesa e banho, 1,3% e 1,5%; móveis e decoração, 2,1% e 0,5; raízes, 1,7% e 0,5%.

Tabela 3.32 - Principal produto comercializado segundo o sexo dos entrevistados

Produto	Sexo				Total	
	Masculino		Feminino			
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Roupas	119	50,6	103	52,8	222	51,6
Produtos para crianças e recém-nascidos	16	6,8	28	14,4	44	10,2
Alimentos; frutas	26	11,1	9	4,6	35	8,1
Calçados	19	8,1	8	4,1	27	6,3
Roupas íntimas	7	3	13	6,7	20	4,7
Telas de pintura	8	3,4	8	4,1	16	3,7
Acessórios	8	3,4	4	2,1	12	2,8
Bolsas e artigos de couro	8	3,4	3	1,5	11	2,6
Bijuterias	4	1,7	7	3,6	11	2,6
Cama, mesa e banho	3	1,3	3	1,5	6	1,4
Móveis e decoração	5	2,1	1	0,5	6	1,4
Raízes	4	1,7	1	0,5	5	1,2
Outros*	8	3,4	7	3,6	15	3,5
Total	235	100	195	100	430	100

(*) Inclui todos os produtos cuja participação corresponde a menos de 1%, como importados eletrônicos, brinquedos, embalagens, pet shop, tecidos, cosméticos e sit pass (passagem de ônibus).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

A comercialização desses produtos pelos trabalhadores pode ser analisada a partir das diferenças de gênero, que incidem sobre os condicionantes socioeconômicos tais como tempo, capital, competências diversas e maiores, e simbólicas, como as habilidades e competências tradicionalmente associadas a homens e mulheres, que contribuem para a ordenação dos produtos oferecidos. Outro fator são as recorrências percebidas nas diferentes feiras pesquisadas, consideradas em função do agrupamento dos produtos oferecidos segundo o sexo dos vendedores.

Quanto à primeira questão, é muito importante observar que um dos aspectos que contribuíram fortemente para que as mulheres aumentassem significativamente sua participação no crescimento da informalidade na região central da cidade, particularmente a

partir de meados dos anos 80, está ligado ao *boom* do comércio de roupas¹¹³, uma vez que a presença feminina sempre foi muito forte no setor de confecções. Isso está associado ao fato desta constituir uma atividade que as mulheres sempre e costumeiramente dominaram, já que tradicionalmente a costura e confecção de roupas eram realizadas no espaço doméstico.

Com o forte aumento da inserção das mulheres no precário setor do mercado de trabalho local cresceu sua participação em relação aos homens na venda de roupas em geral, conforme indicam os números da pesquisa: 50,6% para eles e 52,8% para elas.

As mulheres também predominam em relação aos homens, especialmente em nichos considerados mais “adequados” nesse setor do mercado de trabalho. Assim, temos as seguintes porcentagens de participação, respectivamente para eles e elas: a) no comércio de roupas íntimas, 3% e 6,7%; b) telas de pintura, 3,4% e 4,1%; c) bijuterias, 1,7% e 3,6%; e d) cama, mesa e banho 1,3% e 1,5%.

Contudo, tais dados revelam, ao mesmo tempo, uma expressiva relativização do que são consideradas “tarefas masculinas”. Assim, temos um número de homens que produzem e comercializam roupas (tradicionalmente associados à mulher), 50,6%, muito próximo ao das mulheres, 52,6%.

No mesmo sentido, temos, também, uma relativamente expressiva participação de homens que vendem produtos considerados, em geral, mais “adequados para mulheres”, tais como produtos para crianças e recém-nascidos e roupas íntimas: 6,8% e 3% respectivamente.

Algumas considerações sobre o trabalho feminino no mercado de trabalho e no espaço doméstico podem ser de grande importância para a análise propriamente dita dos dados da tabela em questão, a de número 3.33.

Nessa linha, é oportuno lembrar que a exclusão das mulheres dos espaços públicos, apontada por farta bibliografia em várias áreas das ciências humanas, é há muito tempo conhecida. Essa realidade tem mudado nas últimas décadas com as transformações no mercado de trabalho.

¹¹³ Em geral, a produção dessas roupas é feita em oficinas familiares, sendo comum o trabalho familiar e o recurso à contratação, em bases precárias, de indivíduos da vizinhança de moradia para trabalhar no processo de confecção das roupas vendidas na feira.

Entretanto, o aumento da participação relativa das mulheres em espaços públicos significaria necessariamente um maior equilíbrio da relação entre os sexos? Segundo Garcia (1991: 1):

O próprio processo de entrada das mulheres nestes espaços [...] é que deve ser investigado. O estudo das modalidades deste ingresso pode ser revelador do sentido em que se alteram (ou reafirmam) as divisões entre atividades femininas e masculinas, mundo doméstico e mundo extra-doméstico, espaço privado e espaço público etc. Ou ainda: como as categorias sociais e culturais instituidoras das diferenças sexuais ou de relação de gênero são re-elaboradas e se transformam, quais são os traços de continuidade ou descontinuidade com relação aos padrões sociais vigentes em momentos anteriores?

De modo geral, pode-se afirmar que, particularmente a partir de meados dos anos 80 e início da década de 90 (ver capítulo II), a região central de Goiânia passou por transformações econômicas e sociais muito expressivas na economia regional e no mercado de trabalho local. Esse novo cenário histórico teve, entre outras coisas, fortes repercussões sobre as redes de comercialização, provocando um forte crescimento do número de vendedores em suas feiras, em especial no número de mulheres.

Quanto ao crescimento da presença feminina nas feiras, é esclarecedor recorrer a Bruschini (1998-a: 3) quando a autora ressalta que:

muitos trabalhos procuram mostrar que o significativo aumento da atividade das mulheres, é uma das mais importantes transformações ocorridas no país desde os anos 70¹¹⁴, teria resultado não apenas da necessidade econômica e das oportunidades oferecidas pelo mercado, em conjunturas específicas, mas também, em grande parte, das transformações demográficas, culturais e sociais que vem ocorrendo no país e que tem afetado as mulheres e as famílias brasileiras.

Em relação à reprodução de elementos da divisão sexual do trabalho doméstico, no cotidiano das feiras, como elementos mediadores nas formas de inserção ocupacional das mulheres nas mesmas, é oportuno observar, conforme ressalta Garcia (1991: 11):

¹¹⁴ De acordo com Bruschini (1998-a: 3): “A intensa queda da fecundidade reduziu o número de filhos por mulher, sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país, liberando-a para o trabalho. A expansão da escolaridade e o acesso às universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho. Por fim, transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, intensificadas pelo impacto dos movimentos feministas desde os anos setenta e pela presença cada vez mais atuante das mulheres nos espaços públicos, alteraram a constituição da identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo”.

A feira é um espaço social hierarquizado econômica e simbolicamente. Os produtos oferecidos não são agrupados nem ordenados ao acaso. [...] Os vendedores agrupam-se em função dos produtos ou de grupos de produtos oferecidos, formam setores cuja posição relativa é recorrente de uma feira para a outra. Esses diversos setores assim constituídos exigem tempo, capital, competências diversas e comportam riscos muito diferenciados [...]. A inserção das mulheres como intermediárias nos diferentes setores (produtos ou grupos de produtos comercializados) é, de uma certa maneira, o resultado da transposição dos conhecimentos adquiridos no seio do grupo doméstico, e, portanto, fora da feira, e que reproduzem de certa forma o estado anterior da divisão sexual do trabalho, calcada na divisão das tarefas domésticas. Em todo caso, as mulheres reativam as disposições e habilidades que foram em grande parte adquiridas fora do negócio na feira. E é provavelmente a homologia entre as práticas femininas na feira e as práticas atribuídas às mulheres no universo doméstico que facilita o reconhecimento de suas atividades pela comunidade constitutiva da feira.

No que concerne aos trabalhadores aqui entrevistados, é importante ressaltar que o aumento da entrada das mulheres na informalidade em foco, como em várias outras regiões metropolitanas do país, é muitas vezes garantia de trajetórias ascendentes, apesar de marcado pela acentuada precariedade das relações e condições de trabalho.

A situação é ainda mais acentuada se pensamos que são, em sua grande maioria, mulheres casadas e com filhos, que ainda carregam consigo as conseqüências da reprodução da tradicional divisão sexual do trabalho, tais como as obrigações domésticas, os cuidados com os filhos etc. Nesse sentido, a entrevista realizada com M. A. da S., raizeira¹¹⁵, 61 anos de idade, proveniente de Bom Jesus da Lapa - BA, é muito ilustrativa dessa situação. Ela relata:

Foi assim, meu marido que trabalhava aqui, me abandonou com meus filhos pequenos [...]. Então tive que reagir e trabalhar, tive que ser mãe e pai [...]. Foi assim que Deus me ajudou que eu criasse meus 5 filhos. Foi através disso [vendendo raízes medicinais] que eu consegui formar um filho professor, hoje ele é casado e eu vou ter um netinho. Tem catorze anos que eu sou abandonada pelo marido. Ele me abandonou mas Deus não.

A narrativa de M. A. da S. coloca em destaque o confronto entre sua trajetória e a do marido e destaca sua difícil condição de mulher chefe de família e com filhos para criar, fato que foi em grande medida responsável pela sua forma de inserção nessa atividade. Ressalta, enfaticamente, seu sucesso em garantir, com o trabalho, a reprodução de seu grupo familiar.

Percebe-se, pois, a estruturação de uma trajetória ocupacional ascendente, apesar

¹¹⁵ Entrevista realizada no dia 07/06/2007, na Avenida Anhanguera com a Avenida Goiás, em frente à agência central do Banco Itaú, ao lado de outro ambulante raizeiro.

de dramática, que ganha maior intensidade em alguns momentos de seu relato, caracterizando de forma clara o seu papel de chefe de família e provedora.

A tabela 3.33 revela a condição do entrevistado segundo a colaboração de outras pessoas em sua atividade. Isso significa dizer que os trabalhadores ambulantes que têm ou não empregados não foram discriminados nessa análise.

Observa-se que é muito pouca a diferença entre aqueles que contam com colaboração, 48,6%, e os que não, 51,4%. Entre aqueles que têm auxílio de outras pessoas (tabela 3.32), destacam-se o cônjuge (marido-esposa), 23,2%, o empregado, 21,3%, o pai e/ou a mãe, 18,1%; e outro parente. 11%. Como é possível verificar, a participação familiar tem um papel fundamental nesse tipo de atividade.

Tabela 3.33 - Condição do entrevistado segundo a colaboração de outras pessoas

Colaboração de outras pessoas*	Frequência	%
Não	164	51,4
Sim	155	48,6
Total	319	100

(*) Estão incluídos somente os proprietários do negócio.
 Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Tabela 3.34 - Relação com os colaboradores dos entrevistados

Relação com os colaboradores	Frequência	%
Pai, Mãe	28	18,1
Irmão, Irmã	10	6,5
Marido-esposa	36	23,2
Filho (a)	10	6,5
Outro parente	17	11
Sócio	3	1,9
Empregado	33	21,3
Amigo	15	9,7
Vizinho	3	1,9
Total	155	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Outro dado importante registrado pela pesquisa e que deve ser mencionado diz respeito ao(s) tipo(s) de registro(s) das atividades dos entrevistados. De acordo com dados da tabela 3.35, 67,4% são registrados na prefeitura, 27,6% não possuem registro (“clandestinos”), 3,4% têm algum tipo de registro estadual e 1,6% possuem registro em associação ou sindicato

da categoria.

Isso mostra que há um crescimento muito forte das políticas públicas, especialmente municipais, visando regulamentar essas atividades, particularmente a partir da década de 90, visto que 67,4% desses ambulantes já possuem algum tipo de registro. Outro dado que deve ser ressaltado é o ainda resistente e expressivo número de ambulantes que realizam suas atividades de forma “clandestina” perante as determinações legais que regulam tal atividade no município: 27,6%.

Tabela 3.35 - Tipo de registro da atividade dos entrevistados

Tipo de registro*	Frequência	%
Da Prefeitura	215	67,4
Do Governo Estadual	11	3,4
Da associação/sindicato	5	1,6
Não possui registro	88	27,6
Total	319	100

(*) Estão incluídos somente os proprietários do negócio.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Perfil socioeconômico

Ao nos voltarmos para o perfil etário desses trabalhadores, percebemos que este é composto por uma rede de diferenciais, sendo ressaltados apenas dois deles, a escolaridade e o sexo, na tabela 3.36 a seguir. A escolha se justifica por se tratarem de variáveis fortemente determinantes das possibilidades e dos modos de inserção no setor informal da economia em geral, e neste em particular.

Como é possível constatar, as mulheres apresentam maior escolarização em relação aos homens em todas as faixas de idade consideradas, embora os números apresentem muita semelhança. Seguem, comparativamente, as principais participações de diferenciais de cada uma, para homens e mulheres, respectivamente: a) no grupo situado entre 12 e 19 anos, temos 65,1% e 71,5% com ensino médio incompleto e completo; b) de 20 a 29 anos, 66,1% e 70,7% com ensino médio completo ou mais; c) de 30 a 39 anos, 48,2% e 54% com ensino médio completo e ensino superior incompleto e completo; d) em relação à faixa de 40 a 59 anos de idade, 41,7% e 47,6%, com ensino médio incompleto e completo e ensino superior incompleto e completo; e) 60 ou mais anos de idade, temos 87,5% e 75%, respectivamente,

com até no máximo o ensino fundamental completo (nesta, as mulheres apresentam uma pequena diferença inferior aos homens em termos de escolarização).

De modo geral, cabe destacar que nesse segmento da informalidade as mulheres têm melhores níveis de escolaridade em praticamente todas as faixas de idade. Entretanto, a crescente presença de sua participação nesse setor da informalidade e seu melhor nível de estudo têm sido acompanhados pela reprodução de desvantagens em relação ao rendimento e às condições de trabalho.

Isso pode ser mais bem compreendido se considerarmos, como já foi demonstrado anteriormente, que nesse cotidiano de trabalho a escolaridade é apenas um dentre outros vários componentes que concorrem para o alcance de bons rendimentos. Nesse sentido, observamos que, na tabela 3.37, apesar dos bons e ótimos níveis de escolaridade das mulheres, sua renda em relação à dos homens só é maior para a menor faixa de renda considerada (até 1 salário). Um dos motivos se deve, sobretudo, ao fato dessas trabalhadoras conciliarem, em geral, atividades domésticas com os afazeres nas feiras.

Tabela 3.36 - Faixa de idade segundo a escolaridade e o sexo do entrevistado

Faixa de idade	Escolaridade	Gênero do entrevistado:					
		Masculino		Feminino		Total	
		Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
De 12 a 19 anos	Ensino fundamental incompleto	10	24,4	5	14,3	15	19,7
	Ensino fundamental completo	3	7,3	2	5,7	5	6,6
	Ensino médio incompleto	20	48,8	22	62,9	42	55,3
	Ensino médio completo	7	17,1	3	8,6	10	13,2
	Ensino superior incompleto	1	2,4	3	8,6	4	5,3
	Total	41	100	35	100	76	100
De 20 a 29 anos	Ensino fundamental incompleto	4	7,1	4	9,8	8	8,2
	Ensino fundamental completo	9	16,1	2	4,9	11	11,3
	Ensino médio incompleto	6	10,7	5	12,2	11	11,3
	Ensino médio completo	21	37,5	14	34,1	35	36,1
	Ensino superior incompleto	13	23,2	13	31,7	26	26,8
	Ensino superior completo	3	5,4	2	4,9	5	5,2
	Especialização, mestrado ou doutorado	-	-	1	2,4	1	1
Total	56	100	41	100	97	100	

Faixa de idade	Escolaridade	Gênero do entrevistado:					
		Masculino		Feminino		Total	
		Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
De 30 a 39 anos	Sem instrução; analfabeto	3	5,2	1	2	4	3,7
	Ensino fundamental incompleto	10	17,2	9	18	19	17,6
	Ensino fundamental completo	8	13,8	6	12	14	13
	Ensino médio incompleto	9	15,5	7	14	16	14,8
	Ensino médio completo	25	43,1	22	44	47	43,5
	Ensino superior incompleto	1	1,7	5	10	6	5,6
	Ensino superior completo	2	3,4	-	-	2	1,9
	Total	58	100	50	100	108	100
De 40 a 59 anos	Sem instrução; analfabeto	3	4,2	-	-	3	2,2
	Ensino fundamental incompleto	23	31,9	20	30,8	43	31,4
	Ensino fundamental completo	10	13,9	12	18,5	22	16,1
	Ensino médio incompleto	6	8,3	2	3,1	8	5,8
	Ensino médio completo	25	34,7	21	32,3	46	33,6
	Ensino superior incompleto	2	2,8	6	9,2	8	5,8
	Ensino superior completo	3	4,2	3	4,6	6	4,4
	Especialização, mestrado ou doutorado	-	-	1	1,5	1	0,7
Total	72	100	65	100	137	100	
60 ou mais	Sem instrução; analfabeto	1	12,5	-	-	1	8,3
	Ensino fundamental incompleto	5	62,5	1	25	6	50
	Ensino fundamental completo	1	12,5	2	50	3	25
	Ensino médio completo	1	12,5	-	-	1	8,3
	Ensino superior completo	-	-	1	25	1	8,3
	Total	8	100	4	100	12	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do survey.

Tabela 3.37 - Renda mensal na atividade segundo o sexo dos entrevistados

Renda mensal	Sexo				Total	%
	Masculino	%	Feminino	%		
Não declarou	6	2,6	11	5,6	17	4
Até 1 s.m.	36	15,3	46	23,6	82	19,1
Acima de 1 s.m. até 3 s.m.	101	43	78	40	179	41,6
Acima de 3 s.m. até 10 s.m.	62	26,4	39	20	101	23,5
Acima de 10 s.m.	30	12,8	21	10,8	51	11,9
Total	235	100	195	100	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do survey.

Na tabela 3.38, temos a renda mensal dos entrevistados segundo o tempo em que estão na atividade. Como é possível verificar, o número de entrevistados com maior rendimento tende a crescer paralela e proporcionalmente ao número de anos relativo ao tempo em que o indivíduo está na atividade, reforçando o papel fundamental da experiência e da rede

de contatos sociais na determinação da renda.

Tabela 3.38 – Renda mensal da atividade segundo o tempo em que os entrevistados estão exercendo-a

Tempo que está na atividade	Renda mensal da atividade					Total
	Até 1	Acima de 1 até 3	Acima de 3 até 10	Acima de 10	Não declarou	
Há menos de 1 ano	20	24	5	2	1	52
Acima de 1 até 2 anos	21	32	17	5	3	78
Acima de 3 até 5 anos	16	35	26	6	3	86
Acima de 6 até 10 anos	18	42	30	23	6	119
Acima de 10 anos	7	46	23	15	4	95
Total	82	179	101	51	17	430

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

É muito importante ressaltar que mais da metade desses trabalhadores, ou seja, 60,6% dos entrevistados, entraram nesse setor do mercado de trabalho nos últimos cinco anos. Isso reflete fortemente no modo como o novo cenário político, econômico e produtivo tem aprofundado o histórico limite da capacidade de absorção do mercado de trabalho formal. Demonstra, também, a continuidade, em um novo contexto, da recorrência ao trabalho na informalidade, como estratégia de luta pela sobrevivência frente ao desemprego ou, ainda, contra a crescente precariedade do denominado “setor organizado” da economia.

Quando se analisam esses dados, conforme tabela 3.39 (em anexo) e 3.40, abaixo, levando-se em conta as diferenças de gênero, raça/cor, estado civil, idade e escolaridade, outras considerações se fazem necessárias.

Tabela 3.40 – Renda mensal da atividade segundo sexo, cor/raça, estado civil, faixa de idade e escolaridade (em %)

Variáveis selecionadas	Renda mensal da atividade (em s.m.)					
	Até 1	Acima de 1 até 3	Acima de 3 até 10	Acima de 10	Não declarou	Total
Sexo						
Masculino	43,9	56,4	61,4	58,8	35,3	54,7
Feminino	56,1	43,6	38,6	41,2	64,7	45,3
Total	100	100	100	100	100	100
Cor ou raça						
Branco	30,5	31,3	27,7	45,1	41,2	32,3
Não brancos	69,5	68,7	72,3	54,9	58,8	67,7
Total	100	100	100	100	100	100

Variáveis selecionadas	Renda mensal da atividade (em s.m.)					
	Até 1	Acima de 1 até 3	Acima de 3 até 10	Acima de 10	Não declarou	Total
Estado civil						
Solteiro (a)	70,7	39,7	32,7	29,4	35,3	42,6
Casado (a)	19,5	42,5	47,5	66,7	52,9	42,6
União consensual	1,2	6,1	8,9	-	5,9	5,1
Separado (a)	7,3	6,7	9,9	3,9	-	7
Viúvo (a)	1,2	5	1	-	5,9	2,8
Total	100	100	100	100	100	100
Faixa de idade						
De 12 a 19 anos	51,2	11,7	7,9	3,9	17,6	17,7
De 20 a 29 anos	17,1	24	26,7	25,5	-	22,6
De 30 a 39 anos	13,4	24,6	29,7	33,3	35,3	25,1
De 40 a 59 anos	15,9	36,3	33,7	37,3	35,3	31,9
60 ou mais	2,4	3,4	2	-	11,8	2,8
Total	100	100	100	100	100	100
Escolaridade						
Sem instrução/analfabeto	-	2,8	2	2	-	1,9
Ensino fundamental incompleto	26,8	23,5	15,8	13,7	23,5	21,2
Ensino fundamental completo	11	15,6	8,9	11,8	17,6	12,8
Ensino médio incompleto	36,6	12,3	14,9	17,6	5,9	17,9
Ensino médio completo	17,1	36,3	40,6	23,5	41,2	32,3
Ensino superior incompleto	8,5	7,3	15,8	15,7	-	10,2
Ensino superior completo	-	1,7	2	13,7	11,8	3,3
Pós-graduação	-	0,6	-	2	-	0,5
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

As mulheres são minoria em todas as faixas de maior renda mensal percebidas: 1) acima de 10 salários mínimos: 21 mulheres, 41,2%, e 30 homens, 58,8%; 2) acima de 3 até 10 salários mínimos: 39 delas, 38,6%, e 62 deles, 61,4%; 3) acima de 1 até 3 salários mínimos: 78 do sexo feminino, 43,6%, e 101 do masculino, 56,4%. Elas só são maioria na menor faixa de renda mensal, a de até 1 salário mínimo, 56,1%, 46 contra 36.

Contudo, cabe observar que estão em porcentagens muito semelhantes tanto na faixa de renda acima dos 10 salários mínimos quanto na de 1 a 3 salários mínimos. Uma das possíveis explicações para tais números é o fato de algumas das atividades mais lucrativas (venda de roupas, bolsas e bijuterias) nessas feiras serem tradicionalmente dominadas pelo sexo feminino.

Embora a maior escolarização não seja garantia de obtenção de melhores

rendimentos não deixa, por outro lado, de influenciar positivamente nesse sentido. Cabe lembrar que as mulheres apresentam, em geral, melhores níveis de escolaridade.

Em relação à raça ou cor, se percebe que os entrevistados que se auto-declaram não-brancos constituem a grande maioria do universo de pesquisa, 291 indivíduos, em relação aos que se auto-definem como brancos, 139 indivíduos. Além disso, os primeiros (não-brancos) constituem maioria em todas as faixas de renda mensal.

Vejamos os números, em salário mínimo, para brancos e não-brancos, respectivamente: acima de 10 s.m., 45,1% e 54,9%; acima de 3 até 10 s.m., 27,7% e 72,3%; acima de 1 até 3 s.m., 31,3% e 68,7%; e até 1 s.m., 30,5% e 69,5%.

A observação da relação entre raça/cor e rendimentos do trabalho revela, no entanto, que a porcentagem dos não-brancos é maior nas faixas salariais mais baixas. Trata-se de um dado que indica um processo de reprodução de uma desigualdade presente no cotidiano desse mercado de trabalho.

Com referência ao estado civil dos entrevistados, o número de solteiros e o de casados, incluindo a “união consensual”, é muito semelhante: 42,6% para os primeiros e 47,7% para os segundos. De qualquer forma, estes correspondem a 90,3% do universo de pesquisa.

Quanto ao rendimento mensal, os solteiros só são maioria na faixa de menor rendimento (até 1 s.m.), 58 indivíduos, tendo os casados 16 indivíduos nesta. Em relação a maior renda mensal, de 1 a 3 s.m., temos a predominância dos últimos: 76 contra 71 solteiros; acima de 3 até 10 s.m., 48 contra 33. É possível, pois, perceber que a situação de casado ou casada está associada à tendência de maior renda mensal percebida nessas ocupações típicas. Aliás, uma outra grande característica desse segmento da informalidade é o trabalho familiar.

Ao considerar a renda percebida por esses trabalhadores em relação à sua faixa etária: a maior proporção, 179 indivíduos, é a dos que recebem entre 1 e 3 salários mínimos, sendo a maioria deles agrupados nas faixas etárias de 20 a 29 anos, 30 a 39 anos e 40 a 59 anos, de forma quase homogênea.

Quanto à relação entre a renda mensal e a escolaridade cabe observar, em primeiro lugar, que os trabalhadores com menor grau de escolaridade tendem a se concentrar nos níveis mais baixos de renda. Por exemplo, dos que recebem até 1 s.m. por mês, cerca de 74% tem o ensino médio incompleto ou menos e 3,7% possuem ensino fundamental ou menos.

Se considerarmos a variável idade, verificamos que 51,2% dos que têm tal renda mensal são jovens entre 12 e 19 anos, o que em parte pode explicar a relação entre a baixa escolaridade e o baixo rendimento. No entanto, estão também nessa faixa 18,3% dos trabalhadores com 40 anos ou mais, o que pode indicar que nesse tipo de atividade informal se inserem indivíduos mais velhos que possuem pouca escolarização e obtêm menor renda.

Na faixa de 1 até 3 s.m., na qual se encontram 41,6% dos entrevistados, 54,2% deles tem o ensino médio incompleto ou menos, incluindo 23,5% com ensino fundamental incompleto e 2,8% sem instrução. Essa faixa de renda inclui, contudo, uma parcela não desprezível de trabalhadores com o ensino médio completo e superior incompleto, 43,6%.

Dos ambulantes que estão na faixa intermediária de renda entre 3 e 10 s.m., 23,4% do total da amostra, mais da metade, 56,4%, tem maior grau de escolaridade (ensino médio completo ou mais), enquanto 17,8% não completaram o ensino fundamental.

Na faixa salarial de 10 s.m. ou mais, onde estão apenas 11,8% dos entrevistados, 54,9% deles tem o ensino médio ou mais. Nesta se concentra o maior número de trabalhadores com ensino superior completo (8 de um total de 16), o equivalente a 15,7% dos que nela estão incluídos. Contudo, também se encontram 45% com ensino médio incompleto ou níveis mais baixos de escolaridade.

De modo geral, é possível afirmar que indivíduos com mais estudo têm, nesse tipo de atividade informal, maior possibilidade de auferir rendimentos mais elevados. Entretanto, cabe reforçar, esta não pode ser considerada a única variável a determinar os ganhos mensais desses trabalhadores, uma vez que outras contam também para seu sucesso. Nesse sentido, é importante destacar que a rede de relacionamentos sociais do indivíduo, as habilidades e as competências adquiridas valem muito para o êxito dessas atividades, não raramente fora do espaço escolar, ou seja, com a experiência de vida, inclusive no espaço doméstico etc.

Para concluir esta parte, cabe lembrar, como afirma Carvalho (2004: 153-154), que apesar da informalidade no trabalho, isto é, o trabalho “sem carteira”, ser percebido de maneira bastante desfavorável pela maioria dos indivíduos,

o salário no setor informal é maior do que o salário do setor formal, condicionando-se ao nível de escolaridade. No entanto, essa aparente contradição pode ser racionalizada através da lógica dos diferenciais compensatórios de salários. Um

maior salário é a compensação necessária aos benefícios não gozados pelos trabalhadores do setor informal. [...] resultado de um viés de habilidade.

No que concerne à conclusão de algum curso profissionalizante ou técnico, a tabela 3.41 mostra que 61,2% nunca realizaram qualquer curso desse tipo. Essa informação é só parcialmente explicativa da dificuldade de adequação desses trabalhadores às crescentes exigências de mão-de-obra qualificada no mercado de trabalho formal (cursos técnicos, profissionalizantes, treinamentos etc.). Na verdade, a reestruturação ocupacional e o crescimento da informalidade estão articulados com um novo momento organizacional-produtivo do capitalismo, ou seja, se configuram, atualmente, de forma funcional em relação ao “setor organizado” da economia.

Tabela 3.41 - Você concluiu algum tipo de curso profissionalizante?

	Freqüência	%
Não	263	61,2
Sim	167	38,8
Total	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Em relação àqueles que concluíram algum tipo de curso profissionalizante, tabela 3.42 (em anexo), os principais cursos relacionados foram informática, 28,9%, corte e costura-moda e designer, 12%, contabilidade e vendas, 6,6% e 6%, auxiliar de escritório e recepcionista, 5,4%, cabeleireiro e esteticista, 4,8%, mecânico e técnico de enfermagem, 4,2%, motorista e eletrotécnico, 3%.

Os números acima demonstram que, de um lado, há uma expectativa de emprego desses indivíduos, particularmente no setor de serviços. Por outro, permitem compreender, como demonstram Dedecca e Baltar (1997: 75), como o crescimento do setor informal, e do comércio ambulante em particular, absorve também ex-assalariados portadores de maior qualificação em atividades voltadas para a prestação de serviços ou fornecimento de produção ao setor organizado ou formal da economia. De outro modo, sustentam que há uma forte tendência de reavaliação do papel do setor não-organizado na dinâmica do capitalismo, a partir da qual emerge

[u]ma nova dinâmica econômica que alimenta o crescimento do setor informal, seja ao forçá-lo a absorver ex-assalariados de baixa qualificação em atividades bastante precárias (inclusive o comércio ambulante sobre o qual nos debruçamos), seja ao estimular a formação de pequenos negócios sob a responsabilidade de ex-assalariados de melhor qualificação, cuja atividade fim é a prestação ou o fornecimento de produção ao setor organizado.

Quanto aos dados da tabela 3.43, que diz respeito ao tempo em que o entrevistado está na atividade segundo o sexo, a escolaridade e a faixa de renda mensal, algumas questões devem ser salientadas: 1) o nível de escolaridade decresce na medida em que aumenta o tempo na atividade, mas mesmo assim predominam os trabalhadores com nível de ensino médio completo ou mais nas faixas até 10 anos de atividade; 2) os indivíduos com mais baixa escolaridade, ou seja, ensino fundamental completo ou menos, estão presentes em proporção maior, 38,7% e 45,2%, respectivamente, entre os que têm entre 6 e 10 anos e os com mais de 10 nessa atividade, faixa que comporta a maioria dos analfabetos, 6,3%; 3) cabe ressaltar o fato de que dentre os que têm maior tempo de atividade, mais de 10 anos, participam em igual proporção tanto os trabalhadores com menor grau de escolarização, ensino fundamental completo ou menos, quanto os que têm o ensino médio completo e níveis escolares superiores, cerca de 45%.

Cabe ressaltar que, quanto à renda, esta tende a aumentar quando os trabalhadores elevam seu tempo nessa atividade, sugerindo que a experiência é um dos elementos que concorrem para aqueles trabalhadores que auferem maiores rendimentos.

Entretanto, se é expressivo o fato de que 38,5% dos trabalhadores com até 1 ano de atividade recebem até 1 s.m., permanece alta em todas as faixas de tempo na atividade a proporção dos que recebem entre 1 e 3 s.m. como, por exemplo, 46,2% dos que têm 1 ano na atividade e 48,4% dos que possuem mais de 10 anos.

É necessário, ainda, salientar que os entrevistados que recebem mais de 10 s.m. estão concentrados nas faixas de maior tempo de serviço e são quase 20% entre os que têm de 6 a 10 anos e quase 16% entre os de mais de 10 anos nessa atividade.

Quanto à relação entre o tempo na atividade e renda, constataram-se as seguintes participações: 1) para a faixa menos de 1 ano, 84,7% dos indivíduos participam com renda de menos de 1 até 3 s.m.; 2) para a acima de 1 até 2 anos, 68% dos entrevistados participam com renda de menos de 1 até 10 s.m.; 3) para a acima de 3 até 5 anos, observa-se que 70,9% têm

renda acima de 1 até 10 s.m.; 4) quanto à faixa acima de 6 até 10 anos, foi registrado que 60,5% possuem renda entre menos de 1 até 10 s.m., com destaque para 19,3% destes, que têm renda acima de 10 s.m.

É possível constatar que, na faixa dos indivíduos que têm renda acima de 10 s.m., o quantitativo de entrevistados cresce de maneira quase constante, conforme aumenta o número de anos na atividade.

Em segundo lugar, também em relação à faixa dos indivíduos que têm renda acima de 3 até 10 s.m., observa-se que a participação de entrevistados cresce condicionada, de forma quase regular, pelo tempo em que o indivíduo desempenha essa atividade. Essas duas observações reforçam a percepção muito comum entre esses trabalhadores de que nesse território, demarcado pelas feiras, o sucesso depende muito da experiência e da rede de contatos sociais estabelecida no interior dessa comunidade com seus diversos atores.

Tabela 3.43 - Tempo em que o entrevistado está na atividade segundo sexo, escolaridade e faixa de renda mensal (em %)

Sexo e escolaridade	Tempo que está na atividade (em anos)					Total
	Menos de 1	Acima de 1 até 2	Acima de 3 até 5	Acima de 6 até 10	Acima de 10	
Masculino	46,2	51,3	53,5	58,8	57,9	54,7
Feminino	53,8	48,7	46,5	41,2	42,1	45,3
Total	100	100	100	100	100	100
Sem instrução/analfabeto	-	-	-	1,7	6,3	1,9
Ensino fundamental incompleto	15,4	21,8	14	26,1	24,2	21,2
Ensino fundamental completo	13,5	10,3	12,8	12,6	14,7	12,8
Ensino médio incompleto	26,9	19,2	19,8	18,5	9,5	17,9
Ensino médio completo	30,8	35,9	39,5	29,4	27,4	32,3
Ensino superior incompleto	13,5	12,8	9,3	7,6	10,5	10,2
Ensino superior completo	-	-	4,7	4,2	5,3	3,3
Pós-graduação	-	-	-	-	2,1	0,5
Total	100	100	100	100	100	100
Faixa de renda	Tempo que está na atividade (em anos)					Total
	Menos de 1	Acima de 1 até 2	Acima de 3 até 5	Acima de 6 até 10	Acima de 10	
Até 1 sm	38,5	26,9	18,6	15,1	7,4	19,1
Acima de 1 sm até 3 sm	46,2	41	40,7	35,3	48,4	41,6
Acima de 3 sm até 10 sm	9,6	21,8	30,2	25,2	24,2	23,5
Acima de 10 sm	3,8	6,4	7	19,3	15,8	11,9
Não declarou	1,9	3,8	3,5	5	4,2	4
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do survey.

Percepções

Os dados da tabela 3.44 mostram quem mais contribui para o sustento da família segundo as faixas de idade. Observa-se que a porcentagem da participação cresce relativa e proporcionalmente a elas, com exceção dos idosos e jovens. Não se pode, entretanto, desconsiderar a expressiva participação dos jovens (12 a 19 anos idade) no sustento da família, 17,7%.

Deve-se ressaltar, também, que a participação dos homens é maior do que a das mulheres em todas as faixas de idade consideradas. Entretanto, essa diferença é pouco expressiva para todas, com exceção da de 40 a 59 anos, embora nesta também o seja.

Quando o principal responsável pelo sustento da família é o próprio entrevistado, as porcentagens relativas à participação de homens, quando comparada com as das mulheres, predominam em praticamente todas as faixas etárias. Sendo o cônjuge, as porcentagens masculinas também predominam sobre as femininas em todas as faixas de idade, com exceção daquela de 20 a 39 anos.

É curioso observar que quando os principais responsáveis pelo sustento familiar são o cônjuge e o entrevistado e os pais e sogros as diferenças de participação entre homens e mulheres tendem a se reduzir em relação à situação na qual a responsabilidade pelo sustento familiar está associada às categorias entrevistado e cônjuge considerados isoladamente.

Entretanto, os números relativos às participações de quem mais contribui para o sustento da família, por faixa de idade, devem ser relativizados, uma vez que não traduzem devidamente o peso das atividades desenvolvidas por essas trabalhadoras no espaço doméstico, também fundamentais para o sustento familiar, ainda que geralmente não reconhecidas ou valorizadas (ver Bruschini, 1998-a e 1998-b).

Indagados sobre o que mais contribui para o sustento familiar segundo a participação familiar, verificou-se que esta é fortemente influenciada pela idade do entrevistado.

Nesse sentido, em relação aos entrevistados na faixa de 12 a 19 anos, pais e sogros são os que mais contribuem para o sustento da família, 54,5%, seguidos pelos irmãos destes, 40%, geralmente porque a renda dos jovens só muito raramente é a principal do núcleo familiar. Quando considerada a faixa de 20 a 29, pais e sogros têm porcentagem de 38,4%,

seguidos do próprio trabalhador, 20%. Na faixa de 30 a 39, o cônjuge participa com 47,4%, seguido pelo entrevistado, com 27,8%. Já em relação a faixa de 40 a 59, filhos ou enteados participam com 85,7%, seguido do cônjuge e entrevistado, com 50%. Finalmente, na faixa de

Tabela 3.44 - Quem mais contribui para o sustento das famílias dos entrevistados segundo a faixa de idade e a participação familiar (%)

60 ou mais anos de idade, os irmãos participam com 20%. Cabe ressaltar que os homens, mais do que as cônjuges, participam mais no sustento familiar: 21,4% e 16%, respectivamente.

É importante registrarmos que as categorias “cônjuge” e “cônjuge e entrevistado” têm papel de destaque na participação familiar, especialmente nas faixas de idade compreendidas entre 12 e 59 anos de idade. Sua participação para o sustento da família tende a crescer proporcionalmente à elas, até os 59 anos de idade para a segunda e até os 39 anos para a primeira.

Outro importante dado a ser considerado é que entre as entrevistadas verifica-se que as compreendidas nas faixas etárias de 12 a 19 anos, de 20 a 29 anos e de 40 a 59 anos atribuem a seus cônjuges a principal responsabilidade pela participação para o sustento familiar, embora a diferença de participação entre homens e mulheres para o sustento da família, na faixa de 20 a 59 anos de idade, seja muito pequena: 32,1% e 27,1%, respectivamente.

Faixa de Idade	Sexo	Quem mais contribui para o sustento de sua família?								Total
		Entrevistado	Cônjuge	Cônjuge e entrevistado	Pais ou sogros	Filhos ou enteados	Irmãos	Netos e bisnetos	Outros parentes	
De 12 a 19 anos	Masculino	6,9	-	5,3	59,6	-	33,3	100	100	17,4
	Feminino	4,7	4,2	-	50	-	50	-	100	17,9
	Total	6,1	2,6	3,4	54,5	-	40	100	100	17,7
De 20 a 29 anos	Masculino	25,9	21,4	7,9	36,2	-	-	-	-	23,8
	Feminino	9,4	16,7	30	40,4	-	-	-	-	21
	Total	20	18,4	15,5	38,4	-	-	-	-	22,6
De 30 a 39 anos	Masculino	29,3	39,3	28,9	4,3	-	-	-	-	24,7
	Feminino	25	52,1	25	7,7	-	-	-	-	25,6
	Total	27,8	47,4	27,6	6,1	-	-	-	-	25,1
De 40 a 59 anos	Masculino	33,6	32,1	55,3	-	100	66,7	-	-	30,6
	Feminino	59,4	27,1	40	1,9	83,3	-	-	-	33,3
	Total	42,8	28,9	50	1	85,7	40	-	-	31,9
60 ou mais	Masculino	4,3	7,1	2,6	-	-	-	-	-	3,4
	Feminino	1,6	-	5	-	16,7	50	-	-	2,1
	Total	3,3	2,6	3,4	-	14,3	20	-	-	2,8
Total	Masculino	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Feminino	100	100	100	100	100	100	-	100	100
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Quanto à participação para o sustento da família segundo a renda mensal, tabela 3.44, as maiores concentrações são verificadas entre os entrevistados que têm rendimento mensal acima de 1 até 3 s.m., 41,6%, acima de 3 até 10 s.m., 23,5%.

Cabe ressaltar que a participação das mulheres para o sustento familiar só é maior em relação à dos homens na faixa de menor rendimento, até 1 s.m.: 23,6% para elas e 15,3% para eles. No entanto, a participação das mulheres enquanto cônjuge também é significativa na faixa de 1 a 3 s.m., 32,1%, principalmente entre os que ganham de 3 a 10 s.m., pois essa faixa tem a mais alta porcentagem, 46,4%.

Tabela 3.45 - Quem mais contribui para o sustento das famílias dos entrevistados segundo a renda mensal (%)

Renda Mensal	Sexo	Quem mais contribui para o sustento de sua família?								Total
		Entrevistado	Cônjuge	Cônjuge e entrevistado	Pais ou sogros	Filhos ou enteados	Irmãos	Netos e bisnetos	Outros parentes	
Até 1 s.m.	Masculino	12,9	7,1	2,6	34	-	-	100	100	15,3
	Feminino	10,9	20,8	5	46,2	16,7	50	-	66,7	23,6
	Total	12,2	15,8	3,4	40,4	14,3	20	100	75	19,1
Acima de 1 até 3 s.m.	Masculino	47,4	32,1	39,5	38,3	100	100	-	-	43
	Feminino	48,4	45,8	40	25	50	-	-	33,3	40
	Total	47,8	40,8	39,7	31,3	57,1	60	-	25	41,6
Acima de 3 até 10 s.m.	Masculino	25	46,4	28,9	19,1	-	-	-	-	26,4
	Feminino	15,6	20,8	35	19,2	33,3	-	-	-	20
	Total	21,7	30,3	31	19,2	28,6	-	-	-	23,5
Acima de 10 s.m.	Masculino	12,1	10,7	26,3	6,4	-	-	-	-	12,8
	Feminino	15,6	8,3	15	7,7	-	-	-	-	10,8
	Total	13,3	9,2	22,4	7,1	-	-	-	-	11,9
Não declarou	Masculino	2,6	3,6	2,6	2,1	-	-	-	-	2,6
	Feminino	9,4	4,2	5	1,9	-	50	-	-	5,6
	Total	5	3,9	3,4	2	-	20	-	-	4
Total	Masculino	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Feminino	100	100	100	100	100	100	-	100	100
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*

Em relação a quem mais contribui para o sustento da família segundo o estado civil, tabela 3.46, temos os casados, incluindo a união consensual, 47,7%, e os solteiros, 42,6%. As categorias “separado” e “viúvo” participam, respectivamente, com 7% e 2,8%.

Cabe também ressaltar que as mulheres contribuem mais em relação aos homens nas situações de “união consensual”, 5,6% frente a 4,7%, ou quando são separadas, 9,7% contra 4,7%, e viúvas, 5,1% *versus* 0,1%. Ademais, colaboram significativamente quando são solteiras ou como cônjuges nas uniões consensuais. Tais dados podem sugerir uma quantidade não desprezível de mulheres ambulantes como chefes de família.

Já os homens são maioria frente às mulheres, embora com pequena diferença, nas categorias “casado”, 46,8% frente a 37,4%, e “solteiro”, 43% *versus* 42,1%. Trata-se de uma realidade que configura um quadro socioeconômico muito sério, pois significa dizer, confirmando as palavras de Melo e Teles (2000: 6), que:

um grande número de famílias tem como principal fonte de renda a atividade de comércio ambulante, já que supostamente é o chefe quem sustenta a família, ficando os outros membros que também trabalham responsáveis por contribuir no orçamento doméstico. Logo, percebe-se que esta atividade informal não é procurada meramente como complementação da renda familiar.

Tabela 3.46 – Quem mais contribui para o sustento das famílias dos entrevistados segundo o estado civil (em %)

Estado Civil	Sexo	Quem mais contribui para o sustento de sua família?								Total
		Entrevistado	Cônjuge	Cônjuge e entrevistado	Pais ou sogros	Filhos ou enteados	Irmãos	Netos e bisnetos	Outros parentes	
Solteiro	Masculino	39,7	3,6	5,3	100	-	100	100	100	43
	Feminino	40,6	4,2	-	90,4	33,3	100	-	100	42,1
	Total	40	3,9	3,4	94,9	28,6	100	100	100	42,6
Casado	Masculino	47,4	75	86,8	-	100	-	-	-	46,8
	Feminino	25	79,2	80	5,8	-	-	-	-	37,4
	Total	39,4	77,6	84,5	3	14,3	-	-	-	42,6
União consensual	Masculino	3,4	21,4	2,6	-	-	-	-	-	4,7
	Feminino	1,6	14,6	15	-	-	-	-	-	5,6
	Total	2,8	17,1	6,9	-	-	-	-	-	5,1
Separado	Masculino	7,8	-	5,3	-	-	-	-	-	4,7
	Feminino	20,3	2,1	5	3,8	33,3	-	-	-	9,7
	Total	12,2	1,3	5,2	2	28,6	-	-	-	7
Viúvo	Masculino	1,7	-	-	-	-	-	-	-	0,9
	Feminino	12,5	-	-	-	33,3	-	-	-	5,1
	Total	5,6	-	-	-	28,6	-	-	-	2,8
Total	Masculino	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Feminino	100	100	100	100	100	100	-	100	100
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do survey.

Percepções dos ambulantes sobre o cotidiano de trabalho

São muito comuns, na sociologia do trabalho e na economia, análises que procuram caracterizar e/ou explicar o cotidiano do trabalho informal atribuindo um peso excessivo às condições materiais que definem esses trabalhadores socialmente. Entretanto, esse cotidiano comporta múltiplas dimensões além desta, inclusive questões ligadas ou relativas à subjetividade desses indivíduos relacionadas à suas experiências de vida diárias¹¹⁶.

Trazer para o primeiro plano as respostas e percepções dos entrevistados, articuladas com as escolhas que particularizam suas trajetórias, é uma forma metodologicamente frutífera de captarmos suas estratégias de sobrevivência.

Assim, justifica-se a necessidade de destacarmos percepções cotidianamente constituídas por esses trabalhadores acerca de suas atividades. Nesse sentido, os entrevistados foram indagados sobre a pretensão de continuar na informalidade e as respostas foram cruzadas com as variáveis sexo, escolaridade, idade e renda (tabela 3.47).

¹¹⁶ Esse tipo de análise é importante no sentido de acrescentar a possibilidade de compreendermos melhor o cotidiano desses trabalhadores como composto por aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Em relação à primeira, a maioria dos entrevistados demonstrou desejo em continuar. Tanto homens quanto mulheres se posicionam praticamente da mesma forma: 76,6% e 73%, respectivamente.

No que diz respeito à escolaridade, constata-se que os que não pretendem continuar na informalidade correspondem a apenas 20,6% dos entrevistados, 89 indivíduos. Ainda assim, 26 têm o ensino médio completo e 22 o ensino superior incompleto. Assim, não podemos afirmar que esses trabalhadores continuam na informalidade apenas por uma questão de pouca escolaridade.

Quanto às faixas de idade, são principalmente os mais jovens os que afirmam não pretender continuar na atividade atual, sendo 32,6% de 12 a 19 anos e 62% com menos de 29 anos. Dentre os que desejam se manter como ambulantes ocorre uma inversão, já que 65,2% deles têm 30 anos ou mais e, destes, 83% de 40 a 59 anos e 75% com mais de 60 anos.

Finalmente, no que concerne à renda mensal, observa-se que, entre os que não pretendem continuar, quanto menor a renda maior é a vontade de não persistir na atividade. Entre os que desejam seguir, há maior participação daqueles com ganhos de 1 até 3 salários mínimos, 45,4%, seguidos pelos que possuem renda de 3 até 10 salários mínimos, 23,8%.

Algumas considerações finais sobre esses dados são necessárias. Assim, cabe destacar que o número de indivíduos, 55,6% dos homens e 44,4% das mulheres, que pretendem continuar trabalhando nessa atividade, ou seja, na informalidade, é muito grande, 75,3%. Esse dado certamente está relacionado às dificuldades de inserção desses trabalhadores no mercado formal de trabalho, bem como às estratégias por eles desenvolvidas objetivando a não-submissão à crescente precarização das relações trabalhistas nesse exigente setor organizado da economia. Além disso, a expressa porcentagem de trabalhadores que não pretendem deixar o trabalho ambulante também nos convida a pensar sobre esse segmento como uma comunidade de indivíduos que, através de suas “práticas cotidianas” (De Certeau, 1996), “reterritorializam” a região central da cidade de Goiânia, inserida em um contexto de transformações urbanas articuladas com os novos regimes produtivos, políticos e culturais que caracterizaram o período pós-década de 80.

Cabe acrescentar que a porcentagem de mulheres que pretende continuar trabalhando na informalidade é significativa, 74%. Tal dado pode indicar não só uma forte participação feminina na composição da renda mensal familiar, mas seu crescente número

como chefe de família que encontra nessa atividade o único recurso à sua sobrevivência e à dos seus.

Tabela 3.47 - Pretensão em continuar na atividade atual segundo algumas variáveis selecionadas

Sexo	Pretensão de continuar na atividade atual						Total	
	Não		Sim		Não sabe			
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Masculino	45	50,6	180	55,6	10	58,8	235	54,7
Feminino	44	49,4	144	44,4	7	41,2	195	45,3
Total	89	100	324	100	17	100	430	100

Escolaridade	Pretensão de continuar na atividade atual						Total	
	Não		Sim		Não sabe			
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Sem instrução; analfabeto	1	1,1	6	1,9	1	5,9	8	1,9
Ensino fundamental incompleto	12	13,5	73	22,5	6	35,3	91	21,2
Ensino fundamental completo	4	4,5	50	15,4	1	5,9	55	12,8
Ensino médio incompleto	24	27	53	16,4	-	-	77	17,9
Ensino médio completo	26	29,2	106	32,7	7	41,2	139	32,3
Ensino superior incompleto	22	24,7	22	6,8	-	-	44	10,2
Ensino superior completo	-	-	12	3,7	2	11,8	14	3,3
Pós-graduação	-	-	2	0,6	-	-	2	0,5
Total	89	100	324	100	17	100	430	100

Faixa de idade	Pretensão de continuar na atividade atual						Total	
	Não		Sim		Não sabe			
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
De 12 até 19 anos	29	32,6	45	13,9	2	11,8	76	17,7
De 20 até 29 anos	26	29,2	68	21	3	17,6	97	22,6
De 30 até 39 anos	17	19,1	88	27,2	3	17,6	108	25,1
De 40 até 59 anos	15	16,9	114	35,2	8	47,1	137	31,9
60 ou mais	2	2,2	9	2,8	1	5,9	12	2,8
Total	89	100	324	100	17	100	430	100

Renda mensal da atividade	Pretensão de continuar na atividade atual						Total	
	Não		Sim		Não sabe			
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Não declarou	2	2,2	14	4,3	1	5,9	17	4
Até 1 s.m.	32	36	47	14,5	3	17,6	82	19,1
Acima de 1 s.m. até 3 s.m.	26	29,2	147	45,4	6	35,3	179	41,6
Acima de 3 s.m. até 10 s.m.	21	23,6	77	23,8	3	17,6	101	23,5
Acima de 10 s.m.	8	9	39	12	4	23,5	51	11,9
Total	89	100	324	100	17	100	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do survey.

Na tabela 3.48 figuram os principais motivos pelos quais os entrevistados pretendem continuar na atividade atual. Verifica-se que a maioria dos que responderam, 59%,

destacam a ausência de outras oportunidades, as vantagens financeiras e a necessidade de garantir a sobrevivência.

Alguns aspectos positivos da atividade também foram salientados, como as vantagens financeiras, a autonomia e a independência proporcionada, a facilidade nas relações de trabalho e a possibilidade de crescimento, bem como o gosto pela realização desse trabalho.

Como fica claro através desses dados, o trabalho nesse setor da economia não é exatamente uma escolha realizada pelos trabalhadores. Trata-se, para 59,2%, de uma alternativa, talvez a única, para garantir a sobrevivência frente ao cada vez mais excludente mercado de trabalho formal.

Tabela 3.48 - Qual o principal motivo que faz com que você continue nessa atividade?

Motivo	Frequência	%
Única opção no mercado de trabalho	98	30,2
Vantagens financeiras	57	17,6
Garante a sobrevivência	37	11,4
Independência; autonomia	37	11,4
Gosta do que faz	34	10,5
Complemento de renda	24	7,4
Facilidade nas relações de trabalho	15	4,6
Possibilidade de crescer no mercado	13	4
Sustentar os estudos	3	0,9
Liberdade com horário	2	0,6
Não soube dizer	4	1,2
Total	324	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Dentre os principais motivos para a não-permanência no trabalho ambulante, tabela 3.49, aparecem, principalmente, o cansaço com o trabalho, a vontade de voltar a estudar (provavelmente entre os mais jovens) e o insucesso pela não-obtenção de lucro ou a inexistência de uma possibilidade de crescimento, bem como o interesse de fixação na área de formação profissional do entrevistado e a consideração dessa atividade como um “bico temporário”.

Fica claro que existem duas razões principais para os entrevistados que não pretendem continuar nessa atividade: de um lado, o cansaço pelo volume de trabalho, que torna seu dia-a-dia não só precário, mas, também, perigoso para a sua saúde física e mental; de

outro, a “intenção de estudar”, revelando a perspectiva de um horizonte, no qual o processo de escolarização é visto como ponte para a inserção no “mercado de trabalho protegido”.

Tabela 3.49 – Por que você não pretende continuar na atividade atual?

Motivo	Frequência	%
Cansaço pelo volume de trabalho	16	18
Para estudar	16	18
Não está obtendo lucro	15	16,9
Fixação em área de formação profissional	10	11,2
Sem perspectiva de crescimento	7	7,9
Falta de estabilidade	6	6,7
Motivos pessoais	5	5,6
É só um bico temporário	4	4,5
Não gosto	3	3,4
Problema de saúde	2	2,2
Não precisar estar na atividade	2	2,2
Aposentadoria	1	1,1
Não soube dizer	2	2,2
Total	89	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do survey.

As percepções dos trabalhadores sobre sua maior independência ou autonomia no trabalho como ambulante aparecem na tabela 3.50, em relação à renda mensal e à propriedade do negócio.

Tabela 3.50 – Condição de independência dos entrevistados segundo algumas variáveis /selecionadas

Sexo	Neste trabalho você se considera independente? (patrão de si mesmo)				Total	
	Não		Sim		Frequência	%
	Frequência	%	Frequência	%		
Masculino	34	54,8	197	54,1	231	54,2
Feminino	28	45,2	167	45,9	195	45,8
Total	62	100	364	100	426	100

Renda mensal da atividade	Neste trabalho você se considera independente? (patrão de si mesmo)				Total	
	Não		Sim		Frequência	%
	Frequência	%	Frequência	%		
Até 1 sm	32	51,6	50	13,7	82	19,2
Acima de 1 sm até 3 sm	11	17,7	167	45,9	178	41,8
Acima de 3 sm até 10 sm	12	19,4	87	23,9	99	23,2
Acima de 10 sm	5	8,1	45	12,4	50	11,7
Não declarou	2	3,2	15	4,1	17	4
Total	62	100	364	100	426	100

Você é proprietário do negócio?	Neste trabalho você se considera independente? (patrão de si mesmo)				Total	
	Não		Sim		Frequência	%
	Frequência	%	Frequência	%		
Não	38	61,3	72	19,8	110	25,8
Sim	24	38,7	292	80,2	316	74,2
Total	62	100	364	100	426	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Em primeiro lugar, constata-se que o número dos que se sentem independentes é de 85,4% contra 14,6% dos que responderam negativamente.

Observa-se que a maioria absoluta dos homens e das mulheres afirmou possuir mais autonomia nesse tipo de atividade, apesar de não ser desprezível a diferença percentual de 8 pontos entre eles. Muitos relatos confirmam os dados observados, como o de W. F. dos S., 29 anos, nascida na cidade de Jussara-GO e residente em Goiânia há 8 anos, casada, mãe de três filhos, vendedora de bolsas e bijuterias na Feira da Lua:

*Gosto de trabalhar aqui [pausa]. [...] Se eu falar assim que eu vou embora agora, eu vou embora agora, entendeu? Agora se eu trabalhasse fichada, eu não podia falar assim: eu vou embora. Eu não ia podê ir, entendeu?*¹¹⁷

No mesmo sentido relata A. R. e S., 41 anos, nascida na cidade de Ipameri-GO e residente em Goiânia há 15 anos, casada, mãe de quatro filhos, vendedora de doces e lanches na Feira do Sol, quando indagada sobre a possibilidade de passar a trabalhar com carteira assinada:

*Eu não ia acostumar, não é fácil né? Não guento patrão enchendo o saco [...]. Há muito desrespeito, há muito maus-tratos, grosserias. Agora, aqui [pausa], aqui é diferente, a gente trabalha de bom humor e tem até mais perspectiva de melhora, porque de repente surge um novo produto que o mercado ainda não conhece, a gente entra nele e ganha dinheiro em tempo rápido.*¹¹⁸

Essa percepção de independência ou de ser patrão de si mesmo também está presente na fala de R. C. B., 32 anos, nascido na cidade de Jequié-BA e residente em Goiânia

¹¹⁷ Entrevista realizada em 17/12/2007.

¹¹⁸ Entrevista realizada em 10/12/2007.

há 19 anos, divorciado, pai de dois filhos, vendedor de redes de dormir na Feira Hippie, na Feira da Lua, na Feira do Sol e nas ruas do centro:

Não gosto de ser mandado, né? Ser explorado pelos outros [pausa]. Gosto de trabaia à vontade. Trabaia à vontade e trabaia pra gente mesmo, eu sinto meio trabaiaando pra mim mesmo. Que não tem hora marcada pra gente entrar no serviço, entra a hora que quiser, trabalha o dia que quiser. O dia que não dá pra você não ir, você não vai. Não precisa tá sendo aquele, aquela coisa assim de ser mandado direto¹¹⁹

Como é possível perceber, apesar do trabalho ambulante significar “trabalho precário” (sem contrato de trabalho, direitos trabalhistas, seguridade social) e mascarar uma situação crítica de desemprego estrutural vivenciada por muitos trabalhadores, são recorrentes as percepções que tendem a demonstrar certa satisfação ou sensação de independência nessa atividade. A impressão de liberdade, de ser dono de seu próprio tempo, de não ser “explorado”, é outro elemento do fio narrativo desses relatos.

Não podemos desconsiderar muitos entrevistados que gostariam de deixar a condição de trabalhador informal, ainda que estes estejam em número bem menor em relação aos que se sentem independentes e satisfeitos. É o que figura com clareza na fala de J. N. T., 28 anos, nascido na cidade de Timbiras-MA e residente em Goiânia há 15 anos, solteiro, vendedor de utilidades domésticas na Feira Hippie, na Feira da Lua, na Feira do Sol e nas ruas do centro:

Aqui é até bom porque a gente tem o dinheirinho extra todo dia [pausa], mas é muito sofrido. Trabalhar na rua não é fácil. Não é qualquer um que resiste. É muito cansativo, porque a gente não tem horário pra almoço, não tem banheiro, entendeu? A gente fica em pé o dia todo na rua, encostado na banca. Então, não é fácil. A vida de camelô não é pra qualquer um. Não é qualquer um que enfrenta não. Muita gente diz: Ah! Mas trabalhá de camelô é folgado! Não, não é [pausa] não é de jeito nenhum. Hoje, por exemplo, se eu achasse um serviço que dá pra mim manter minha despesa, eu sairia da rua, entendeu? Ia trabalhar, porque aqui não é fácil, entendeu?

Em segundo lugar, é possível perceber que em todas as faixas de renda prevalecem os que se dizem independentes. Entretanto, cabe ressaltar que entre os que não se consideram estão em maioria aqueles que ganham até 1 salário mínimo.

¹¹⁹ Entrevista realizada em 11/12/2007.

Em terceiro e último lugar, a relação das respostas com a propriedade ou não do negócio permite perceber que a maioria absoluta dos que se dizem independentes é constituída pelos proprietários, 80,2%. Entretanto, não é menos importante que, mesmo entre os não-proprietários (110 no total), 65% se considerem autônomos como trabalhadores ambulantes.

Um dado que merece ser ressaltado é que quanto maior a renda mensal da atividade, menor é o número dos que não se percebem como independentes ou “patrão de si mesmo”. Nesse caso, a percepção de independência parece estar associada, sobretudo, à dimensão material e de ganhos financeiros no exercício dessa atividade. No entanto, é interessante observar que mesmo entre os que recebem menos de 1 s.m., a maioria (50 de 82) consideram-se independentes.

Os mercados e contratos de trabalho “informais” têm sido percebidos, no Brasil, como problemas econômicos e sociais, pois representam rupturas com um padrão contratual que é o “formal com carteira assinada” (Noronha, 2003). Os dados relacionados na tabela 3.51, apresentam as percepções dos trabalhadores em relação à ausência do contrato “formal”.

Tabela 3.51 - A condição de mudança para um emprego com carteira de trabalho assinada segundo algumas variáveis selecionadas

Você é proprietário do negócio	Você mudaria para um emprego com carteira de trabalho assinada?				Total	
	Não		Sim			
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Não	37	15,5	74	38,5	111	25,8
Sim	201	84,5	118	61,5	319	74,2
Total	238	100	192	100	430	100

Faixa de idade	Você mudaria para um emprego com carteira de trabalho assinada?				Total	
	Não		Sim			
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
De 12 até 19 anos	27	11,3	49	25,5	76	17,7
De 20 até 29 anos	58	24,4	39	20,3	97	22,6
De 30 até 39 anos	68	28,6	40	20,8	108	25,1
De 40 até 59 anos	78	32,8	59	30,7	137	31,9
60 ou mais	7	2,9	5	2,6	12	2,8
Total	238	100	192	100	430	100

Escolaridade	Você mudaria para um emprego com carteira de trabalho assinada?				Total	
	Não		Sim		Frequência	%
	Frequência	%	Frequência	%		
Sem instrução/analfabeto	6	2,5	2	1	8	1,9
Ensino fundamental incompleto	47	19,7	44	22,9	91	21,2
Ensino fundamental completo	30	12,6	25	13	55	12,8
Ensino médio incompleto	38	16	39	20,3	77	17,9
Ensino médio completo	83	34,9	56	29,2	139	32,3
Ensino superior incompleto	24	10,1	20	10,4	44	10,2
Ensino superior completo	8	3,4	6	3,1	14	3,3
Pós-graduação	2	0,8	-	-	2	0,5
Total	238	100	192	100	430	100

Renda mensal da atividade	Você mudaria para um emprego com carteira de trabalho assinada?				Total	
	Não		Sim		Frequência	%
	Frequência	%	Frequência	%		
Até 1 s.m.	26	10,9	56	29,2	82	19,1
Acima de 1 s.m. até 3 s.m.	96	40,3	83	43,2	179	41,6
Acima de 3 s.m. até 10 s.m.	68	28,6	33	17,2	101	23,5
Acima de 10 s.m.	37	15,5	14	7,3	51	11,9
Não declarou	11	4,6	6	3,1	17	4
Total	238	100	192	100	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

As respostas à questão sobre se mudariam para um emprego com carteira permitem observar que entre os proprietários a maioria, 84%, permaneceria no trabalho ambulante, enquanto entre os não-proprietários prevalece o desejo de mudança para um emprego com carteira de trabalho assinada: 61,5%.

Essas respostas podem ajudar a compreender porque parte desses trabalhadores justifica sua permanência no comércio ambulante pela necessidade de sobrevivência e falta de outras oportunidades. Já outros, principalmente os proprietários, salientam a possibilidade de independência, o ser “patrão de si mesmo”.

Em relação à idade, observa-se que em praticamente todas as faixas etárias, à exceção da de 12 a 19 anos, na qual 64,5% têm interesse em mudar para um trabalho com carteira assinada contra 35,5% que não têm, prevalecem os que não desejam mudar.

Quanto à escolaridade, entre os que têm o ensino médio incompleto ou mais, são maioria os que não gostariam de mudar para um emprego registrado, enquanto entre os que têm nível de escolaridade equivalente ao ensino fundamental completo ou menos a distância

entre os que responderam positiva ou negativamente à questão é pequena, apesar de haver uma ligeira vantagem para os que não pretendem ter um emprego com carteira assinada.

No que concerne à renda, constata-se que, principalmente entre os proprietários na menor faixa de renda (até 1 s.m.), é maior o número de trabalhadores que mudariam para outro emprego com carteira assinada. Já nas acima de 3 s.m., predominam os que preferem se manter no trabalho ambulante.

Como é possível verificar na tabela 3.52, do conjunto de 430 entrevistados, 286 deles, ou seja, 66,5%, tiveram um trabalho anterior com carteira assinada, sendo que a maior parte são oriundos do setor de comércio, 35,7%, de serviços, 34,3%, e da indústria, 19,9%.

Tabela 3.52 - Ramo da atividade de trabalho anterior dos entrevistados

Ramo de atividade	Número	%
No comércio	102	35,7
Na indústria	57	19,9
Na área de serviços	98	34,3
No serviço público	18	6,3
Na agricultura e/ou pecuária	8	2,8
Outros	3	1
Total	286	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Quando esses ex-assalariados, hoje ambulantes, se posicionam sobre as vantagens que tinham no trabalho anterior, tabela 3.53, constata-se que a maior parte deles afirma que não tinha nenhuma vantagem, 32,9%. Esse dado indica que provinham de um trabalho precarizado do “setor organizado” da economia e procediam de outro tipo de atividade na informalidade ainda mais incerta do ponto de vista socioeconômico.

Um segundo grupo de entrevistados, 27,3%, responderam que a principal vantagem eram os direitos trabalhistas e a estabilidade, permitindo, assim, perceber que eram trabalhadores que vieram do “mercado de trabalho protegido” e que tinham forte percepção da incerteza ou da falta de segurança do dia-a-dia de seu trabalho.

Outro grupo, representando 15% dos que responderam a essa questão, apontou como vantagens do trabalho anterior o salário, a sobrevivência, o trabalho e o lucro¹²⁰, o que

¹²⁰ Um pequeno erro metodológico na tabulação dos dados, implicou na consideração do fator “lucro” juntamente com “salário – sobrevivência – trabalho”.

indica, para estes, a realidade do trabalho na informalidade como algo associado a perdas econômicas e da qualidade de vida. 5,2% também indicaram a saúde como vantagem.

Esse dado chama a atenção para o sentimento de falta de proteção e para a maior vulnerabilidade desses trabalhadores diante de problemas relacionados à saúde. Também é digno de nota o fato de que apenas 15% dos entrevistados reconhecem essa questão, sugerindo que a maioria tende a minimizar os riscos de acidentes de trabalho e a não associarem o trabalho na informalidade com problemas de saúde¹²¹.

Tabela 3.53 - Que vantagens você tinha no trabalho anterior?

Vantagens	Freqüência	%
Direitos trabalhistas – Estabilidade	78	27,3
Salário – Sobrevivência – Trabalho – Lucro	43	15
Saúde	15	5,2
Autônomo – Liberdade – Independência	7	2,4
Relacionamento	7	2,4
Ajuda extra – Comissão, brinde	6	2,1
Descanso – Tempo	5	1,7
Transporte	4	1,4
Ambiente de trabalho	4	1,4
Horário	4	1,4
Motivos pessoais	4	1,4
Ter profissão	3	1
Ascensão profissional	2	0,7
Responsabilidade	2	0,7
Alimentação	1	0,3
Nenhum	94	32,9
Não soube dizer	7	2,4
Total	286	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Na tabela 3.54 temos os dados relativos à comparação do trabalho atual com o anterior, tendo sido registrado que 30,6%, 131 indivíduos, consideraram que o de agora é melhor, 18,3%, 79 entrevistados, afirmaram ser muito melhor, 11,1%, 48 deles, pensam que são iguais. Somente 5,3%, 23 sujeitos, disseram ser pior que o anterior e 1,1%, 5 indivíduos, percebem o atual como muito pior.

Os entrevistados ressaltam, nesse trabalho, em relação ao anterior, sobretudo, a remuneração, 21,6%, 93 indivíduos e a “independência”, 20,4%, 88 indivíduos, todos donos

¹²¹ As demais respostas são quantitativamente pouco representativas em relação ao universo de entrevistados.

do próprio negócio. Para os que consideram o trabalho atual pior ou muito pior, o principal motivo apontado foi a insegurança e a ausência de direitos trabalhistas.

Tabela 3.54 - Comparação do trabalho atual com o anterior

Motivo	Comparando o trabalho atual com o anterior você diria que:					Total
	Este é muito pior	Este é pior	Este é igual	Este é melhor	Este é muito melhor	
Remuneração	1	4	15	43	30	93
Independência/dono do negócio	-	1	6	51	30	88
Condições de trabalho	3	4	12	17	5	41
Horário – Tempo de trabalho	-	1	2	11	6	20
Segurança – ausência de direitos trabalhistas	1	12	1	2	1	17
Atendimento ao público	-	-	3	-	1	4
Motivos pessoais	-	1	-	1	2	4
Qualidade de vida – saúde	-	-	-	-	4	4
Por trabalhar	-	-	1	3	-	4
Exercer uma profissão	-	-	1	1	-	2
Trabalhar com a família	-	-	2	-	-	2
Não soube dizer	-	-	5	2	-	7
Total	5	23	48	131	79	286

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Na tabela 3.55 são apresentadas as respostas dos entrevistados comparando o trabalho atual com o anterior, segundo seu gênero e seus motivos. Tanto os homens quanto as mulheres que consideram o de agora melhor do que o anterior ressaltam como principais motivos a remuneração, a independência/ser dono do negócio e as condições de trabalho. A diferença está no fato de que o percentual feminino que colocou a independência como motivo principal é maior do que o masculino.

Tabela 3.55 - Comparação do trabalho atual com o anterior segundo o motivo e o gênero do entrevistado

Gênero do entrevistado	Motivo	Comparando o seu trabalho atual com o anterior você diria que:					Total
		Este é muito pior	Este é pior	Este é igual	Este é melhor	Este é muito melhor	
Masculino	Independência dono do negócio	-	1	4	22	18	45
	Remuneração	1	2	10	25	23	61
	Horário - Tempo de trabalho	-	-	-	6	5	11
	Segurança direitos trabalhistas	1	6	1	-	1	9
	Condições de trabalho	3	2	7	7	4	23
	Motivos pessoais	-	-	-	-	2	2
	Trabalhar com a família	-	-	1	-	-	1
	Qualidade de vida saúde	-	-	-	-	3	3
	Por trabalhar	-	-	1	2	-	3
	Não soube dizer	-	-	4	1	-	5
	Total	5	11	28	63	56	163
Feminino	Independência dono do negócio	-	-	2	29	12	43
	Remuneração	-	2	5	18	7	32
	Horário - Tempo de trabalho	-	1	2	5	1	9
	Segurança direitos trabalhistas	-	6	-	2	-	8
	Atendimento ao público	-	-	3	-	1	4
	Condições de trabalho	-	2	5	10	1	18
	Exercer uma profissão	-	-	1	1	-	2
	Motivos pessoais	-	1	-	1	-	2
	Trabalhar com a família	-	-	1	-	-	1
	Qualidade de vida saúde	-	-	-	-	1	1
	Por trabalhar	-	-	-	1	-	1
Não soube dizer	-	-	1	1	-	2	
Total	-	12	20	68	23	123	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*..

Na tabela 3.56 a comparação do trabalho atual com o anterior é apresentada segundo a idade dos entrevistados. Em todas as faixas etárias a maioria considera melhor ou muito melhor o trabalho ambulante atual. No entanto, entre os mais jovens, nenhum dos de 12 a 19 anos de idade e apenas 2 dentre os de 20 a 29 anos considera o de agora pior.

A tabela mostra que o número dos que consideram o trabalho anterior como melhor aumenta na medida em que se eleva a faixa de idade. Assim, se 6,8% dos que têm de 30 a 39 anos consideram ser ambulante pior, a mesma percepção foi afirmada por 16,6% dos que possuem entre 40 e 59 e por 33,3% entre os que têm mais de 60 anos de idade.

Chama a atenção o fato de que enquanto para os mais jovens a remuneração figura como o principal motivo para a percepção do trabalho atual como melhor, para os demais entrevistados das outras faixas de idade a remuneração figura ao lado da independência como principais motivos. No entanto, para os que têm mais de 40 anos, a independência aparece como a mais citada, vindo a remuneração em segundo lugar.

Tabela 3.56 - Comparação do trabalho atual com o anterior segundo a faixa de idade e o motivo dos entrevistados

Faixa de idade	Motivos	Comparando o seu trabalho atual com o anterior você diria que:					Total
		Este é muito pior	Este é pior	Este é igual	Este é melhor	Este é muito melhor	
De 12 a 19 anos	Independência/dono do negócio	-	-	-	2	2	4
	Remuneração	-	-	3	6	4	13
	Horário - Tempo de trabalho	-	-	-	1	1	2
	Atendimento ao público	-	-	1	-	-	1
	Condições de trabalho	-	-	2	2	-	4
	Trabalhar com a família	-	-	1	-	-	1
	Não soube dizer	-	-	1	-	-	1
Total	-	-	8	11	7	26	
De 20 a 29 anos	Independência/dono do negócio	-	-	-	12	10	22
	Remuneração	-	1	3	10	8	22
	Horário - Tempo de trabalho	-	-	-	3	4	7
	Segurança direitos trabalhistas	-	-	-	-	1	1
	Condições de trabalho	1	-	1	2	2	6
	Por trabalhar	-	-	1	-	-	1
	Não soube dizer	-	-	-	2	-	2
Total	1	1	5	29	25	61	
De 30 a 39 anos	Independência/dono do negócio	-	-	3	19	9	31
	Remuneração	-	-	2	15	11	28
	Horário - Tempo de trabalho	-	-	1	5	-	6
	Segurança direitos trabalhistas	-	3	1	1	-	5
	Condições de trabalho	-	2	4	3	1	10
	Exercer uma profissão	-	-	1	-	-	1
	Motivos pessoais	-	1	-	-	-	1
	Trabalhar com a família	-	-	1	-	-	1
	Qualidade de vida saúde	-	-	-	-	4	4
	Por trabalhar	-	-	-	1	-	1
Total	-	6	13	44	25	88	

Faixa de idade	Motivos	Comparando o seu trabalho atual com o anterior você diria que:					Total
		Este é muito pior	Este é pior	Este é igual	Este é melhor	Este é muito melhor	
De 40 a 59 anos	Independência/dono do negócio	-	1	3	17	8	29
	Remuneração	1	2	7	11	7	28
	Horário - Tempo de trabalho	-	1	1	1	1	4
	Segurança - direitos trabalhistas	1	8	-	1	-	10
	Atendimento ao público	-	-	1	-	1	2
	Condições de trabalho	2	1	5	9	2	19
	Exercer uma profissão	-	-	-	1	-	1
	Motivos pessoais	-	-	-	1	2	3
	Por trabalhar	-	-	-	2	-	2
	Não soube dizer	-	-	4	-	-	4
Total		4	13	21	43	21	102
60 ou mais	Independência/dono do negócio	-	-	-	1	1	2
	Remuneração	-	1	-	1	-	2
	Horário - Tempo de trabalho	-	-	-	1	-	1
	Segurança direitos trabalhistas	-	1	-	-	-	1
	Atendimento ao público	-	-	1	-	-	1
	Condições de trabalho	-	1	-	1	-	2
	Total		-	3	1	4	1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Na tabela 3.57 são apresentados os dados relativos à comparação do trabalho atual com o anterior segundo o tempo em que os entrevistados estão na atividade atual.

Em todas as faixas de tempo a maioria dos entrevistados salientou como principais vantagens do trabalho atual, em relação ao trabalho anterior, no mercado de trabalho formal, a remuneração, a independência/dono do próprio negócio e as condições de trabalho.

O número de entrevistados que atribuem tais motivos para justificar a continuidade da condição de ambulante apresenta uma pequena tendência de aumento à medida que se eleva o tempo na atividade atual. Isso pode ser parcialmente explicado pelo fato de a possibilidade de maiores rendimentos nesse tipo de trabalho estar muito ligada, entre outras coisas, à experiência¹²².

Cabe ainda salientar que, apesar de ser um grupo minoritário dentre os entrevistados, há uma tendência em aumentar o número dos que consideram o trabalho atual

¹²² Como já foi anteriormente demonstrado nesse capítulo.

como pior do que o anterior quanto maior for o tempo de serviço, e, ainda, como ocorreu no cruzamento com as faixas etárias, é possível observar que a remuneração é o motivo mais forte para considerá-lo melhor do que o anterior, para os que têm menos tempo na atividade (de 1 a 5 anos). A independência ou a autonomia aparecem como o motivo principal para a maioria dos que tem maior tempo de serviço nessa ocupação (acima de 5 anos)¹²³.

Para os que têm menos de 1 ano na atividade de camelô a remuneração vem em segundo lugar. Um número igual de entrevistados consideram que não há diferença entre a remuneração e as condições de trabalho atuais em relação às do anterior.

Tabela 3.57 - Comparação do trabalho atual com o anterior segundo os motivos e o tempo em que estão na atividade atual

Tempo em que está na atividade	Motivo	Comparando o seu trabalho atual com o anterior você diria que:					Total
		Este é muito pior	Este é pior	Este é igual	Este é melhor	Este é muito melhor	
Menos de 1 ano	Independência/dono do negócio	-	-	1	5	1	7
	Remuneração	-	1	4	4	-	9
	Horário - Tempo de trabalho	-	-	-	3	1	4
	Segurança direitos trabalhistas	-	1	-	-	-	1
	Condições de trabalho	1	-	4	3	2	10
	Exercer uma profissão	-	-	1	-	-	1
	Motivos pessoais	-	1	-	-	-	1
	Total	1	3	10	15	4	33
Acima de 1 até 2 anos	Independência/dono do negócio	-	-	1	5	7	13
	Remuneração	-	-	3	10	9	22
	Horário - Tempo de trabalho	-	-	-	1	2	3
	Segurança direitos trabalhistas	-	1	-	1	-	2
	Atendimento ao público	-	-	1	-	-	1
	Condições de trabalho	-	-	3	3	1	7
	Exercer uma profissão	-	-	-	1	-	1
	Motivos pessoais	-	-	-	1	-	1
	Qualidade de vida saúde	-	-	-	-	2	2
	Não soube dizer	-	-	1	2	-	3
Total	-	1	9	24	21	55	

¹²³ A remuneração aparece em segundo lugar com diferença pequena em relação à independência nestas faixas de tempo de serviço.

Tempo em que está na atividade	Motivo	Comparando o seu trabalho atual com o anterior você diria que:					Total
		Este é muito pior	Este é pior	Este é igual	Este é melhor	Este é muito melhor	
Acima de 3 até 5 anos	Independência/dono do negócio	-	1	2	10	5	18
	Remuneração	1	1	3	11	6	22
	Horário - Tempo de trabalho	-	-	1	-	1	2
	Segurança direitos trabalhistas	-	2	-	1	1	4
	Atendimento ao público	-	-	1	-	-	1
	Condições de trabalho	-	-	2	3	-	5
	Por trabalhar	-	-	1	1	-	2
	Total	1	4	10	26	13	54
Acima de 6 até 10 anos	Independência/dono do negócio	-	-	2	19	9	30
	Remuneração	-	1	3	13	6	23
	Horário - Tempo de trabalho	-	1	-	5	1	7
	Segurança direitos trabalhistas	-	4	1	-	-	5
	Atendimento ao público	-	-	-	-	1	1
	Condições de trabalho	-	2	2	3	-	7
	Motivos pessoais	-	-	-	-	2	2
	Trabalhar com a família	-	-	2	-	-	2
	Qualidade de vida saúde	-	-	-	-	1	1
	Por trabalhar	-	-	-	2	-	2
	Não soube dizer	-	-	2	-	-	2
	Total	-	8	12	42	20	82
Acima de 10 anos	Independência/dono do negócio	-	-	-	12	8	20
	Remuneração	-	1	2	5	9	17
	Horário - Tempo de trabalho	-	-	1	2	1	4
	Segurança direitos trabalhistas	1	4	-	-	-	5
	Atendimento ao público	-	-	1	-	-	1
	Condições de trabalho	2	2	1	5	2	12
	Qualidade de vida saúde	-	-	-	-	1	1
	Não soube dizer	-	-	2	-	-	2
Total	3	7	7	24	21	62	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

A tabela 3.58 mostra a avaliação feita pelos trabalhadores da relação que mantêm com os agentes sociais que fazem parte do dia-a-dia de seu trabalho: lojistas, Prefeitura, moradores, clientes, policiais e ambulantes “clandestinos” ou não-regularizados e que possuem cadastro municipal (regularizados).

Tabela 3.58 - Relação da avaliação dos entrevistados relativa aos agentes sociais (citados) do cotidiano de seu trabalho

Lojistas			Prefeitura		
	Frequência	%		Frequência	%
Ótima	42	9,8	Ótima	22	5,1
Boa/Normal	207	48,1	Boa/Normal	236	54,9
Razoável - Mais ou menos	18	4,2	Razoável - Mais ou menos	41	9,5
Ruim	18	4,2	Ruim	39	9,1
Péssima	4	0,9	Péssima	10	2,3
Não tem relação/contato	141	32,8	Não tem relação/contato	82	19,1
Total	430	100	Total	430	100

Moradores			Clientes		
	Frequência	%		Frequência	%
Ótima	40	9,3	Ótima	133	30,9
Boa/Normal	205	47,7	Boa/Normal	279	64,9
Razoável - Mais ou menos	15	3,5	Razoável - Mais ou menos	14	3,3
Ruim	9	2,1	Ruim	1	0,2
Não tem relação/contato	161	37,4	Não tem relação/contato	3	0,7
Total	430	100	Total	430	100

Policiais			Camelôs que não possuem cadastro		
	Frequência	%		Frequência	%
Ótima	26	6	Ótima	16	3,7
Boa/Normal	228	53	Boa/Normal	223	51,9
Razoável - Mais ou menos	29	6,7	Razoável - Mais ou menos	50	11,6
Ruim	19	4,4	Ruim	73	17
Péssima	6	1,4	Péssima	5	1,2
Não tem relação/contato	122	28,4	Não tem relação/contato	63	14,7
Total	430	100	Total	430	100

Camelôs que possuem cadastro		
	Frequência	%
Ótima	68	15,8
Boa/Normal	292	67,9
Razoável - Mais ou menos	15	3,5
Ruim	11	2,6
Não tem relação/contato	44	10,2
Total	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

É possível perceber que a relação dos trabalhadores ambulantes regularizados e não-regularizados (“clandestinos”) com seus clientes é considerada por eles, em sua maioria, como boa/normal, 64,9%, ou ótima, 30,9%. Os consumidores tendem a ser vistos, claramente, como fonte de legitimação para a continuidade das atividades dos entrevistados. A avaliação

“ruim” é de apenas 0,2%, acrescentando que não foi verificada nenhuma resposta para a avaliação “péssima”.

Quanto aos moradores da região do centro da cidade, eles não são percebidos pelos trabalhadores como uma fonte potencial de conflitos ou problemas: 47,7% dos entrevistados avaliam a relação como boa/normal e 37,4%, afirmam que não tem relação/contato.

Outro ponto destaque é a avaliação também positiva que esses trabalhadores fazem dos lojistas: avaliação “ótima”, com 9,8% e “boa/normal”, com 48,1%, enquanto, por outro lado, a porcentagem dos que avaliam negativamente foram minoritárias, 5,1% de “ruim” e “péssima”. Nesse momento histórico constata-se, de acordo com os dados, um novo contexto nas relações entre esses trabalhadores e os comerciantes estabelecidos (lojistas), marcado por um crescente estado de diálogo e entendimento¹²⁴, mediado por uma sistematizada política de formalização das atividades desses trabalhadores e de reformas urbanas.

A avaliação desses trabalhadores relativa aos lojistas sugere relações atuais menos conflituosas do que as que predominaram entre eles no final dos anos de 1980 até meados de 1990, conforme demonstrado no capítulo IV. Em certa medida, isso pode ser explicado pelo fato de a maior parte dos ambulantes, mais de 60% dos entrevistados, terem sido transformados em camelôs regularizados.

Se, por um lado, a regularização de grande parte desses trabalhadores parece ter contribuído marcadamente para a redução dos conflitos entre eles e os lojistas, por outro lado, a persistência de mais de um terço do contingente dos trabalhadores em situação de não-regularizados ou “clandestinos” é, certamente, um dos principais explicativos para as tensões entre os camelôs que possuem cadastro e os que não possuem, tal como indicado pela avaliação mais negativa da relação com esses últimos que aparece nas respostas: “razoável -

¹²⁴ Na década de 70, ao contrário de grande parte dos artigos veiculados a partir das décadas de 80 e 90, dois dos principais jornais de Goiânia (*Diário da Manhã* e *O Popular*) revelavam forte preocupação com conflitos entre setores organizados do comércio formal e a prefeitura com o número crescente de ambulantes no centro de Goiânia. São muito comuns matérias jornalísticas que figuram com um certo verniz “higienista”, defendendo a retirada dos ambulantes do centro da cidade, sobretudo das avenidas Anhangüera, Goiás, Tocantins e Araguaia, sob a alegação de que as atividades comerciais destes provocam desordem, tumultos e prejuízos à economia formal. O número de matérias sobre a “economia informal” em Goiânia avoluma-se principalmente a partir do final dos anos 80 e na década de 90, quando os índices de crescimento econômico passaram a preocupar cada vez mais, revelando uma crise estrutural de desemprego. Os conflitos envolvendo os trabalhadores ambulantes, em sua grande maioria “clandestinos”, e os comerciantes estabelecidos, antes velados e/ou pouco significativos, tornaram-se quase rotineiros no novo contexto socioeconômico marcado pelo crescimento da informalidade e avanço das formas de precarização do trabalho.

mais ou menos”, 11,6% e “ruim”, 17%.

Entretanto, não podemos deixar de ressaltar que a divisão entre regularizados e “clandestinos”, embora geradora de conflitos e tensões, não parece ser suficiente para comprometer as relações de solidariedade e vizinhança típicas desse cotidiano de trabalho e, obviamente, anteriores a essa divisão. É o que demonstra a pesquisa: 55,6% dos entrevistados avaliam como “ótima ou boa” a relação com camelôs que não possuem cadastro (não-regularizados).

Cotidiano de trabalho – condições de desenvolvimento da atividade

Um elemento muito importante para a inserção no cotidiano do trabalho dos camelôs é a rede de relações de parentesco, amizade e vizinhança, como mostra a resposta dos entrevistados na tabela 3.59, apesar da maioria, 58% dos indivíduos, ter respondido que ninguém os auxiliou no começo da atividade. Os seguintes números confirmam essa linha de raciocínio: 31% foram ajudados por parentes e 7,1% por amigos e colegas.

É importante ressaltar a necessidade de se relativizar as respostas daqueles trabalhadores que afirmam que ninguém os ajudou em sua entrada nesse tipo de atividade, pois geralmente, mesmo quando as famílias desses indivíduos não estão presentes nesse cotidiano de trabalho, não raramente se encontram envolvidas direta e indiretamente de diversas formas (compra de matéria-prima para produção, produção etc.). Outro fato é que a entrada de cada novo indivíduo nas feiras dessa região depende, em grande medida, da aceitação, declarada ou não, de quem já está atuando na atividade.

Tabela 3.59 - Quem mais ajudou o entrevistado no começo de sua atividade*

	Frequência	%
Parente	99	31
Amigo, colega	24	7,5
Banco	5	1,6
Prefeitura, órgão do governo	2	0,6
Namorado	2	0,6
Deus	2	0,6
Ninguém ajudou	185	58
Total	319	100

(*) Estão incluídos somente os proprietários do negócio.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Em relação ao espaço em que o entrevistado realiza sua atividade, constata-se, pela tabela 3.60, que ele foi definido pela Prefeitura, 60,9% dos casos, pelos próprios trabalhadores, 28,7%, ou, ainda, em menor proporção, por intermediários, 8,5%.

O fato de quase 30% dos trabalhadores definiram seu próprio local de trabalho é sintomático do quanto a presença de ambulantes e/ou camelôs “clandestinos” é representativa na região compreendida pelo centro histórico e planejado de Goiânia, apesar dos crescentes esforços do poder público municipal no sentido de regularizar suas atividades, paralelamente às políticas de reurbanização da mesma.

Também merece uma nota a parte o quantitativo de trabalhadores que trabalham em espaços (“pontos”) definidos por intermediários: situação que indica a presença de indivíduos que alugam “pontos” regulares e/ou clandestinos, mesmo contra as normas da prefeitura da cidade. Essa realidade é indicativa, de acordo com Estevam (2007), do fato de que

[o] comércio informal goianiense deve ser avaliado em duas dimensões, segundo o economista: de um lado, a existência de ambulantes que realmente dependem da ocupação por não terem alternativas de sobrevivência e, de outro, a de vários estabelecimentos que utilizam-se de especulação no setor, multiplicam pontos de venda aproveitando-se de desempregados, expandindo negócios irregularmente, ocupando continuamente novos espaços ou vendendo e revendendo pontos estratégicos pela cidade. Em termos econômicos, existe uma banda podre e uma sadia no comércio informal em Goiânia.

Tabela 3.60 - Quem definiu o espaço em que você realiza sua atividade?*

	Frequência	%
Os próprios comerciantes	91	28,7
Prefeitura	193	60,9
Intermediário	27	8,5
Outros	6	1,9
Total	317	100

(*) Estão incluídos somente os proprietários do negócio.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Quando os entrevistados do negócio ou do “ponto”/banca foram indagados sobre o pagamento de taxas ou impostos, tabela 3.61, 81,8% de um universo de 319 trabalhadores, afirmaram que realizam esse pagamento.

Esse número demonstra, em grande medida, os resultados de intervenções do poder municipal, especialmente a partir dos anos 90, visando regularizar/regulamentar a situação desses trabalhadores. Um exemplo dessas políticas foi o Projeto Mercado Aberto, inaugurado em abril de 2007:

O Mercado Aberto prevê a transferência dos ambulantes que atuam nas avenidas Goiás e Anhangüera, no Centro, para os canteiros centrais da avenida Paranaíba; no trecho entre as ruas 68 e 74; onde os camelôs vão poder contar com uma infraestrutura adequada de trabalho. O documento prevê que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (Sedem) deve garantir trabalho e local a todos os ambulantes para exercerem suas atividades, desde que preencham os seguintes quesitos: não possuírem outra concessão pública, seja de feirante ou de qualquer outra atividade, e que não possuam impedimento jurídico legal. A Sedem vai priorizar os ambulantes que já possuem cadastro junto à Secretaria e que se encontram trabalhando no local. As demais vagas serão destinadas a ambulantes que atuam no Centro de Goiânia e que atendam os quesitos da pontuação e perfil sócio-econômico, descrito no Decreto nº 2.834, de 30 de julho de 2001. (Maia, Mendes e Maria, 2002, s/p)

Além disso, mostra as respostas relativas ao pagamento de INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). Os dados apenas confirmam o que uma boa parte da literatura define como trabalho informal, ou seja, a ausência de cobertura da seguridade social. Assim, conforme é possível verificar abaixo, apenas 9,7% dos entrevistados afirmaram pagar a contribuição ao INSS, contra 90,3% que responderam negativamente.

Para a grande maioria desses trabalhadores, o pagamento da contribuição ao INSS é uma realidade distante. Em outras palavras, a maioria deles estão privados de benefícios tais como a aposentadoria, o seguro-desemprego, a pensão por morte, acidente de trabalho, doença e outros. Trata-se de um grande e crescente contingente de trabalhadores desprotegidos, ignorados pelos órgãos públicos, sem direito à assistência e ao controle de sua saúde.

Nesse sentido, quando M. B. de S., 47 anos, nascida na cidade de Paraúna-GO, residente em Aparecida de Goiânia há 22 anos, viúva, mãe de quatro filhos, vendedora de roupas e bolsas na Feira Hippie, é questionada sobre como pensa viver no futuro, em sua velhice, ela não demora em responder:

Eu não fico pensano nisso moço [pausa], não dá nem tempo. Gente rica é que pode pensa nisso! Futuro, futuro eu deixo nas mãos de Deus, né! Aqui, eu penso é em garanti meu sustento e de meus filhos, que só dependem de mim.¹²⁵

Tabela 3.61 - Situação dos entrevistados quanto ao pagamento de taxas ou impostos e de INSS

Situação	Pagamento de taxas ou impostos*	%	Pagamento de INSS	%
Sim	261	81,8	31	9,7
Não	58	18,2	288	90,3
Total	319	100	319	100

(*) Estão incluídos somente os proprietários do negócio.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Ao serem inquiridos sobre o número de dias trabalhados por semana, segundo o número de horas diárias, temos o registro de três quantitativos principais (tabela 3.62). Em primeiro lugar, existem os que trabalham sete dias por semana, 47,9% dos entrevistados, sendo 56,4% acima de 8 horas por dia e 39,7% entre 4 e 8 horas diárias. Em segundo lugar, aqueles que laboram um dia por semana, 21,6%, dos quais 28,8% de 4 até 8 horas por dia, 21,1% 4 horas e 15,9% acima de 8 horas. Por fim, em terceiro lugar, correspondendo a 11,9% do total de entrevistados, os que exercem a atividade seis dias por semana, sendo 14,5% acima de 8 horas por dia, 10,5% até quatro horas e 8,7% de 4 a 8 horas diárias.

Como podemos observar, ao contrário do consenso de que o brasileiro trabalha pouco ou de que “não gosta de pegar no pesado” (a chamada ideologia da malandragem), os números apresentados pela pesquisa mostram exatamente o contrário, ou seja, a maior parte desses indivíduos trabalha de seis a sete dias por semana e acima de 8 horas por dia, o que pode significar uma forma de compensar os parcos ganhos característicos do trabalho nesse segmento da informalidade.

¹²⁵ Entrevista realizada em 18/11/2007.

Tabela 3.62 - Quantidade de dias trabalhados por semana segundo o número de horas diárias

Quantidade de dias	Faixa de horas trabalhadas						Total	
	Até 4 horas diárias		Acima de 4 até 8 horas diárias		Acima de 8 horas diárias			
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Um dia	4	21,1	53	28,8	36	15,9	93	21,6
Dois dias	2	10,5	19	10,3	12	5,3	33	7,7
Três dias	4	21,1	7	3,8	7	3,1	18	4,2
Quatro dias	-	-	4	2,2	5	2,2	9	2,1
Cinco dias	2	10,5	12	6,5	6	2,6	20	4,7
Seis	2	10,5	16	8,7	33	14,5	51	11,9
Sete dias	5	26,3	73	39,7	128	56,4	206	47,9
Total	19	100	184	100	227	100	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos questionários.

A tabela 3.63 mostra que 23% dos entrevistados possuem outro trabalho além do comércio ambulante. Isso mostra que a atividade de camelô é o trabalho principal e a única fonte de renda da maioria, mas também que ela pode constituir uma atividade complementar em relação à renda auferida em outro trabalho, sendo que nesse caso pode ocorrer, também, o inverso.

Tabela 3.63 - Além dessa atividade atual você tem algum outro trabalho?

	Frequência	%
Não	331	77
Sim	99	23
Total	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do survey.

Quanto às horas trabalhadas em cada atividade, tabela 3.64, quando os ambulantes tem um outro trabalho verifica-se que uma parte deles, mesmo possuindo outra atividade, atua como camelô por um número de horas relativamente alto: 56,6% deles trabalham entre 4 e 8 horas, 37,4% trabalham mais de 8 horas.

Tabela 3.64 – Número de horas diárias trabalhadas no local da entrevista, segundo a existência ou não de outro trabalho

Faixa de horas diárias trabalhadas no local da entrevista	Além desta atividade atual você tem algum outro trabalho?				Total	%
	Não	%	Sim	%		
Até 4 horas	13	3,9	6	6,1	19	4,4
Acima de 4 até 8 horas	128	38,7	56	56,6	184	42,8
Acima de 8 horas	190	57,4	37	37,4	227	52,8
Total	331	100	99	100	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

É interessante observar que, de acordo com os dados da tabela 3.65, os entrevistados trabalham na outra atividade um número relativamente elevado de horas, pois 54,5% deles têm uma jornada de 4 a 8 horas enquanto 30,3% chegam a trabalhar mais de 8 horas. Esse grupo dos que possuem mais de um trabalho parece ser constituído pelos que combinam relações precarizadas de trabalho tanto na informalidade quanto no mercado de trabalho formal ou, ainda, por atividades nas feiras combinadas com o serviço doméstico, como é o caso de muitas mulheres.

Tabela 3.65 – Horas diárias trabalhadas na outra atividade, além daquela exercida no local da entrevista

Horas trabalhadas na outra atividade	Além desta atividade atual, você tem algum outro trabalho?	
	Frequência	%
Até 4 horas	15	15,2
Acima de 4 até 8 horas	54	54,5
Acima de 8 horas	30	30,3
Total	99	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

A relação entre ter outro trabalho e ter ou não a propriedade da banca ou do negócio no comércio ambulante pode ser visualizada na tabela 3.66. Os dados mostram que pouco mais da metade dos entrevistados que tem outra atividade, 57,5%, são proprietários de banca. Dentre esses, 28,1% disseram ser também o dono ou empresário na outra atividade. No entanto, a grande maioria são empregados com ou sem carteira assinada, 31% e 29,8% respectivamente, e 8,8% são funcionários públicos.

Entre os que não são proprietários das bancas a maioria absoluta são empregados, 76,3%, e dentre estes predominam os que não tem carteira assinada, 45,3%. Cabe observar, contudo, que 16,7% dos não-proprietários das bancas afirmaram ser “empresários” ou “donos do negócio” na outra atividade, o que não é desprezível.

Tabela 3.66 - Existência de outra atividade além da atual segundo a condição ou não de propriedade do negócio/unidade econômica

Condição de trabalho	Proprietário do negócio/unidade econômica?					
	Não	%	Sim	%	Total	%
Empregado com carteira assinada	13	31	18	31,6	31	31,3
Empregado sem carteira assinada	19	45,3	17	29,8	36	36,4
Empresário dono do negócio	7	16,7	16	28,1	23	23,2
Funcionário público	-	-	5	8,8	5	5,1
Autônomo	3	7,1	1	1,8	4	4,0
Total	42	100	57	100	99	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Na tabela 3.67 os entrevistados que têm outro trabalho além da atividade como ambulante são considerados segundo sexo, faixa de idade, escolaridade e renda mensal da atividade.

A maioria dos trabalhadores dessa categoria são homens, 55 indivíduos, contra um quantitativo de 44 mulheres. Observamos que quase todos os tipos de relações de emprego na outra atividade são equilibradas por gênero, com um número equivalente de homens e mulheres, com exceção apenas do emprego com carteira assinada, que inclui 64,5% dos primeiros.

Tabela 3.67 - Existência de outra atividade além da atual segundo sexo, faixa de idade, escolaridade e renda mensal da atividade.

Sexo	Condição de trabalho					Total
	Empregado com carteira assinada	Empregado sem carteira assinada	Empresário dono do negócio	Funcionário público	Autônomo	
Masculino	64,5	50	52,2	60	50	55,6
Feminino	35,5	50	47,8	40	50	44,4
Total	100	100	100	100	100	100

Faixa de idade	Empregado com carteira assinada	Empregado sem carteira assinada	Empresário dono do negócio	Funcionário público	Autônomo	
De 12 a 19 anos	16,1	30,6	13	-	25	20,2
De 20 a 29 anos	25,8	27,8	13	-	25	22,2
De 30 a 39 anos	35,5	19,4	34,8	20	-	27,3
De 40 a 59 anos	22,6	22,2	30,4	80	50	28,3
60 ou mais	-	-	8,7	-	-	2
Total	100	100	100	100	100	100

Escolaridade	Empregado com carteira assinada	Empregado sem carteira assinada	Empresário dono do negócio	Funcionário público	Autônomo	
Sem instrução/analfabeto	3,2	-	-	-	-	1
Ensino fundamental incompleto	9,7	19,4	17,4	-	-	14,1
Ensino fundamental completo	6,5	16,7	4,3	-	25	10,1
Ensino médio incompleto	22,6	22,2	13	-	25	19,2
Ensino médio completo	29	19,4	43,5	60	25	30,3
Ensino superior incompleto	19,4	16,7	17,4	-	25	17,2
Ensino superior completo	6,5	2,8	4,3	40	-	6,1
Pós-graduação	3,2	2,8	-	-	-	2
Total	100	100	100	100	100	100

Renda mensal na atividade	Empregado com carteira assinada	Empregado sem carteira assinada	Empresário dono do negócio	Funcionário público	Autônomo	
Não declarou	-	2,8	4,3	-	-	2
Até 1 sm	35,5	41,7	21,7	-	50	33,3
Acima de 1 s.m. até 3 s.m.	38,7	33,3	30,4	60	50	36,4
Acima de 3 s.m. até 10 s.m.	12,9	16,7	34,8	20	-	19,2
Acima de 10 s.m.	12,9	5,6	8,7	20	-	9,1
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Ao considerarmos os entrevistados que têm outra atividade além da atual segundo sua faixa etária, algumas observações são necessárias. Primeiro, os quantitativos mais expressivos de entrevistados que têm outro trabalho além do atual, com carteira assinada, estão, principalmente, nas faixas de idade de 20 a 29 anos, 8 indivíduos, de 30 a 39 anos, 11 indivíduos, de 40 a 59 anos, 7 indivíduos.

Ao contrário, dentre os que trabalham na segunda atividade, sem carteira de trabalho assinada, predominam os mais jovens, nas faixas dos 12 aos 19 anos, 11 indivíduos, e

de 20 aos 29 anos, 10 indivíduos. Os que têm mais de 30 anos e menos de 60 são 15 trabalhadores, 41,5% do total.

Os que se dizem “empresários”, ou donos na outra atividade, estão concentrados nas faixas dos 30 aos 59 anos, 65,2% do total. No entanto, nessa categoria estão presentes os dois únicos trabalhadores com 60 anos ou mais que disseram ter um outro trabalho.

Quando se confere centralidade à escolaridade, constata-se que a maior quantidade de entrevistados com outra atividade tem escolaridade igual ou superior ao ensino médio incompleto e, desses, 45,5% têm o ensino médio completo. Assim, a escolaridade maior parece contribuir para trajetórias ocupacionais caracterizadas pelo exercício de outra atividade além daquela desempenhada no cotidiano das feiras.

Curiosamente, a escolaridade influencia, mas não parece ser a única variável a determinar o exercício de outro emprego com carteira assinada, pois a maioria dos que não tem registro em carteira, 63,8%, tem grau de escolaridade igual ou superior ao ensino médio incompleto. No entanto, entre os que têm apenas o ensino fundamental ou menos, 48% têm um outro emprego sem carteira assinada contra 24% dos que possuem emprego registrado.

A escolaridade também parece figurar como variável que facilita o acesso desses indivíduos à condição “proprietário do negócio ou unidade econômica”, pois temos 65,2%, ou seja, 15 dos classificados nessa modalidade de trabalho, com ensino médio completo ou mais. Níveis mais expressivos de escolaridade aparecem associados, ademais, aos indivíduos que também são funcionários públicos, além de camelôs: todos eles têm o ensino médio completo ou ensino superior completo.

Verifica-se que o recurso ao cotidiano de trabalho enquanto ambulantes nas feiras por parte dos que têm outra atividade configura-se, em grande parte, como uma possibilidade de complementação de renda individual ou familiar, principalmente se considerarmos o fato de que geralmente os indivíduos que têm outra atividade além da atual possuem renda mensal baixa auferida no trabalho ambulante.

Assim, a maioria dos entrevistados, 69,6%, que têm outro trabalho além do de camelô, tem um renda mensal de até 1 s.m., 33,3%, e 36,3% possuem renda mensal acima de 1 até 3 s.m.; sendo que menos de 10% recebem mais de 10 salários e, desses, cerca de 45% são empregados com carteira assinada.

A seguir, na tabela 3.68, temos os dados relativos à renda mensal da atividade

atual dos ambulantes ou camelôs, segundo a renda mensal do outro trabalho. É possível constatar que a maioria dos que têm renda mensal de até 3 s.m. no outro trabalho tem também uma renda média mensal pequena na atividade atual como ambulante, geralmente de até 1 s.m. e de 1 até 3 s.m. Considerando apenas os que informaram a renda, 65,5% recebem uma renda baixa, até no máximo 3 s.m., nas atividades laborais que desenvolvem.

Outro dado interessante, que também sugere o caráter complementar da renda auferida por esses trabalhadores nas duas atividades, é o fato de apenas 12,2% dos que recebem acima de 3 s.m. na outra atividade terem renda semelhante na atividade de camelô. Desses, somente 2,2% declararam receber mais de 10 s.m. nos dois trabalhos.

Tabela 3.68 - Renda mensal da atividade atual dos camelôs ou ambulantes segundo a renda mensal de outro trabalho

Renda mensal da atividade atual como ambulante	Renda mensal de outro trabalho, além do atual					Total
	Até 1 s.m.	Acima de 1 s.m. até 3 s.m.	Acima de 3 s.m. até 10 s.m.	Acima de 10 s.m.	Não declarou	
Até 1 s.m.	47,6	32,7	25	-	33,3	33,3
Acima de 1 s.m. até 3 s.m.	38,1	46,2	25	-	11,1	36,4
Acima de 3 s.m. até 10 s.m.	9,5	15,4	25	40	44,4	19,2
Acima de 10 s.m.	4,8	5,8	16,7	40	11,1	9,1
Não declarou	-	-	8,3	20	-	2
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Os saberes específicos dos feirantes

Perguntados sobre o que fazem para atrair clientes, tabela 3.69, os entrevistados responderam que essa atração era feita principalmente através do bom atendimento, 22,3%, do grito e da conversa, 17,7%, da qualidade dos produtos, 13,7%, do preço, 9,8%, da exposição das mercadorias, 7,2%, de novidades, 7,2% e do marketing, 4,7%.

Esses dados permitem perceber que a oralidade tem um papel importante nesse cotidiano de trabalho, ou seja, grito e conversa aparecem em segundo lugar como formas para atrair clientes com um quantitativo que ultrapassa, em quase duas vezes, a do preço baixo.

O poder de atração e convencimento através da oralidade é uma das características mais visíveis nesse “território”, figurando de diversas formas: os cordéis, as piadas, o riso

comedido, a gargalhada, a fofoca. Não é, aliás, de forma alguma exagero afirmar que essas formas cotidianas de oralidade têm não só um poder de atração sobre clientes de diversos segmentos socioeconômicos que freqüentam as feiras, mas também funciona como um elemento regulador das práticas cotidianas nesse universo de trabalhadores, estabelecendo marcos simbólicos de aprovação e reprovação sobre os modos como cada um se insere e sobrevive no dia-a-dia de trabalho.

A fala de L. F. R. , 57 anos, nascido na cidade de Vitória da Conquista - BA, residente em Goiânia há 34 anos, casado, pai de três filhos, vendedor de carteiras e bonés na Feira Hippie, na Feira da Lua e no Centro, é muito esclarecedora:

A pessoa, o vendedor, tem ter um....bom desempenho, ter uma ética boa pra negociar. É muito bom agradar principalmente o freguês. O que ele compra e o que ele não compra. Na minha banca o freguês, o que compra e o que não compra, eu brinco muito com ele e agradeço muito a ele porque ele pode voltar outro dia. Freguês a gente tem tratar bem porque a gente precisa muito dele na rua, entendeu? Isso é o necessário pro vendedor. O vendedor precisa ter muita ética pra negociar, porque senão não vira!¹²⁶

Tabela 3.69 - O que você faz para atrair clientes?

	Freqüência	%
Bom atendimento	96	22,3
Grito, conversa	76	17,7
Qualidade dos produtos	59	13,7
Preço	42	9,8
Exposição das mercadorias	31	7,2
Novidades	31	7,2
Marketing	20	4,7
Diversidade dos produtos	7	1,6
Distribuir brindes	4	0,9
Modelo	3	0,7
Aparência pessoal	3	0,7
Deus	2	0,5
Degustação	1	0,2
Nada	55	12,8
Total	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Quando indagados sobre o que fazem com as mercadorias para conseguir atrair mais clientes, tabela 3.70, as principais respostas dos entrevistados são qualidade, 30,9%,

¹²⁶ Entrevista realizada em 04/11/2007.

produto atual/moda/ inovação/modernização, 17,2%, organização/ decoração da banca, 12,8%, só exposição das mercadorias, 12,8% e preços/promoções/ descontos, 8,8%.

Como é possível constatar, a qualidade do produto, apesar dos baixos preços praticados pelos ambulantes, é o principal elemento da concorrência por clientes, com 30,9%. Porém, principalmente no comércio de roupas, nota-se uma forte preocupação entre os trabalhadores no sentido de inovar, 17,2%, buscando oferecer ao cliente o que está na moda. Essa preocupação foi claramente exposta na fala de G. S. M., 34 anos, nascida na cidade de Formosa-GO, residente em Goiânia há 14 anos, casada, mãe de dois filhos e vendedora de roupas e bolsas na Feira Hippie. Ela relata:

O cliente não quer só preço, o cliente quer novidade também, concorda? Por isso, eu sempre vou no shopping, fico olhando bem aquelas lojas chic sabe [pausa], e presto bastante atenção nas roupas, nos lançamentos, né [risos]! Desse jeito, eu sempre vou tá de acordo com o que os meus clientes tão procurando, né [risos]¹²⁷.

Outra estratégia comum entre os trabalhadores dessas feiras é o recurso à criatividade nas formas de exposição da mercadoria. Assim, registrou-se que 25,6% dos entrevistados que disseram se utilizar desse meio para ganhar a atenção dos clientes: organização/decoração da banca, 12,8% e somente exposição, também 12,8%. Essa estratégia é facilmente percebida numa simples caminhada pelas feiras: a profusão de cores das mercadorias, particularmente das roupas, expostas nas bancas, bem como situações nada raras marcadas pela comicidade em sua exposição.

É interessante notar que o elemento “preço/promoções/descontos” aparece em apenas 8,8%, fato sintomático da baixa ou muito baixa margem de lucro que geralmente caracteriza as relações comerciais associadas ao trabalho ambulante.

¹²⁷Entrevista realizada em 23/09/2007.

Tabela 3.70 - O que você faz com suas mercadorias para conseguir atrair mais clientes?

	Frequência	%
Qualidade	133	30,9
Produto atual/moda inovação, modernização	74	17,2
Organização/decoração da banca	55	12,8
Só exposição	55	12,8
Preço/promoções/descontos	38	8,8
Atendimento	22	5,1
Variedade	18	4,2
Propaganda/publicidade	7	1,6
Higienização e limpeza	5	1,2
Quantidade	4	0,9
Não soube dizer	19	4,4
Total	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Na tabela 3.71, sobre a filiação a algum sindicato ou associação, figura uma característica típica desse segmento de trabalhadores: a quase ausência de organização representativa formal: 87,9% deles afirmam não serem filiados a nenhum sindicato ou associação, contra 12,1% que responderam afirmativamente.

Essa frágil organização abre espaço para ações e políticas por parte do poder público que, muitas vezes, tendem a promover a criminalização de expressiva parte do contingente desses trabalhadores, ou seja, os “clandestinos”, além de dificultar o próprio processo de discussão, criação e implementação de políticas públicas oficiais com sua participação.

Tabela 3.71 - Você é filiado ou sócio de algum Sindicato ou Associação?

	Frequência	%
Não	378	87,9
Sim	52	12,1
Total	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Na tabela 3.72 foram registradas as principais entidades mencionadas pelos que são filiados a algum sindicato ou associação. Assim, temos a Associação dos Feirantes, com 25 indivíduos, a Associação dos Feirantes e Artesãos, 6 indivíduos e a Associação da Feira Hippie, 3 indivíduos. As demais instituições citadas nas entrevistas, como podemos observar,

têm porcentagens de participação insignificantes, sendo que, em relação à avaliação das principais associações ou sindicatos, predominam nas respostas a visão da atuação dessas entidades como “regular” ou “ruim”.

Tabela 3.72 - Sindicato ou Associação de filiação dos entrevistados segundo a avaliação de sua atuação

Sindicato ou Associação	Avaliação da atuação do Sindicato ou da Associação					Total
	Ruim	Regular	Boa	Ótima	Não sabe	
Associação dos Feirantes	5	9	9	2	-	25
Associação dos Feirantes e Artesãos	-	2	2	1	1	6
Associação da Feira Hippie	2	1	-	-	2	5
Sindicato dos Comerciantes Ambulantes e Trabalhadores da Economia Informal	1	-	2	-	-	3
Associação dos Comerciantes do Mercado Aberto	-	1	-	1	-	2
Associação dos Artesãos da Grande Goiânia	1	-	-	-	1	2
Associação dos Feirantes da Feira do Sol	1	1	-	-	-	2
Sindicato dos Trabalhadores Ambulantes	1	-	-	-	-	1
Sindicato dos Artesãos	1	-	-	-	-	1
Outros	1	2	1	1	-	5
Total	13	16	14	5	4	52

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

As condições de trabalho

Quando indagados sobre quem geralmente mais ajuda quando enfrentam problemas pessoais, tabela 3.73, os familiares figuram como aqueles que mais apóiam e ajudam os ambulantes, com um percentual de 62,6%, sendo importante ressaltar que o trabalho destes em uma mesma banca ou “ponto” é muito comum. Amigos/colegas aparecem em segundo lugar, com 8,6%.

É significativo, contudo, o fato de 19,1%, ou seja, 82 indivíduos, terem afirmado que ninguém os ajuda. Trata-se de um dado sintomático sobre um elemento da percepção desses trabalhadores sobre o cotidiano de trabalho nas feiras: a idéia de que cada um está

condenado a sua própria sorte ou, como relata J. B.¹²⁸, residente em Goiânia há 15 anos, casado, pai de dois filhos e vendedor de espetinhos e bebidas na Feira da Lua: “*aqui é cada um por si*”.

Tabela 3.73 - Quando tem que enfrentar dificuldades relacionadas a problemas pessoais quem mais ajuda?

Quem ajuda:	Frequência	%
Familiares	269	62,6
Amigos/colegas	37	8,6
Vizinhos	1	0,2
Igreja	18	4,2
Deus	20	4,7
Psicólogo	3	0,7
Ninguém	82	19,1
Total	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

A idéia de que cada um está condenado à sua própria sorte é reforçada pela falta de condições econômicas da grande maioria desses trabalhadores, o que inviabiliza a possibilidade de usufruírem de serviços que consideram “um luxo”. Nesse sentido, observa-se, conforme tabela 3.74, que 70% dos entrevistados não possui nenhum plano de saúde.

Tabela 3.74 - Você tem algum plano de saúde?

	Frequência	%
Não	301	70
Sim	129	30
Total	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Além disso, o Sistema Único de Saúde (SUS) é, para a maioria dos entrevistados, 66%, aquilo que é para grande parte dos brasileiros: o único sistema ou serviço de saúde ao qual podem recorrer, tabela 3.75.

De qualquer forma, não é nada desprezível o número de indivíduos que têm plano de saúde, 30%, conforme a tabela anterior. Esse quantitativo pode estar associado aos entrevistados que têm uma renda mensal mais expressiva do que a maioria, mais de 10 s.m., e possuem outro trabalho além do atual, no qual contam com plano de saúde ou são usuários dependentes de planos de saúde de familiares.

¹²⁸ Entrevista realiza em 22/09/2007.

Tabela 3.75 - Você é usuário do Sistema Único de Saúde (SUS)?

	Frequência	%
Não	146	34
Sim	284	66
Total	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Os principais problemas percebidos pelos entrevistados no dia-a-dia de trabalho foram elencados na tabela 3.76. Os “fatores climáticos” (sol, chuva e calor) foram mencionados por 21% dos entrevistados. Esse número pode estar associado às péssimas condições em que, não raramente, trabalham, principalmente, os ambulantes “clandestinos” e à incapacidade das barracas de venda protegerem mercadorias, vendedores e clientes, principalmente da chuva e do sol, mas não apenas destes, em todas as feiras, com exceção do Mercado Aberto. A “falta de infra-estrutura física adequada” e a insegurança foram mencionadas, cada uma, por 7,6% dos entrevistados.

A insegurança, contudo, constitui uma preocupação constante. A sensação dela no cotidiano de trabalho é tamanha que, em todas as feiras desse universo de pesquisa, verificou-se a presença de guardas particulares, contratados e pagos pelos ambulantes regularizados.

A “pouca venda” aparece como outro problema que preocupa a 5,8% dos indivíduos, já que a maior parte desses trabalhadores, como já foi mostrado, conta apenas com essa fonte de renda mensal. Dado que torna de fácil compreensão uma outra preocupação apontada por 4,8% dos entrevistados: as “dificuldades financeiras”. A “concorrência”, lembrada por 4,5% dos respondentes, deve ser ressaltada como elemento que muito comumente está na origem de várias tensões no cotidiano de trabalho, particularmente entre ambulantes regularizados e “clandestinos”. Apesar de lembradas por um número menor de entrevistados, algumas outras respostas merecem destaque.

Em primeiro lugar, há os que mencionaram “muita fiscalização” como principal problema do dia-a-dia de trabalho, 3,3%, muito provavelmente os trabalhadores ambulantes “clandestinos” ou não-regularizados, enquanto que, ao contrário, os que apontaram a “pouca fiscalização”, quase certamente são ambulantes regularizados. Contudo, o pequeno quantitativo referente à necessidade de maior fiscalização nas feiras parece indicar, para a maioria, uma boa convivência entre ambulantes regularizados e não-regularizados ou “clandestinos”.

Em terceiro lugar, o pequeno número de entrevistados que consideram “stress, cansaço e saúde” como um problema do cotidiano de trabalho, 3,3%, constatação que reforça a idéia segundo a qual, para esses trabalhadores, isso sequer pode ser considerado uma preocupação. Tal percepção pode se tornar mais compreensível à medida que nos damos conta do intenso grau de precariedade que caracteriza o seu cotidiano.

Finalmente, cabe mencionar os 10,5% que afirmaram não enfrentar problemas no dia-a-dia. Esse número pode significar que esses trabalhadores efetivamente estão satisfeitos com seu trabalho, suas condições de trabalho e renda e/ou não estão satisfeitos, mas preferiram essa resposta por não ter clareza sobre o que responder.

Tabela 3.76 - Qual ou quais os principais problemas enfrentados no dia-a-dia dessa atividade?

Principais problemas	Frequência*	%
Fatores climáticos como sol, chuva, calor	122	21
Insegurança	44	7,6
Falta de estrutura física adequada	44	7,6
Pouca venda	34	5,8
Dificuldades financeiras	28	4,8
Concorrência	26	4,5
Horários	21	3,6
Falta de organização da feira: espacial e setorial	21	3,6
Transporte de mercadorias	19	3,3
Muita fiscalização	19	3,3
Stress, cansaço, saúde	19	3,3
Dificuldade na produção, mão-de-obra qualificada, atraso na encomenda	17	2,9
Falta de reconhecimento da atividade pelo poder público	16	2,7
Inadimplência	14	2,4
Falta de divulgação, publicidade	14	2,4
Pouca fiscalização	12	2,1
Problemas com os clientes, pechincha	9	1,5
Dificuldade na legalização da atividade	8	1,4
Higiene e limpeza	7	1,2
Falta de condições de trabalho	6	1
Intrigas, fofocas, brigas	6	1
Poluição sonora	5	0,9
Preços das mercadorias insumos etc.	3	0,5
Impostos e taxas altas	3	0,5
Corrupção, assédio, desrespeito pessoal	3	0,5
Falta de alimentação	1	0,2
Não tem problema	61	10,5
Total	582	100

(*) A frequência é superior a 430 porque a questão permitia respostas de múltipla escolha.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do survey.

Para finalizar essa parte relativa ao cotidiano de trabalho dos ambulantes lhes foi perguntado se já foram vítimas de algum tipo de violência no local de trabalho, tabela 3.77. A resposta afirmativa foi dada por apenas 14,7% dos entrevistados, mas mesmo esse percentual não é nada desprezível. Provavelmente ele se deve ao fato de que, nos últimos anos, a violência tem sido menos freqüente, uma vez que tem sido reduzida em virtude do fato de, atualmente, mais de 60% dos trabalhadores estarem regularizados.

Tabela 3.77 - Você já foi vítima de algum tipo de violência em seu local de trabalho?

	Freqüência	%
Não	367	85,3
Sim	63	14,7
Total	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Conclusão

Entre as características gerais dos ambulantes da região central da cidade é importante ressaltar a maior presença masculina, ligeiramente superior à feminina na faixa etária de 30 a 49 anos, seguida da mais jovem, de 20 a 29 anos, 23%. Os indivíduos que possuem de 50 a 59 anos representam 10% do total e, acima dessa faixa, encontram-se apenas 2,8%.

Quanto à escolaridade, constata-se uma predominância dos que possuem o 1º grau completo ou menos, 66%, encontrando-se, ainda, um contingente significativo que possui o 2º grau completo ou incompleto.

Observa-se que quase 70% dos ambulantes são migrantes, na sua maioria vindos de outras cidade do próprio estado. Dos que não são naturais de Goiás, destacam-se os vindos de Minas Gerais, Tocantins e Maranhão.

Dos que não são naturais da capital, a maior parte já reside há algum tempo em Goiânia, predominando o período de 10 a 30 anos de residência, cerca de 50%. Isso permite verificar que o trabalho informal no comércio não abriga uma maioria de imigrantes rurais recentes como tendem a afirmar outros estudos sobre o tema. Essa informação conduz à indagação sobre o caráter não-transitório da presença dos mesmos, mostrando que este tem

deixado de ser transitório no atual contexto do mercado de trabalho, pois verifica-se que apenas 9% deles exercem a atividade há menos de 1 ano, enquanto 32,8% a executam de 1 a 5 anos, 29,5% de 6 a 10 anos, e 14,8% de 11 a 15 anos.

Em relação a algumas características familiares dos ambulantes, verifica-se que a maior parte deles é casada ou vive em concubinato, perfazendo um total de 52,8%. Os demais são majoritariamente solteiros, separados e/ou divorciados.

Quanto ao sustento da família, verifica-se que o entrevistado (homem ou mulher) são os chefes provedores em um maior número de casos, 36%, seguidos pelas situações em que há uma participação familiar, seja partilhada pelo casal, 25,4%, ou por este com o auxílio de outros parentes, 15,2%. Outras situações de participação familiar referem-se ao sustento da família pelos pais, 4,3%, ou apenas pela mãe, 5,8%, especialmente entre os solteiros.

A inserção na atividade informal depende, em boa medida, das relações sociais primárias e, segundo 62% dos ambulantes, os parentes o ajudaram a começar nessa atividade. Além disso, 24,1% contaram com a ajuda de amigos e 7,6% com a ajuda de vizinho ou colegas.

A aquisição da mercadoria é feita principalmente no comércio atacadista, através de outra pessoa ou intermediário. Uma porcentagem ainda considerável dos ambulantes, no comércio varejista ou supermercado, cerca de 20%. Encontra-se, ainda, uma minoria que compram direto da fábrica ou que têm produção própria, cerca de 20%. É importante destacar que a maioria dos ambulantes compra suas mercadorias tanto à vista, quanto a prazo.

A relação desses camelôs com seus clientes é variada, mas a maioria enfatiza que a atração da clientela se faz através do bom tratamento, enquanto outros se limitam a dizer que basta a exposição da mercadoria.

Observa-se, também, que a maior parte dos ambulantes trabalha sozinho nessa atividade, 71%. Dentre os que contam com algum auxílio, predomina o trabalho com o cônjuge, com irmãos ou com os pais. Portanto, as relações familiares são importantes não apenas para o começo na atividade, mas também quando é necessário contar com um ajudante.

Outra característica importante é que a maioria é dono do seu ponto (barraca ou caixa) ou da mercadoria, 74,6%, e, para os restantes, a metade indica que o dono do ponto ou da mercadoria é um parente, enquanto uma menor parte indica um comerciante que possui outros pontos de comércio ambulante.

A definição do espaço onde realizam a atividade é feita principalmente pela Prefeitura, 67%, mas em menor proporção pelos próprios vendedores. A maioria dos ambulantes tem registro municipal, mas cerca de 25% permanece sem ele.

Cerca de metade dos ambulantes informa trabalhar durante 7 dias por semana, 47,9%; pouco mais de 20%, 1 dia por semana; e 11,9%, seis dias semanais. O tempo de trabalho é de acima de 8 horas diárias, 52,7%, de 4 a 8 horas, 42,7% e até 4 horas ao dia, 4,41%. Como se poderia esperar, mais de 90% não tem carteira assinada.

Por fim, o rendimento mensal informado pelos ambulantes situa-se, para cerca de 1/5 dos entrevistados, abaixo de 1 salário mínimo (R\$ 380,00)¹²⁹. Para a maior parte destes, 31,9%, entre R\$ 200,00 (duzentos reais) e R\$ 300,00 (trezentos reais). R\$ 400,00 (quatrocentos reais), 12,1% e, até R\$ 600,00 (seiscentos reais), 18,7%, ou, ainda, acima de R\$ 700,00 (setecentos reais), 15,4%.

Apesar das dificuldades e dos baixos rendimentos, a maioria afirmou pretender continuar nessa atividade, sendo a principal justificativa a falta de oportunidade de emprego, seguida pela satisfação com a atividade.

Entre os que não pretendem continuar, a referência é a instabilidade e a insegurança da ocupação, 31,5%, a perspectiva ou desejo de estabilidade ou de uma nova inserção no mercado de trabalho.

Assim, os vendedores ambulantes constituem uma categoria pouco conhecida na literatura sociológica, e os dados apresentados revelam características que contrariam o que geralmente se pensa sobre o trabalho informal, como a baixa escolaridade, a predominância de recém-egressos do meio rural, de mulheres, velhos ou crianças e, principalmente, o fato de ser esta uma atividade transitória. Nesse aspecto em particular, os vendedores ambulantes de Goiânia encontram-se há algum tempo nessa função, como mostramos acima, o que nega esse caráter transitório, ainda que muitos mencionem a permanência pelo fato de não mais esperarem encontrar um emprego formal. Como observou Sorj (1990: 27) em um estudo sobre os vendedores ambulantes do Rio de Janeiro:

um dos critérios mais comuns para a seleção dos vendedores ambulantes se apóia nas relações familiares. Esse mecanismo não atende apenas à expectativa de aumento da

¹²⁹ No momento na realização da pesquisa, segundo semestre de 2007, esse era o valor salário mínimo.

renda familiar, mas é um produto direto do funcionamento de uma empresa em condições de ilegalidade, exigindo relações de lealdade intra-pessoal e de confiança mútua que são atendidas pelas relações de parentesco.

CAPÍTULO IV

A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES AMBULANTES NA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE: RUPTURAS E PERMANÊNCIAS

4.1 Introdução

A consulta às fontes escritas e orais tais como os arquivos de associações e sindicatos dos ambulantes, dos três jornais de maior circulação da cidade de Goiânia (*O Popular*, *Diário da Manhã* e *Opção*), além de depoimentos biográficos colhidos não só com os ambulantes clandestinos e regularizados, mas também com outros sujeitos que fazem parte desse ambiente (fiscais da prefeitura, policiais militares, clientes, lojistas e transeuntes das calçadas tomadas pelas bancas), é muito reveladora das mudanças ocorridas no cotidiano de trabalho dos ambulantes da região central da cidade¹³⁰.

Tais transformações estão relacionadas, particularmente, à origem desses trabalhadores, à dinâmica e articulação desse tipo de comércio do ponto de vista econômico, às suas características e, por fim, à sua organização no centro da cidade.

Trata-se de identificar as rupturas e continuidades observadas na leitura dessa base documental, bem como as regularidades que traduzem as formas ou práticas de resistências desenvolvidas por esses indivíduos em conjunturas que têm como denominador comum as fortes limitações impostas às possibilidades de conquistarem um trabalho mais livre de incertezas e inseguranças, fatores característicos do trabalho ambulante.

¹³⁰ Outras fontes que foram fundamentais à análise dessas mudanças, foram: os arquivos da Arquidiocese de Goiânia, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Municipal de Goiânia – SEDEM, do Instituto de Planejamento Urbano de Goiânia – IPLAN, os arquivos policiais (BO's), os da secretaria de fiscalização urbana, documentos dispersos produzidos pela Associação Viva Centro, formada pelos moradores do centro de Goiânia, onde se localizam a maioria dos ambulantes clandestinos, dados estatísticos sobre o perfil socioeconômico dos trabalhadores ambulantes em Goiânia (SEDEM/2000-2001), fontes cartográficas com informações sobre suas principais micro-áreas de conflito/concentração (IPLAN).

Nesse sentido é possível caracterizar, a partir desses documentos, fases históricas distintas relativas à presença dos ambulantes na referida área da cidade, que serão abordadas nos seguintes tópicos: 1) Os trabalhadores ambulantes em um contexto de marginalização e exclusão social: 1970/1980; 2) A organização dos trabalhadores ambulantes em um contexto de informalização da formalidade: 1980/1990; e 3) A reorganização dos trabalhadores ambulantes em um contexto de regularização da informalidade pelo Estado: 1990/2007¹³¹.

4.2 Os trabalhadores ambulantes da região central de Goiânia em um contexto de marginalização e exclusão social: 1970/1980

A nova ordem do capitalismo mundial no contexto da década de 1970, sob controle dos países do centro, implicou em um processo massivo de desemprego, de flexibilização e precarização do emprego assalariado, com sérias conseqüências sociais para os países em desenvolvimento. Seus efeitos sobre os trabalhadores foram, sobretudo, o crescimento da taxa de desemprego, a precarização e a flexibilização das condições de trabalho, a redução e/ou desmantelamento da produção industrial, perdas de conquistas trabalhistas, o crescimento das distâncias salariais entre ricos e pobres, além de uma situação de empobrecimento crescente com a deterioração das condições de vida dos trabalhadores (Quijano, 2004).

A crescente presença de trabalhadores ambulantes, particularmente na década de 1970 no caso da região central de Goiânia, é sintomática de dois problemas: a restrita capacidade de absorção da força de trabalho e a questão da heterogeneidade do mercado de trabalho. A modernização limitada que caracterizou o país, esta manifesta em um processo de transformação econômica desacompanhado de mudanças mais expressivas na organização social (questão agravada pelos anos de autoritarismo), contribuiu para reproduzir e aprofundar problemas estruturais, tais como a questão agrária, a regional, a urbana e das políticas sociais. (Dedecca e Baltar, 1997: 67-68).

¹³¹ Antes de tratar de cada uma delas, cabe ressaltar que o foco principal da pesquisa não é a estruturação de uma efetiva narrativa histórica sobre o trabalho ambulante no centro da cidade, razão pela qual se optou pela realização de uma apresentação panorâmica relativa aos três períodos.

Nesse contexto observa-se a estruturação de um “pólo marginal” (Quijano, 1971) que tem a função de reserva e pressão sobre os salários. Uma “população marginalizada” que não cai totalmente fora do sistema social, mas que está, em grande medida, impedida de ocupar papéis sociais de maior produtividade e, assim, se vê forçada a refugiar-se em atividades econômicas insignificantes (“setor não-organizado”) para as necessidades produtivas dos setores dominantes da sociedade. Como prefere Nun (2003), uma superpopulação relativa gerada pela fase monopólica do capitalismo que não tem efeitos funcionais para o sistema produtivo vigente, uma “massa marginal” que não tem possibilidades nem mesmo de constituir um “exército de reserva”, uma vez que o avanço técnico nos processos produtivos impede sua incorporação no mercado de trabalho.

Temos, assim, no contexto dos 70, um processo de reconfiguração espacial dos grandes centros urbanos, marcado pela presença e pelo crescimento do número de indivíduos que, com dificuldades de reemprego ou de ingresso no “mercado de trabalho protegido” passam progressivamente a “re-territorializar” o espaço público ao adotarem novas estratégias de luta pela sobrevivência, como o fizeram os ambulantes da região central de Goiânia.

Quanto a sua origem, nesse período a maioria era formada por indivíduos em grande parte provenientes principalmente de outras municipalidades do interior do próprio Estado de Goiás e, em número bem menor, de outros estados fronteiriços (ver tabela 3.7, em anexo). Além disso, também havia muitos familiares de trabalhadores, quando não os próprios, que foram responsáveis pela construção de Goiânia, mas que logo depois se encontram na condição de desempregados e vivendo alojados nos limites da cidade¹³².

Tanto os primeiros quanto os segundos, não conseguindo encontrar trabalho no “setor organizado” da economia, inclusive porque o mercado de trabalho de Goiânia, a exemplo do Estado de Goiás como um todo, nunca se caracterizou por uma sólida tradição de assalariamento, e diante da necessidade de sobrevivência, passam então a se dedicar a diversas formas de atividades na condição de camelôs ou ambulantes.

¹³² Nas décadas de 70 e 80 a cidade de Goiânia apresentou um crescimento acelerado com todas as características de uma expansão por criação de periferias. Nos últimos tempos, sua dinâmica sócio-espacial adquiriu uma nova configuração, em que ocorre a fusão de vários municípios a sua mancha urbana. Assim, de uma população de 53.389 habitantes em 1950, a cidade passa a ter, em 1960, 151.013 habitantes. Em 1970, alcança 381.055 habitantes, chegando, em 1980, a 717.526 e a quase um milhão, no início da década, quando, então, já se observava sua expansão para além das fronteiras municipais, o que levou estudiosos e planejadores a pensá-la enquanto aglomerado. Ver: Campos e Bernardes (1992).

Isso significa dizer que, do ponto de vista de suas origens, esses ambulantes eram, nos anos 70, sobretudo migrantes intra-estaduais que, em geral, desenvolviam “práticas” de comércio caracterizadas por formas de “re-elaboração” ou “re-apropriação” culturais constitutivas do cotidiano de trabalho, marcadas de um passado tradicional comum à grande maioria, ou seja, pelas temporalidades de um universo socioeconômico e cultural característico do mundo rural.

Portanto, suas histórias de vida se inseriam em uma dinâmica marcada, sobretudo, por situações de busca de refúgio na cidade de Goiânia diante das transformações no campo provocadas pela modernização excludente que caracteriza, em especial, a Região Centro-Oeste nesse período¹³³.

Quanto à articulação dessas atividades desenvolvidas pelos ambulantes do centro de Goiânia com outras esferas da economia, é importante destacar que até o final dos 60 e meados dos 70 esse tipo de comércio ainda estava inserido em uma economia caracterizada por um processo de integração com os principais centros urbanos do país.

Devemos recordar que Goiânia só rompe seu isolamento definitivamente com a construção de Brasília em 1957. A partir desse momento “as redes de conexão da capital goiana solidificaram-se diante do avanço da estrada de ferro e de rodagem ligando-a à região Sudoeste do País. Vencer os novecentos quilômetros que a separavam de São Paulo tornou-se menos árduo, à medida que se avançou no século XX.” (Peixoto e Ferrante, 2006: 9). É importante destacar, ainda segundo as autoras, que até então “O sistema de abastecimento da

¹³³ Segundo Mendonça e Thomaz Júnior (2003: 99) afirmam que “As políticas governamentais voltadas para o crescimento agrícola nas áreas de Cerrado tinham como objetivo a produção de *commodities* para exportação, equilibrando a balança comercial brasileira e, paralelamente, ocupavam o oeste brasileiro, atendendo à dinâmica e às necessidades de mobilidade do capital nacional associado ao capital transnacional. A infra-estrutura necessária aos novos investimentos avolumou-se com os projetos de “integração do território nacional”, após os anos 1950, com destaque para a construção de Brasília (1960) e a construção das rodovias que direcionaram a mobilidade do capital e do trabalho no território brasileiro, alterando profundamente as regiões na sua forma e no seu conteúdo. A partir da década de 1960, inicia-se um processo de alteração no uso e na forma de ocupação dos solos no Centro-Oeste, com a implementação das formas técnicas modernas no cultivo de grãos e na criação de gado. As tradicionais áreas de Cerrado – extensos chapadões com topografia plana, até então pouco utilizados, passam a ser intensamente aproveitados, devido à disponibilidade de capitais (programas governamentais), de recursos técnicos (máquinas), de tecnologia (desenvolvimento de pesquisas científicas) e do apoio na construção de infra-estrutura pelo Estado brasileiro, como forma de viabilizar os interesses do capital privado nacional e transnacional. Esses fatores, associados às políticas creditícias e fiscais do Estado para a “ocupação racional” e indiscriminada das áreas de Cerrado e à construção da infra-estrutura necessária, fizeram dessa região o “celeiro” agrícola do país. A ocupação racional e indiscriminada das áreas de Cerrado reforçou o poder político e econômico das elites conservadoras, a partir das empresas rurais, do Estado e das transnacionais impulsionadas pela agro-industrialização, estimulada pela reestruturação produtiva do capital mundializado”.

cidade fazia-se segundo um circuito de produção e distribuição locais. As fazendas próximas produziam e beneficiavam os gêneros alimentícios, que, posteriormente, eram vendidos em armazéns e vendas” (idem: 10).

Até que essa rede se consolidasse e as trocas comerciais se tornassem mais dinâmicas ainda era possível verificar muitos traços locais ou continuidades das formas de produção, consumo e distribuição típicas do período anterior ao processo de integração à economia nacional. Nesse sentido, Peixoto e Ferrante (2006: 10), a título de exemplo, esclarecem que, se por um lado, “ainda nos anos de 1970, as roupas finas eram trazidas de São Paulo e Rio de Janeiro para serem vendidas em *boutiques*, locais de atualização das elites”, por outro “costureiras, vindas dos subúrbios, trabalhavam nas casas de família da classe média”.

Além do mais, até o início de 1970 o centro (tradicional) de Goiânia, onde hoje estão localizados parte dos ambulantes, ainda teimava em figurar, mas já com dificuldades, como principal núcleo comercial da cidade, no qual “eletrodomésticos, bicicletas e panelas de todos os tipos estavam disponíveis em lojas de proprietários goianos, distantes da realidade das redes de hipermercados”.

Os ambulantes estavam, pois, inseridos no contexto de uma economia local em transformação, trabalhando nas ruas e avenidas de forma muito dispersa e reduzida em relação aos lojistas (comerciantes do chamado setor formal) e se concentravam nos limites geográficos do centro tradicional, especialmente na Avenida Goiás e trechos da Avenida Anhanguera, onde se localiza o centro administrativo-financeiro da cidade. Comercializavam produtos predominantemente locais e ofereciam serviços que, em geral, implicavam no domínio de técnicas quase artesanais ou artesanais. Suas atividades ainda constituíam, até o final da década de 1970, um verdadeiro problema para os comerciantes lojistas, a ponto de merecer intervenções sistemáticas do poder público.

Desenvolviam predominantemente atividades de engraxates, vendedores de doces, quitandeiros, pipoqueiros, vendedores de frutas e hortaliças, fotógrafos de lambe-lambe, reparadores de panelas, relógios e guarda-chuvas, artesãos produzindo e vendendo pulseiras, colares e acessórios semelhantes. Também havia o comércio de roupas, produzidas de forma quase artesanal, diferentemente dos dias atuais, como veremos mais adiante. Assim,

predominava um tipo de informalidade denominada de “tradicional” ou de “subsistência”, quase um sinônimo da pobreza, segundo Pérez Sáinz e Cordero (1994).

A partir de meados da década de 1970, a região central da cidade (centro tradicional) começa a sofrer um processo de redefinição de sua centralidade enquanto núcleo da cidade. De um lado, à medida que a população de maior poder aquisitivo deslocou-se para outros bairros e optou por viver em apartamentos, os pontos tradicionais de comércio sofreram alterações, sendo essas mais visíveis com o aparecimento do primeiro *shopping center*, o Shopping Flamboyant, em 1981. Por outro, pouco a pouco as lojas tradicionais fecharam suas portas, desocupando velhos casarões normandos, logo transformados em imobiliárias, agências de viagem ou em comércio de artigos populares.

Assim, o comércio na região central tornou-se, em um primeiro momento, mais popular, e, posteriormente, teve suas ruas ocupadas por vendedores ambulantes em um sistema de comércio informal (Peixoto e Ferrante, 2006).

4.3 A organização dos trabalhadores ambulantes em um contexto de crescimento da informalidade: 1980/1990

Um novo contexto socioeconômico e político, compreendido pelas décadas de 1980 e 1990, deve ser ressaltado quando nos propomos a falar do crescimento do número de ambulantes citadinos e migrantes presentes na região central de Goiânia.

Trata-se de um período, tal como esclarece Druck (1999), no qual despontam como principais características o endividamento externo, pela elevação das taxas de juros de empréstimos internacionais, o encolhimento do mercado interno e a busca por melhores posições no mercado externo, a maior procura por trabalhadores mais qualificados, pelas novas formas de gestão do trabalho, a intensificação da introdução de novas tecnologias, mudanças tais como a flexibilização produtiva, com a conseqüente precarização das relações e condições de trabalho, a crise econômica e a abertura da economia nacional, o acirramento da competição entre produtos nacionais e importados, o forte crescimento do desemprego, o crescente processo de deslocalização ou externalização de atividades antes desenvolvidas no

âmbito do “mercado protegido” e a crescente informalidade em todos em todos os setores da economia.

É nesse cenário que as atividades crescentemente desenvolvidas pelos ambulantes em Goiânia paulatinamente deixam de ser uma ocupação típica dos chamados “excluídos” e/ou “marginalizados” do processo de modernização da economia regional e se configura, progressivamente, como alternativa de trabalho e renda para um contingente de trabalhadores do historicamente frágil “mercado de trabalho protegido” regional. Estes passam a sofrer os efeitos da precarização, flexibilização e desemprego, característicos do então processo de transformação.

Assim, merece destaque a nova dinâmica de inserção econômica da informalidade na região central da cidade, os novos produtos comercializados e os novos “entrantes” na informalidade.

A nova dinâmica de inserção econômica da informalidade da região central da cidade

A nova dinâmica característica desse novo cenário nos coloca diante de novos processos de reorganização produtiva do capitalismo com amargas conseqüências de ordem política e socioeconômica para o mundo trabalho, contribuindo de forma determinante para um crescente número de “novos entrantes” na informalidade.

A partir dos anos 80 foi possível verificar o crescimento do número de trabalhadores ambulantes “clandestinos” no centro tradicional da cidade, agora não mais dispersos, como até a década de 70, mas formando grandes concentrações nas principais avenidas do centro tradicional, principalmente nas avenidas Goiás, Anhanguera, Araguaia e Tocantins.

Ocorreu, também, um relativo acirramento dos conflitos entre ambulantes e comerciantes lojistas e empresários do centro da cidade, particularmente a partir do final da década de 70 e década de 80, como conseqüência do grande aumento do número de trabalhadores informais nessa região. O crescimento da quantidade destes ocupando as ruas do centro tradicional da cidade, não só concorrendo com os lojistas, mas também estimulando a popularização da região, reforça um processo, já iniciado em meados dos 70, de descentralização desse núcleo central da cidade.

Igualmente merecedor de nota foi o processo de redefinição do centro tradicional da cidade, para o qual participou fortemente o crescimento do número de trabalhadores excluídos do “mercado de trabalho protegido” ou que nunca conseguiram nele se inserir, que “re-territorializavam” esse espaço se “re-apropriando” dele enquanto “brecha” fundamental às suas respectivas sobrevivências.

Essa dinâmica se traduzia em um cotidiano de trabalho constitutivo de uma rede subterrânea de relações de poder, em uma força “instituinte” de múltiplas e escusas formas de conexão entre fiscais da prefeitura e ambulantes “clandestinos”, que se constituíam como meios de apropriação privada do espaço público, em um crescente processo de demarcação do espaço público central de Goiânia através de regras subterrâneas de posse, alianças externas e internas visando a “regulamentação informal” das relações de trabalho e, ainda, o estabelecimento de várias formas de mediação entre trabalhadores ambulantes, principalmente os “clandestinos” ou não-regularizados, e o crime organizado.

Assim, a partir de 1990 a origem de muitos trabalhadores que assumem a condição de ambulantes ou camelôs, no centro tradicional da cidade de Goiânia, gradualmente tende a apresentar uma nova configuração (conforme está explicitado nos capítulos IV e V). Assim observaremos, por exemplo, que cresce a presença de trabalhadores com passagem pelo setor formal entre os ambulantes da região central de Goiânia. O número de migrantes intra-estaduais diminui expressivamente diante do aumento do de intra-metropolitanos e há um crescimento da quantidade de mulheres em relação ao de homens. Além disso, o nível de escolaridade e o número de jovens, bem como o de chefes de família, também sofre um incremento.

Cabe ressaltar, igualmente, o processo de crescente inserção das atividades desses trabalhadores em uma economia progressivamente regionalizada e globalizada, bem como o fato de que o comércio praticado pelos ambulantes no centro de Goiânia tende a se tornar regionalizado à medida que sacoleiros e sacoleiras de todo o Estado de Goiás passam a nele buscar mercadorias baratas para revender em seus respectivos municípios, principalmente roupas. Mais ainda, tende a se tornar progressivamente internacionalizado/globalizado à medida que, a partir de meados da década de 1980, crescem também a quantidade de roupas e eletrônicos originários de países como China, Hong Kong e México, que chegam ilegalmente

por meio de atravessadores através de São Paulo e Paraguai. Essa dinâmica é reforçada pela crescente diversidade de produtos pirateados.

Outra dinâmica característica desse cenário de mudanças diz respeito à expansão da presença dos ambulantes para áreas contíguas (centro estendido) ao centro tradicional. A partir dos anos 80 e 90 o crescimento do número de ambulantes fez com que ultrapassem as fronteiras anteriores de sua área tradicional de trabalho (ver mapa 4.1, neste capítulo).

É o caso de feiras (Feira da Lua e do Sol) que foram criadas para tentar organizar o aumento do número de ambulantes diante da incapacidade do Estado para criar políticas públicas que procurassem atacar o desemprego de frente, até porque ele participou do crescente processo de crescimento da formalidade, atendendo a interesses da iniciativa privada e se adequando aos novos tempos enquanto “Estado mínimo”.

Novos produtos comercializados na informalidade da região central da cidade

Em relação à perda de destaque dos produtos tradicionais, cabe destacar que os produtos predominantes comercializados na década de 70, geralmente produzidos no próprio local de trabalho/comércio ou na região limítrofe da cidade perdem sua posição de destaque para uma crescente diversidade de “novos produtos”, como roupas e acessórios. Esses últimos são constitutivos de uma “sócio-territorialidade” (Pérez-Sainz, 1998: 65), pois são geralmente produzidos a partir de novas bases tecnológicas e organizacionais combinadas com a sobreposição de tradicionais formas de exploração, garantidas pela existência de uma certa ética e cultura econômicas verificadas, por exemplo, nas relações de solidariedade e reciprocidade observadas no trabalho de costureiras em oficinas de âmbito familiar ou facções subcontratadas, que se tornaram estratégicas para um setor tão flexibilizado como o de confecção.

Associado a isso se verifica o inusitado processo de ampliação do número de bancas dedicadas à comercialização de roupas, que passam à condição de principal mercadoria vendida por ambulantes. Cabe ressaltar que as roupas representam hoje, em geral, 51,6% dos produtos comercializados por eles na região central de Goiânia. A porcentagem é bem maior ao consideramos os produtos para crianças e recém-nascidos, entre os quais se incluem muitos

tipos de roupas, 10,2%, roupas íntimas, 4,7%, cama, mesa e banho, 1,4% (ver capítulo III, tabela 3.32).

Nesse sentido, o setor de confecção passou a assumir, a partir da década de 1980, um posto de destaque na economia de Goiás¹³⁴. Segundo Nunes e Campos (2006: 238), Goiânia passa a ocupar, a partir de então, “a segunda colocação, dentre as grandes cidades brasileiras, no que poderíamos chamar de taxa de ocupação relativa no ‘setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios’ e a quarta na ocupação absoluta”.

Ainda segundo esses autores, o forte crescimento desse setor, por outro lado, estimulou fortemente o aumento e a exploração do elo mais precário dessa cadeia produtiva, caracterizada pelo uso ampliado do trabalho de costureiras em oficinas de âmbito familiar ou facções subcontratadas, pelo uso intensivo do trabalho feminino (taxa superior a 80% ainda nos anos 90), estrutura heterogênea, diversidade de técnicas produtivas, predomínio de micro e pequenas empresas, competitividade e sazonalidade da produção entre empresas de portes diferentes ou ligadas a etapas distintas do processo de produção. O desenvolvimento dessa nova fase produtiva do setor de confecção pode ser entendido como um processo de modernização ou adaptação das atividades preexistentes.

Esse grande crescimento do número ambulantes e feirantes que passam a se dedicar ao comércio de roupas de baixo preço, no centro de Goiânia, a partir da década de 1980, contribui em muito para o aumento de outro tipo de trabalho informal, a “informalidade subordinada” (Pérez-Sainz, 1998: 63), que pode ser exemplificada pelo incremento do número de empresas de confecção de maior porte, com produção em larga escala, que se apropriam e incorporam novas técnicas de produção, mas mantendo, predominantemente, a etapa de montagem baseada no trabalho intensivo de costureiras que estão presentes em toda a cadeia, onde prevalecem as formas precárias de contratação ou subcontratação, ou seja, o trabalho domiciliar para as empresas de confecção (Nunes e Campos, 2006), uma das conseqüências da

¹³⁴ Neste sentido, “O cadastro da Secretária de Fazenda registra, desde 1980 até 2005, a primazia dos setores de vestuário, calçados e artefatos de tecidos, juntamente com o setor de produtos alimentares, no que se refere a número de estabelecimentos industriais. Segundo a Associação Goiana de Indústrias de Confecções e Correlatas (Agicon), o faturamento anual do setor alcança mais de R\$ 200 milhões. Cerca de 60% das empresas cadastradas encontram-se na capital, Goiânia, que vem ganhando destaque como centro de ocupação de mão-de-obra no setor, embora não registre nenhum estabelecimento de grande porte. A região metropolitana de Goiânia apresenta uma expressiva freqüência de vínculos empregatícios no setor de confecção, parte da indústria de vestuário. Goiânia registrou, em 2003, 10.328 vínculos formais de trabalho no setor e ocupa a quarta colocação no que se refere ao número de vínculos em relação a todos os municípios brasileiros”. Ver: Nunes e Campos (2006: 239).

crescente flexibilização do processo produtivo diante de um mercado diversificado, sazonal e em crise permanente (Abreu e Sorj, 1993). De acordo com Amorim (2003), é um processo que tem como finalidade a transferência de riscos, principalmente os decorrentes de flutuações da demanda, da empresa contratante para as facções sub-contratadas.

Isso contribui, também, para outra mudança observada na região central de Goiânia a partir de meados de 80, mas sobretudo a partir dos 90, a constituição daquilo que podemos denominar de uma “informalidade dinâmica” (Pérez-Sainz, 1998: 65). Formou-se uma verdadeira aglomeração de pequenas empresas, em função da concentração de ambulantes e feirantes (a maior é a Feira Hippie, que ocorre aos domingos e tem mais de sete mil feirantes cadastrados e outros incontáveis na condição de clandestinos) que semanalmente passam a oferecer seus produtos, principalmente roupas e acessórios, a sacoleiros que chegam em uma grande quantidade de ônibus fretados vindos de todo o Estado de Goiás e de outras regiões do país. Essas empresas são muito heterogêneas, uma vez que incluem tanto estabelecimentos informais quanto formais, caracterizados pela existência de uma sócio-territorialidade fundada na existência de laços estabelecidos entre esses estabelecimentos (hotéis, pensões, estacionamentos, restaurantes, guarda-volumes etc.) e os ambulantes/feirantes e a comunidade do entorno.

Ainda sobre as mudanças observadas a partir das décadas de 80 e 90, em relação aos produtos comercializados no cotidiano de trabalho desses trabalhadores, cabe observar que grande parte dos tradicionais produtos permanecem presentes, mas há um aumento das “re-apropriações” culturais (Thompson, 1998) elaboradas por eles, comercializando produtos tradicionais, mas de forma inovadora. É o caso dos que agora oferecem não mais o abacaxi, a melancia ou a laranja preparados *in loco*, mas servidos em potes de plástico descartáveis, em forma de salada de frutas; outros transformam veículos de passeio em verdadeiras lanchonetes ambulantes. Há também os que servem a água de coco gelada transferida na hora para copos plásticos também descartáveis; os que fazem uso de cartão de crédito nas suas vendas etc.

Os trabalhadores ambulantes por escrito na grande imprensa local: 1980

Na década de 1980 se consolida uma operação de sistemática produção de uma forma de representação desqualificadora do trabalho dos ambulantes por parte da grande

imprensa escrita local, uma forma de resposta à sua crescente presença, tomando conta das ruas e avenidas do centro da cidade.

Verifica-se então, a produção de uma representação que tendia a analisá-los como caso de polícia que, embora não fosse novidade, tinha como feito inédito o fato de, a partir de final dos 70 e particularmente nos 80, tornar-se sistemática e articuladamente alimentada, como ocorreu nas páginas do maior jornal local, o *O Popular*. Tal operação será o objeto da breve análise que segue.

A representação dominante nesse periódico a respeito dos trabalhadores ambulantes, especialmente até o final da década de 80, está associada a um discurso de modernidade que permeou o projeto e a fundação da nova capital do Estado de Goiás, nos anos 30, pretendendo transformá-la em uma espécie de “vitrine da modernidade” no coração do cerrado.

Esse discurso contribuiu decisivamente para a elaboração de uma memória na qual a nova capital passou a ser tomada como espaço de novas relações econômicas por excelência e como espaço-fronteira entre o “velho” e o “novo” na medida em que era representada hegemonicamente como um símbolo da ascensão e consolidação de novas forças políticas¹³⁵.

A idéia de modernização estava permeada pelo discurso médico e urbanista, pela idéia de disciplinarização dos corpos no espaço¹³⁶ e pelo propósito de esteticização e pasteurização de sua dimensão política. Entretanto, o ideal de produção dessa urbanidade esbarrou, sempre e crescentemente, naquilo que durante muito tempo foi quase naturalmente considerado um obstáculo ao desenvolvimento e ao progresso, ou seja, a presença de uma diversidade de formas de trabalho consideradas atrasadas ou pré-capitalistas, entre elas a dos ambulantes em questão.

A forte influência da referida ideologia da modernidade nas representações, alimentadas por diversos segmentos sociais dominantes da chamada “cidade letrada”, concorreu para que esta, de um lado, se valesse da aplicação ideológica da idéia de cultura enquanto polidez e civilidade, associadas à idéia de modernidade, visando à produção do

¹³⁵ Forças ligadas ao movimento afinado com os propósitos varguistas de 1930, comandado pelo médico Pedro Ludovico Teixeira.

¹³⁶ Quando os trabalhadores ambulantes e outros *praticantes das brechas* em Goiânia vêm à tona no discurso histórico, figuram não como sujeitos, mas como corpos-objetos que devem ser policiados e disciplinarizados segundo as novas regras de civilidade e polidez.

urbano, sobretudo enquanto “cenário”¹³⁷, e, de outro lado, mas no mesmo sentido, usasse tal idéia de cultura para caracterizar o espaço público como espaço de coesão social e política, de harmonia social.

Esse discurso funcionou como pano de fundo ideológico de várias “práticas discursivas” que contribuíram para relegar a uma condição social de marginalidade e/ou criminalidade um grande contingente de trabalhadores não-contemplados pelo limitado processo de assalariamento das relações de trabalho promovido por uma “modernização restrita” (Dedecca e Baltar, 1997: 67). Uma delas foi a produção periódica da grande imprensa local (*Jornal O Popular*), especialmente no final dos 70 e década de 80, quando os conflitos entre ambulantes, lojistas, empresários, fiscalização municipal e polícia militar atingem o auge.

A escolha desse veículo de comunicação para o propósito dessa breve análise da elaboração e reelaboração das representações hegemônicas da elite letrada relativas aos trabalhadores ambulantes da região central de Goiânia justifica-se, pois, em primeiro lugar, o jornal nasce praticamente com a fundação da cidade (1933) como arauto da ideologia urbanista e das novas forças políticas locais que alimentavam o discurso “mudancista”¹³⁸; em segundo lugar, está a afinidade deste com o celebrado discurso de Goiânia enquanto símbolo de modernidade; e, em terceiro lugar, o seu tempo de circulação, cobrindo quase toda a história da cidade.

Esses são, em conjunto, alguns dos elementos que justificam a escolha desse veículo enquanto imprensa escrita local privilegiada para que possamos ter uma melhor percepção sobre o modo como o “campo de forças” políticas, econômicas, sociais e culturais no qual estão inseridos os trabalhadores ambulantes do centro da cidade de Goiânia participou

¹³⁷ A idéia da cidade enquanto “cenário” expressa aqui caracteriza, sobretudo, uma forte tendência do urbanismo modernista, ou seja, a da “arquitetura do espetáculo, com sua sensação de brilho superficial e de prazer participativo transitório, de exibição [...]. De impacto nulo sobre a pobreza e demais déficits sociais” (Arantes, 2000: 23).

¹³⁸ “Em dezembro de 1935, Jaime Câmara funda, com Henrique Pinto Vieira, na cidade de Goiás, uma firma com a finalidade de explorar o ramo gráfico com a denominação de ‘J. Câmara & Cia.’. Em setembro de 1937, adquire a parte do sócio e transfere-se para Goiânia, estabelecendo-se como firma ‘J. Câmara & Irmãos’ [...]. Em 12 de dezembro de 1944, o Conselho Nacional de Imprensa comunica ao Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda a autorização para circulação diária do jornal [...]. Em seu início o jornal não contava com os mínimos recursos [...]. Nos primórdios o grande cliente era o poder público que exercia maior influência em face ao desenvolvimento da capital exigir uma intensa campanha publicitária. Hoje o comércio goianiense é o maior anunciador” (*Jornal O Popular*, s/d, 1978).

no processo de elaboração de uma determinada forma de representação sobre os mesmos na década de 80.

Mais do que meras opiniões ou imagens, as representações sociais são aqui entendidas como formas de interpretação e elaboração do real, arena privilegiada onde se confrontam os valores sociais contraditórios. Assim, as relativas aos ambulantes do centro da cidade são alimentadas pela produção da referida imprensa escrita, posições e situações de “classe”, mediações que sugerem velhas e novas formas do “político”. Formam-se entre o “vivido” e o “concebido”, distanciando-se dos dois pólos, “são contemporâneas da constituição do sujeito, tanto na história de cada indivíduo quanto na gênese do indivíduo em escala social” (Lefebvre, 1983: 20). O mesmo autor (idem: 23) também esclarece que:

Uma representação, em geral, é por vezes, um fato ou fenômeno da consciência, individual ou social, que acompanha, em uma sociedade determinada (e numa língua) tal palavra ou tal série de palavras e, por outro, tal objeto ou constelações de objetos. Outras vezes é uma coisa ou conjunto de coisas correspondentes à relações que estas coisas encarnam contendo-as ou velando-as.

Outro importante referencial teórico de tal conceito defende que as representações do mundo social, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam, ou seja, a compreensão crítica de cada discurso proferido implica na análise igualmente crítica da posição de quem os utiliza. É o que Chartier (1985: 17) quer fazer compreender quando afirma que “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para se compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou tenta se impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”.

E não é por menos que o próprio autor (idem) declara que praticamente toda ideologia é desenvolvida a partir de três noções: “representação”, “prática” e “apropriação”. Assim, através das “práticas” de “re-apropriação” cultural, preocupa-se não apenas em desnudar os processos históricos constitutivos de sentidos, mas, também, colocar em relevo suas formas diferenciadas de consumo por um determinado grupo social.

A análise da produção dessa imprensa periódica permitiu estabelecer nexos entre uma forma de representação dos ambulantes que se torna hegemônica na década de 1980, mas que se transforma a partir dos anos 1990. Como veremos posteriormente, essa transformação

ocorre em um contexto de crise econômica e de emprego das décadas de 1980-1990 e um novo momento do processo de produção/reprodução do espaço urbano (meados dos 70 e década de 80) marcado pelo aprofundamento dos conflitos entre esses trabalhadores, os comerciantes lojistas e o poder público¹³⁹.

A análise dessa produção periódica, nesse período, permitiu também estabelecer articulações multifacetadas entre Goiânia enquanto “cidade pensada” pela cultura letrada, em especial pelas elites locais representadas pelo jornal *O Popular*, e “cidade praticada” pelos ambulantes da região central da cidade. Enfim, a análise de parte da produção desse periódico, na década de 80, possibilitou constatar a elaboração e a reprodução de um tipo hegemônico de representação desqualificadora das ações desses indivíduos¹⁴⁰.

As características do cenário sócio-político e econômico da década de 1980 na cidade (crescimento populacional, da taxa de desemprego, do número de ambulantes e aprofundamento dos conflitos na região central da cidade) contribuíram de forma determinante para a veiculação sistemática de matérias jornalísticas nas quais os ambulantes desse local eram representados como “caso de polícia”.

As matérias de *O Popular*, predominante nesse período, participam em um processo de representação, relativa ao trabalho dos ambulantes no centro da cidade, na qual estes são vistos como uma continuidade do “velho” e do “atraso” oposta, portanto, ao “novo”, materializado no discurso de mudança da capital e no planejamento que norteou sua

¹³⁹ Alguns pontos fundamentais à compreensão desses nexos, embora não sejam objetos específicos da análise, são o papel constitutivo daquilo que se convencionou chamar de “informalidade” na atual lógica produtiva capitalista; a relativa tolerância por parte do poder público em relação às atividades desses trabalhadores na região central da cidade; a gradual e sempre insuficiente regulamentação de áreas determinadas para o comércio ambulante em dias e horários específicos; o empenho, não raramente frustrado, de conter seu número crescente na região central; o diálogo do jornal *O Popular* com outras leituras escritas da cidade, tais como as narrativas do mundo acadêmico, dos movimentos sociais organizados e do próprio Estado; a incorporação “seletiva” por parte desse veículo de comunicação de novas ideologias, que se consolidam, sobretudo, a partir dos anos 70 e 80, e as consequências desse processo para a relação desse órgão com o sempre crescente número de ambulantes clandestinos no centro de Goiânia; a redefinição da própria relação política do jornal *O Popular* com esses trabalhadores na medida em que se consolida seu processo de maior autonomia financeira em relação ao Estado; as novas articulações que essa imprensa estabelece com novos projetos e disputas em gestação na cidade na década de 90; o lugar da fala dos ambulantes no periódico em pauta; os principais núcleos temáticos privilegiados pelo Jornal em relação a esses trabalhadores nas décadas de 1980 e 1990; e as dimensões do “não-dito” sobre esses sujeitos e a leitura das contradições do acontecimento discursivo.

¹⁴⁰ Já na década de 90, tal representação é reelaborada: a informalidade em geral e, em especial, as atividades dos ambulantes no centro da cidade passam progressivamente a serem tratadas como uma “questão social”.

construção e, ainda, reproduzido nas décadas seguintes pelo esforço de regulamentação do espaço urbano¹⁴¹.

Isso significava, em outras palavras, criminalizar as atividades da grande maioria desses trabalhadores, que tiveram um aumento em seu número desde o final dos 70, mas especialmente a partir dos 80 e 90, e trabalhavam clandestinamente diante da falta de políticas públicas, especialmente por parte da Prefeitura, visando sua inclusão social.

Nesse contexto, outra matéria do jornal *O Popular* (5 março de 1985) sugere a natureza delinqüente dos trabalhadores ambulantes ao narrar de forma generalizada as agressões sofridas por fiscais e policiais, ressaltando, na narrativa, a necessidade de se recorrer à polícia em face dos crescentes conflitos, agressões e ameaças entre os “clandestinos” e a fiscalização da prefeitura, sem fazer menção, em momento algum, às causas sociais dos supostos acontecimentos. Assim, constrói-se uma narrativa intolerável às ambigüidades de sentidos em relação ao processo de construção do fato¹⁴².

O Jornal *O Popular* destaca, também, em matéria publicada em 19 de julho de 1987, um protesto organizado pelos comerciantes estabelecidos representados pela Federação do Comércio, pela Associação Comercial e Industrial, pelo Sindicato do Comércio Varejista e Clube dos Diretores Lojistas, reivindicando medidas mais drásticas contra a permanência dos vendedores ambulantes no centro da cidade¹⁴³.

É importante observar que em parte alguma da matéria figura a fala dos ambulantes explicando o porquê de insistirem em trabalhar nessa região da cidade. O jornal também silencia sobre a necessidade da adoção de “medidas drásticas” ou de “qualquer ação enérgica” defendidas pelos representantes dos comerciantes estabelecidos. Ainda, não

¹⁴¹ Nesse sentido, uma reportagem realizada com o Secretário Interino de Ação Urbana, Luiz Pucci Filho, sobre a presença de vendedores ambulantes na Praça Tamandaré e na Avenida Anhanguera, afirma: “[...] só poderão permanecer na praça aqueles que têm o protocolo permitindo que fiquem [...]. A partir de hoje *os infratores* terão suas mercadorias retiradas e deverão pagar multa [...]” (Jornal *O Popular*, 9 de janeiro de 1985).

¹⁴² Destaquemos, pois, alguns trechos da matéria: “[...] **Estão acontecendo inclusive atentados à vida dos fiscais [...]. um cabo da PM recebeu um soco no queixo** que causou corte interno enquanto dava cobertura aos fiscais [...]. Na última sexta-feira **um cabo da Polícia Militar que estava dando segurança aos fiscais sofreu agressões físicas por parte dos vendedores ambulantes**, registrando, inclusive, a ocorrência no 1º DP”. [grifos nossos].

¹⁴³ A matéria destaca: “Os comerciantes estabelecidos na Avenida Anhanguera não descartam a adoção de medidas drásticas [...]. O CDL apóia qualquer ação enérgica para remover os camelôs do centro da cidade”. Explica que a resposta imediata da Prefeitura de Goiânia à reivindicação dos comerciantes estabelecidos e empresários “[...] será a de colocar fiscais em locais estratégicos da cidade, preferidos pelos camelôs, acompanhados de policiais militares”.

incorpora opiniões divergentes para a solução do problema defendidas por outros atores sociais importantes tais como os movimentos sociais ligados à Igreja, os sindicatos vinculados aos trabalhadores em geral etc.

Esse discurso jornalístico contribui, assim, para um processo de institucionalização social dos sentidos referentes a tais trabalhadores, de modo que participa, também, em uma dinâmica de constituição do imaginário social e de cristalização de uma determinada memória, na qual eles aparecem como incômodos “resquícios” de um passado que, por isso, devem ser “expurgados”. São apresentados como algo a ser “eliminado” e não como um problema social, agravado pela crise do emprego, que se tornou parte da vida da cidade.

Em uma operação sistemática que mascara o exercício de interpretação em nome de fatos que se apresentam isentos de subjetividade e assegurando uma continuidade no modo como produz explicações, através da repetição, outras narrativas/matérias permitem-nos observar como são recorrentes certas idéias que fazem referência, direta ou indiretamente, aos ambulantes, tais como infratores, baderneiros, desordeiros, violentos etc.

Independente das particularidades de cada matéria, elas têm uma identidade fundada na repetição dessas idéias como estratégia de produção/circulação de consensos de sentidos relativos às atividades dos ambulantes no centro da cidade.

Nesse sentido temos, além das narrativas que já foram anteriormente apresentadas, as que seguem: 1) o Jornal *O Popular* de 1 de dezembro de 1988 frisa que comerciantes estabelecidos e industriais do centro da cidade reclamaram junto à Prefeitura, exigindo a retirada de “[...] **camelôs que se instalaram na Avenida Goiás [...] provocando tumulto nas calçadas**”; 2) o Jornal *O Popular* de 12 de abril de 1989 narra o enfrentamento entre vendedores ambulantes, fiscalização municipal e Polícia Militar em uma operação de repressão a esse tipo de comércio: “[...] muita mercadoria apreendida e **um fiscal agredido** foi o saldo da operação permanente desencadeada ontem de manhã pela Secretaria de Ação Urbana com apoio da Polícia Militar, para retirar os camelôs do Centro [...]. **O funcionário da Ação Urbana, Manoel Vicente Silva, foi agredido, além de outros de sua equipe** [...]”; 3) no Jornal *O Popular* de 16 de abril 1989 encontramos o seguinte enunciado: “**o problema dos camelôs** no Centro de Goiânia, que ameaça se tornar incontrolável, já **está obrigando a Prefeitura a passar da fase de advertência dos vendedores ambulantes à repressão direta** a esse tipo de comércio”; e 4) o Jornal *O Popular* de 12 de dezembro de 1989 noticia a

presença dos trabalhadores ambulantes no Centro de Goiânia, declarados publicamente pela Prefeitura, segundo o Jornal, como “caso de polícia”, perante o qual se faz necessário o uso da repressão direta: “O secretário de Ação Urbana, Sebastião da Silveira, afirma que **os fiscais, sozinhos, são impotentes para combater o problema. ‘A Polícia Militar precisa agir com mais rigor nesta questão. Precisamos contar com a ajuda dos policiais, de forma direta’**, afirmou Silveira” [todos os grifos são nossos].

É interessante notar, também, que as matérias relativas aos ambulantes apresentadas nos anos 1980 possuem dois denominadores comuns. De um lado, esses trabalhadores tendem a ser apresentados como “caso de polícia” por exercerem uma forma de trabalho que a cidade se recusa a legitimar ou aceitar. De outro, a produção do sentido discursivo é delineada sob a forma de uma cooperação permanente, afinada e quase irrestrita entre Prefeitura, empresários e lojistas, com forte tendência de exclusão de outros atores sociais na operação discursiva.

Uma explicação para representações tão alinhadas com os interesses dos representantes do poder econômico local está associada, de um lado, ao modo como se realiza a produção de sentidos na notícia dos fatos, ou seja, a partir de um jogo de influência no qual a linha política do jornal ainda era pouco influenciada por seus outros leitores. Assim, havia pouco espaço para confrontos, réplicas ou polêmicas alimentadas por opiniões relativas aos ambulantes no centro da cidade, diversas daquela defendida sutil e declaradamente por esse veículo de comunicação.

Além disso, era grande a dependência financeira desse jornal, desde sua origem, aos recursos públicos e ao mercado imobiliário. Isso lhe retirou a possibilidade de uma maior autonomia editorial. Dessa forma, tal veículo de comunicação passou a figurar mais e mais como porta de entrada de privilegiados interesses privados, constituindo-se, ainda, em um importante instrumento político dos segmentos dominantes da denominada “cidade letrada”¹⁴⁴.

¹⁴⁴ Como afirma Habermas (1984: 217), ainda que referindo-se a outro período da história da imprensa: “Não só os interesses econômicos privados passaram a ter maior peso: o jornal acaba entrando numa situação em que ele evolui para um empreendimento capitalista, caindo no campo de interesses estranhos à empresa jornalística e que procuram influenciá-la. [...] Desde que a venda da parte redacional está em correlação com a venda da parte dos anúncios, a imprensa, que até então fora instituição de pessoas privadas enquanto público, torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas”.

4.4 A reorganização dos trabalhadores ambulantes na região central de Goiânia em um contexto de regularização da informalidade pelo Estado: 1990/2007

No contexto compreendido entre os anos 1990/2007 deve ser ressaltado um conjunto de quatro processos que serão brevemente analisados aqui: a regularização da informalidade articulada a um processo de diferenciação espacial das atividades dos ambulantes/feirantes na região central de Goiânia; a diferenciação tanto da demanda quanto do perfil socioeconômico e cultural dos freqüentadores; e a mudança, relativa à década de 1980, observada nas representações sobre esses trabalhadores produzidas por parte das elites locais a partir do final dos 80 e início dos 90.

Regularização da informalidade articulada à diferenciação espacial das atividades dos ambulantes na região central da cidade

No que diz respeito ao primeiro ponto, o processo de formalização/legalização das atividades dos ambulantes, articulado a um processo de diferenciação espacial de suas atividades na região central de Goiânia, é importante destacar que, a partir do início da década de 1990, consolida-se um processo de crescente e sistemática intervenção do Estado, visando regularizar o trabalho dos camelôs nesse local e, paralelamente, oferecer uma resposta paliativa frente à crescente taxa de desemprego e entrada de trabalhadores na informalidade.

Nessa linha, consolida-se, a partir de então, uma política estatal que objetivava formalizar/legalizar as atividades dos ambulantes através da construção de espaços regulados, destinados a realização de suas atividades, conforme é possível observar no mapa 4.1, relativo a distribuição espacial dos ambulantes resultante da intervenção do Estado, logo abaixo.

Nesses espaços encontram-se, de um lado, as novas feiras da região central: a da Lua, a do Sol e o Mercado, além da remodelação e ampliação da Feira Hippie e, ainda, a redistribuição e maior regularização e fiscalização das atividades dos poucos ambulantes que restaram no centro tradicional.

De outro lado e, não raramente, em parceria com a iniciativa privada, consolida-se também um processo de construção de uma modalidade de espaço regulado, os camelódromos, tanto na região central da cidade, quanto em várias outras, com a finalidade de organizar e regulamentar a desordenada e crescente atividade dos vendedores ambulantes. Entretanto, estes não são objetivo dessa análise.

Com esse processo de formalização/legalização de suas atividades, os ambulantes nele incluídos (grande parte não foi incluída e continua trabalhando na clandestinidade), perderam parte de sua autonomia, já que o Estado passou a ter maior controle sobre suas atividades: espaços de trabalho geograficamente delimitados e fiscalizados, horários e dias de trabalho regulados, bancas e disposição destas padronizadas, trabalhadores sujeitos a obrigatoriedade de cadastramento (na SEDEM-GO), através da exigência de um conjunto de comprovações e a obrigatoriedade do pagamento de taxas criadas pela Prefeitura, que lhes garantiam o direito do exercício da atividade nessa nova situação¹⁴⁵.

Entretanto, conquistaram melhores condições de trabalho devido ao fato de passarem a trabalhar como “formalizados”, o que resultava no reconhecimento do Estado em relação ao seu trabalho e ainda na expressiva diminuição dos conflitos com lojistas e demais empresários do centro.

¹⁴⁵ É importante ressaltar que um grande número de trabalhadores não foram incluídos nesse processo de formalização. De forma que o Estado continua a fazer vistas grossas diante do crescente número de ambulantes clandestinos ou não-formalizados/regularizados.

Mapa 4.1: Distribuição espacial dos ambulantes resultante da intervenção do Estado



Fonte: Wikimapia (2008).

É importante destacar, ainda, que o exercício das atividades desses trabalhadores nas feiras, que aos poucos se tornam cartões postais da região central da cidade, implicou na condição de grande parte deles passarem a trabalhar de maneira “formalizada”, mas não necessariamente “legal”. Isso ocorre porque o Estado não regula e nem tem formas de controle eficazes sobre as relações de trabalho e muito menos sobre a origem dos produtos comercializados.

A ausência do poder público no sentido de garantir a qualidade do trabalho e a legalidade dos produtos comercializados também contribui decisivamente para que, paralelamente ao crescimento do número de feiras no centro e também dos referidos camelódromos, se intensificasse o desenvolvimento de redes ligadas ao comércio ilegal e às falsificações. Grande parte desses ambulantes atua como ponta de distribuição de uma produção ilegal e largamente atraente aos olhos de quem não tem emprego fixo e mesmo para quem poderia estar empregado, como é o caso do setor de confecção, que mescla atividades de empresas formais e empresas sem nenhum registro no processo de produção. Nesse sentido, segundo Aguiar e Ribeiro (2007: 3):

No caso de Goiânia, os informais que se encontram nas feiras, licenciadas pelo poder público municipal ou nos “camelódromos” que têm seu funcionamento refutado pelo mesmo poder, o abastecimento é feito principalmente pelo Paraguai ou por grandes redes de distribuição, localizadas basicamente em São Paulo.

É possível concluir, pois, que a consolidação do processo de formalização/legalização dessa informalidade, particularmente a partir dos 90, longe de significar a legalização das relações de trabalho e dos produtos comercializados por esses ambulantes acabou contribuindo para a ampliação de uma rede que adquire produtos no Paraguai e em São Paulo, e daquela formada pelos “sacoleiros” que freqüentam as feiras da região central da cidade, especialmente a Híppie. Isso se torna possível graças a conivência do Estado, uma vez que este não fiscaliza nem coíbe eficazmente os produtos contrabandeados e/ou produzidos de forma precária.

No sentido de demonstrar como esse processo de regularização da informalidade esteve articulado a um processo de diferenciação espacial das atividades dos ambulantes na região central de Goiânia realizaremos, nas páginas seguintes, um breve histórico de

intervenções urbanas por parte do poder público: ora construindo novas feiras, ora remodelando-as, ora ampliando-as.

Em primeiro lugar temos a Feira Hippie, a mais antiga delas, que tem seu início por volta dos anos 70 e se constitui em uma das mais tradicionais de Goiânia, completando 40 anos de funcionamento em 2008.

Conforme Maia (1997), esta começou a funcionar em 1969, quando o Parque Mutirama era freqüentado por hippies que expunham suas peças artesanais. Depois foi transferida para a Praça Cívica, atual Praça Pedro Ludovico Teixeira, no centro tradicional da cidade, onde por muito tempo conservou as características meramente artesanais e de venda de peças de decoração. Em seguida foi novamente transferida, agora para a Avenida Goiás, onde desde o final dos 80 predomina o comércio de roupas em função do crescimento de indústrias de confecções, sobretudo as facções empregadoras de intensa e precária mão-de-obra feminina, sobre outros produtos como artesanato e acessórios eletrônicos. Foi levada, posteriormente, para a Praça do Trabalhador, próximo à Estação Rodoviária, onde se encontra desde 1994 na condição de uma das maiores feiras ao ar livre da América Latina.

Segundo a Associação da Feira Hippie, ela conta, em 2007, com pouco mais de 9.000 (nove mil) feirantes, sendo que somente 6.500 (seis mil e quinhentos) deles têm licença da prefeitura para vender seus produtos, ou seja, quase 3.000 (três mil) trabalham de forma clandestina. Já a SEDEM (Secretaria de Desenvolvimento Econômico Municipal de Goiânia), afirma que é de 7.285 (sete mil, duzentos e oitenta e cinco) o número de ambulantes formalizados/regularizados na mesma, ou seja, 71,1%¹⁴⁶.

Cabe ainda ressaltar que essa feira funciona uma vez por semana, aos domingos, das 7h às 14h, horário oficial de funcionamento. Entretanto, em função dos sacoleiros e sacoleiras que chegam de todas as regiões do país e do interior de Goiás, muitos deles já nos sábados, é possível encontrar um grande número de ambulantes/feirantes comercializando seus produtos inclusive nas noites de sábado, enquanto a maioria se ocupa em armar suas bancas em seus respectivos pontos. Destaca-se o fato de que, ao longo da semana, é grande o número dos que trabalham em outras feiras, inclusive na região central, basta atentar para o

¹⁴⁶ Ver capítulo I, tabela 1.1.

fato de que 73% do universo de 430 entrevistados declaram ter duas bancas e/ou pontos e 19,7% declaram possuir 3 bancas e/ou pontos¹⁴⁷.

Essa feira não tem uma organização clara como as demais, talvez porque o enorme número de barracas e a grande quantidade de ruas a dificulte. É comum, em uma área onde predominam produtos de confecção, encontrar pontos de venda de produtos eletroeletrônicos, artesanatos e até mesmo alimentos. Suas barracas têm uma configuração bem diferente daquelas das Feiras da Lua e do Sol e do Mercado Aberto. Não existem espaços específicos para alimentos e bebidas, encontrados de forma dispersa, enquanto nessas últimas há lugares bem maiores destinados especificamente para isso. Portanto, essa configuração peculiar dificulta o entendimento da disposição de suas inúmeras bancas.

A grande quantidade, na Feira Hippie, de barracas de roupas a preços baixos graças ao histórico e crescente processo de precarização das etapas de produção do setor de confecção, somado ao fato de sua transferência em 1994 para as proximidades do Terminal Rodoviário Central, fez com que esta se tornasse procurada regularmente por pessoas das mais variadas localidades da Região Centro-Oeste e, também, por gente de toda parte do país, notadamente das regiões norte e nordeste e, ainda, da região Sudeste, especialmente do Estado de Minas Gerais, que lotam em média quarenta ônibus para comprar no atacado. Assim, percebemos que o setor de vestuário é seu ponto forte.

Dessa forma, é bastante utilizada por seus frequentadores para a compra de produtos para revenda em suas cidades de origem. Tem, portanto, um caráter regional e, até, supra-regional. A procura por mercadorias supera em muito a busca pelos eventos culturais, que acontecem na área em frente à antiga Estação Ferroviária, englobando apresentações de grupos de capoeira e de artistas individuais.

Já o setor de artesanato, menos expressivo que o primeiro, está localizado em uma outra área da feira, em frente ao prédio histórico da antiga Estação Ferroviária. Peças feitas no tear, tachos de cobre, cerâmica, pedra sabão, crochê, licores e porcelanas pintadas à mão são apenas alguns dentre os tantos itens comercializados pelos artesãos. Além disso, junto a eles encontram-se os artistas plásticos, com belas e coloridas telas.

¹⁴⁷ Ver capítulo III, tabela 3.24.

A feira possui um serviço de som denominado de Rádio Híppie, que presta serviços de utilidade pública anunciando desde documentos perdidos a crianças desaparecidas, além de promover sorteios e comunicar as promoções aos visitantes.

Constatou-se ainda que a transferência da Feira Híppie da Avenida Goiás para a Praça do Trabalhador acarretou notáveis transformações na Rua 44 e em seu entorno. Isso pôde ser comprovado quando os comerciantes a apontam, de forma geral, como o principal motivador do comércio. Segundo Castro (2002: 4):

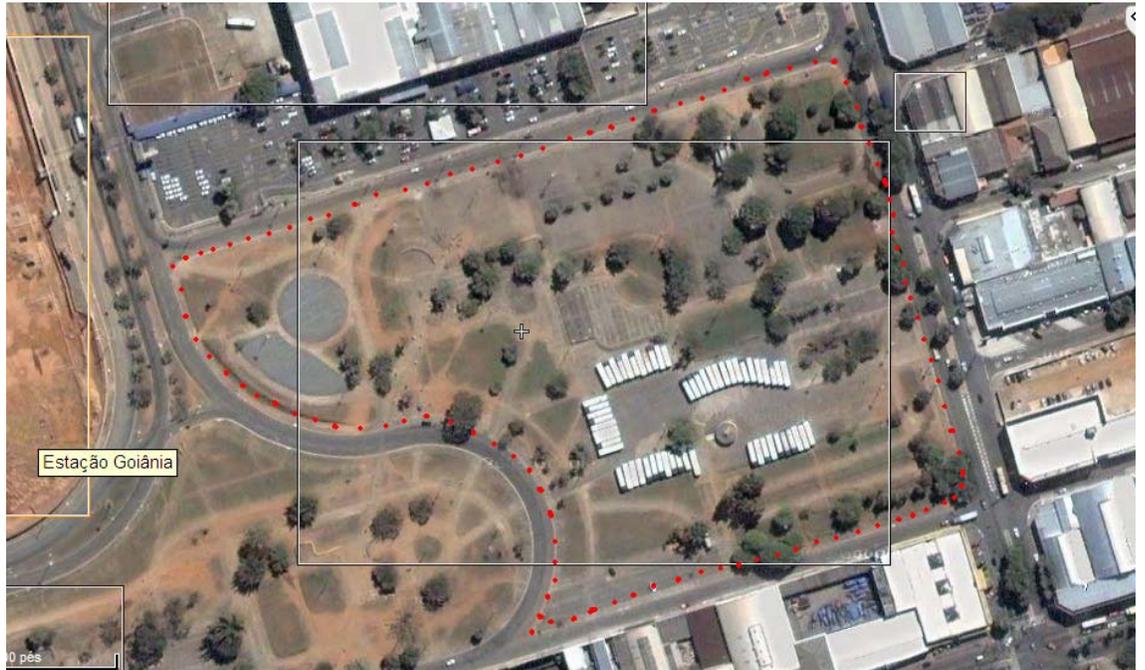
A Feira Híppie promove o fluxo de consumidores, atrai comerciantes de diversas cidades do estado e do país, causando uma grande concentração de pessoas e veículos no setor. Nota-se também que a Feira Híppie possibilitou a instalação de vários pontos comerciais na rua 44 e entorno, dinamizando-os e criando condições para que fortalecesse as relações comerciais. A Feira Híppie atrai, assim, consumidores e comerciantes que reforçam a economia das agências de passagens, turismo, rodoviária e hotéis. Com o desenvolvimento comercial no setor, aumenta a especulação, o desejo de ampliação do espaço privado e da apropriação destes pelos empresários capitalistas.

Mapa 4.2: Localização da Feira Híppie (mapa 1)



Fonte: Wikimapia (2008).

Mapa 4.3: Localização da Feira Hippie (mapa 2)



Fonte: Wikimapia (2008).

Figura 4.1: Interior da Feira Hippie (foto 1)



Fonte: SEDEM (2003).

Figura 4.2: Interior da Feira Hippie (foto 2)



Fonte: SEDEM (2003).

Figura 4.3: Interior da Feira Hippie (foto 3)



Fonte: SEDEM (2003).

O Mercado Aberto¹⁴⁸ funciona de segunda a sexta-feira, das 9h às 19h, e aos sábados, das 8h às 13h. A partir das 19 horas e aos sábados e domingos o Mercado Aberto é destinado à realização de eventos culturais, embora atualmente não se observe planejamento e incentivo administrativo do poder municipal nesse sentido (Decreto Lei n. 1.287, de 1 julho de 2002).

É um espaço de quase 10 mil metros quadrados que inicialmente abrigaria 1.012 bancas, mas que, em função da recusa de parte dos ambulantes em irem para um galpão em frente à Praça das Mães, passou a comportar 1.345 bancas¹⁴⁹ devidamente formalizadas/regularizadas junto a SEDEM¹⁵⁰. Foi fundado em setembro de 2003 e está situado entre as ruas 68 e 74, na Avenida Paranaíba, ocupando quatro canteiros centrais desta, à direita e à esquerda da Avenida Goiás.

O tipo de mercadoria predominante é oriundo do ramo de confecções, tal como na Feira Hippie e na Feira da Lua. Mais da metade dos ambulantes aí instalados se dedica ao comércio de roupas, seguidos por aqueles que se dedicam, em bem menor número, ao comércio de calçados/bolsas, importados e moda íntima/outros (SEDEM/2004).

Trata-se de um espaço que possui toda uma infra-estrutura de funcionamento: quatro copas, oito sanitários, quatro provadores de roupa, dois sanitários para deficientes, duas guaritas de administração, uma guarita do conselho gestor, duas guaritas para policiais, dois espaços reservados à Fundec, um escritório para fretistas e duas praças de alimentação, de acordo com o Jornal *O Popular*, além de um espaço para o programa “Trabalhando com as

¹⁴⁸ “O Mercado Aberto possui Conselho Gestor, formado por representantes dos moradores do Centro da capital, de comerciantes formais e informais e da Prefeitura. Ele é responsável por promover melhorias para aqueles que utilizam o espaço do Mercado Aberto” (SEPLAN, 2003: 54).

¹⁴⁹ Atualmente, o número já é de 1470 bancas.

¹⁵⁰ Segundo Filho (2005: 110), “quanto à seleção dos trabalhadores, em termos gerais, a liberação de concessão pública para trabalhar no Mercado Aberto dependeu de dois critérios estabelecidos na cláusula 2ª do Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta, celebrado entre a prefeitura e o Ministério Público do Estado de Goiás, cuja cópia de parte do documento consta do Anexo VI deste ensaio. Os dois critérios são: “1 – não possuírem, (os beneficiados) de forma alguma, concessão pública; 2 – não possuírem impedimento jurídico legal”. Atendendo tais critérios, seriam priorizados aqueles trabalhadores que já possuísem cadastro na SEDEM e que se encontravam trabalhando no local, como reza a cláusula 3ª deste mesmo documento. Restando vagas, como estabelecido na cláusula 4ª, estas serão concedidas pela SEDEM aos ambulantes que se encontram trabalhando no Centro Histórico de Goiânia, desde que atendam aos critérios supra-citados”.

Mãos”¹⁵¹. É preciso que se acrescente aos equipamentos listados os bebedouros e telefones públicos.

Também foi criada no local, sob os cuidados da Secretaria de Comunicação, uma rádio cujo nome é “Onda Livre: O Som do Mercado Aberto”. É um serviço de radiodifusão, de interesse e utilidade pública, que funciona de segunda a sábado e inclui, em sua programação, música, informação, entretenimento e prestação de serviços (Filho, 2005).

Essa feira foi construída como alternativa espacial de alocação dos trabalhadores que, em razão do processo de revitalização do centro da cidade, deveriam ser retirados das ruas e avenidas onde atuavam, principalmente as Avenidas Goiás e Anhangüera (Filho, 2005), projeto desenvolvido durante a gestão do prefeito Pedro Wilson-PT. É também a primeira tentativa planejada de se intervir efetivamente na questão do mercado informal, intervenção inserida, por sua vez, em um projeto maior de reabilitação do Centro de Goiânia através do resgate da paisagem original da Avenida Goiás¹⁵².

¹⁵¹ O Programa Trabalhando com as Mãos atende a adolescentes de 14 a 17 anos de famílias em situação de pobreza. Os inscritos freqüentam a escola formal em um turno e, no outro, em um período de quatro horas diárias, participam de cursos e oficinas, recebem assistência médica, odontológica e psicológica, uniforme, lanche e, ainda, uma bolsa de incentivo de meio salário mínimo. Atende, também, portadores de deficiências e idosos. Os produtos fabricados pelos adolescentes são expostos e comercializados na loja da Fundec. Esse programa encontra-se instalado em sete pontos diferentes da cidade, incluindo este.

¹⁵² Segundo Bahia (2008), cabe ressaltar que “a construção da Feira Mercado Aberto não foi apresentado ao Legislativo na forma de um projeto de lei. O Poder Executivo preferiu discuti-lo separadamente com os vereadores e, depois, em uma audiência pública realizada na Câmara Municipal. A forma como foi apresentado se assemelhou a uma prestação de contas, não uma consulta popular. O Ministério Público (MP) esteve à frente, junto com a Sedem, na definição destas regras, que fazem parte de um Termo de Ajuste de Conduta assinado entre MP, a Prefeitura de Goiânia e representantes dos camelôs e da Associação Centro Vivo. Fazem parte do Conselho Gestor do Mercado Aberto a Associação Centro Vivo, com 40 por cento de participação; os camelôs respondem por mais 40 por cento e a Sedem e a Secretaria de Cultura com os 20 por cento restante”. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Reportagens& idjornal=24&idrep=162>. Acesso em: 16 mar. 2008.

Mapa 4.4: Localização do Mercado Aberto e sua Extensão



Fonte: Wikimapia (2008)

Figura 4.4: Avenidas Goiás (na horizontal) e Paranaíba (na vertical)



Fonte: SEDEM (2003).

Figura 4.5: Vista aérea lateral do Mercado Aberto



Fonte: SEDEM(2003).

Figura 4.6: Barracas do Mercado Aberto



Fonte: SEDEM(2003).

Figura 4.7: Interior do Mercado Aberto



Fonte: SEDEM(2003).

A Feira da Lua possui 1250 (mil duzentas e cinquenta) bancas formalizadas/regularizadas (SEDEM-GO), além de um número de ambulantes clandestinos difícil de ser contabilizado. Acontece nas tardes e noites de sábado, na Praça Tamandaré, que é cortada pela Avenida Assis Chateaubriand. Suas barracas se localizam em volta da praça, de modo que contorná-la com o carro não é permitido.

Criada em 1992 para abrigar os expositores que não conseguiram vaga na Feira do Sol (descrita a seguir) tornou-se, em pouco tempo, a segunda maior feira de Goiânia, privilegiando o comércio de roupas para adultos, além de barracas com roupas infantis. Produtos de artesanato e outras mercadorias diversificadas são também encontrados em menor quantidade.

Em razão do grande número de barracas¹⁵³ de confecções, as atividades de convivência e lazer são deixadas em segundo plano. O espaço central da praça é muito mal iluminado, sendo pouco utilizado pelos freqüentadores. Já a área de alimentação é bem

¹⁵³ Outra observação muito importante diz respeito à organização das feiras. A Feira da Lua tem suas barracas distribuídas de uma forma bastante racional, no sentido de facilitar o deslocamento do público: duas áreas são dedicadas exclusivamente para alimentos e bebidas, quatro áreas comercializam roupas e sapatos e outras duas vendem produtos artesanais e diversificados. Isso concentra os produtos de uma mesma natureza em uma determinada área, permitindo a seus freqüentadores encontrarem as mercadorias desejadas em diferentes pontos, ao mesmo tempo em que torna o ambiente mais transitável.

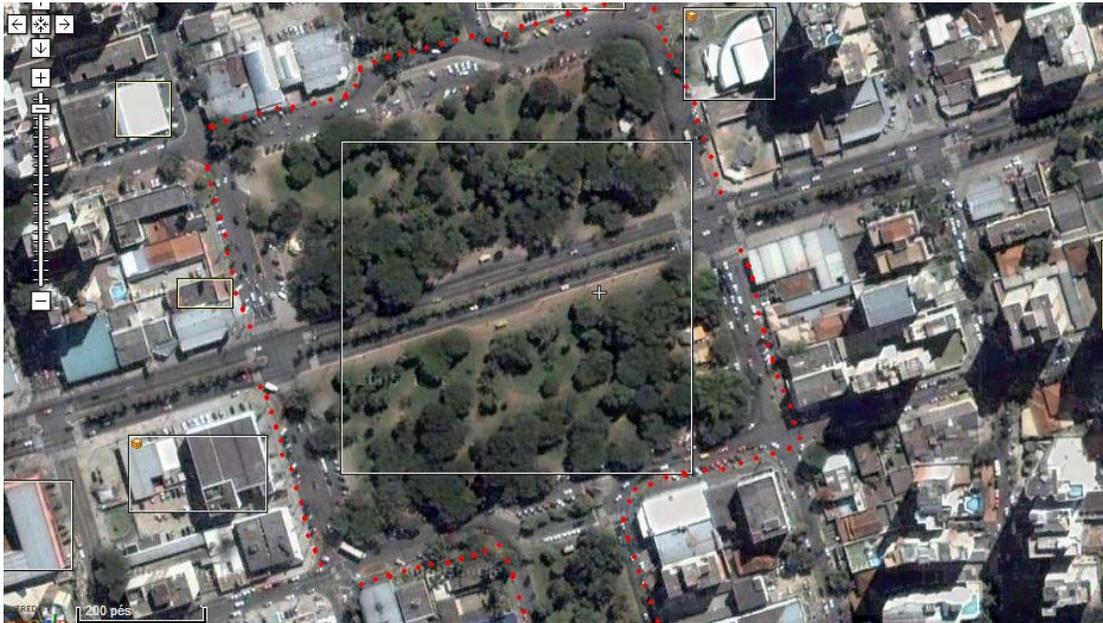
contemplada, sendo possível encontrar, ao fundo das barracas de alimentação, mesas à disposição. Isso diferencia bastante tais espaços dos corredores de compras das demais, ao tornar-se um ambiente tranquilo e aconchegante, mas também caracterizado por um constante movimento de clientes, mesmo sendo um espaço de convivência, evidenciando seu caráter comercial.

Mapa 4.5: Localização da Feira da Lua (mapa 1)



Fonte: Wikimapia (2008).

Mapa 4.6: Localização da Feira da Lua (mapa 2)



Fonte: Wikimapia (2008).

Figura 4.8: Interior da Feira da Lua (foto 1)



Fonte: SEDEM(2003).

Figura 4.9: Interior da Feira da Lua (foto 2)



Fonte: SEPLAN (Dez de 2003).

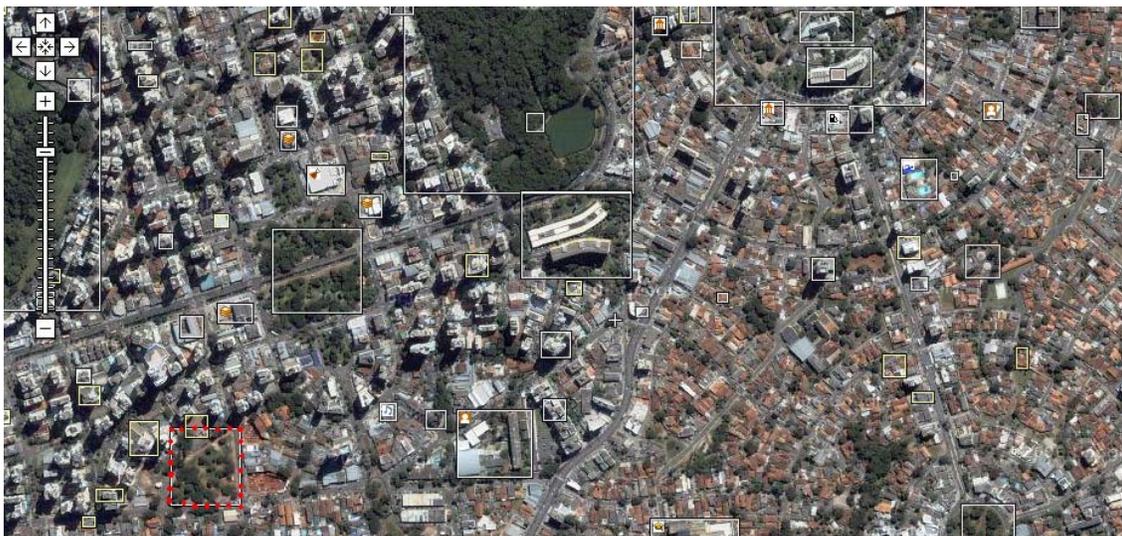
Já a Feira do Sol, realizada na Praça do Sol, em um bairro nobre da cidade, o Setor Oeste, foi idealizada em 1990 por um grupo de artistas e artesãos que pretendiam produzir suas obras ao ar livre, permitindo que o público acompanhasse todo seu processo criativo. Funciona aos domingos, das 16h as 20h e seu funcionamento foi regulamentado em 1994 (SEPLAN, 2003). Atualmente conta com 222 (duzentas e vinte e duas) bancas ou ambulantes formalizados/regularizados, segundo a SEDEM-GO. O número de clandestinos nessa feira é relativamente pequeno.

A princípio comercializavam-se basicamente doces e produtos apícolas, razão pela qual também é ainda conhecida como Feira do Mel. Porém, se diversificaram os artigos e, atualmente, há artesanato, roupas, sapatos, entre outros.

A Feira do Sol também possui uma distribuição bastante apropriada não só às atividades de comércio, mas também às complementares que lá são desenvolvidas. As barracas são dispostas nas calçadas que circundam a feira, enquanto que no espaço central encontram-se brinquedos infantis, comércio de animais domésticos e apresentações culturais. Na calçada inferior predominam as barracas de alimentos e bebidas. No lado esquerdo há a

comercialização de roupas e sapatos, e, nas áreas superior e direita, se comercializam objetos de artesanato e produtos diversos.

Mapa 4.7: Localização da Feira do Sol (mapa 1)



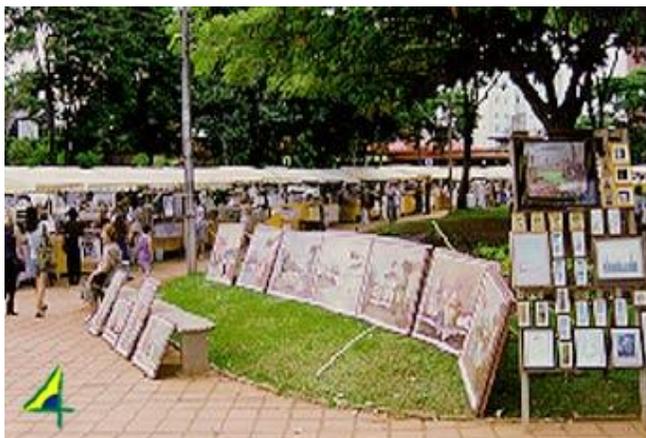
Fonte: Wikimapia (2008).

Mapa 4.8: Localização da Feira do Sol (mapa 2)



Fonte: Wikimapia (2008).

Figura 4.10: Feira do Sol



Fonte: SEMTUR (2007).

Figura 4.11: Interior da Feira do Sol



Fonte: SEMTUR (2007).

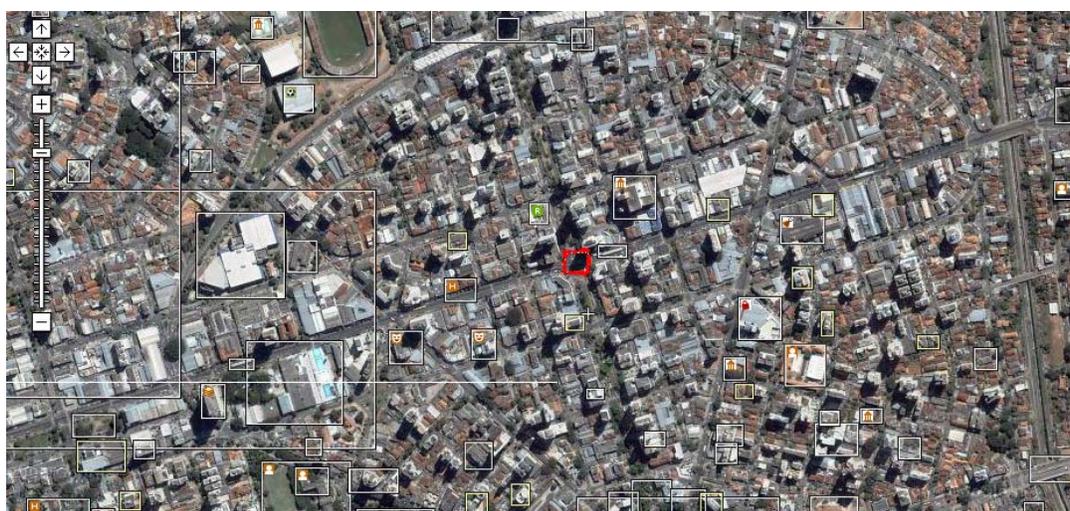
Em relação à quinta região geográfica da amostra dessa pesquisa, que são algumas ruas do centro tradicional da capital (ruas 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9 e 30), situadas entre as avenidas Araguaia e Tocantins e entre a Praça Cívica e a Praça do Trabalhador, não se trata, especificamente, de uma feira, mas de trabalhadores ambulantes localizados de forma dispersa e, em sua maioria, na condição de informais desde longa data, muitos desde meados dos 70.

É a região que concentra menor número deles (267 ambulantes cadastrados), de acordo com Rodrigues (2008). No segundo semestre de 2007, quando da realização da pesquisa de campo, era de 148 os ambulantes cadastrados. É importante lembrar que, com a

construção do Mercado Aberto, diminui muito o número desses trabalhadores nas ruas e avenidas do centro tradicional e ocorreu, também, o aumento da fiscalização.

É muito comum encontrar aqueles que, arriscadamente, oferecem aos passantes CDs e DVDs piratas. Entretanto, há um predomínio da venda de produtos alimentícios (frutas, pamonhas, bolos, café). Também é normal, nesse local, figuras populares entre os transeuntes que se dedicam a ler as mãos, consertar panelas de pressão, a medir a pressão, preparar/vender raízes (“garrafadas”) e entreter os passantes, como é o caso do “homem da cobra”.

Mapa 4.9: Localização - principais ruas centrais (mapa 1)



Fonte: Wikimapia (2008).

Mapa 4.10: Localização - principais ruas centrais (mapa 2)



Fonte: Wikimapia (2008).

Figura 4.12: Ambulantes clandestinos - ruas do centro tradicional (foto 1)



Fonte: produção própria (2007).

Figura 4.13: Ambulantes clandestinos - ruas do centro tradicional (foto 2)



Fonte: produção própria (2007).

Essa forma de intervenção do Estado via construção/remodelação/ampliação dessas feiras visou a redistribuição espacial estendida dos ambulantes na região central da cidade, como forma de tentar atenuar o crescente caos e o número de conflitos que tomavam conta do centro tradicional.

Também funcionou como uma resposta paliativa para o problema social resultante do crescente desemprego no período, utilizando-se, para tanto, dessa forma precária de inserção no mercado de trabalho como alternativa para essa mão-de-obra ociosa cooperando, ao mesmo tempo, para formas de ligação e interdependência, inclusive ilícitas, entre o “setor organizado” e o “não-organizado” da economia.

Diferenciação do perfil dos freqüentadores das feiras e ruas do centro

Quanto à diferenciação do perfil dos freqüentadores das feiras e ruas do centro, cabe destacar, preliminarmente, que esse processo está em curso desde meados dos 80, estimulado pela crise econômica de então, quando novos estratos sociais passam a buscar no comércio informal não apenas produtos baratos, mas também de qualidade e atualizados com as tendências da moda, principalmente no tocante às roupas e acessórios. Trata-se também de uma dinâmica que está articulada à anteriormente narrada diferenciação espacial das atividades dos ambulantes do centro tradicional de Goiânia.

É possível afirmar, com base em pesquisa realizada por Amaral e Rabelo (1999: 3)¹⁵⁴, que as feiras, de forma geral, têm em comum o fato de “se constituírem em locais de compra, alimentação, lazer, encontro, namoro para seus freqüentadores [...] reproduzindo formas tradicionais e modernas de vida social”. Entretanto, apresentam também diferenças, nos interessando particularmente aquelas que podem apontar para um processo de diferenciação da demanda e do perfil de seus freqüentadores.

No que tange ao perfil de seus freqüentadores, o mesmo estudo (idem) conclui que, em relação à distribuição por sexo, observou-se que o público feminino é superior nas três feiras consideradas, sendo que na da Lua esse público soma 80% dos entrevistados, na Hippie 72,5% e na do Sol 60%. Além disso, a maioria dos da Feira da Lua, 94,9%, e da Feira do Sol, 97,5%, reside em Goiânia ou no entorno. Quanto à Feira Hippie, 55,8% residem em Goiânia ou entorno e 44,2% em outras cidades ou regiões. Cabe esclarecer que a proximidade desta com o Terminal Rodoviário estimula seu caráter regional, bem com uma rede de

¹⁵⁴ Cabe observar que a pesquisa realizada pelos autores, analisando o perfil dos freqüentadores de feiras especiais no centro de Goiânia, só levou em conta a Feira Hippie, a Feira da Lua e a Feira do Sol. Entretanto, a maior parte de seus resultados pode ser usada dedutivamente para igual análise em relação ao Mercado Aberto.

pequenos negócios, em grande parte informal, de apoio, tais como hotéis de pequeno e médio porte, shoppings populares, restaurantes e lanchonetes etc.

Amaral e Rabelo (1999) ressaltam ainda que, na Feira da Lua, os entrevistados estão distribuídos em todas as categorias sociais, 52,6% moram em bairros de classe B/C ou superior e 47,4% em bairros de classe C ou inferior. A Feira do Sol apresenta dados próximos a estes, mas com um leve aumento dos residentes em bairros B/C ou superior, 58,9%, e um pequeno declínio da percentagem de moradores de bairros C ou inferior, 41,1%. Observamos ainda que, além de regional, a Feira Hippie possui uma grande quantidade de entrevistados com baixo poder aquisitivo, já que 76,1% deles moram em bairros de classe C ou inferior e somente 23,1% em bairros de classe B/C ou superior.

Embora não tenhamos dados sobre o perfil dos freqüentadores do Mercado e Aberto e das ruas do centro tradicional (duas “feiras” ou zonas que fazem parte desta pesquisa mas não foram objetos de análise dos autores supracitados), é possível concluir, dedutivamente, que o perfil dessas zonas de nossa pesquisa se aproxima muito do daqueles que freqüentam a Feira Hippie em função da proximidade geográfica desta com o Mercado Aberto e as ruas do centro tradicional. Além disso, de grande parte de seus ambulantes trabalha aos domingos na Feira Hippie e a maioria dos produtos vendidos por eles, tal como foi anteriormente descrito, são típicos de consumidores de bairros de “classe C ou inferior”.

Assim, o perfil dos freqüentadores da Feira do Sol, inclusive dada a sua localização geográfica (Setor Oeste: bairro nobre da capital)¹⁵⁵, é o menos popular de todas. Segue-se a esse perfil o dos freqüentadores da Feira da Lua, na qual se observa uma participação popular mais expressiva do que a anterior, conforme dados referidos. Basta lembrar, nesse sentido, que esta é hoje a segunda maior feira de produtos de confecção na cidade, ficando atrás apenas da Feira Hippie e, por conseqüência, recebendo muitos de seus freqüentadores¹⁵⁶.

¹⁵⁵ Na Feira do Sol, há a realização de uma grande variedade de atividades culturais, em sua área central, onde ocorrem shows musicais, apresentações de peças de teatro e de fantoches, de grupos de capoeira, além de eventuais exposições e manifestações de segmentos sociais. É a feira que tem o mais rico espaço para convivência social destinado a seus freqüentadores. É utilizada por eles de forma muito particular, dependendo do período do dia. Durante a tarde as famílias são maioria na feira, sendo a área central tomada por um grande número de pais e crianças. Porém, no final da tarde, o público infantil começa a diminuir, dando lugar aos adolescentes. Estes geralmente estão em grupo e se aglomeram nos gramados centrais da praça.

¹⁵⁶ Mesmo situando-se em um bairro nobre de Goiânia (Setor Oeste), observa-se uma considerável popularização dos freqüentadores da Feira da Lua. Essa constatação se deve, além da observação dos mesmos nos corredores da

Um perfil bem diferenciado, ou seja, o mais popular de todas as feiras, é o dos freqüentadores da Feira Hippie e, dedutivamente, como explicado anteriormente, os do Mercado Aberto e ruas do centro. Contribui para isso o fato de esta ser uma feira na qual predominam os produtos do setor de confecção, vendidos a baixíssimo preços¹⁵⁷, por ser uma feira de caráter regional, ou seja, receber regularmente sacoleiros do interior do Estado de Goiás e de vários outros Estados.

Quando à diferenciação da demanda cabe ressaltar, em conformidade com Amaral e Rabelo (1999) que na Feira do Sol prevalecem as atividades culturais e de lazer sobre as de consumo. No caso da Feira da Lua, as áreas de roupas, sapatos, artesanato e alimentação ocupam quase a totalidade do espaço, sendo pequeno o local para atividades culturais. Eventualmente, grupos musicais fazem apresentações perto das mesas de alimentação localizadas atrás das barracas especializadas. Essa falta de um lugar para convivência se dá principalmente pelo fato de não haver iluminação suficiente nos gramados centrais da Praça Tamandaré. Talvez isso tenha justamente o propósito de incentivar a compra de produtos, mostrando o caráter altamente comercial desta. Na Feira Hippie e, por comparação, no Mercado Aberto e ruas do centro, também predominam as atividades de consumo sobre as culturais e de lazer pelas razões supracitadas.

Os ambulantes na imprensa a partir do final dos 80 e início dos 90: das páginas do caderno de polícia às do caderno cidade

Discorremos, por fim, sobre o que muda nas representações produzidas pela grande imprensa escrita local (Jornal *O Popular*), sobre esses trabalhadores, a partir do final dos 80 e início dos 90, em comparação à década de 1980. Desde já acrescentemos que as mudanças estão associadas à crescente organização dos ambulantes na luta pelo direito de trabalhar de forma regularizada e em condições mais dignas, à redefinição da centralidade do núcleo tradicional de Goiânia (centro tradicional) materializada no aparecimento de novos núcleos de comércio descentralizados e, portanto, contribuindo para diminuir os conflitos

feira, ao fato do enorme número de pessoas que se encontram nos pontos de ônibus da Praça Tamandaré. Isso evidencia que as pessoas de classes com menor renda e residentes em bairros afastados também a freqüentam, de acordo com Amaral e Rabelo (1999).

¹⁵⁷ Graças à informalidade que caracteriza a maior parte do processo de produção dos mesmos.

entre esses trabalhadores e os comerciantes lojistas, ampliação do espectro social de consumidores que passam a comprar dos feirantes, ampliando a base social de legitimação de suas atividades e ao progressivo processo de formalização/legalização dessa informalidade, promovido pelo Estado. Além disso, temos a emergência de uma nova e mais complexa heterogeneidade dessa informalidade da região central da cidade, que será objeto de análise de parte do capítulo V.

Em tal contexto histórico essa forma de representação foi sendo gradualmente reelaborada. Esses trabalhadores passam a figurar de uma nova forma nas páginas do jornal *O Popular*, ou seja, nesse período se processou uma mudança em sua representação hegemônica. Pouco a pouco eles deixam de figurar como objeto das páginas do “caderno de polícia”, passando a figurar no “caderno cidade”.

A nova forma escrita de perceber os ambulantes, que se configura pouco a pouco, tende a se legitimar politicamente à medida que se institucionaliza o processo de democratização a partir do final dos 80, se consolida cada vez mais o Estado burguês de direito e ganha espaço a idéia da cidade enquanto cenário privilegiado de uma esfera pública politicamente ativa.

Esse contexto foi marcado, ainda, na economia goiana, por algumas transformações que devem ser ressaltadas. Em primeiro lugar, “o setor primário vem – em termos relativos – perdendo posição no que diz respeito à composição do Produto Interno Bruto para os setores industrial e de serviços, com exceção do setor agropecuário, cuja participação de Goiás superou a média Nacional”. Em segundo lugar, “embora o setor secundário tenha crescido no Estado, grande parte das suas indústrias são de beneficiamento e industrialização de matérias primas que são produzidas no Estado. Por este motivo, o setor primário continua tendo importância na economia goiana”. Em terceiro lugar, “a partir da maior urbanização dos investimentos, na indústria, ocorre simultaneamente o crescimento do setor de serviços, notadamente nas áreas de comércio e comunicação, bem como energia e transportes” (Silva, 2002: 42-43).

De modo geral, Goiás obteve um grande salto em seu desenvolvimento, passando de uma economia rural para uma economia urbana moderna em pouco mais de quinze anos. Trata-se de uma alteração na estrutura produtiva com importantes conseqüências que

impactaram o mercado de trabalho, tais como o aumento do fluxo migratório do campo para a cidade e uma maior concentração populacional.

Esse contexto foi caracterizado também pelo alívio das pressões diretas de determinados segmentos de classe dominante sobre os rumos editoriais do referido veículo de comunicação, abrindo caminho para sua atuação de maneira mais autônoma, ainda que sempre limitada aos interesses do mercado, e para a conquista de espaço dos cada vez mais inquietos setores populares, em especial os trabalhadores ambulantes da região central da cidade. Além disso, houve um aumento do número de meios comunicativos, que poderíamos denominar de imprensa escrita opinativa, o que sugere a constituição de um novo instrumento politizante da esfera pública, ademais de um crescimento quantitativo e da diversificação social do número de leitores, através da massificação do letramento, que implicou em mudanças do Jornal com seu redefinido público-leitor. Por último tem-se uma crescente organização dos próprios ambulantes, através da fundação de associações e sindicatos.

Essas são algumas das principais características desse novo quadro sócio-político, que se apresentou como solo histórico para as raízes de uma nova forma de representação relativa aos trabalhadores ambulantes que, cada vez mais sistematicamente, passou a tomá-los não mais como “questão de polícia”, mas como parte de uma “questão social”. Exemplos dessa nova forma, que pouco a pouco se torna cada vez mais frequentes e até mesmo hegemônica a partir do início da década de 1990, nas páginas de *O Popular*, seguem abaixo.

Sobre a conquista por parte dos trabalhadores ambulantes de um novo canal de mediação entre suas reivindicações de relaxamento na fiscalização e a crescente posição de recusa da Prefeitura, representando comerciantes e empresários, o Jornal *O Popular* de 12 de novembro de 1989 traz a seguinte matéria:

Dezenas de vendedores ambulantes lotaram as galerias da Câmara Municipal para pedir a interferência dos vereadores junto a Secretaria de Ação Urbana para que se chegue a um acordo no sentido de regulamentar o trabalho deles nas ruas [...]. Alberico Luiz Chaves, da Associação dos Ambulantes disse que todos desejam voltar a pagar as taxas de licença e trabalhar sem serem importunados pelos fiscais. [...] Foi pedida a interferência do presidente da Câmara, Elias Rassi Neto, junto ao Secretário da Ação Urbana para tentar uma solução para o problema.

De certo modo, é uma notícia que parece estabelecer uma linha de continuidade de produção de sentidos com a anterior, pois traduz o início de uma fase na relação entre

ambulantes e Prefeitura marcada pela negociação. É o que sugere matéria do Jornal *O Popular* de 3 de julho de 1990, na qual lemos: “O Presidente da Associação dos Ambulantes do Centro Comercial Popular, Francisco dos Reis Neto, afirma que a Prefeitura está mantendo a fiscalização em ‘banho maria’, e com isso os camelôs irregulares continuam na rua”.

As páginas desse Jornal enfatizam, em outra reportagem na mesma linha, a conquista e a ampliação do poder de negociação dos trabalhadores ambulantes junto a Prefeitura, ressaltando “a articulação de alguns vereadores e deputados e uma comissão de camelôs” (*O Popular*, 13 de abril de 1991)¹⁵⁸.

Gradualmente os ambulantes ganham uma nova visibilidade que parece ser oriunda do crescente reconhecimento, a partir dessa década, de suas atividades como um problema de ordem social¹⁵⁹. Assim, se de um lado, eles progressivamente tendem a negociar com o poder público, representados por associações e sindicatos que começam a surgir a partir de meados dos 80, organizados de forma extremamente precária, por outro trabalham no sentido de institucionalizar os conflitos.

Nesse sentido, a matéria de *O Popular* de 31 de outubro de 1990 chama a atenção do leitor para a conquista de proposta de lei que aborda o crescimento da informalidade e da presença dos vendedores ambulantes no centro tradicional de Goiânia como uma questão social, colocando em destaque a crítica ao recurso da força por parte do Poder Público:

O Legislativo goianiense vai analisar projeto da vereadora, do PC do B, Denise Carvalho, propondo a regulamentação da atividade [...]. A vereadora propõe ainda a criação de uma Comissão do Comércio Ambulante, que terá competência para a fixação de pontos de vendas e aprovar a emissão de novas licenças. A Comissão será integrada por representantes da Prefeitura de Goiânia, Câmara Municipal de Goiânia, Sindicato do Comércio Varejista de Feirantes e Ambulantes, Associação de Comerciantes Ambulantes, Sindicato dos Arquitetos Urbanistas de Goiânia e

¹⁵⁸ Segundo essa matéria (*Jornal O Popular*, 13 de abril de 1991), “[...] ficou acertado com o secretário Álvaro Alves - Ação Urbana - uma reunião desses segmentos na segunda-feira, às 10 horas, na Secretaria da Ação Urbana para discutir a questão. Enquanto isso, os ambulantes concordaram em suspender sua mobilização até o resultado das negociações”.

¹⁵⁹ Até mesmo os comerciantes e empresários manifestam uma certa mudança no modo como pensam a questão dos ambulantes. Assim, em matéria de *O Popular* (23 de abril de 1991) temos o seguinte: “[...] começa a ser feito pela Associação Comercial e Industrial de Goiás - CIEG, um levantamento no sentido de detectar as empresas capazes de absorver os mais de 800 camelôs irregulares retirados do Centro”. Contudo, a mesma matéria destaca também que “[...] a entidade apóia a atitude da Prefeitura de não permitir o comércio ambulante e pretende oferecer alternativas para contratar a mão-de-obra dispensada”. De outro modo, apesar de ser contrária à presença dos ambulantes nas ruas do centro tradicional da cidade, reconhece, ainda que timidamente, a natureza social do problema.

Associação de Recuperação e Conservação do Meio Ambiente – ARCA. [...] Avereadora ressalta que a medida irá solucionar ‘um grande problema que tem se agravado dia após dia, não recebendo tratamento adequado do Poder Público, que não raras vezes tem buscado a pior solução, que é a da repressão policial’, argumenta, frisando terem sido ouvidos no processo todas as entidades dos ambulantes.¹⁶⁰

Esse novo momento de produção de sentidos sobre os ambulantes caracteriza-se por uma comunicação jornalística por parte de *O Popular* na qual é possível observar uma ênfase na “eliminação” de adjetivos que lhes eram referidos, além de uma leitura mais técnica da questão pelo poder público, tudo isso articulado à ampliação das negociações entre a Prefeitura e os representantes desses trabalhadores.

Nesse sentido, é possível ler, em matéria de *O Popular* de 1 de outubro de 1995, que “a solução para o problema depende de uma política de geração de empregos e renda. A fiscalização coíbe, porém não tem força para impedir o crescimento da economia informal”, destacando que é preciso ver “o lado positivo da informalidade”, já que a “economia informal indiretamente contribui para a formal. Os informais investem sua renda auferida na economia formal. Eles também são consumidores de produtos diversos”¹⁶¹.

Um dos resultados dessa nova percepção do poder público foi a crescente abertura para o processo de negociação, procurando conciliar os interesses conflituosos em jogo. É o caso da proposta de criação de feiras exclusivas apresentada pela Prefeitura. Tratava-se de “uma proposta relativa a criação de duas feiras em dois espaços diferentes, com os dias alternados” (Jornal *O Popular*, 20 de maio de 1993)¹⁶². A matéria “cuidadosamente” chama a atenção do leitor para o fato de que:

‘Esta proposta está sendo colocada para ser debatida e **queremos achar uma solução que regularize a situação dos camelôs de forma democrática, sem**

¹⁶⁰ Também nessa linha o Jornal *O Popular* (21 de abril de 1991) destaca: “Segundo o vereador Elias Rassi, do PSDB, é certo que as pessoas não gostam de ver as ruas da cidade tomadas pelos camelôs, assim como os comerciantes também se sentem prejudicados, já que eles arcam com uma série de encargos dos quais os ambulantes estão livres. ‘Não se pode, no entanto, negar ao camelô o direito ao trabalho, garantido a todo cidadão pela Constituição Federal’, [...]”.

¹⁶¹ Matéria realizada com Luiz Alberto de Oliveira (Secretário de Desenvolvimento Econômico do Município – SEDEM).

¹⁶² “A primeira seria a utilização do calçadão da Avenida Goiás, abaixo da Avenida Paranaíba [...] Outro espaço é o calçadão da Avenida Universitária. [...] No documento, a Prefeitura propõe também a criação de dois shoppings populares” (Jornal *O Popular*, 20 de maio de 1993).

traumas e violência', afirmou Luiz Aberto de Oliveira, secretário do Desenvolvimento Econômico Municipal (Sedem). [grifos nossos]

É possível afirmar, a título de conclusão, que a nova forma como os ambulantes aparecem por escrito nesse veículo de comunicação se reestrutura, de certa forma, já que é crescentemente influenciada pelo novo contexto no qual gradualmente passa a influir a sua nova maneira de organização na luta pelo direito de efetivamente serem incorporados à cidade, ou seja, terem suas atividades reconhecidas e regularizadas. Além disso, essa forma de tratamento é cada vez mais afetada por um processo no qual a produção da narrativa periódica tende a ser invadida pela “cidade de novos leitores”.

Essa mudança na forma de representação dominante relativa aos trabalhadores ambulantes reflete, em grande medida, a tessitura de um novo contexto histórico no qual a Prefeitura, que pouco a pouco reconhece sua incapacidade para resolver o desemprego estrutural e exercer eficazmente o controle fiscal sobre as atividades dos camelôs, passa a tomar o crescimento do setor informal como um “mal necessário”. Isso ocorre diante do crescimento estrutural do desemprego; do crescimento do número de ambulantes, especialmente no centro da cidade; da ampliação do poder político desses trabalhadores, devido a sua organização coletiva e mobilização, traduzido na conquista de novos canais de mediação entre o cotidiano de trabalho nas ruas e os centros de poder decisório da cidade (Ministério Público, Prefeitura, Assembléia Municipal de Goiânia, etc.). Por conseguinte, essa mudança ocorre em um cenário mais favorável à negociação com o poder instituído, ou seja, com a estrutura de poder representante dos interesses privados das elites locais, aos quais sempre esteve ligado o jornal *O Popular*.

Finalmente, se por um lado, pudemos constatar uma clara ruptura no modo de representação hegemônica relativo aos trabalhadores ambulantes nas páginas de *O Popular*, problematizando sua crescente presença no centro da cidade como uma questão social, por outro não podemos deixar de ressaltar que, nessa nova forma de representação predominante, essa imprensa escrita e o poder público lançam mão progressivamente de um discurso democrático caracterizado pelo diálogo e articulado com estratégias de persuasão e cooptação das lideranças desses trabalhadores, produzindo, assim uma forma de “encenação política” que

pretende celebrar a cidade moderna como a cidade politicamente limpa ou livre de “dissentimentos”¹⁶³.

¹⁶³ Sobre este discurso/ideologia constitutivo(a) do urbanismo, cabe lembrar Habermas (1984). Ao fazer referência à “esfera pública burguesa”, o autor nos oferece subsídios para concluirmos que se trata de um processo ideológico que visa anular a idéia de política enquanto “dissenso”. Além disso, não se trata de um fenômeno local ou isolado, mas das características de como se dá a reprodução do espaço urbano atualmente, no qual - cada vez mais - o autoritarismo de mercado se cristaliza como base reguladora das relações de sociabilidade.

CAPÍTULO V

DAS TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS RECORRENTES ÀS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES AMBULANTES EM UM COTIDIANO DE TRABALHO CARACTERIZADO POR UMA NOVA E MAIS COMPLEXA INFORMALIDADE

Introdução

A partir de entrevista qualitativa de tipo longitudinal realizada com uma amostra de 30% dos indivíduos do universo de 430 ambulantes/feirantes anteriormente entrevistados (79 homens e 62 mulheres), procuramos compreender como o contexto pós-1990 tem contribuído para determinar a dinâmica das trajetórias ocupacionais (entre 1990-2007)¹⁶⁴ de trabalhadores que, até o momento de realização das entrevistas¹⁶⁵, tinham em comum o fato de estarem fora do “mercado de trabalho protegido”, trabalhando como ambulantes ou feirantes, ou simultaneamente em ambos¹⁶⁶. Procuramos analisar o comportamento de suas trajetórias ocupacionais no mercado de trabalho nos últimos 17 anos, buscando avaliar em que medida seus níveis de escolaridade e a falta de formação profissional tem incidido positiva ou negativamente sobre o rendimento mensal auferido¹⁶⁷.

Este capítulo encontra-se dividido em quatro partes, sendo a primeira uma breve consideração geral sobre as novas condições do mercado de trabalho na última década. Em seguida, na segunda, nos propomos a analisar o comportamento das trajetórias ocupacionais de

¹⁶⁴ Período no qual as conseqüências sociais da crise estrutural do emprego afetam mais diretamente o mercado de trabalho da região metropolitana de Goiânia (ver capítulo II), onde mora a grande maioria dos trabalhadores ambulantes do centro da cidade (tabela 3.17, em anexo).

¹⁶⁵ Dezembro de 2007/Janeiro de 2008.

¹⁶⁶ É importante ressaltar que, segundo dados da pesquisa quantitativa (capítulo III, tabela 3.52), apenas 41,3% dos 430 entrevistados registraram passagem pelo “mercado protegido de trabalho” ao longo de suas vidas.

¹⁶⁷ É o caso de um pequeno número de ambulantes e feirantes que trabalham simultaneamente na informalidade e também no “mercado de trabalho protegido” (ver tabela 3.63).

homens e mulheres no mercado de trabalho entre 1990 e 2007, visando avaliar em que medida a situação de escolaridade e formação profissional desses trabalhadores é responsável pela continuidade da grande maioria deles na informalidade. Na terceira parte, será realizada uma análise comparativa das dinâmicas das trajetórias ocupacionais recorrentes de 30% de homens e mulheres da amostra no já citado período. Finalmente, em quarto lugar, uma breve caracterização das trajetórias ocupacionais recorrentes e a análise de cada uma delas a partir de relatos emblemáticos colhidos no segundo semestre de 2007 com trabalhadores e trabalhadoras que fazem parte do compósito da referida amostra.

5.1 Panorama do mercado de trabalho na última década

As trajetórias ocupacionais desses trabalhadores estão inseridas em um mercado de trabalho onde o crescimento industrial e recente é pouco significativo e a agropecuária e o setor de serviços tradicionalmente dão a tônica da economia. Ademais, importantes fluxos de migrações da população rural participaram recentemente em seu processo histórico de constituição (ver capítulo II).

Nesse mercado a baixa qualificação, os baixos salários e os baixos níveis de organização tradicionalmente caracterizaram a grande maioria da força de trabalho, que sempre ultrapassou a capacidade de absorção do denominado “setor organizado” no período compreendido entre meados dos anos 60 e década de 70.

Assim, o processo de formalização das relações contratuais de trabalho nunca conseguiu acompanhar o crescimento do mercado de trabalho no qual estão inseridos os trabalhadores objeto desta pesquisa.

Diante dessa incapacidade estrutural de absorção dessa força de trabalho excedente ampliaram-se as formas de inserção precária e, particularmente, o número de trabalhadores que assume, como forma de garantir a sobrevivência, a condição de ambulantes no centro da cidade de Goiânia.

A essa característica do mercado de trabalho em questão, ou seja, o histórico de níveis relativamente baixos de absorção da força de trabalho pelo “mercado de trabalho protegido”, se soma um conjunto de transformações na década de 1980 (sobre as quais já

discorreremos nos capítulos anteriores), determinando um forte reajuste do mercado de trabalho a partir da década de 1990 que resultou, principalmente, na crise do emprego. Esse processo participou de forma determinante no crescimento sem precedente da informalidade¹⁶⁸.

Se, por um lado, cresce historicamente a informalidade em função de um mercado de trabalho formal que promove um drástico enxugamento de milhares de postos de trabalho, por outro aumenta, nesse processo de reestruturação e maior complexidade produtiva, a preocupação desse setor “organizado” com a qualificação dos trabalhadores “sobreviventes” e, paralelamente, crescem as exigências em relação ao perfil da força de trabalho.

De forma genérica, mas nem por isso menos esclarecedora, consolida-se uma tendência de aumento das exigências por parte das empresas em relação à escolaridade e qualificação profissional técnica, bem como a sua adaptação às novas exigências produtivas. Enfim, o desemprego, a precarização e a informalização obedecem à causas estruturais, dificultando o processo de inserção ou re-inserção dos ambulantes no mercado de trabalho formal.

Nesse novo contexto, as mudanças estruturais que afetaram o “mercado de trabalho protegido”, particularmente a partir da década de 1990, parecem estar participando, de forma determinante, no processo de transformação da tradicional informalidade¹⁶⁹ ou de emergência de uma nova e mais complexa informalidade caracterizada pela constituição de novas trajetórias ocupacionais (entre outras mudanças já referidas no capítulo IV)¹⁷⁰, sobretudo a partir do início da década de 1990.

¹⁶⁸ Isso acontece porque o setor formal produtivo deixa de contratar mão-de-obra proveniente do setor informal para expulsá-la em direção a este. Além do mais, sua expansão, especialmente nas atividades tradicionais, passa a estar relacionada não mais à migração ou ao crescimento demográfico, mas ao baixo crescimento econômico (ver Dedecca, 1999). Nesse contexto, a expansão do setor informal revela uma outra face, a relação de complementaridade entre os setores “organizado” e “não-organizado”.

¹⁶⁹ Pérez-Sainz e Cordero (1996: 3) defendem essa linha de análise em função da nova dinâmica histórica que envolve o setor informal nos dias atuais. Para os autores, a reflexão sobre a problemática não pode mais ser pensada da mesma forma de outrora. Assim, “Las distinciones entre la formalidad y la informalidad, diferenciación clave de la precedente heterogeneidad, tiende a difuminarse. [...] Los criterios de diferenciación han perdido pertinencia. Así, el enfoque basado en la regulación, como el de Castells y Portes (1989) que tiende a diferenciar actividades reguladas (formales) de las no reguladas (informales), se ve confrontado con la tendencia creciente hacia la desregulación de los mercados laborales que se imponen a través de los programas de ajuste estructural. [...] La heterogeneidad era concebida en términos tecnológicos y se asociaba al tamaño del establecimiento [...]. Hoy en día, los cambios tecnológicos [...], no permiten postular tal asociación entre tecnología y tamaño del establecimiento”.

¹⁷⁰ Tais como as novas ocupações: “atividades tradicionais reformuladas e aprimoradas e novas ocupações surgidas”, como define Silva (2002: 25).

5.2 Trajetórias gerais e características ocupacionais de trabalhadores ambulantes no contexto de um mercado de trabalho em transformação

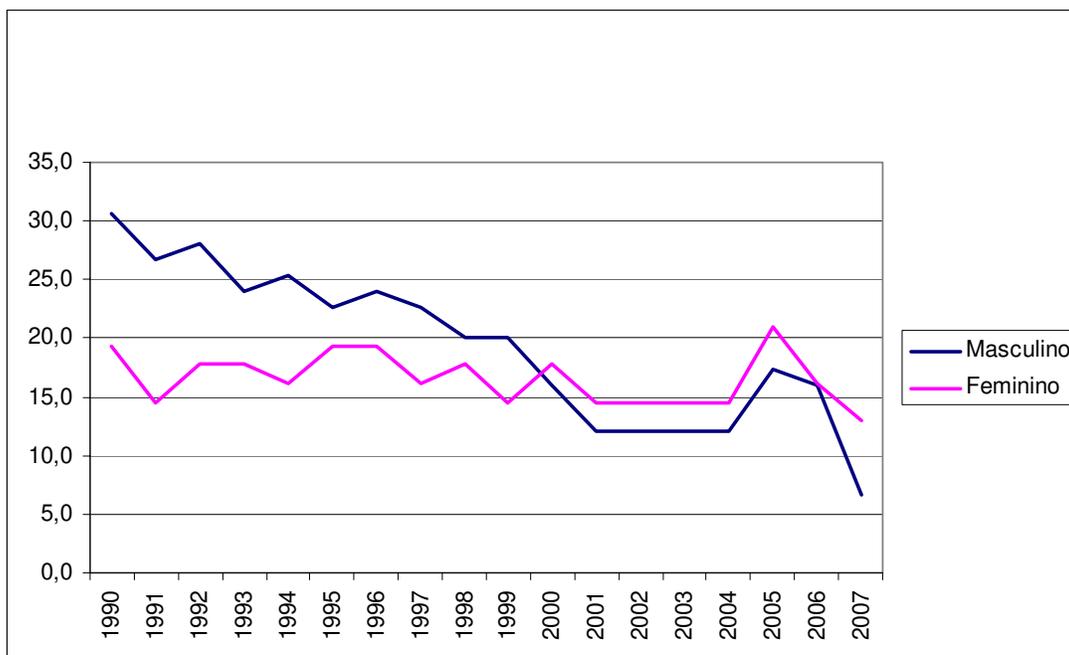


Gráfico 5.1: Trajetórias ocupacionais no setor formal segundo o sexo (em %).
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da amostra (2007).

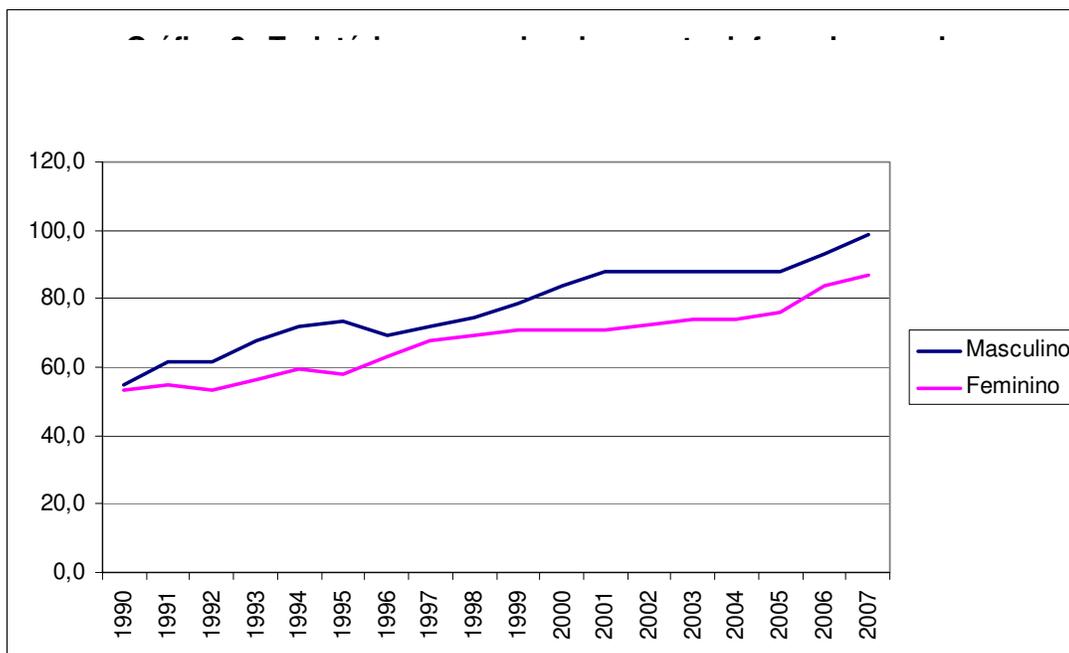


Gráfico 5.2: Trajetórias ocupacionais no setor informal segundo o sexo (em %).
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da amostra (2007).

Nesse contexto de precarização do mercado de trabalho formal e informalização, o comportamento das trajetórias ocupacionais (gráficos 1 e 2) relativas ao *coorte* de 30% dos referidos entrevistados¹⁷¹ permite verificar que, ao longo do período 1990-2007, homens e mulheres foram afetados de forma negativa e diversa pelo reajuste que o caracterizou.

Como é possível verificar, em relação às trajetórias ocupacionais no setor formal (gráfico 1), a curva da trajetória masculina representa um comportamento decrescente no período considerado: cerca de 30% do total masculino dessa amostra estavam no mercado de trabalho formal em 1990, sendo apenas cerca de 7% no ano de 2007, quando da realização das entrevistas. Por outro lado, a curva da trajetória feminina é caracterizada por pequenas oscilações, mas também mostra um comportamento decrescente, embora relativamente menos expressivo: cerca de 20% do total feminino da amostra estavam no mercado de trabalho formal em 1990 e cerca de 13% no ano de 2007.

As curvas que representam as trajetórias de homens e mulheres no setor informal possuem comportamento semelhante, como pode ser observado no gráfico 5.2, quando comparadas aos percursos ocupacionais de homens e mulheres: ambas são ascendentes no período de 1990 a 2007, ou seja, tanto a participação masculina quanto a feminina registraram crescimento ao longo do período considerado¹⁷². Nesse sentido, constata-se que 21,3% dos

¹⁷¹ É importante atentar para o fato de que, sempre que necessário, recorreremos a informações oriundas da pesquisa quantitativa, visando dar maior suporte documental aos argumentos desenvolvidos. Portanto, não se trata de se opor ao enfoque quantitativo transversal (capítulo IV), mas de complementá-lo com dados de natureza quantitativo-longitudinal.

¹⁷² A diferença do número de homens para o número de mulheres no mercado de trabalho informal da região central de Goiânia vem diminuindo de forma expressiva em função de vários fatores relacionados ao panorama geral da ocupação e do desemprego em Goiás. Em primeiro lugar, podemos assinalar o crescimento da População em Idade Ativa (PIA) de 29,43% entre 1992 e 2001, segundo IBGE-PNAD, que se concentrou na população urbana, uma vez que houve queda do PIA rural (em 1992 o PIA rural correspondia a 21,4% do total do estado, em 2001 o PIA rural passou a corresponder a apenas 12,5% do estado). Desse modo, se a população em idade ativa urbana de Goiás correspondia a 78,6%, em 1992, chegou a representar 87,5% em 2001. Em segundo lugar e no mesmo intervalo de tempo, “a população feminina (33,61%) cresceu mais que a masculina (25,27%)” (DIEESE, 2003: 27). Ressalte-se que, em 1992, os homens correspondiam a 50,2% da PIA, enquanto as mulheres a 49,8%. Em 2001, a população masculina totalizou 48,6% da PIA total, e a feminina chegou a 51,4% (DIEESE, 2003: 27). Em terceiro lugar, cabe destacar também que “A forte entrada da mulher no mercado de trabalho também fez com que o crescimento relativo das mulheres no contingente de desempregados fosse mais intenso que o dos homens. Para o sexo masculino, o desemprego elevou-se em 53,49%. No caso das mulheres o aumento atingiu 79,14%”, no período supracitado (DIEESE, 2003: 31). É também de fundamental importância para a compreensão do aumento do número de mulheres no mercado de trabalho informal na região central de Goiânia, o cálculo da PNAD segundo o qual, entre 1992 e 2001, foi registrado um incremento de 33,33% da taxa de desemprego – em relação a PEA (IBGE. PNAD/1992 apud DIEESE-GO, 2003: 31).

ambulantes pesquisados (da amostra 430), estão na informalidade há menos de 10 anos (capítulo III, tabela 3.34).

Em termos relativos o número de mulheres sempre se mostrou inferior ao número de homens, mas nunca sua participação baixou de 50%. Isso demonstra que, independente do sexo, a participação no setor informal sempre foi significativa, o que é reforçado pelo dado segundo o qual 59,8% dos homens e 40,2% das mulheres, dos 430 entrevistados, já tiveram experiências anteriores como camelô, feirante ou ambulante (capítulo III, tabela 3.19).

A dinâmica dessas curvas sugere, conforme já foi constatado no capítulo IV, um grave quadro de crise do emprego que afetou principalmente aos homens, adultos e na condição de chefes de família. Nesse sentido, os dados do capítulo III, tabela 3.4, revelam que 79,1% dos ambulantes que atualmente trabalham na região central de Goiânia são homens situados entre 20 e 59 anos.

Tal fato contribui para aumentar ainda mais a necessidade do trabalho feminino e, também, do trabalho dos filhos para a composição da renda familiar. Por isso temos que, entre as trabalhadoras deste universo de pesquisa, 79,9% das mulheres situadas entre 20 e 59 anos de idade declararam serem as principais responsáveis pelo sustento da família (ver tabela 3.44, capítulo III). Registra-se, ademais, uma expressiva porcentagem de jovens, entre 19 e 29 anos de idade, que declaram serem os principais responsáveis pelo sustento da família: 17,4% para o sexo masculino e 17,9% para o sexo feminino. Isso indica que a reorganização produtiva do mercado de trabalho formal tem erguido fortes barreiras às suas chances de inserção.

Outro elemento que pode ajudar a compreender a dinâmica decrescente dessas trajetórias no setor formal está associado ao quadro de desemprego e precarização do mercado de trabalho formal, ao pouco expressivo setor de transformação da economia goiana e ao forte aumento dos postos de trabalho no comércio e nos segmentos de serviços pessoais no período considerado. Os dois últimos são caracterizados por baixos salários, piores condições de trabalho e por uma destacada contratação de força de trabalho feminina.

Esses comportamentos diferenciados resultaram em uma participação masculina no setor formal inferior à feminina a partir do ano 2000. Ao contrário do período anterior, 1990-2000, em que houve momentos nos quais a primeira registrou diferenças de mais de 10% em relação à segunda, como se observa nos anos de 1990, 1991 e 1992.

É importante ressaltar que a participação masculina, embora superior à feminina na maior parte do período, sempre registrou menos de 1/3 do número de entrevistados (129 indivíduos). Isso demonstra que as trajetórias ocupacionais tanto dos homens quanto das mulheres que se encontravam na informalidade, na condição de ambulantes e feirantes no centro da cidade, no momento da entrevista, tiveram pequenas participações no setor formal da economia entre 1990 e 2007.

Dados da tabela 5.1 reforçam essa constatação ao registrarem que, de um total de 286 indivíduos que tiveram um trabalho anterior à atual condição de ambulante, apenas 178 indivíduos, ou seja, 62,2% tiveram trajetórias ocupacionais caracterizadas por passagem pelo setor formal. É possível verificar, também, que praticamente a metade dos referidos ambulantes, 48,8%, foram excluídos do mercado de trabalho formal nos últimos 20 anos. Portanto, trata-se de trajetórias que indubitavelmente sofreram os impactos negativos do processo de reajuste do mercado de trabalho a partir do início dos anos 1990.

Tabela 5.1 - Tempo em que deixou o trabalho anterior segundo a condição de trabalho

Condição	Tempo que deixou o trabalho					Total
	Há menos de 1 ano	Acima de 1 até 5 anos	Acima 5 até 20 anos	Acima de 20 anos	Não soube dizer	
Empregado com carteira assinada	25	29	33	52	39	178
Empregado sem carteira assinada	10	14	8	18	16	66
Funcionário público	2	1	-	1	1	5
Empregador	-	1	-	1	-	2
Autônomo	3	9	8	5	8	33
Trabalho familiar/ajudante sem remuneração	-	2	-	-	-	2
Total	40	56	49	77	64	286

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Merece destaque, além disso, o fato de que nesse mesmo período a maioria dos que passou pelo mercado de trabalho formal entre 1988 e 2007, por até 20 anos, foram excluídos dele por três principais motivos: razões pessoais, demissão e baixos rendimentos (tabelas 5.2 e 5.3). Isso poderia nos levar a deduzir que se trata, em geral, de trabalhadores com pouca escolaridade e qualificação profissional técnica diante das novas e crescentes exigências do mercado de trabalho em relação ao perfil da força de trabalho. Entretanto, devemos acrescentar que tal raciocínio não é de todo aceitável.

Tabela 5.2 - Qual o principal motivo que fez você deixar o trabalho? Há quanto tempo o deixou?

Qual o principal motivo que fez você deixar o trabalho?	Há quanto tempo o deixou?					Total
	Há menos de 1 ano	Acima de 1 até 5 anos	Acima 5 até 20 anos	Acima de 20 anos	Não soube dizer	
Foi demitido	16	5	8	27	7	63
Baixos rendimentos	12	12	11	12	8	55
Más condições de trabalho	3	4	1	5	7	20
Aposentadoria		1		1	1	3
Razões pessoais	9	34	29	32	41	145
Total	40	56	49	77	64	286

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Tabela 5.3 - Qual o principal motivo que fez você deixar o trabalho? Quando você saiu, recebeu o FGTS?

Qual o principal motivo que fez você deixar este trabalho?	Quando você saiu desse trabalho você recebeu FGTS?		Total
	Não	Sim	
Foi demitido	20	43	63
Baixos rendimentos	27	28	55
Más condições de trabalho	12	8	20
Aposentadoria	1	2	3
Razões pessoais	56	89	145
Total	116	170	286

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Apesar de 145 entrevistados terem alegado razões pessoais, 89 receberam o FGTS depois de terem deixado o emprego anterior, o que sugere que eles foram demitidos, pelo menos boa parte deles. Se consideramos que 28 dos que citam como razão para a saída os baixos rendimentos também afirmaram terem recebido os recursos desse Fundo, sugerindo saída por demissão, é possível supor que mais de 50% dos 286 entrevistados deixaram o emprego formal anterior por esse motivo. Esses números sugerem um forte aumento dos níveis de desemprego, entre esses trabalhadores, a partir de 1990, o que tende a afetar até mesmo indivíduos com expressivos níveis de escolaridade e qualificação profissional, já que as causas dessa crise do emprego têm raízes estruturais.

É possível constatar, através dos dados referentes à qualificação profissional desses trabalhadores, que mais de um terço das pessoas ouvidas na pesquisa (ver capítulo III, tabela 3.41) concluíram algum curso profissionalizante. Deve-se destacar que é uma porcentagem nada desprezível, apesar de sua maioria se caracterizar pela frágil ou inexistente

qualificação profissional. Igualmente importante é o fato de, entre aqueles que afirmaram ter realizado algum curso profissionalizante, a grande maioria deles (ver tabela 3.42 em anexo) fez um curso voltado para o setor de serviços¹⁷³, caracterizado por relações de trabalho extremamente precárias e pela alta rotatividade nos postos de trabalho.

Por outro lado, só parcialmente pode ser aceito o fato de que a escolaridade média desses trabalhadores se constitui em uma barreira à sua inserção no mercado de trabalho formal, pois se constatam (ver tabela 3.5, capítulo III) porcentagens muito expressivas de homens e mulheres (sobretudo entre 20 e 59 anos de idade) com níveis de escolaridades média e superior e que continuam na informalidade, enquanto ambulantes e feirantes, no centro da cidade.

Portanto, devemos destacar que o comportamento decrescente das referidas trajetórias ocupacionais no setor formal, conforme gráfico 1, não pode ser atribuído, de forma genérica, à falsa idéia de escassa escolaridade característica do conjunto desses trabalhadores, pois isso só em parte é verdade.

De outro modo, apesar de ser quase unanimidade entre os especialistas o fato de que a escolaridade é uma forte variável positiva para a possibilidade de inserção do indivíduo no mercado de trabalho formal, fica claro que o processo de reestruturação produtiva, associado aos fatores sócio-demográficos de ordem regional, particularmente a partir dos anos 80, tem relativizado muito o peso dessa variável, considerada isoladamente, enquanto elemento de inserção. Segundo Invernizzi (2008: 13):

[...] isso deve ser compreendido considerando-se o fato de que o mercado de trabalho formal funciona progressivamente integrado a uma nova lógica que tende a produzir uma 'queima' de empresas pouco produtivas, bem como uma forte redução dos postos de trabalho. Essa nova dinâmica contribui decisivamente de exclusão da formalidade, intensificando, paralelamente, os padrões de seletividade do perfil da força de trabalho.

Assim, é possível afirmar que a continuidade de expressivos percentuais de ambulantes e feirantes da região central de Goiânia na informalidade não pode ser vinculada

¹⁷³ Pode-se constatar que as maiores incidências ocorreram nos seguintes cursos: informática, 28,9%; corte e costura – moda – designer, 12%; contabilidade, 6,6%; vendas, 6%; auxiliar de escritório – recepcionista, 5,4%; segurança – vigilância, 4,8%, e cabeleireiro – esteticista, 4,8%; e mecânica, 4,2%, e técnico de enfermagem, 4,2%.

apenas à determinados atributos pessoais desses trabalhadores, como foi demonstrado no caso da escolaridade e da qualificação profissional, mas também à fortes fatores de mercado, tanto de ordem conjuntural e setorial quanto produtiva.

Não podemos desconsiderar que, para a devida compreensão da dinâmica das referidas trajetórias, é fundamental destacar o fato de que um porcentual geral muito expressivo de homens, 54,1%, e de mulheres, 45,9%, que trabalham na condição de ambulantes declarou se considerar independente (“patrão de si mesmos”), conforme tabela 3.50 (capítulo III). Isso é reforçado pelo grande número desses ambulantes e feirantes que responderam negativamente à possibilidade de trocar o atual trabalho (no âmbito da informalidade) por outro com “carteira assinada” no capítulo III, tabela 3.51.

Nesse sentido, entre os proprietários do negócio, 319 dos 430 entrevistados (ver tabela 3.50, do capítulo III), a grande maioria, 204 indivíduos (os que estão na faixa etária de 20 até 59 anos) afirmou preferir continuar como ambulantes. Isto é, nas faixas nas quais se situa a grande maioria dos chefes de família (homens e mulheres) e, também, as maiores concentrações de ambulantes com expressivos níveis de escolaridade (ensino médio completo e ensino superior incompleto), particularmente na faixa etária daqueles que têm entre 20 e 29 anos de idade.

Nesse sentido, podemos afirmar que a opção de muitos ambulantes e feirantes em continuar na informalidade é outro elemento que não pode ser ignorado na leitura dessas trajetórias ocupacionais. Logo a seguir, perseguimos o objetivo de precisar e analisar a distribuição das trajetórias ocupacionais recorrentes identificadas (segundo: sexo, idade, escolaridade e renda) a partir da amostra em questão.

5.3 Trajetórias ocupacionais recorrentes dos atuais trabalhadores ambulantes da região central de Goiânia no mercado de trabalho entre 1990 e 2007

De forma geral, a pesquisa qualitativa realizada com 129 entrevistados (79 homens e 62 mulheres) que fizeram parte da pesquisa quantitativa realizada anteriormente nos permitiu identificar, entre esses trabalhadores, cinco modalidades de trajetórias laborais no mercado de

trabalho, entre 1990 e 2007. Aqui nos interessa analisar, particularmente, as diferenças entre homens e mulheres que as caracterizam, por entendermos que estas são de fundamental importância para podermos compreender melhor a constituição histórica de uma emergente e mais complexa nova informalidade.

Tabela 5.4 - Trajetórias ocupacionais nos setores formal e informal da economia segundo o sexo - 1990 e 2007

O Sr (a) trabalhou	Ano	Sexo	Sem prévia experiência laboral	Sem experiência laboral assalariada no setor formal	Com prévia experiência assalariada precária no setor formal	Com prévia experiência assalariada estável no setor formal	Simultaneidade de trabalho formal estável e trabalho informal	Total
<i>com</i> registro na carteira?	1990	Masculino	-	13	30,4	52,2	4,3	100
		Feminino	-	50	-	41,7	8,3	100
	2007	Masculino	-	20	20	20	40	100
		Feminino	-	12,5	-	25	62,5	100
<i>sem</i> registro na carteira?	1990	Masculino	2,4	73,2	4,9	7,3	12,2	100
		Feminino	3	78,8	9,1	-	9,1	100
	2007	Masculino	1,4	48,6	16,2	25,7	8,1	100
		Feminino	3,7	70,4	7,4	9,3	9,3	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do survey.

Tabela 5.5 - Trajetórias ocupacionais nos setores formal e informal da economia segundo o sexo - 1990 a 2007

O Sr (a) trabalhou	Ano	Sexo	Sem prévia experiência laboral	Sem experiência laboral assalariada no setor formal	Com prévia experiência assalariada precária no setor formal	Com prévia experiência assalariada estável no setor formal	Simultaneidade de trab. formal estável e trab. informal	Total
com registro na carteira	1990	Masculino	-	3	7	12	1	23
		Feminino	-	6	-	5	1	12
	2007	Masculino	-	1	1	1	2	5
		Feminino	-	1	-	2	5	8
sem registro na carteira	1990	Masculino	1	30	2	3	5	41
		Feminino	1	26	3	-	3	33
	2007	Masculino	1	36	12	19	6	74
		Feminino	2	38	4	5	5	54

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da amostra.

A distribuição dos entrevistados com registro na carteira de trabalho, entre 1990 e 2007, segundo suas respectivas trajetórias ocupacionais, teve mudanças significativas nesse período, sobretudo no que se refere à diferença entre homens e mulheres.

Em 1990, entre os homens, registrava-se mais da metade dos entrevistados na categoria “com prévia experiência assalariada estável no setor formal”, o que corresponde a

52,2%, 12 indivíduos. A segunda maior participação se verificou em “com prévia experiência assalariada precária no setor formal”, com 30,4%, 7 entrevistados. A “sem prévia experiência laboral assalariada no setor formal” foi responsável pela participação de 13% dos homens, 3 indivíduos, e, em último lugar, aparece a categoria “simultaneidade de trabalho formal estável e trabalho informal”, com 4,3%, 1 indivíduo.

No mesmo ano, entre as mulheres, verifica-se que metade delas se situava na categoria “sem experiência laboral assalariada no setor formal”, 6 indivíduos. Na seqüência aparece a “com prévia experiência assalariada estável no setor formal”, com 41,7%, 5 pessoas, e, em último lugar, “simultaneidade de trabalho formal estável e trabalho informal”, com 8,3%, 1 indivíduo.

Em 2007, a distribuição tanto dos homens quanto das mulheres apresenta mudanças importantes. Entre os homens, observa-se que a maior concentração está na categoria “simultaneidade de trabalho formal estável e trabalho informal”, com 40%, 2 indivíduos. As “sem experiência laboral assalariada no setor formal”, “com prévia experiência assalariada precária no setor formal” e “com prévia experiência assalariada estável no setor formal” registraram, cada uma, 20% da participação dos entrevistados (1 indivíduo para cada uma).

Entre as mulheres, observa-se que quase dois terços concentraram-se na categoria “simultaneidade de trabalho formal estável e trabalho informal”, com 62,5%, 5 indivíduos. Outras 25% situaram-se em “com prévia experiência assalariada estável no setor formal”, 2 entrevistadas, e 12,5%, 1, na categoria “sem prévia experiência laboral assalariada no setor formal”.

Constata-se, nesse caso, que enquanto os homens tiveram uma distribuição praticamente estável nas trajetórias ocupacionais entre os anos de 1990 e 2007, as mulheres melhoraram sua posição. Isso porque, ao considerar as categorias “com prévia experiência assalariada precária no setor formal”, “com prévia experiência assalariada estável no setor formal” e “simultaneidade de trabalho formal estável e trabalho informal”, os homens perfaziam, em 1990, 86,9%, 20 indivíduos, e, em 2007, tiveram uma pequena queda, passando a registrar 80%, 4 indivíduos.

As mulheres, por sua vez, saíram, em 1990, com 50%, 6 indivíduos, nessas mesmas trajetórias e chegaram, em 2007, com 87,5%, 7 entrevistados. Isso significa dizer que,

se houve mobilidade nas trajetórias ocupacionais dos com registro em carteira de trabalho, deve ser creditada ao comportamento das mulheres.

Quando se analisam as trajetórias ocupacionais entre homens e mulheres sem registro na carteira de trabalho, no período de 1990 a 2007, observa-se se sua distribuição se estrutura de forma completamente diferente do verificado nas dos entrevistados com registro em carteira de trabalho. Embora essa comprovação seja verdadeira, em termos gerais há algumas nuances entre os sexos que tornam seus percursos ocupacionais diferentes.

Em 1990 observava-se, entre os homens, que sua maior participação se dava na categoria “sem experiência laboral assalariada no setor formal”, com 73,2%, 30 indivíduos. Em segundo lugar aparece “simultaneidade de trabalho formal estável e trabalho informal”, com 12,2%, 7 entrevistados, seguidos de “com prévia experiência assalariada estável no setor formal”, com 7,3%, 3 pessoas, de “com prévia experiência assalariada precária no setor formal”, com 4,9%, 2 indivíduos, e de “sem experiência laboral”, com 2,4%, 1 apenas.

Entre as mulheres, a maior participação condiz com a mesma categoria verificada para os homens, a “sem experiência laboral assalariada no setor formal”, com 78,8%, 26 indivíduos. A segunda posição é igual para duas delas, “com prévia experiência assalariada precária no setor formal” e “simultaneidade de trabalho formal estável e trabalho informal”, ambas com 9,1%,(3 para cada um). O último registro refere-se aos “sem experiência laboral”, com 3%, 1 entrevistado.

Há mudanças significativas na distribuição das trajetórias ocupacionais para os homens em 2007. Apesar de a categoria “sem experiência laboral assalariada no setor formal” ter a maior participação, seu patamar não chega à metade dos entrevistados, pois registra 48,6%, 36 indivíduos. Em segundo lugar aparece a “com prévia experiência assalariada estável no setor formal”, com 25,7%, 19 pessoas, seguida da “com prévia experiência assalariada precária no setor formal”, com 16,2%, 12 entrevistados, da “simultaneidade de trabalho formal estável e trabalho informal”, com 8,1%, 6 deles, e da “sem experiência laboral”, com 1,4%, 1 indivíduo.

Entre as mulheres, o que se verifica é praticamente a estabilidade na distribuição da trajetória ocupacional quando se compara 1990 com 2007. A maior participação continua sendo a da “sem experiência laboral assalariada no setor formal”, com 70,4%, 38 entrevistadas. Em segundo lugar manteve-se a categoria “simultaneidade de trabalho formal

estável e trabalho informal” que passou a ser acompanhada da “com prévia experiência assalariada estável no setor formal”, ambas com 9,3%, 5 indivíduos para cada. Na seqüência aparecem as “com prévia experiência assalariada precária no setor formal” e “sem experiência laboral”, com 7,4% e 3,7%, 4 e 2 pessoas, respectivamente.

Entre os anos de 1990 e 2007 a estrutura das trajetórias femininas, com registro em carteira de trabalho, sofre uma queda, passando de 12 para 8 indivíduos, bem como a dos homens, de 20 para 4 pessoas. A estrutura da trajetória feminina sem registro em carteira de trabalho, no mesmo período, passa de 27 para 40 entrevistados e a masculina de 31 para 37.

Quando se compara o comportamento nas trajetórias ocupacionais dos homens com registro em carteira de trabalho com as daqueles sem nas trajetórias “com prévia experiência assalariada precária no setor formal”, “com prévia experiência assalariada estável no setor formal” e “simultaneidade de trabalho formal estável e trabalho informal”, observa-se que, em 1990, estes registraram 24,4%, 10 indivíduos, enquanto aqueles apresentaram 86,9%, 20 indivíduos.

Em 2007, houve pequena queda na participação dos homens com registro nessas categorias, apresentando 80%, 4 indivíduos, enquanto aqueles que não possuíam registro passaram a uma participação de 50%, 37 entrevistados. As mulheres somente apresentaram comportamento diferente entre aquelas que possuíam registro, pois passaram, em 1990, de 50%, 6 delas, para 87,5%, 7 indivíduos, no conjunto daquelas categorias. Houve aumento também entre aquelas que não apresentavam registro na carteira de trabalho, ao passar de 18,2%, 27, em 1990, para 26%, 40 entrevistados, em 2007.

O número dos atuais ambulantes (homens e mulheres) da região central de Goiânia, participantes da amostra, que revelaram passagens pelo mercado de trabalho formal entre 1990 e 2007, sofre uma forte queda, no geral, passando de 26 ambulantes em 1990 para 11 em 2007. Assim, aumentou em cerca de 40% o número de trabalhadores ambulantes, homens e mulheres, nessa região da cidade, que nunca estiveram inseridos no “mercado de trabalho protegido”. Entre os homens o aumento foi de 21,7% e entre as mulheres de 66%.

5.4 Experiências ocupacionais de trabalhadores ambulantes em um cotidiano de trabalho caracterizado por uma nova e mais complexa informalidade

Nesta última parte deste capítulo, agruparemos as cinco modalidades de trajetórias em dois grupos, segundo a maior ou menor chance, que os indivíduos que fazem parte de cada uma têm de serem excluídos ou re-inseridos no mercado de trabalho formal. Primeiro grupo: trajetórias ocupacionais típicas de um contexto de modernização (tradicional informalidade). Segundo grupo: trajetórias ocupacionais típicas de um contexto de reestruturação produtiva e precarização do mercado de trabalho formal (nova informalidade).

Experiências ocupacionais típicas da informalidade tradicional

Podemos caracterizar três das modalidades de trajetórias identificadas entre os trabalhadores ambulantes da região central da cidade como tipicamente características de percursos ocupacionais muito comuns à tradicional informalidade, ainda que não exclusivamente. Trata-se das seguintes modalidades de trajetórias: sem prévia experiência laboral; sem experiência laboral assalariada no setor formal; e com prévia experiência assalariada precária.

O primeiro grupo supracitado de trajetórias típicas da tradicional informalidade, está caracterizado pela larga predominância, entre os trabalhadores ambulantes, de um perfil socioeconômico caracterizado por: a) baixa escolaridade; b) renda relativamente baixa; c) pouca ou nenhuma qualificação técnica; d) trajetórias ocupacionais com pequeno ou nenhum tempo de permanência no setor formal e maior possibilidade de continuidade na informalidade; e) não raramente se trata de uma forma de trabalho que envolve os demais membros do grupo familiar como estratégia de luta pela sobrevivência e/ou composição da renda familiar; f) tendência de buscar inserção em atividades tradicionais da informalidade, tais como: fruteiros, raizeiros, doceiros, engraxates, quitandeiros, placas-ambulantes etc. Atividades que exigem baixa, baixíssima ou nenhuma escolaridade ou qualificação técnica e

que, geralmente, não foram reelaboradas ou reapropriadas no contexto marcado pelo advento das novas tecnologias, novas relações produtivas e novas práticas de consumo.

Na primeira modalidade de trajetória ocupacional desse conjunto, a *sem prévia experiência laboral*, estão classificados os trabalhadores ambulantes que nunca trabalharam nos últimos 17 anos e que hoje estão na informalidade.

Trata-se de um tipo de trajetória que geralmente reúne percursos ocupacionais de indivíduos caracterizados pelo fato de começarem a trabalhar muito cedo, pela baixa escolaridade e renda, pela forte presença de jovens e mulheres, embora estes últimos também estejam muito presentes nas demais modalidades de trajetórias.

O relato de A., de 17 anos, que veio com os pais e quatro irmãos para Goiânia há 9 anos atrás, é exemplo desse tipo de percurso ocupacional. O rapaz lembra que não queria vir, mas seus pais não encontravam emprego fácil. Quando pergunto por que resolveram vir para a cidade de Goiânia, explica: “[...] eu tinha duas tias que moravam em São Luiz (MA) e já tinham vindo pra cá! Aí agente veio também”.

Perguntado sobre sua situação escolar, A. responde de forma breve: “*Só fiz até o primeiro grau*”, parecendo fechar a possibilidade para outras questões sobre esse aspecto de sua história de vida. Indagado se já teve outro trabalho, responde que não. Explica que dois anos depois de chegar a Goiânia, começou a trabalhar para ajudar o pai em casa, vendendo coco gelado. Quanto perguntado sobre sua renda mensal, disse que não sabe dizer quanto ganha por mês, mas faz questão de explicar imediatamente: “[...] *Olha! O carrinho é meu sabe! Vendo uns 40 coco por dia na semana. No final de semana eu vendo em média de 80 a 100. Eu pago 50 centavos por cada coco e vendo por 1 real, sabe!*”.

Pergunto a A. sobre o local no qual ele trabalha, onde vende sua mercadoria. Sem demora ele diz: “*Dia de semana, eu vendo nas rua do centro e dia de domingo eu vendo na Feira Hippie. Na Feira lua é mais complicado [...], a fiscalização da Ação Urbana só deixa trabalhá lá quem é credenciado, mas muita gente que é clandestino também trabalhá lá*”.

Do ponto de vista socioeconômico, o entrevistado tem um percurso ocupacional encontrado no âmbito da chamada informalidade tradicional. Entretanto, do ponto de vista cultural se aproxima muito mais daquilo que denominamos de nova informalidade. Isso fica claro quando percebemos, apesar de sua pouca escolaridade e inexistente qualificação

profissional, sua facilidade em se “re-apropriar” de valores massificados pela mídia, recriando suas “práticas” de comércio.

Tal conclusão foi possível devido à pergunta: quais são as suas estratégias ou segredos para vender mais?, cuja resposta foi: *“Olha! Eu faço propaganda no grito. Assim: agora coco isotônico natural, rico em sais minerais, ferro, hidrata e fornece energia, [...] A gente também fala que é muito bom pra pele também”*.

Finalmente, perguntado sobre o que pensa em fazer no futuro para sobreviver, responde: *“quero ser caminhoneiro, mas acho que vou mesmo é tentá, se deus ajudá, comprá 1 ou 2 bancas pra mim aqui na Feira da Lua, sabe!”*.

Quanto à segunda trajetória, *sem prévia experiência laboral assalariada no setor formal*, trata-se de percursos ocupacionais que são caracterizados por indivíduos que geralmente começam a trabalhar precocemente e que têm baixa ou baixíssima escolaridade ou formação profissional inadequada frente às crescentes exigências do mercado de trabalho formal. Além disso, há expressiva participação de migrantes interestaduais e intra-estaduais, vindos do meio rural (familiarizados a tarefas ligadas à agropecuária) e outros ao meio urbano, não raramente acostumados a prestação de pequenos serviços, serviços domésticos etc.

Cabe ressaltar que se trata de um tipo de trajetória muito comum de ser encontrada, sobretudo no centro tradicional da cidade e na Feira Hippie, ainda que não somente. Enfim, estamos tratando de percursos ocupacionais muito presentes no âmbito da chamada informalidade tradicional.

Uma história de vida ocupacional emblemática do segundo tipo de trajetória, *sem experiência laboral assalariada no setor formal*, é a relatada por D.¹⁷⁴, 62 anos de idade, nascido em Goiânia, ensino fundamental incompleto, casado há 37 anos, pai de três filhas e duas netas, vendedor de pamonha (frita e cozida), milho cozido, bolos e café, no centro tradicional da cidade (Avenida Anhanguera, cruzamento com a Praça do Bandeirante), que utiliza, como banca improvisada, uma velha bicicleta de carga¹⁷⁵. É um trabalhador que já está

¹⁷⁴ Entrevista realizada em 3 de agosto de 2007.

¹⁷⁵ R., 56 anos, nascido em Jequié-BA, tem o ensino fundamental incompleto e mora em Goiânia há 15 anos. Separado, com dois filhos, vendedor na Feira Hippie e no Centro de cintos, carteiras e sandálias de couro, artesanalmente produzidos por ele, afirma: *“Sempre trabalhei com isto, aprendi com meu pai na Bahia, ele fazia as sandália e eu ajudava ele vende nas feiras de lá [...]. Depois, um tio que trabalhava com nós veio pra [...], e minha família veio atrás, logo, logo. [...] Estudei muito não! A escola era longe demais da roça e eu não era muito apegado a caderno não! Mas sei escrevê bem o nome e ninguém me passa pra trás nos negócios. [...]*

há mais de duas décadas na condição de ambulante, sempre vendendo o mesmo tipo de mercadoria. Ele relata: “*Ah! Trabalho há 22 anos na rua e sempre fazeno a mesma coisa, moço! Todo muito aqui das redondezas já conhece minhas pamonhas! [...]*”.

Quando é perguntado sobre os motivos que o levaram a optar pela condição de camelô como meio de ganhar a vida responde sem demora: “[...] *Não tive muita oportunidade na vida, sempre tive raça. Meu estudo não é muito, nem deu pra termina o primário*”. Rememora o fato de ter passado grande parte de sua vida “*cuidando de fazenda*”, o que teria dificultado a possibilidade de encontrar um emprego que lhe possibilitasse sobreviver e cuidar da família.

Entretanto, de forma decidida e até mesmo entusiasmada, ressalta que na hora da dificuldade “*quem não tem cão caça com gato*”, reforçando sua justifica sobre porque começou a trabalhar como ambulante. Lembra, ademais, que optou por “*trabalhá na rua*”, depois de ter trabalhado em vários lugares (fazendas) do Estado de Goiás.

Perguntado se já trabalhou com carteira assinada, responde defensivamente: “*Nunca precisei disso! [risos]*” e com um aparente prazer manifesto por uma gargalhada, afirma: “*Não, eu nunca tive carteira assinada, nunca fui empregado de ninguém, ainda bem!*”. A impressão de satisfação contida nessa resposta é reforçada quando, indagado sobre sua intenção futura de trabalhar com carteira assinada, contesta: “*Moço: eu não tenho lugá notro lugá. [...] quero ficá aqui!*”. Questionado sobre a relação entre sua renda mensal e suas necessidades e de sua família, retorqui, novamente sorrindo: “[risos] [...] *Bem, não ganho muito não, sabe*”. Quando lhe pergunto mais claramente sobre o valor de sua renda mensal, responde: “*É mais ou menos uns quatrocentos reais, mas dá pra vivê!*”.

No que concerne ao terceiro tipo de trajetória, *com prévia experiência assalariada precária no setor formal*, trata-se de uma tipologia que agrupa percursos ocupacionais caracterizados, em geral, por atributos pessoais pouco adequados às atuais e crescentes novas exigências do mercado de trabalho formal em relação à força de trabalho (principalmente em relação à escolaridade, qualificação profissional e idade) e, também, fortemente afetados pelas transformações e crises no mercado de trabalho, particularmente a de crescimento do emprego, a precarização e a informalização.

Nunca tive patrão na vida! [...] Ganho suficiente pra cumpri com minhas obrigação de pai e bebê umas, que não sô de pedra, não é mesmo?. Entrevista realizada em 03 de agosto de 2007.

São trajetórias caracterizadas pelo assalariamento, porém de forma precária (contratos de trabalho por tempo inferior a dois anos), baixa remuneração, precárias condições de trabalho e de vínculos trabalhistas. Cada vez mais frequentemente encontrada em setores produtivos em avançado processo de informalização, como é caso do setor de confecção na região metropolitana de Goiânia.

Este tipo de trajetória é muito comum entre os ambulantes da chamada nova informalidade, já que a crescente informalidade no setor de serviços e comércio da região metropolitana de Goiânia tem contribuído decisivamente para o crescimento do número de trabalhadores com esse tipo de itinerário ocupacional e que buscam crescentemente trabalhar na condição de ambulantes ou feirantes, objetivando melhores rendimentos, maior “independência”, bem como tentar responder à insegurança causada pela forte sazonalidade no emprego típica dos percursos dessa modalidade de trajetória.

Um exemplo de percurso ocupacional relativo a essa modalidade nos é oferecido pelo relato da senhora L.¹⁷⁶. Com 51 anos de idade, ensino médio incompleto, viúva há 5 anos, é mãe de cinco filhos e avó de quatro netos. Explica que nasceu no município da cidade de Santa Helena de Goiás, filha de uma família de agricultores.

Aos quinze anos de idade se mudou com a família para essa cidade e pouco tempo depois, quando se casou, mudou-se para Goiânia, segunda ela, “*prá procurá uma vida melhó*”. Na capital, dona L. rememora que teve de trabalhar de doméstica, ressaltando que “[...] *até hoje trabalho na casa dos outros quando aperta né! [...]*”. Também destaca: “*Trabalhei de carteira assinada na minha vida já, uma vez, uns dois anos, num frigorífico, no Fim Social [...]*”.

Explica que teve de procurar um outro trabalho, pois o frigorífico era: “*Um serviço muito duro para uma mulher! [...]*”. Foi quando começou a vender roupas e produtos de beleza na Feira Hippie em 1989, há 19 anos.

Em sua fala fica claro seu atual papel como chefe de família que depende da informalidade para sobreviver. Questionada se conta ou não com outra fonte de renda para seu sustento e o de seus familiares, responde prontamente: “[...] *o principal do meu sustento e da*

¹⁷⁶ Entrevista realizada em 26 de agosto de 2007.

minha família, eu tiro é aqui da rua mesmo, desde quando eu trabalhava aqui com meu velho, trabalho nessa feira [Feira Hippie]”.

Perguntada se gostaria de um trabalho com “registro na carteira”, responde que sim, mas explica, referindo-se novamente ao seu trabalho no frigorífico: “[...] só se fô coisa melhó, né!”. Tal como foi ressaltado anteriormente, dona L. faz parte de uma modalidade de trajetória ocupacional caracterizada por uma escolaridade pouco adequada às novas exigências do mercado e com quase nenhuma ou nenhuma qualificação profissional. Isso é reforçado por sua resposta ao ser indagada sobre seu rendimento mensal: “[...] Dá para tirar uns R\$ 500,00 reais por mês”. E com o costumeiro bom humor e ironia, muito característicos desses trabalhadores, pergunta: “Isso não vai aparecê na televisão não, né?”.

Esses relatos são alguns exemplos emblemáticos de itinerários ocupacionais típicos do período do pós 64 até o final dos 70. Histórias de vida associadas, particularmente, à migração da força de trabalho do campo rumo à cidade e que nos reportam a desterritorialização dos trabalhadores rurais (assalariados, meeiros, posseiros etc.). Enfim, histórias de vida que nos remetem à idéia de uma força de trabalho “marginal”¹⁷⁷ (Nun, 1969; Cardoso, 1971; Quijano, 1971).

Nesse sentido, podemos afirmar que os percursos ocupacionais da maioria dos trabalhadores ambulantes da região central de Goiânia ainda se mostram profundamente enraizadas no solo histórico de tais processos, representados pelas três modalidades de trajetórias que acabamos de analisar.

Assim, são imigrantes intra-estaduais (em grande número), e interestaduais (em bem menor número), grande parte deles sem tradição de assalariamento; que chegam ao mercado de trabalho dessa capital e obtém inserção ou se inserem muito precariamente no setor formal e que recorrem crescentemente à informalidade (enquanto ambulantes, regularizados ou não) na região central da cidade como forma de garantir a sobrevivência.

¹⁷⁷ Ver capítulo IV.

Experiências ocupacionais típicas de um contexto de reestruturação produtiva e precarização do mercado de trabalho formal: nova informalidade

Uma nova ordem emerge, sobretudo a partir da década de 1990, com a crise do modelo de acumulação precedente e a abertura da economia, a terceira revolução tecnológica e a crise estrutural do emprego, a reestruturação produtiva e a globalização, a redefinição das relações entre o setor formal e informal etc., iniciando um recente processo de mudanças na informalidade tradicional da região central de Goiânia.

A partir disso se verifica, conforme dados listados a seguir, a emergência de uma nova e mais complexa informalidade, alicerçada fundamentalmente em duas causas: o crescimento estrutural da informalidade tradicional e o desenvolvimento e/ou crescimento quantitativo da chamada “informalidade subordinada” (Pérez-Sainz e Cordero, 1994; Dedecca e Baltar, 1997).

O novo contexto do pós 90 tem contribuído para redefinir o perfil socioeconômico dessa informalidade tradicional ou de subsistência, já que esta passou a incorporar crescentemente, a partir do final dos anos de 1980 e década de 1990, ex-assalariados expulsos pelo mercado de trabalho formal (em processo de informalização¹⁷⁸ e precarização), ampliando, assim, o crescimento da informalidade¹⁷⁹.

Essa nova dinâmica alimentou, entre os trabalhadores ambulantes da região central de Goiânia, a produção de uma nova e mais complexa informalidade¹⁸⁰. É possível constatar a presença de um novo segmento ocupacional que, embora ainda represente uma parcela diminuta do conjunto de trabalhadores ambulantes, regularizados ou não-regularizados pela

¹⁷⁸ “A reorganização da economia associa-se a um rápido processo de informalização, cuja velocidade é potencializada pela abertura econômica, que não somente desarticula a base produtiva existente, impondo contração do nível de emprego assalariado, como estimula as relações do setor organizado com o setor informal, com o primeiro se apropriando das vantagens criadas pelo segundo” (Leite Lopes et al., 1979: 74). Ver também a abordagem defendida por autores como Mattoso et al. (1994); Dedecca e Baltar (1997), Pérez-Sainz e Cordero (1994); Sassen (2000); Broad (2000); Tabak e Crichlow (2000); Filgueiras, Druck e Amaral (2003) etc., citados anteriormente (ver capítulo I).

¹⁷⁹ “Tradicionalmente já substancialmente em razão dos efeitos do processo migratório e do próprio crescimento da população em idade ativa presente nos grandes centros urbanos” (Dedecca e Baltar, 1997: 74).

¹⁸⁰ Segundo Dedecca e Baltar (1997: 76): “A literatura especializada dos anos 70 apontava o problema da heterogeneidade do mercado de trabalho como resultado de um crescimento das atividades modernas inferior ao incremento da disponibilidade, enquanto que nos anos 80-90 a heterogeneidade passa a ser, também, um produto da expulsão de trabalhadores formais para a situação de informalidade, com uma eventual passagem pela situação de desemprego aberto. Alguns autores denominaram este processo como ‘informalização’ e outros como ‘precarização’ do mercado de trabalho”.

prefeitura, é composto por trajetórias ocupacionais com características cada vez mais diversas dos ambulantes tradicionais e predominantes da região.

As trajetórias ocupacionais típicas dos “entrantes” nesse comércio ambulante são diferenciadas das daqueles que sempre estiveram nele, para os quais a atividade informal sempre constituiu em única experiência ocupacional e só eventual e precariamente experimentaram a condição de trabalhador com carteira assinada.

Assim, as trajetórias ocupacionais constitutivas desse segmento emergente, ou seja, dessa “nova informalidade”, são geralmente caracterizadas por passagens relativamente estáveis (igual ou superior a dois anos consecutivos) pelo setor formal, pelo menor tempo de trabalho fora do “mercado protegido” em relação às trajetórias da “informalidade tradicional”¹⁸¹, por serem representativas de percursos ocupacionais com níveis mais elevados de escolaridade e qualificação técnica¹⁸²; pela maior capacidade de inovação técnica, bem como de alcançar melhores rendimentos. Trata-se, portanto, de indivíduos que passam a fazer parte de um contingente que tem na informalidade o seu destino ocupacional, por falta ou dificuldade de encontrar alternativas de inserção no setor formal.

Nessa linha de raciocínio, é possível caracterizar duas modalidades de trajetórias ocupacionais recorrentes entre os ambulantes da região central da cidade, como típicas, mas nem por isso exclusivas, de percursos ocupacionais da nova informalidade. Estamos falando de duas outras trajetórias laborais: *com prévia experiência assalariada estável e com simultaneidade de trabalho formal estável e trabalho informal*.

No que diz respeito à primeira, *com prévia experiência assalariada estável*, cabe ressaltar que encerra percursos ocupacionais caracterizados por melhores níveis de escolaridade do que as trajetórias anteriores, pela expressiva concentração de contratos de trabalho por tempo igual ou superior a dois anos, pela existência de seguridade social e por estarem sendo fortemente afetadas pelas transformações produtivas que têm reconfigurado os setores de comércio, indústria, serviços e setor público onde comumente estiveram ou estão inseridas.

¹⁸¹ Tal como classificadas anteriormente, segundo o conjunto das três referidas trajetórias.

¹⁸² Sobretudo quando comparadas com as trajetórias sem prévia experiência laboral, sem experiência laboral assalariada no setor formal e com prévia experiência assalariada precária.

É importante ressaltar que o número de ambulantes da região central de Goiânia que experimentaram esse tipo de trajetória, os novos “entrantes”, tem crescido expressivamente na última década. Isso se deve, sobretudo, ao ajuste produtivo marcado pela crescente informalização e precarização do mercado de trabalho formal metropolitano a partir dos anos 1990, que tende a subutilizar o crescente novo “estoque” desses desempregados gerado nesse processo.

Um relato de história de vida ocupacional típico dessa modalidade de trajetória nos é oferecido por R., 41 anos de idade, nascido em Edéia-GO, que mora em Goiânia há 23 anos, tem ensino médio completo e curso profissionalizante de segurança patrimonial, casado, pai de três filhos, ambulante na Feira Hippie e na Feira da Lua e ruas do centro tradicional. Vendia roupas, atualmente comercializa produtos importados e contrabandeados diversos (do Paraguai), além de CDs e DVDs piratas, mas “muito em conta”, como salienta¹⁸³.

Ele relata que nem sempre trabalhou com ambulante; que trabalha na rua há menos de 5 anos. Explica, com certo orgulho: “*Trabalhei na Congas quase 10 anos, como motorista de caminhão*”. Esclarece também que depois a “coisa” nunca mais foi como era:

depois que fui mandado embora, trabalhei na Transurb (empresa local de transporte urbano) [...]. Só deu prá fica lá dois anos, me mandaram embora. Aí, fiquei um tempo parado, depois fiz um cursinho de vigia, arrumei um novo emprego, mas eles me pagavam pouco demais e tinha um monte de desconto ainda, além de tudo eu não gosto de trabalhá preso num lugar só, gosto de trabalhá com liberdade, deu no que tinha que dá [...], eles me mandaram embora depois de 5 meses.

Depois que R. foi demitido de seu emprego estável no mercado de trabalho formal, em meados da década de 1990, sua fala permite apreender que suas chances de re-inserção em um emprego com carteira assinada e de forma estável se tornaram cada vez mais distantes, só

¹⁸³ É também o caso de L., 38 anos de idade, nascida em Itumbiara-GO, em Goiânia há 29 anos. Tem ensino médio completo e curso técnico de enfermagem, casada, mãe de um filho, vendedora de bijuterias na Feira Hippie: “*Eu trabalhei como vendedora numa loja de eletro-domésticos, lá na Onogás, você lembra dessa loja, fechô, acho que faliu, foi comprada por outra rede [...]. Trabalhei lá 5 anos, depois que a loja fechô as porta e mando eu e um monte de colegas pra rua, nunca mais consegui um trabalho com carteira registrada que valesse a pena e também, quando nasceu minha filha, ainda fico mais difícil prá mim [...]. Aí uma vizinha que fazia minha unha, me falô de uma cliente dela que tava ganhando um dinheiro, vendendo bijuterias aqui. [...] Conversei com algumas vendedoras aqui da feira, peguei um dinheiro emprestado com meu esposo, mandei fazê uma banquinha e vim pra cá, minha banquinha era horrível, um giralsinho [risos]. [...] Hoje tenho duas pessoas que trabalham para mim e o ponto é meu, inclusive regularizado na Prefeitura e tudo [...]. Consegui até comprá meu carro e reformá minha casa, só com meu trabalho e esforço [...]. Mas trabalho muito!*”.

conseguindo estabelecer novos vínculos empregatícios de tipo precário, motivo que o leva para a informalidade, na condição de ambulante. Afirma: *Aí, comecei viajar para o Paraguai e comprá celular, máquina fotográfica e outras coisas, sob encomenda. Aí cheguei à conclusão de que era melhor se eu continuasse a viajar pra comprá e colocasse a minha mulhé pra vende aqui na feira.*

Perguntado se gostaria de voltar a trabalhar com carteira assinada, nas mesmas condições de trabalho onde trabalhou por 10 anos (Congás), diz: *“Trabalho aqui agora com minha mulhé [...]. Ah! Acho que ganho aqui umas três vezes mais do que eu ganhava no caminhão (na Congás), tá muito bom!”*.

A trajetória *com simultaneidade de trabalho formal estável e trabalho informal* engloba os trabalhadores e trabalhadoras ambulantes que têm atualmente, nessa atividade, ou seja, na informalidade, sua principal fonte de renda. De outro lado, experimentaram ou experimentam o trabalho simultâneo no mercado de trabalho formal, que tende a se apresentar como complementar.

Entre os percursos ocupacionais dessa tipologia de trajetória é muito comum ambulantes e feirantes que trabalham poucas horas por dia ou apenas 1 ou 2 dias por semana, em função da necessidade de conciliarem as respectivas jornadas de trabalho¹⁸⁴. Um exemplo de percurso ocupacional típico é o de Mariana., 28 anos de idade, nascida em Aparecida de Goiânia, ensino superior incompleto, solteira e sem filhos, vendedora de roupas femininas e bolsas na Feira da Lua uma vez por semana.

¹⁸⁴ Nesta modalidade de trajetória chama atenção seu forte crescimento entre as mulheres, passando de 8,3% para 62,5%, aumento acentuado de 54,2% entre 1990 e 2007, superando em muito o crescimento dos homens na mesma modalidade de trajetória (que passam de 4,3% para 40%, aumento de 35,7). Esse grande aumento de mulheres que, além das tradicionais atividades domésticas, trabalham simultaneamente no mercado de trabalho formal e na informalidade, é revelador do modo como as transformações no mundo do trabalho no período (particularmente a crise do emprego e a reestruturação produtiva) as afetam. Ainda sobre essa modalidade de trajetória, quando observamos o aumento de 54,2% de mulheres que passam a compô-la, é possível associar sua dinâmica a fatores tais como a necessidade que muitas mulheres tiveram de passar a trabalhar como ambulantes para ajudar na composição da renda familiar, já que (como foi demonstrado no capítulo IV) é sabido que nesse período muitos homens, chefes de família, foram excluídos do mercado de trabalho formal e aumentou a necessidade do cônjuge e dos filhos trabalharem. Além do mais, o processo de informalização e precarização do mercado de trabalho da região metropolitana de Goiânia, particularmente na década de 1990 (sobretudo no setor de serviços e comércio), estimulou o crescimento do número de contratos de trabalho formais, embora precários, destacando-se a contratação de mulheres, particularmente no setor de confecções. Some-se a isso o crescimento da inserção das mulheres no mercado de trabalho de formal geral; sua expressiva participação no processo de aumento dos anos de escolaridade da força de trabalho, principalmente a partir dos anos 1990; sua opção em lutar por independência econômica; etc.

Ela relata que trabalhava na C&A (loja de departamentos) e depois passou a trabalhar como atendente no Habib's. Ressalta que *“Trabalhava a noite, muito, e ganhava pouco. Tinha férias, carteira assinada e tudo! Mas ganhava muito pouco!”*.

Explica que tudo ficou mais difícil quando começou a faculdade. Precisava continuar trabalhando para pagar a faculdade e tinha que arrumar um outro emprego para ajudar a custear a faculdade e que lhe possibilitasse conciliar com o horário de seu emprego no Habib's (onde tinha carteira assinada). Diante disso, explica:

Aí aluguei este ponto, quer dizer, eu e uma amiga! Depois ela me vendeu a parte dela. Isso aqui é só temporário! Não é o que quero para minha vida, mas não posso reclamar. [...] Prefiro não dizer quanto ganho [risos], mas ganho o bastante para pagar, sozinha, minha faculdade e ainda ajudar em casa, meu pai não mora com a gente!

Nessa modalidade de trajetória chama a atenção seu forte crescimento entre as mulheres, passando de 8,3% para 62,5%, aumento acentuado de 54,2% entre 1990 e 2007, superando em muito o dos homens na mesma modalidade: eles passam de 4,3% para 40%, acréscimo de 35,7%. Esse grande aumento de mulheres que, além das tradicionais atividades domésticas, trabalham simultaneamente no mercado de trabalho formal e na informalidade, é revelador do modo como as transformações no mundo do trabalho no período, particularmente a crise do emprego e a reestruturação produtiva, as afetam. Quando observamos isso é possível associar sua dinâmica a fatores tais como a necessidade de trabalharem como ambulantes para ajudar na composição da renda familiar, já que é sabido que nesse período muitos homens, chefes de família, foram excluídos do mercado de trabalho formal. Ademais, o processo de informalização e precarização do mercado de trabalho da região metropolitana de Goiânia, particularmente na década de 1990, sobretudo no setor de serviços e comércio, estimulou o crescimento do número de contratos de trabalho formais, embora precários, destacando-se a contratação de mulheres, particularmente no setor de confecções. Some-se a isso o crescimento de sua inserção no mercado de trabalho de formal geral, sua expressiva participação no processo de aumento dos anos de escolaridade da força de trabalho, principalmente a partir dos anos 1990, sua opção em lutar por independência econômica etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou demonstrar o processamento de uma nova dinâmica que se desenvolve no interior da tradicional informalidade na região central da cidade de Goiânia, a partir do final dos anos 80 e início dos 90 particularmente. Os processos implicados nessa dinâmica têm contribuído de forma determinante para a emergência de uma nova e mais complexa informalidade.

Essa mudança em seu interior, denominada pela recente literatura especializada de nova informalidade, está associada a um quadro de transformações que tem afetado, de modo geral, o mercado de trabalho no Brasil no período. Trata-se, assim, em uma perspectiva estrutural do mercado de trabalho, de um quadro de “(des)estruturação do mercado laboral” relacionado ao padrão de desenvolvimento capitalista do país.

A historicidade desse contexto estrutural do mercado de trabalho, tanto nacional quanto local, tem como características uma dinâmica de geração das ocupações que passa a depender cada vez mais das condições de oferta do que das de demanda por trabalho, o crescente acirramento da competição no interior da classe trabalhadora por uma ocupação a qualquer custo e um processo de inchamento de atividades em setores do terciário intensivos em mão-de-obra de pouca qualificação, tais como as que se observam na maior parte do comércio ambulante e nos serviços pessoais¹⁸⁵.

Esse contexto estrutural de “(des)estruturação” do mercado laboral tem suas raízes históricas fincadas na segunda metade da década de 1970, sendo, segundo Cardoso Jr. (2001: 8), “fruto do desmonte do projeto nacional-desenvolvimentista fundado, grosso modo, nos anos 1930, aprofundado na década de 1970 e rompido nos anos 1980”. Nesse período, a economia brasileira havia conseguido transitar rapidamente de uma estrutura agrário-exportadora para uma sociedade industrial, ampla e caoticamente urbanizada.

¹⁸⁵ Trata-se de um fenômeno, comumente chamado de “terceirização das ocupações, intensamente articulado com outras tendências a ele correlacionadas, notadamente a informalização e a precarização das relações e condições de trabalho”. Ainda, “o aumento do desemprego, a estagnação relativa dos rendimentos médios reais dos ocupados e a própria estagnação da estrutura distributiva da sociedade brasileira” (Cardoso Jr., 2001: 5).

Nos anos 70, verificou-se o colapso do modelo político desenvolvimentista e a reversão das tendências de crescimento da economia. Na década de 80, temos um período histórico de grande regressão industrial do país, sendo os 90 palco da segunda fase da trajetória brasileira desta. De acordo com Pochmann e Cardoso Jr. (2000):

[...] nesses vinte anos de desorganização do parque produtivo doméstico, os anos 1980 representariam, portanto, o momento de desarticulação do desenvolvimento industrial interno, enquanto os anos 1990 simbolizariam o colapso daquela estratégia pretérita de crescimento industrializante, com conseqüências adversas para o futuro do país.

Ressaltam, conforme é possível observar mais detalhadamente a seguir, que uma das grandes conseqüências desse processo foi a ruptura do padrão de estruturação do mercado de trabalho, gerando uma crise que ganhou corpo através de seis fenômenos interligados: crescimento patológico do setor terciário (comércio e serviços) da economia; desenvolvimento expressivo da informalidade nas relações de trabalho; aumento não-desprezível dos níveis de desocupação e desemprego; precarização ou piora na qualidade dos postos de trabalho; estagnação relativa dos rendimentos médios oriundos do trabalho; e estagnação relativa da situação distributiva, tanto do ponto de vista da distribuição funcional de renda quanto da pessoal dos rendimentos do trabalho.

Em relação ao primeiro fenômeno, a “terceirização”, ou seja, o crescimento patológico do setor terciário da economia (comércio e serviços), podemos afirmar que se caracteriza empiricamente por fatores tais como: queda pronunciada, no período 1981/1999, do pessoal ocupado no segmento primário da economia (agropecuária e extrativismo); crescimento contínuo do pessoal ocupado nas atividades terciárias (comércio e serviços) desde 1981; menor patamar de absorção do secundário na década de 1990, quando comparado com a de 1980; menor taxa de elevação do pessoal ocupado no secundário no período 1990/1999, quando comparado com o período 1981/1989 (cerca de 25%) (ver Cardoso Jr., 2001: 16-17).

O segundo fenômeno, articulado com o primeiro, é a “informalização” das ocupações, medida pelo peso crescente dos trabalhadores sem registro, sem remuneração e por conta própria no total da ocupação. Trata-se, ao lado do processo de terceirização, do segundo grande eixo de transformações no mercado de trabalho nos últimos vinte anos. Analisando as décadas de 1980 e 1990, Cardoso Jr. (2001: 22-25), ressalta que a população de trabalhadores

com registro em carteira e a população de trabalhadores sem carteira assinada (assalariamento ilegal) têm experimentado situações antagônicas nesse período:

Inicialmente, com relação aos trabalhadores com registro em carteira, é possível ver com clareza que seu peso relativo no total da ocupação decresce intensamente durante as crises recessivas do início dos anos 1980 (1981/1983) e 1990 (1990/1992), mas a recuperação em ambos os períodos não ocorre de forma semelhante à queda. [...] Já o comportamento do emprego sem carteira (assalariamento ilegal) diante dos ciclos de crescimento e recessão dos últimos vinte anos [...] tende a subir nos períodos de crise, tanto no início dos anos 1980 como no início dos anos 1990. [...] na presença de relativo crescimento do produto doméstico nos anos 1990, o emprego com carteira não sobe como deveria, nem tampouco cai como se esperaria, o emprego sem carteira assinada.

Quanto ao terceiro fenômeno, “aumento dos níveis de desocupação e desemprego”, Cardoso Jr. (2001: 30-31) explica que “os anos de 1990 também se caracterizam por mudanças de patamar nos níveis médios de desocupação (PIA desocupada/PIA) e desemprego (PEA desocupada), cujas taxas praticamente dobram ao fim da década em relação aos índices dos anos 1980 e começo dos 1990”¹⁸⁶. Para uma melhor compreensão dessa mudança o autor (idem: 31-32) nos chama a atenção para os seguintes fatores: 1) aumento do desemprego feminino, superior ao masculino, em parte explicado pelo aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, em um quadro geral de retração das atividades e concorrência exacerbada pelo lado da oferta de mão-de-obra pouco qualificada; 2) o fenômeno do desemprego contemporâneo no Brasil como processo que resulta de transformações estruturais em âmbito mundial (processos de reorganização produtiva e tecnológica, novas formas de gestão empresarial etc.) com conseqüências para o país; e 3) a constatação de um ambiente macroeconômico interno pouco propício ao enfrentamento do desemprego como fenômeno econômico e social de grandes proporções, com conseqüências adversas sobre o conjunto da população e da própria economia.

No que diz respeito à quarta conseqüência do processo de (des)estruturação do mercado de trabalho, a “precarização” ou piora na qualidade dos postos de trabalho. Trata-se de um fenômeno intimamente associado à informalização e ao crescimento e diversificação dos tipos de emprego (estrutural, oculto, de inserção, de exclusão etc.), que passa a se

¹⁸⁶ Segundo dados do PNAD para o período 1981/1998, enquanto a taxa de desocupação saltou de 2,2% em 1981 para 5,5% em 1998, a taxa de desemprego – no mesmo período, pulou de pouco mais de 4% para perto de 10% duas décadas depois.

manifestar de forma crescente nas relações e condições de trabalho a partir da década de 1990¹⁸⁷.

Nesse sentido, quando consideramos essas categorias ocupacionais situadas fora do mercado protegido de trabalho observamos, em geral, conseqüências desestabilizadoras preocupantes da organização do mercado de trabalho, particularmente quando analisadas a partir de variáveis tais como as informações sobre a cobertura da seguridade social, o tipo e a quantidade de benefícios recebidos pelos trabalhadores, a jornada de trabalho, o número de empregos praticados, a permanência no emprego, a filiação sindical etc.

No que concerne ao quinto fenômeno listado, “estagnação relativa dos rendimentos médios oriundos do trabalho”, particularmente dos trabalhadores assalariados com e sem carteira assinada, pode-se dizer que, depois da década de 1980 ter sido marcada por bruscos movimentos de queda e recuperação dos rendimentos dos trabalhadores ocupados, Cardoso Jr. (2000: 36) observa que a de 1990 foi palco de uma tendência caracterizada por um processo de relativa estagnação dos rendimentos médios reais das principais categorias ocupacionais. Nesse sentido, o autor (idem) ressalta que “a evolução dos rendimentos reais médios por posição na ocupação desde os anos de 1990” registram “certa estagnação relativa, que é ocasionalmente interrompida por efeitos não duradouros de algum plano de estabilização, como no Cruzado em 1986, ou mesmo no Real, entre os anos de 1994 e 1996”.

Finalmente, quanto ao sexto e último fenômeno, a “estagnação relativa da situação distributiva”, trata-se de uma tendência que compõe o quadro mais geral de crise do modelo de estruturação do mercado de trabalho na década de 1990, associada a dois fatores: a participação dos salários na renda nacional¹⁸⁸ e a concentração dos rendimentos do trabalho.

¹⁸⁷ Cardoso Jr. (2001: 32) ressalta que esse processo se revela especialmente dramático para “categorias ocupacionais tidas como informais, no interior das quais podem ser encontradas atividades mais precárias, do ponto de vista da qualidade da ocupação – caso dos trabalhadores por conta própria - e de mais frágil inserção profissional, do ponto de vista das relações de trabalho – caso evidente dos sem registro em carteira”. Ressalta, ainda, que contribui sobremaneira para esse crescente processo de *precarização*, “a ausência ou precariedade dos mecanismos de proteção social conferidas pelo Estado a seus cidadãos”. Fato que tende a “transferir aos âmbitos familiar e individual a responsabilidade pela sobrevivência em uma sociedade marcada por crescente redundância do trabalho vivo”. Trata-se, pois, de: “um aspecto particularmente dramático para os trabalhadores por conta própria e de menores rendas, que tendem a não recolher contribuição previdenciária e tampouco tendem a ter registrados nas administrações públicas seus pequenos negócios” (idem: 33).

¹⁸⁸ Segundo Cardoso Jr. (2001: 40), “Esta apresenta-se estruturalmente reduzida no Brasil, em comparação com países desenvolvidos, por conta de pelos menos dois fatores que agem na mesma direção: manutenção de um peso elevado de pessoas em mercados de trabalho desestruturados e ritmo insuficiente de absorção de força de trabalho ativa nos segmentos mais organizados do mercado de trabalho”. Sobre a concentração dos rendimentos

Trata-se de uma dinâmica que reforça e reflete um padrão bastante heterogêneo de ocupações e de remunerações no seio da “classe” trabalhadora e que dá visibilidade, também, à inoperância das políticas públicas e redistributivas que assumem cada vez mais um caráter assistencialista e compensatório, conduzindo-a a um esquema de reprodução social fortemente ancorado no individualismo das soluções de sobrevivência, com reflexos perversos sobre a estrutura distributiva já bastante concentrada do país.

É, pois, a partir desse quadro de transformações, mas sem jamais desconsiderar a nova dinâmica da economia regional (Estado de Goiás) e do mercado de trabalho local (Goiânia)¹⁸⁹, nesse contexto, que procuramos analisar a informalidade da região central de Goiânia.

A tentativa de compreender a nova dinâmica na qual está inserida a informalidade da região central de Goiânia se baseou, de um lado, na problematização do próprio conceito de informalidade (capítulo 1) e na caracterização histórica do quadro de mudanças que têm reconfigurado seus tradicionais processos constituintes (capítulo II). De outro, procurou-se perceber o modo como o perfil e o cotidiano de trabalhos dos ambulantes em questão possibilitam revelar a estruturação de novos processos em curso no bojo da tradicional informalidade (capítulo III). O esforço teórico-metodológico foi reforçado e ampliado por uma abordagem histórica sobre tais transformações (capítulo IV) e finalizado com uma tentativa de perceber como as mudanças no mercado de trabalho como um todo têm redefinido itinerários de percursos ocupacionais de trabalhadores e trabalhadoras (capítulo V). Vejamos, pois, a seguir, algumas considerações sobre as principais mudanças registradas.

Uma primeira mudança, perceptível, está relacionada às origens do fenômeno. As trajetórias ocupacionais da maioria dos trabalhadores ambulantes, especialmente daqueles que entraram na informalidade nos últimos 10 anos, diferentemente das dos ambulantes da tradicional informalidade, não são de origem rural, tal como ocorria com a informalidade

do trabalho, explica que (idem: 41): “Como a hierarquia de remunerações responde às características da estrutura produtiva, preponderantemente vinculada aos segmentos estruturados dos mercados de trabalho, e como o peso e a dinâmica desse setor não conseguem absorver integralmente toda a oferta efetiva de mão-de-obra, tem-se necessariamente um perfil altamente concentrado para a distribuição dos rendimentos provenientes do trabalho, que é reforçado pela existência de um nível muito baixo de salários para a maior parte das pessoas pertencentes à base não organizada do mercado de trabalho”.

¹⁸⁹ As particularidades relativas às transformações da economia regional e do mercado de trabalho local no contexto dos anos de 1990, foram densamente expostas no capítulo II.

típica de meados da década de 60 e anos 70. A maioria dos ambulantes entrevistados são de Goiânia ou de sua região metropolitana e moram no município ou na RM há 10 ou 15 anos.

Portanto, trata-se de trabalhadores, em grande parte, com passagens pelo mercado de trabalho formal urbano e oriundos, principalmente, do setor de serviços e comércio, caracterizados pela forte sazonalidade no emprego e pela forte precarização das condições e dos vínculos trabalhistas. Isto é, grande parte dos “novos entrantes”, cerca de 40%, têm trajetórias ocupacionais marcadas por experiências de assalariamento, mas enfrentam crescentes barreiras quanto à re-inserção no mercado de trabalho formal em função da crise do emprego e da reestruturação produtiva, precarização e informalização deste.

Outra característica dessa nova informalidade diz respeito à dinâmica na qual esta se encontra inserida. O comércio ambulante da região central de Goiânia, ao contrário do caráter local que tradicionalmente o caracterizou, passou a participar, sobretudo nos anos 90, de uma outra forma de inserção na economia. Assim, o forte crescimento do comércio de produtos do setor de confecção a partir dos anos 80, produzidos a partir de uma mão-de-obra extremamente precarizada e majoritariamente feminina, fez com que a principal Feira dessa região da cidade, a Hippie, passasse a receber compradores não só do interior do próprio estado, mas de várias regiões do país.

Por outro lado, também a partir do final dos anos 80 e início dos 90, parte expressiva do comércio ambulante dessa região passa a constituir, progressivamente, formas de integração internacional. Trata-se, sobretudo, de produtos contrabandeados, em sua maioria eletro-eletrônicos, comprados principalmente no Paraguai. Em poucas palavras, outro traço dessa nova informalidade está na dimensão nacional e, até mesmo, internacional de sua inserção econômica.

Outro traço a ser destacado diz respeito à mudança do perfil desses trabalhadores, pois, diferentemente do comum à tradicional informalidade, foi possível perceber que a maior parte possui níveis de escolaridade significativos (ver capítulo III). É muito grande a porcentagem de entrevistados (homens e mulheres) com ensino médio completo, sendo não-desprezível a de homens e mulheres com ensino superior incompleto e completo.

Além disso, mais de 30% dos entrevistados tem algum curso profissionalizante, embora se possa questionar sua qualidade, durabilidade e grau de adequação em relação ao mercado. Dessa forma, talvez não seja infundado concluir que grande parte desses

trabalhadores continuam nas ruas, na condição de ambulantes, muito mais em função da natureza estrutural da crise do emprego do que em virtude de determinadas características adquiridas, como escolaridade e qualificação profissional (ver capítulo V).

Outro traço novo em relação ao perfil dessa chamada “nova informalidade” é o grande número de mulheres entre os ambulantes. Como o *survey* demonstrou, uma leve diferença separa a porcentagem destas da dos homens. Esse novo elemento está associado às transformações mais gerais que ocorrem no mercado de trabalho e à mudanças de ordem cultural.

Colabora para a maior participação de mulheres na informalidade, diferentemente do ocorria nos anos 60 e 70, o processo de reestruturação produtiva, precarização e informalização do mercado de trabalho formal que afetou fortemente o tradicional equilíbrio de renda familiar, que tinha como principal e, muitas vezes, único responsável pelo sustento familiar, o homem. Isso contribuiu para colocar uma quantidade expressiva de entrevistadas como co-responsável pelo sustento familiar, sem falar no número nada desprezível de mulheres que são chefes de família e garantem o sustento desta com base em seu árduo trabalho como ambulante, não raramente combinado ao trabalho doméstico. Ademais, há um crescente número de trajetórias ocupacionais de mulheres alimentadas pelo desejo de independência econômica e realização profissional.

Também em relação ao perfil, chamou a atenção as porcentagens de jovens, tanto homens quanto mulheres, com ensino médio incompleto e completo. Estes são obrigados a buscar na informalidade uma alternativa diante da crescente exigência do mercado de trabalho formal de experiência profissional que não podem oferecer pela idade. Além disso, há um aumento da necessidade de participação na renda familiar, comprometida pelas referidas mudanças que têm afetado as bases produtivas do capitalismo. Talvez não seja temeroso dizer, em função de todo o caminho trilhado pela pesquisa, que essa nova informalidade também se caracteriza por uma “cara” mais jovem e feminina do que a tradicional informalidade da região central da cidade.

Outro dado, associado ao novo perfil desses trabalhadores ambulantes, diz respeito à renda. Tradicionalmente, o comércio ambulante esteve associado à baixa remuneração, uma verdade para a maior parte dos entrevistados. Entretanto, como é possível observar no capítulo III, porcentagens minoritárias, mas expressivas, de homens e mulheres, com baixo, médio e

alto nível de escolaridade, principalmente aqueles que começaram a trabalhar nessa atividade nos últimos 10 anos, têm rendimentos que surpreendem o senso comum de território de uma economia da pobreza.

Outro aspecto de destaque nesse contexto é a grande porcentagem de trabalhadores ambulantes que respondem negativamente à possibilidade de deixarem a condição de ambulantes para a de um trabalhador com carteira assinada. De certo modo, eles participam de um momento histórico caracterizado por processos de ressignificação da tradicional idéia de emprego.

Ao contrário da tradicional informalidade, não raramente abordada por muito tempo como algo atípico em relação aos processos de modernização da economia do país, esta aqui analisada também é nova no sentido de que sua dinâmica está articulada de forma complementar ao mercado de trabalho formal. É nesse sentido, por exemplo, que não é incomum registrar casos de trabalhadores que participam de uma rede de relações que permite às grandes empresas desovarem seus produtos fugindo às obrigações tributárias. Há, também, a venda de uma grande variedade de roupas a preços baixíssimos, o que alimenta uma grande rede de produção que combina uma diminuta, especializada e bem remunerada parte do processo produtivo, geralmente a de criação, com um amplo leque de condições e relações precárias de trabalho, tal como nas facções.

Trata-se, também, de uma nova informalidade pela capacidade que tem demonstrado de promover atividades dinâmicas e que dependem da mesma para existirem. Nesse sentido, observamos, por exemplo, no entorno da Feira Hippie, um grande leque de atividades econômicas de suporte aos clientes e aos ambulantes/feirantes: pensões, hotéis, restaurantes populares, lanchonetes, estacionamento etc.

Houve uma mudança na relação dessa informalidade da região central da cidade com o poder público. Ao contrário do que acontecia até o final da década de 70 e início da de 80, momento histórico em que os trabalhadores ambulantes ainda eram vistos como caso de polícia pelas elites locais e pela Prefeitura, hoje a situação é outra.

A partir dos anos 80 a informalidade passou a ser tratada como uma questão social (ver capítulo IV), tendo contribuído para tanto os crescentes conflitos entre os ambulantes e os comerciantes lojistas no centro da cidade, o reconhecimento do poder público local do aumento do desemprego e de sua impossibilidade de dar respostas para o mesmo, a

redefinição do papel tradicionalmente desempenhado pelo centro tradicional da cidade, a crescente intervenção/ regularização das atividades dos ambulantes e a crescente regulamentação e higienização de seu cotidiano de trabalho, tornando-o, assim, assimilável ao projeto urbano do centro da cidade.

De certa forma, é possível dizer que essa informalidade em questão tende a ser regularizada pelo poder público, ao mesmo tempo que desponta, a partir do final dos anos 80 e início dos 90, um processo de privatização de seus aspectos. Isso acontece porque, desde então, cresce o número de tradicionais lojistas e empresários da cidade que investem na construção de camelódromos no centro da cidade.

Não podemos deixar de falar, também, sobre os novos produtos que passam a predominar no comércio ambulante e os novos processos produtivos implicados em sua produção. Na informalidade típica dos anos 60 e 70 muitos relatos de antigos moradores e ambulantes do centro nos permitem afirmar que predominava ali o comércio de produtos artesanalmente produzidos (roupas e acessórios), frutas, doces, pequenos serviços de concerto e outros. A partir dos anos 80, os produtos do setor de confecção tomam conta das ruas e praças, em uma curva crescente, seguidos por acessórios, em sua grande parte, industrialmente produzidos.

Novas práticas de comércio caracterizam o que aqui chamamos de nova informalidade. Torna-se cada vez mais comum encontrar em muitas bancas, especialmente na Feira da Lua e Feira do Sol, ambulantes que disponibilizam a possibilidade de pagamento com cartão de crédito, que fazem serviço de entrega de mercadorias, que se valem de discursos “politicamente corretos” para chamar a atenção dos passantes para seus produtos, que vendem produtos tradicionais valendo-se de novas formas, como é o caso de ambulantes que vendem frutas servidas em potes plásticos descartáveis etc. Essas “práticas”, a exemplo de outras, são formas de “re-apropriações” culturais típicas dessa nova informalidade.

Por fim, essa nova informalidade da região central do pós-década de 80, também difere daquela dos anos 60 e 70 em função de dois outros fatores: sua segmentação espacial, agora dividida em cinco regiões de comércio e com características mais ou menos distintas e um processo em curso desde meados dos anos 80 de diferenciação do perfil do público consumidor.

Acredito que essas são as principais características que permitem defender a tese relativa a uma nova e mais complexa informalidade na região central da cidade de Goiânia. Um processo iniciado principalmente a partir de meados da década de 80 e que faz parte de um quadro mais geral de mudanças que têm reconfigurado o mercado de trabalho e redefinido os percursos ocupacionais de homens e mulheres que em outro momento, não distante do atual, tinham como quase certa a possibilidade de uma inserção satisfatória no mercado de trabalho formal, mas que, nos dias atuais, têm nessa nova informalidade uma condição de trabalho que tende a se configurar como permanente.

Esse conjunto de aspectos ressaltados sobre a informalidade na região central da cidade de Goiânia, a exemplo de inúmeros estudos no mesmo sentido, deve ser visto como uma contribuição para se repensar a relação entre o novo mundo do trabalho que se configura e as possibilidades das categorias interpretativas mais tradicionais que caracterizam a literatura especializada sobre a informalidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. Desigualdades e discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro e suas implicações para a formulação de uma política de emprego. *Seminário Nacional “Política Geral de emprego: necessidades, opções, prioridades”*, Brasília, OIT, 9 e 10 dez. 2004.
- ABRAMO, L. A subjetividade do trabalhador frente à automação. In: NEDER, R. (Org.). *Automação e Movimento Sindical no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 133-176.
- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. São Paulo/Campinas: Hucitec/Unicamp, 1998.
- ABREU, A.; JORGE, A.; SORJ, B. Desigualdade de gênero e raça. O informal no Brasil em 1990, *Estudos Feministas*, número especial, 2. sem. de 1994.
- ABREU, A.; SORJ, B. *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.
- ABREU, A. R. de P. et al. Reestruturação produtiva, trabalho e educação: os efeitos sociais do processo de “terceirização” em três regiões do país. *Relatório final do projeto, programa de pesquisa em ciência e tecnologia, qualificação e produção*. Rio de Janeiro: Cedes/Finep/PCDT-CNPq, 1998.
- AGUIAR, M. do A. A. *Expansão capitalista e incorporação de novas áreas de Goiás*. 1986. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- AGUIAR, M. do A. A.; RIBEIRO, M. G. Flexibilização da produção e a propagação de redes. *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Grupo de trabalho 29 – Trabalho, precarização e políticas públicas. Recife, 29 de maio a 1 de junho de 2007. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT29%20Trabalho,%20Precariza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas/SBS2007.pdf. Acesso em: 10 jan. 2008.
- ALBUQUERQUE, R. E. C. C. *Desenvolvimento Regional no Brasil*. n. 16. Brasília: Ipea, 1960.
- ALENTEJANO, P. R. O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 90. *Caderno Prudentino de Geografia – Geografia e globalização – AGB*, cidade, n. 18, jul. 1996.
- ALMEIDA, P. H. de. *Perfil socioeconômico do trabalhador informal de Salvador*. Salvador: Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente/Faculdade de Ciências Econômicas, 1999. (mimeo)
- ALMEIDA, G. M. R. et al. Mercado de trabalho e migração no Centro-Oeste brasileiro. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro preto, Minas Gerais, Brasil, 4 a 8 de novembro de 2002. Disponível em: <

http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_TRB_PO61_Almeida_texto.pdf
>. Acesso em 18 jan. 2008.

ALTMAN, J. *A reconstruction using anthropological methods of the second economy of Soviet Georgia*. 1983. Tese (Doutorado em Economia), Middlesex Polytechnic Institute, Enfield, England, 1983.

ALVES, E. L. G.; SOARES, F. *Ocupação e escolaridade: tendências recentes na Grande São Paulo*. Brasília: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1996.

AMARAL, E. F. de L.; RABELO, F. C. E. (Coord.). Formas culturais e percepção social dos freqüentadores de feiras de arte e alimentação de Goiânia. Goiânia: UFG/FCHF/Departamento de Ciências Sociais/LIST-Laboratório de Imagem, Som e Texto de Ciências Sociais. *Caderno de Pesquisa*, n. 2, 1999. Disponível em: <[https://webspace.utexas.edu/amaralef/www/LIST\(1999\).pdf?uniq=i3y8g2](https://webspace.utexas.edu/amaralef/www/LIST(1999).pdf?uniq=i3y8g2)>. Acesso em: 5 jan. 2008.

AMORIM, E. R. A. *No limite da precarização? Terceirização e trabalho feminino na indústria de confecção*. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Departamento de Sociologia, Universidade de Campinas, Campinas, 2003.

ANTONIAZZI, Pe. A. As religiões no Brasil segundo o Censo de 2000. *Revista de Estudos da Religião*, n. 2, p. 75-80, 2003. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv2_2003/p_antoni.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2007.

ANTUNES, R. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 1997.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal – a cultura nas novas gestões urbanas. In: MARICATO, H.; VAINER, C. e ARANTES, O. (Orgs.). *A cidade do pensamento único – desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ASSIS, F. M. de; CORREA, E. A. L.; PINTO, J. V. C. O papel do setor Campinas na formação da centralidade polinucleada de Goiânia. *IX EREGEO – Encontro Regional de Geografia. Novas territorialidades – integração e redefinição regional*. Porto Nacional, julho de 2005.

AZEVEDO, J. S. G. de. Economia e mercado de trabalho na Bahia e RMS: uma abordagem de longo prazo. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 10, n. 1 p. 49-67, jun. 2000.

BAHIA, A. Mercado Aberto: o melhor acerto ou o pior erro de Pedro Wilson. *Jornal Opção Online*, Goiânia, 27 de abril a 3 de maio de 2007. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=reportagens&idjornal=24&idrep=162>>. Acesso em: 27 dez. 2007.

BARBOSA, A. de F. O mercado de trabalho brasileiro pós-1990: mudanças estruturais e o desafio da inclusão social. *Seminario Internacional Empleo, desempleo y políticas de empleo en el Mercosur y en la Unión Europea*. Buenos Aires, 2004. Disponível em: <<http://www.ceil-piette.gov.ar/docfor/2004/MUE/MUEfreitesbarbosa.doc>>. Acesso em: 12 mar. 2008.

BARROCAL, A. Envelhecimento da população e trabalho informal pedem atenção. *Envolverde Revista Digital*, mar. 2007. Disponível em: <<http://envolverde.ig.com.br/materia.php?cod=28857&edt=1>>. Acesso em: 27 dez. 2007.

BAUDRILLARD, J. *À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. 1978. Disponível em: <http://sabotagem.revolt.org/sites/sabotagem/files/Baudrillard_Jean.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2008.

BERQUÓ, E. Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. In: BRUSCHINI, C. & UNBEHAUN, S. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 2002. p. 243-266.

BOITO, A. *Política Neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

BRESCIANI, L. *Tecnologia & Trabalho, Capacitação & Aprendizado: será que também dá samba?* Campinas: Instituto de Geociências/UNICAMP, 1997. (mimeo)

BROAD, D. The periodic casualization of work: the informal economy: the informal economy, casual labor, and the *longue durée*. In: TABAK, F.; CRICHLLOW, M. *Informalization*. Process and structure. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 2000. p. 23-46.

BROMLEY, R. Informality, de Soto style: from concept to policy. In: RAKOWSKI, C. A. (Ed.). *Contrapunto: The Informal Sector Debate in Latin America*. Albany: Staty University of New York Press, 1994.

BRUSCO, S. The Emilian model: productive decentralization and social integration. *Cambridge Journal of Economics*, London, v. 6, n. 2, p. 167-184, 1982.

BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, M. I. B. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 13-58.

_____. *Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?* São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998-a.

_____. Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995. *Textos FCC*, n. 17/98. São Paulo-SP: Fundação Carlos Chagas, 1998-b.

_____; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras. Trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17/18, p. 157-196, 2002.

_____. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 90. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Org.). *Novas fronteiras da desigualdade*. Homens e Mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac, 2003. p. 323-356.

CACCIAMALI, M. C. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). *Distribuição de renda no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 121-143.

_____. Expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal. *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE, v. 19, n. especial, p. 25-48, 1989.

_____. Globalização e processo de informalidade. *Anais do Encontro Nacional de Economia* – ANPEC, Belém, v. 3, p. 2059-2074, 1999.

_____. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo: IPE-USP, 1983.

CAMPOS, F. I.; BERNARDES, G. D. Goiânia, Anos 80: um estudo etnográfico e das relações sociais de bairros periféricos. In: Encontro de Pesquisadores da UFG, 1992, Goiânia, GO. *Encontro de Pesquisadores da UFG - RESUMOS*. Goiânia: Ed. UFG, 1992. v. 1. p. 172.

CAPECCHI, V. The informal economy and the development of flexible specialization. In: PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L. A. (Eds.). *The informal economy: studies in advanced and less developed countries*. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 1989. p. 189-215.

CARBAJAL, J. C. *Enfoque crítico de las teorías del sector informal urbano en Latinoamérica*. Facultad de Economía “Vasco de Quiroga”, Universidad Michoacana de San Nicholas de Hidalgo, Morella, Michoacán, México, p. 1-23, 2006.

CARBONETTO, D.; HOYLE, J.; TUEROS, M. Sector informal en Lima metropolitana. *Search Progress Report*. Lima: CEDEP, 1985. p. 29-37.

CARDOSO, A. *Trabalhar, verbo transitivo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

CARDOSO, A.; CARUSO, L. e CASTRO, N. Trajetórias ocupacionais, desemprego e empregabilidade: há algo de novo na agenda dos estudos sociais do trabalho no Brasil?, *Contemporaneidade e Educação*, ano 2, n. 1, p. 7-23, mai. 1997.

CARDOSO, A. M.; COMIN, A. A.; GUIMARÃES, N. A. Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos da indústria brasileira. In: HIRATA, G. (Org.). *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações*. São Paulo: Editora Senac, 2006. p. 47-125.

CARDOSO, F. H. Sobre la población relativa y marginalidad. *Revista Latino-Americana de Ciencias Sociales*, Santiago de Chile, 1971.

CARDOSO JR, J. C. *Crise e desregulação do trabalho no Brasil*. Brasília: IPEA, 2001.

_____; POCHMANN, M. *Raízes da concentração de renda no Brasil: 1930 a 2000*. Brasília/Campinas: IPEA/CESIT, 2000. (mimeo)

CARRION, R. S. M. Reestruturação produtiva, organização e gestão do trabalho. *XVI Encontro da Associação Nacional de Programa de Pós-Graduação em Administração/ANPAD*, 1997, Rio de Janeiro, Águas Claras, 1997.

CARRION, R. S. M.; GARAY, A. B. S. O mercado de trabalho na indústria petroquímica gaúcha. XXI Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração, 1997, Rio das Pedras. *Anais do XXI Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração*, 1997.

CARTAYA, V. F. El confuso mundo del sector informal. *Nueva Sociedad*, Venezuela, n. 90, p. 76-88, jul./ago. 1987.

CARVALHO, I. M. M. de; ALMEIDA, P. H. de. Família e proteção social. *Perspectiva/SciELO*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 109-122, Apr./June 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-8392003000200012&script=sci_arttext&tlng>. Acesso em: 15 jan. 2008.

CARVALHO, J. R. Introdução a "diferencial de salários no Brasil". Universidade Federal do Ceará. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 58, n.2, Apr./June 2004. p. 151-157. Site: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-1402004000200001&script=sci_arttext&tlng. Acesso: 18/12/2007.

CASTELLS, M. A transformação do trabalho e do mercado de trabalho: trabalhadores ativos na rede, desempregados e trabalhadores com jornada flexível. In: _____. *A sociedade em rede*. v. I. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASTRO, N. de. Qualificação, mercados e processos de trabalho: estudo comparativo no complexo químico brasileiro. *Relatório final do subprojeto 7*. São Paulo, 1998.

CASTRO, N. de; DEDECCA, C. Flexibilidade e Precarização: tempos mais duros. In: _____. *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo/Rio de Janeiro: Asociación Latinoamericana de Estudios del Trabajo, 1998. p. 9-19. (Série II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho)

CASTRO, S. S. de. Mudanças no uso do solo urbano no entorno da Feira Hippie em Goiânia-Go: o caso da Rua 44. *XIII Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa, 2002.

CAVALCANTI, C.; DUARTE, R. *O setor informal em Salvador: dimensões, natureza e significado*. Recife: SUDENE/FUNDAJ; Brasília: MTB, 1980.

CBN ANHANGUERA. *Invasão dos ambulantes é o maior problema, diz associação*. 19 jan. 2008. Disponível em: <http://goiasnet.globo.com/diversidade/com_report.php?IDP=21498>. Acesso em: 25 jan. 2008.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.

CHAUL, N. F. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1997.

CHULLY, J. N. *Ajustamento e informalidade no mercado de trabalho peruano: 1950-1989*. São Paulo, 1992. 243f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1992.

- CIOFFI, Sylvia. Famílias metropolitanas: arranjos familiares e condições de vida. *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*, 1998. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1998/al65.pdf>>. Acesso em 24 dez. 2007.
- COMIN, A. A.; GUIMARÃES, N. A. Vicissitudes do trabalho no Brasil nos anos 90: mobilidade setorial, diversidades de gênero e acesso ao seguro-desemprego. In: LAVINAS, F. L. L. (Org.). *Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho*. Santiago: CEPAL, 2002. p. 11-30.
- CORREA, E. A. L.; PINTO, J. V. C.; PAULA, F. M. de A. Subcentros Populares: o papel do Setor Campinas na dinâmica do espaço intra-urbano de Goiânia. *XIV Encontro Nacional de Geógrafos*, 2006, Rio Branco. CD-ROM do XIV Encontro Nacional de Geógrafos, 2006.
- COUTINHO, L. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. *Economia e Sociedade*, Campinas, IE/UNICAMP, n. 1, p. 69-87, 1992.
- COUTROT, T. Um balanço da Teoria da Dependência. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 29, p. 156-171, mar. 1991.
- CROSS, J. C. *Informal politics: street vendors and the state in México City*. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- DAUNE-RICHARD, A.-M. Qualificações e representações sociais. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução de Clevis Rapkiewicz. São Paulo: SENAC, 2003. p. 65-76.
- DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. v. 1. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DEDECCA, C. S. Desemprego e perspectivas do mercado de trabalho no Brasil. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 26, n. 2, Porto Alegre, 1999.
- DEDECCA, C. S.; BALTAR, P. E. de A. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. *Estudos econômicos*, São Paulo, v. 27, número especial, p. 65-84, 1997. Disponível em: <http://www.estecon.fea.usp.br/index.php/estecon/article/viewFile/523/233>. Acesso em: 20 jan. 2008.
- DE SOTO, H. *Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1987.
- _____. *El otro sendero*. Lima: El Barranco, 1986.
- DIEESE-GO – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – Escritório Regional de Goiás. *Perfil do mercado de trabalho na década de 90 em Goiás*. 2003. Disponível em: < http://www.dieese.org.br/esp/merformal_goias.pdf >. Acesso em: 15 jan. 2008.
- DRUCK, G. Os sindicatos no limiar do século XXI. *Revista Plural, Associação dos Professores da UFSC*, Florianópolis, v. 7, n. 11, p. 11-23, set. 1999.
- DUPAS, G. *Crise econômica e transição democrática*. São Paulo: Klaxon, 1986.

_____. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FEIGE, E. L. Defining and estimating underground and informal economies: the new institutional economics approach. *World Development*, v. 18, n. 7, p. 989-1002, 1990.

FERRER, F. *Reestruturação capitalista: caminhos e descaminhos da tecnologia da informação*. São Paulo: Moderna, 1998.

FILGUEIRAS, L. A. M.; DRUCK, G.; AMARAL, M. F. *O conceito de informalidade: problema ou solução?* Salvador: Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, 2003. (mimeo)

FILHO, P. G. de S. *Trabalho informal em Goiânia: Projeto Mercado Aberto*. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia do Trabalho) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005. Disponível em: <http://www.fchf.ufg.br/pos-sociologia/uploads/files/Pedro-Filho.pdf>. Acesso em: 17/03/2008.

FLEURY, A. Análise a nível de empresa dos impactos da automação sobre a organização da produção e do trabalho. In: SOARES, R. M. de M. *Gestão de empresa: automação e competitividade*. Rio de Janeiro: IPEA, 1990.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Banco de Dados sobre o Trabalho das Mulheres*. Disponível em: < <http://www.fcc.org.br/mulher> >. Acesso: 16/11/2007.

FUNKHOUSER, E; PÉREZ-SAINZ, J. P. *Centroamérica en reestructuración: mercado laboral y pobreza en Centroamérica*. San José, Costa Rica: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 1998.

GARCIA, M.-F. *O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no nordeste do Brasil*. 2001. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_19/rbcs_19_08.htm>. Acesso em: 18 dez. 2007.

GERRY, C. Petty production and capitalist production in Dakar: the crisis of the self-employed. *World Development*, v. 6, n. 9/10, p. 1147-1160, out. 1978.

GITAHY, L. Inovação tecnológica, subcontratação e mercado de trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, n. 8, p. 144-153, jan/mar. 1994-a.

_____. Reestruturação Produtiva, Trabalho e Educação. In: GITAHY, L. (Org.). *Reestructuración Productiva, Trabajo y Educación en América Latina*. Campinas-SP: IG/UNICAMP/Buenos Aires: RED, 1994-b. p. 109-122.

GUIMARÃES, I. B. Participação familiar e trabalhadores informais. *Anais Eletrônicos do III Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, 2002, Ouro Preto-MG. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_TRB_ST2_Guimaraes_texto.pdf> e <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_TRB_ST2_Guimaraes_texto.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2008.

GUIMARÃES, N. A. *Caminhos Cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo: Editora 34, 2004.

_____. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. *Departamento de Sociologia da USP*, p. 171-197, 2006. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/arq12_Cap06.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2007.

GUIMARÃES, S.; AGIER, M.; CASTRO, N. A. *Imagens e identidades do trabalho*. São Paulo: Hucitec, 1995.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 1984.

HARRIS, J.; TODARO, M. Migration, Unemployment e Development: A Two-Sector Analysis. *American Economic Review*, v. 1, n. 60, p. 126-142, mar. 1970.

HART, K. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. *The journal of modern African studies*, v. 11, n. 1, p. 61-89, 1973.

HIRATA, H. Salariado, precariedade, exclusão? Trabalho e relações sociais de sexo-gênero. Uma perspectiva internacional. In: COLETA, M. C. (Org.). *Demografia da exclusão social: temas e abordagens*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. p. 105-118.

HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho: um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Agregação das Regiões Metropolitanas: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, 1982/1999*.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999: Goiás*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, n. 32, 2000. 125p.

IBGE/PNADs: Distribuição de homens e mulheres em posições precárias – Brasil – 1993-2005 (%).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Brasil: o estado de uma nação, 2006. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/Destaques/brasil2/Resumo_MercadodeTrabalho.pdf. Acesso em: 12 jan. 2008

INVERNIZZI, N. Empregos precários no setor terciário: estudo de trajetórias ocupacionais de trabalhadores em risco de exclusão. 2000, p. 1-15. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/281/boltec281d.htm>>. Acesso: 12 mar. 2008.

JAKOBSEN, K. A., MARTINS, R., DOMBROWSKI, O. (Orgs.). *Mapa do trabalho informal: perfil sócio-econômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

JARDIM, A. Migração e metropolização no Centro-Oeste - 1980. In: RIBEIRO, A. C. T.; MACHADO, B. P. (Orgs.). *Metropolização e rede urbana: perspectiva dos anos 90*. Rio de Janeiro: B. P. IPUR/ANPUR/CNPq, 1990.

JORNAL O POPULAR, julho de 1987.

KLEIN, E.; TOKMAN, V. E. La estratificación social bajo tensión en la era de la globalización. *Revista de la CEPAL*, n. 72, p. 7-30, dez. 2000.

KOWARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LACEY, M. To fuel the mideast's grills, Somalia smolders. *The New York Times*, Nova Iorque, page 4, column 3, 25 jul. 2002.

LAVINAS, F. L. L. Diferenciais de rendimento entre homens e mulheres nas áreas metropolitanas. Rio de Janeiro: S.P.I., 1998-a. (mimeo)

_____. *Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos*. Brasília: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.

_____. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 41-67, 1997. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000100003&lng=en&nrm=isso >. Acesso em: 16/11/2007.

_____. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. Rio de Janeiro: S.P.I., 1998-b. (mimeo).

LEFEBREV, H. *La presencia y la ausencia*. Contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LEFORT, C. *As formas da história*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LEITE, A. T. B. *Precarização do trabalho – uma abordagem das desigualdades de gênero no mercado de trabalho de Goiânia*. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

LEITE, M. P. Qualificação, desemprego e empregabilidade, *Perspectiva*, Fundação Seade, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 64-69, 1997.

_____. Reestruturação Produtiva, Novas Tecnologias e Novas Formas de Gestão da Mão-de-Obra. In: MATTOSO, J. et al. *Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: MTb/CESIT/Scritta, 1994. p. 563-587.

_____. *Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

LEITE LOPES, J. S. et al. *Mudança social no nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEONARD, M. *Invisible work, invisible workers: the informal economy in Europe and the U.S*. London: MacMillan Press, 1998.

LEWIS, M. El desarrollo económico con oferta ilimitada de trabajo. In: AGAWALA, A. N.; SINGH, S. (Orgs). *La economía del subdesarrollo*. Madrid: Tecnos, 1963.

LIMA, J.; SOARES, M. Trabalho flexível e o novo informal. In: DRUCK, G. (Coord.). Dossiê: Trabalho, Flexibilidade e Precarização, *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, p. 163-180, jul./dez. 2002.

LINO, H. F. C. *Economia Informal: uma discussão conceitual*. 1992. 79f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.

LOMBARDI, M. *Reestruturação produtiva e condições de trabalho: percepções dos trabalhadores*. São Paulo: UNICAMP, 1997. (mimeo)

LOMNITZ, L. Informal exchange networks in formal systems: a theoretical model. *American Anthropologist*, v. 90, n. 1, p. 42-55, 1988.

LOPES, E. A. de B. e. *Relatório de pesquisa quantitativa sobre a informalidade na região central de Goiânia* – Nov. 2006/Mar. 2007.

MAIA, A. G. Perfil do Desemprego no Brasil nos Anos 2000. *Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho: Política Econômica e Mercado de Trabalho* - 2000/2006, n. 6, p. 15-23, mai./ago. 2007.

MAIA, V.; MENDES, L.; MARIA, T. Ministério Público aprova Mercado Aberto da Prefeitura de Goiânia. *Jornal Opção*, Goiânia-GO, 25 jun. 2002. Disponível em: <<http://www.goiania.go.gov.br/html/temporarios/mercado/materiais.htm>>. Acesso em: 27 dez. 2007.

MAKARIA, K. *Social and political dynamics of the informal economy in african cities*. Lanhan: University Press of America, 1997.

MALAGUTI, M. L. *Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado*. São Paulo: Boitempo/ Vitória: EDUFES, 2001.

MARUANI, M.; HIRATA, H. (Orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução de Clevis Rapkiewicz. São Paulo: SENAC, 2003.

MATTOSO, J. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.

_____. et al. *Mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: MTb/CESIT/Scritta, 1994.

_____. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.) *Economia & Trabalho: textos básicos*. Campinas: Unicamp, 1998.

McCROHAN, K.; SMITH, J.; ADAMS, T. Consumer purchases in informal markets: estimates for the 1980s, prospects for the 1990s. *Journal of Retailing*, v. 67, n. 1, p. 22-50, 1991.

MELO, H. P. de; TELES, J. Serviços e informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro. Texto para discussão n. 773. IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro-RL/ Brasília-DF. Dez. de 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td0773.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2008.

- MENDONÇA, M. R.; THOMAZ JÚNIOR, A.. A modernização da agricultura nas áreas de cerrado em Goiás (Brasil) e os impactos sobre o trabalho. In: *9º Encontro de Geógrafos de América Latina*, 2003, Mérida. CD-ROM. Mérida, 2003.
- MENDONÇA, M.; RIBEIRO, D.; THOMAZ JÚNIOR, A. A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho. Universidad de Barcelona. *Scripta Nova - Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, v. 6, n. 119, ago. 2002.
- MENJIVAR-LARIN, R.; PÉREZ-SAINZ, J. *Informalidad urbana en Centroamérica: entre la acumulación y la subsistencia*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad y FLACSO, 1991.
- MEZZERA, J. Abundancia como efecto de la escasez: oferta y demanda en el mercado laboral urbano. *Nueva Sociedad*, Venezuela, n. 90, p. 106-117, jul./ago. 1987.
- MILHOMEM, A. de V. Trabalho informal: precarização do trabalho e exclusão social em Goiás e no Brasil. *Revista Anhanguera*, v. 4, n. 1, p. 139-155, jan./dez. 2003. Disponível em: <http://www.anhanguera.edu.br/publicacoes/revista_anhanguera/2003/cap_07.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2007.
- MIRANDA, T. G. *Movimentos populares em Goiânia: um estudo das características tipológicas das AMS*. Relatório Impresso. Goiânia: Gráfica da UCG, 1990. p. 1-93.
- MOYSÉS, A. Efeitos perversos da concentração econômica na Região Metropolitana de Goiânia. *Boletim de Conjuntura Econômica Goiana*, Goiânia, n. 2, nov. 2004. Disponível em: <<http://portalseplan.go.gov.br/no>>. Acesso em: 13/11/2007.
- _____ et al. *Observatório das Metrôpoles-Fase-Ipardes*. Análises das Regiões Metropolitanas do Brasil - Relatório 1 - Identificação dos espaços metropolitanos e construção de Tipologias. 2004. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/como_anda/index.html> Acesso em: 14 nov. 2007.
- NORONHA, E. G. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 53, p. 111-129, out. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18081.pdf>> Acesso em: 16 nov. 2007.
- NUN, J. *Marginalidad y exclusión social*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- _____. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latino-americana de Sociología*, Buenos Aires, v. 5, n. 2, p. 178-235, jul. 1969.
- NUNES, C. G. F. e SORIA, A. L. Crise Econômica e Crise na Cultura do Trabalho, *Sociedade e Estado*, Revista Semestral de Sociologia, v. XI, n. 2, jul.-dez. 1996. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 1996.
- NUNES, J. H.; CAMPOS, A. F. O setor de confecção em Goiânia: análise da relação entre trabalho doméstico e trabalho domiciliar. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 237-255, jul./dez. 2006.
- OFFE, K. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- _____. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. O flanco aberto. *São Paulo Em Perspectiva*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 10-12, jul./set. 1988.
- _____. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: _____; PAOLI, M. C. (Orgs.) *Os sentidos da democracia, políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 55-81.
- OLIVEIRA, O.; SALLES, V. Reprodução social e reprodução da força de trabalho. *Caderno CRH*, Universidade Federal da Bahia, n. 14, Ed. Fator, 1991.
- PAMPLONA, J. B. *Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil*. São Paulo: Germinal/FAPESP, 2001.
- PEIXOTO, E. R.; FERRANTE, I. P. G. Goiânia, a cidade genérica: estudo dos *shoppings centers*, *Urbana: Revista eletrônica do centro interdisciplinar de estudos da cidade*, v. 1, p. 5, 2006. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/artigo5.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2008.
- PEREIRA, J. C. *Influências das religiões afro no catolicismo popular brasileiro*. São Paulo: Zouk, 2004.
- PÉREZ-SAINZ, J. P. *Informalidad urbana en América Latina: enfoques, problemáticas e interrogantes*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1992.
- _____. *Mejor cercanos que lejanos: globalización, autogeneración de empleo y territorialidad en Centroamérica*. San José: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), 1999.
- _____. *Neoinformalidad en Centroamérica*. San José: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), 1996.
- _____. La nueva industrialización y el trabajo: reflexiones desde Centroamérica. *Revista Nueva Sociedad*, Caracas, v. 1, n. 158, p. 160-172, 1998.
- PÉREZ-SAINZ; J. P.; CORDERO, A. Los nuevos escenarios laborales en Centroamérica: una propuesta de análisis. *Anuario de Estudios Centroamericanos*, San José, v. 20, n. 2, p. 5-14, Editorial de la Universidad de Costa Rica, 1994.
- PERLAM, J. *O Mito da marginalidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- PIGNONI, M.-T. As trajetórias dos demandantes de emprego e o mercado local de trabalho: a experiência de um painel longitudinal na França. In: HIRATA, G. (Org.). *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações*. São Paulo: Editora Senac, 2006. p. 190-219.
- POCHMANN, M. *Cálculo dos Componentes dos Custos do Trabalho dos 10 setores mais importantes da Economia dos Países do Mercosul*. Relatório Final Consolidado, Campinas, outubro de 1994, mimeo.

_____. Financeirização, concentração de renda e desemprego. Como valorizar o trabalho? *Revista Princípios*, n. 80, 9 fev. 2008. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/museu/principios/antteriores.asp?edicao=80&cod_not=620>. Acesso em: 12 fev. 2008.

_____. Inclusão juvenil como estratégia pública. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A3 – A3, 23 abr. 2002.

_____. O excedente da mão-de-obra no município de São Paulo. In: JAKOBSEN, K.; MARTINS, R.; DOMBROWSKI, O. (Orgs.). *Mapa do trabalho informal: perfil sócio-econômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 18-23.

_____. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. Os desafios do sindicalismo brasileiro nesse final de século. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba-PR, n. 10-11, p. 139-152, 1998.

POCHMANN, M.; CARDOSO JR., J. C. *Raízes da concentração de renda no Brasil: 1930 a 2000*. Brasília/Campinas: IPEA/CESIT, 2000. (mimeo)

PORTES, A; CASTELLS, M. El mundo debajo: orígenes, dinámica y efectos de la economía informal. In: TOKMAN, V. E. (Comp.). *El sector informal en América Latina: dos décadas de análisis*. Ciudad del México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1995. p. 233-267.

PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L. A (Eds.). *The informal economy: studies in advanced and less developed countries*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989.

PORTES, A; HALLER, W. *La economía informal*. Santiago de Chile: CEPAL, 2004. (Série Políticas Sociais)

PORTES, A; SASSEN-KOOB, S. Making it underground: comparative materials on the informal sector in Western Market Economics. *American Journal of Sociology*, v. 1, n. 93, p. 30-61, 1987.

PORTES, A.; SCHAUFFLER, R. Competing perspectives on the Latin American informal sector. *Population and Development Review*, v. 19, n. 1, p. 33-60, mar. 1993.

PRANDI, J. R. *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo: Edições Símbolo, 1977.

PREALC. *Sector informal: funcionamiento y políticas*. Santiago: PREALC, 1978.

QUADROS, Waldir José de. O desemprego juvenil no Brasil dos anos 90. *Cadernos do CESIT*, n. 31, dez. 2001. Disponível: <http://www.eco.unicamp.br/cesit/download_cesit/cadernodoCESIT31.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2008.

QUIJANO, A. *Pólo marginal y mano de obra marginalizada*. Santiago de Chile: CEPAL, 1971.

QUIJANO, A. (2004). El laberinto de América Latina: ¿Hay otras salidas? *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Universidad Central de Venezuela, Caracas, año/vol. 10, n. 1, p. 75-97, ene./abr. 2004.

RAKOWSKI, C. A. Convergence and divergence in the informal sector debate: a focus on Latin America. *World Development*, v. 22, n. 4, p. 501-516, 1994.

RIZEK, C. S.; LEITE, M. P. Dimensões e representações do trabalho fabril feminino. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 10, p. 281-308, 1998.

ROBERTS, B. R. Employment structure, life cycle, and life chances: formal and informal sectors in Guadalajara. In: PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L. A. (Eds.). *The informal economy: studies in advanced and less developed countries*. Baltimore: The Johns Hopkins University press, 1989. p. 41-59.

RODRIGUES, I. J. A trajetória do novo sindicalismo. In: _____. (Org.). *Novo sindicalismo, vinte anos depois*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/EDUC/Unitrabalho, 1999. p. 73-94.

RODRIGUES, R. Sobrevivência nas ruas. *Jornal O Sucesso*. 29 mar. de 2008. Disponível em: <http://www.jornalosucesso.com.br/editoria_materia.php?id=3655>. Acesso em: 29 mar. 2008.

ROQUE, M. B. *Economía informal em Cuba*. Report commissioned by the Center for Migration and Development. Princeton: Princeton University, 2002.

RUAS, R. Reestruturação Sócio-econômica, Adaptação das Empresas e Gestão do Trabalho. In: GITAHY, L. (Org.). *Reestructuración productiva, trabajo y educación en América Latina*. Campinas: IG/UNICAMP/Buenos Aires: RED-CIID-CENEP, 1994.

SABEL, C. Changing models of economic efficiency and their implications for industrialization in the third world. In: FOXLEY, A.; MCPHERSON, M. S.; O'DONNELL, G. (Ed.). *Development, democracy and trespassing*. Essays in honor of Albert O. Hirschman. Notre Dame: Notre Dame University Press, 1986. p. 27-55.

_____. Learning by monitoring: the institutions of economic development. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Eds.). *The Handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press and Russel Sage Foundation, 1994. p. 231-274.

SABÓIA, J.; SABÓIA, A. L. Caracterização do setor informal a partir dos dados do Censo Demográfico do Brasil de 2000. Rio de Janeiro, Jun. 2004. Disponível em: <<http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/saboia2.pdf>>. Acesso: 15 fev. 2008.

SAFFIOTI, H. I. B. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SALVATTI, A.; VIÉGAS, L.; MORTADA, S.; TAVARES, D. O trabalho do camêlo: trajetória profissional e cotidiano. Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - Centro de Referência em Saúde do Trabalho de São Paulo. *Caderno de Psicologia Social*, São Paulo, v. 2, dez. 1999. Disponível em: <http://pepsic.brs_psi.org.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1516-371719990001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 dez. 2007.

SANTANA, B. *Informalidade urbana em Goiânia – a perspectiva cidadã de geração de emprego e renda*: propostas do poder público para além de sua regulação e fiscalização legal. Goiânia: Prefeitura de Goiânia/Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico/Assessoria de Planejamento, 2001.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, N. dos. *Desenvolvimento capitalista e modificações nas relações de trabalho no campo em Goiás – 1970-1985*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1992.

SASSEN-KOOB, S. New York city's informal economy. In: PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L. A (Eds.). *The informal economy: studies in advanced and less developed countries*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989.

_____. The demise of Pax Americana and the emergence of informalization as a systemic trend. In: TABAK, F.; CRICHLOW, M. *Informalization, process and structure*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 2000. p. 91-118.

SEGNINI, L. *Mulheres no trabalho bancário*. São Paulo: Edusp, 1998.

SEPLAN. *Economia e Desenvolvimento*, out.-dez., 2003. Disponível em: <<http://www.seplan.gov.br/rev/revista13/capitulo%2012.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2008.

SILVA, A. D. *Informalidade: comportamento do setor informal em Anápolis-Go (1986-2002)*. Goiânia. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2002.

SILVA, J.; BARBOSA, J. *O sentido do trabalho informal na construção de alternativas socioeconômicas e o seu perfil no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFF/RJ / IETS, 2006. p. 1-9. Disponível em: <http://www.iets.org.br/biblioteca/O_sentido_do_trabalho_informal_na_construcao_de_alternativas_socioeconomicas_e_o_seu_perfil_no_RJ.PDF>. Acesso em: 12 fev. 2008.

SILVA, P. P. A nova informalidade na região metropolitana de Salvador. 2002. Dissertação de Mestrado (Economia). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SILVA, S. S. e. *Desemprego e precarização do trabalho: os efeitos sobre o mundo do trabalho uberlandense e as respostas dos sindicatos*. Marília: Universidade Estadual Paulista, 2004.

SILVERA, R. Os salários: mantidas as condições desiguais? In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução de Clevi Rapkiewicz. São Paulo: SENAC, 2003. p. 151-164.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, P. *Economia política do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1979.

SMITH, J. D. Measuring the informal economy. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 493, n. 1, p. 83-99, 1987.

SOARES, S.; SERVO, L. M.; ARBRACHE, J. S. *O que (não) sabemos sobre a relação entre abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil*. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td_0843.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2008.

SORJ, B. Vendedores ambulantes, visibilidade social e invisibilidade sociológica. *Tempo e Presença*, São Paulo, n. 43, 1990.

SOUZA, P. R. *Emprego, salário e pobreza*. São Paulo: Hucitec/Funcamp, 1979.

_____. Emprego e renda na “pequena produção” urbana no Brasil, *Estudos Econômicos*, v. 11, n. 1, p. 57-82, mar. 1981.

_____. Programa de pesquisas sobre mercado de trabalho. v. I, Campinas: Depe/Unicamp, 1980.

SOUZA; RODARTE; FILGUEIRAS. *Gênero e mercado de trabalho na grande Salvador: um breve comparativo entre as décadas de 80 e 90*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, ano. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/conjuntura/ped/ped_estudos_especiais/pdf/generos_mercado.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2007.

TABAK, F.; CRICLOW, M. *Informalization, process and structure*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 2000.

TANZI, V. *The Underground Economy in the United States and Abroad*. New York: Lexington Heath Works, 1982.

THOMAZ JÚNIOR, A. Território em Transe. (Re)divisão Territorial do Trabalho e Redefinições de Funções na Agricultura (Perspectivas para o século XXI). *Seminário Geografia 2001*. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, 1998.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna - Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 2 ed. São Paulo: Vozes, 1998.

TODESCHINI, R. Combate ao desemprego juvenil no Brasil: a proposta do Ministério do Trabalho e Emprego. *Mercado de trabalho – conjuntura e análise*, n. 21, p. 21-23, fev. 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_021g.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2007.

TOKMAN, V. E. El Imperativo de actuar: el sector informal hoy. *Nueva Sociedad*, Venezuela, n. 90, p. 93-105, jul./ago. 1987-b.

_____. El sector informal: quince años después. *El Trimestre Económico*, México, n. 215, p. 513-536, jul./set. 1987-a.

TOKMAN, V. E.; MARTÍNEZ, D. Costo laboral y competitividad en el sector manufacturero de América Latina, 1990-1998. *Revista de la CEPAL*, Centro de Estudios para América Latina, Santiago de Chile, n. 69, p. 53-70, dic. 1999.

- TREJOS, J. D. El trabajo decente y el sector informal en los países del istmo centroamericano. *Boletín de Trabajo*. San José de Costa Rica, OIT: Oficina para Centroamérica, Panamá y República Dominicana, n. 158, 2002. Disponível em: <<http://www.oit.org/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/informal/tdescpob/doc.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2008.
- ULYSSEA, G. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. *Revista de Economia Política*, v. 26, n. 4 (104), p. 596-618, out.-dez. 2006.
- VALARELLI, M. de M. *Informalidade e cidadania: empreendimentos informais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ibase/Sebrae, 1997.
- VARGAS, F. E. B. Desemprego feminino: vulnerabilidade e invisibilidade nas trajetórias de trabalho. *30º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, Minas Gerais, Brasil, 24 a 28 de outubro de 2006.
- WILLIAMS, R. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- WILLIANSO, O. Transaction cost economics and organization theory. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Eds.). *The Handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press and Russel Sage Foundation, 1994. p. 77-107.
- _____. *Markets and hierarchies*. New York: The Free Press, 1975.
- YAMADA, G. Urban Informal employment and self-employment in developing countries: theory and evidence. *Economic Development and Cultural Change*, v. 44, n. 2, p. 289-314, jan. 1996. Disponível em: <http://www.economia.umich.mx/publicaciones/EconYSoc/ES13_06.htm>. Acesso em: 23 dez. 2006.

ANEXO

ANEXO 1

TABELAS

Tabela 3.7 - Número de entrevistados segundo o município de nascimento - Estado de Goiás

Município	Número	%
Abadia de Goiás	2	0,7
Adelândia	1	0,3
Americano do Brasil	1	0,3
Anápolis	6	2
Aparecida de Goiânia	1	0,3
Araçu	1	0,3
Aruanã	1	0,3
Baliza	1	0,3
Barro Alto	1	0,3
Bela Vista de Goiás	5	1,7
Bom Jardim de Goiás	1	0,3
Bom Jesus de Goiás	1	0,3
Bonfinópolis	1	0,3
Buriti Alegre	1	0,3
Cachoeira Dourada	1	0,3
Caiapônia	2	0,7
Caldas Novas	1	0,3
Ceres	5	1,7
Crixás	2	0,7
Cumari	1	0,3
Damolândia	2	0,7
Estrela do Norte	1	0,3
Fazenda Nova	1	0,3
Firminópolis	1	0,3
Goianésia	5	1,7
Goiânia	156	53,1
Goiás	3	1
Goiatuba	1	0,3
Heitorai	2	0,7
Hidrolândia	1	0,3
Hidrolina	1	0,3
Inhumas	5	1,7
Ipameri	4	1,4
Iporá	4	1,4
Itaberaí	2	0,7
Itaguari	1	0,3
Itapirapuã	1	0,3
Itapuranga	3	1
Itauçu	1	0,3

Itumbiara	1	0,3
Município	Número	%
Jandaia	1	0,3
Jaraguá	2	0,7
Jataí	2	0,7
Jussara	1	0,3
Luziânia	1	0,3
Mairipotaba	1	0,3
Minaçu	1	0,3
Mineiros	1	0,3
Morrinhos	2	0,7
Mossâmedes	1	0,3
Nerópolis	2	0,7
Nova Veneza	1	0,3
Novo Brasil	2	0,7
Orizona	2	0,7
Palmeiras de Goiás	2	0,7
Piracanjuba	2	0,7
Piranhas	1	0,3
Pires do Rio	4	1,4
Pontalina	1	0,3
Porangatu	4	1,4
Posse	1	0,3
Rio Verde	3	1
Rubiataba	1	0,3
Sanclerlândia	2	0,7
Santa Helena de Goiás	1	0,3
Santa Rita do Araguaia	1	0,3
Santa Rosa de Goiás	1	0,3
Santa Terezinha de Goiás	1	0,3
São Luís de Montes Belos	4	1,4
Senador Canedo	1	0,3
Silvânia	1	0,3
Três Ranchos	1	0,3
Trindade	3	1
Turvânia	2	0,7
Uruaçu	3	1
Uruana	2	0,7
Total	294	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Tabela 3.8 – Região do município de nascimento

Região	Frequência	%
Norte	22	5,1
Nordeste	67	15,6
Sudeste	33	7,7
Sul	3	0,7
Centro-Oeste	303	70,5
Total	430	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dado do *survey*.

Tabela 3.17 - Número de pessoas por bairro dos entrevistados residentes no município de Aparecida de Goiânia

Bairro	Frequência	%	Bairro	Frequência	%
Bairro Cardoso	1	1,7	Papilon Park	2	3,4
Bairro Hilda	1	1,7	Parque Primavera	1	1,7
Bairro Independência	1	1,7	Parque Real	1	1,7
Cidade Vera Cruz	1	1,7	Parque Tremendão	1	1,7
Conjunto Cruzeiro do Sul	4	6,8	Parque Trindade	2	3,4
Conjunto Madre Germana	1	1,7	Pontal Sul	1	1,7
Conjunto Serra Dourada	1	1,7	Residencial Village Garavelo	1	1,7
Conjunto Veiga Jardim	1	1,7	Setor Aeroporto Sul	2	3,4
Goiânia Viva	1	1,7	Setor Buriti Sereno	2	3,4
Jardim Bela Morada	1	1,7	Setor Central	1	1,7
Jardim Cascata	1	1,7	Setor dos Afonsos	1	1,7
Jardim da Luz	1	1,7	Setor Garavelo	6	10,2
Jardim Dom Bosco	1	1,7	Setor Independência Mansões	1	1,7
Jardim Mont Serrat	2	3,4	Setor Santo André	2	3,4
Jardim Nova Era	1	1,7	Vila Alzira	1	1,7
Jardim Olímpico	2	3,4	Vila Brasília	2	3,4
Jardim Progresso	1	1,7	Vila Maria	1	1,7
Jardim Tropical	2	3,4	Vila Sul	1	1,7
Mansões Paraíso	3	5,1	Village Garavelo II	1	1,7
Morada dos Pássaros	1	1,7	Não soube dizer	1	1,7
Total				59	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

Tabela 3.39 – Renda mensal da atividade segundo: sexo, cor/raça,estado civil, faixa de idade e escolaridade

Variáveis selecionadas	Renda mensal da atividade (em s.m.)					
	Até 1	Acima de 1 até 3	Acima de 3 até 10	Acima de 10	Não declarou	Total
Sexo						
Masculino	36	101	62	30	6	235
Feminino	46	78	39	21	11	195
Total	82	179	101	51	17	430
Cor ou raça						
Branco	25	56	28	23	7	139
Não branco	57	123	73	28	10	291
Total	82	179	101	51	17	430
Estado civil						
Solteiro (a)	58	71	33	15	6	183
Casado (a)	16	76	48	34	9	183
União consensual	1	11	9	-	1	22
Separado (a)	6	12	10	2	-	30
Viúvo (a)	1	9	1	-	1	12
Total	82	179	101	51	17	430
Faixa de idade						
De 12 até 19 anos	42	21	8	2	3	76
De 20 até 29 anos	14	43	27	13	-	97
De 30 até 39 anos	11	44	30	17	6	108
De 40 até 59 anos	13	65	34	19	6	137
60 ou mais	2	6	2	-	2	12
Total	82	179	101	51	17	430
Escolaridade						
Sem instrução/analfabeto	-	5	2	1	-	8
Ensino fundamental incompleto	22	42	16	7	4	91
Ensino fundamental completo	9	28	9	6	3	55
Ensino médio incompleto	30	22	15	9	1	77
Ensino médio completo	14	65	41	12	7	139
Ensino superior incompleto	7	13	16	8	-	44
Ensino superior completo	-	3	2	7	2	14
Pós-graduação	-	1	-	1	-	2
Total	82	179	101	51	17	430

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do survey.

Tabela 3.42- Qual curso profissionalizante você concluiu?

Curso	Frequência	%
Corte e costura - moda - designer	20	12
Vendas	10	6
Informática	48	28,9
Edificações	3	1,8
Mecânica	7	4,2
Contabilidade	11	6,6
Mecânica	8	4,8
Prótese dentária T.H.D dentista	2	1,2
Telecomunicações	4	2,4
Cabeleireiro – Esteticista	8	4,8
Telemática	4	2,4
Técnico de laboratório	2	1,2
Fotografia	1	0,6
Técnico de enfermagem	7	4,2
Motorista	5	3
Marceneiro	2	1,2
Auxiliar de escritório; recepcionista	9	5,4
Mineração	1	0,6
Gráfico	1	0,6
Eletrotécnico	5	3
Corretor Imobiliário	1	0,6
Auxiliar de Serviços Gerais	1	0,6
Barman	1	0,6
Esteticista Canino	1	0,6
Operador de Máquinas Pesadas	1	0,6
Supervisão	1	0,6
Apicultura	1	0,6
Soldador	1	0,6
Total	166	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *survey*.

ANEXO 2

QUESTIONÁRIO APLICADO



UNICAMP

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Programa de Pós-Graduação
Doutorado em Ciências Sociais

Nº. do Questionário	
Local da Entrevista	

Q.1	O que você se considera? [Mostrar o cartão de respostas] 1. Ambulante 2. Camelô 3. Feirante	
Q.2	[Para os entrevistados em pontos fixos] Você é proprietário do ponto e/ou banca? [Para os entrevistados que não estão em ponto fixo] Você é proprietário das mercadorias? 0. Não 1. Sim	
Q.3	Gênero do Entrevistado: 1. Masculino 2. Feminino	

Q.4	Qual é a sua idade (em anos)?	
-----	--------------------------------------	--

Q.5	Você é natural de que município? []	
-----	---	----------	--

Q.6	Esse município fica em que Estado? []	
-----	---	----------	--

	3. Ensino fundamental completo 4. Ensino médio incompleto 5. Ensino médio completo 6. Ensino superior incompleto 7. Ensino superior completo 8. Especialização, mestrado ou doutorado	
--	--	--

Q.19	Você concluiu algum tipo de curso profissionalizante? 0. Não [Ir para questão Q.21] 1. Sim	
-------------	---	--

Q.20	Qual o curso profissionalizante você concluiu? []	
-------------	---	--

Q.21	Você tem alguma religião? 0. Não [Ir para questão Q.23] 1. Sim, mas não frequenta. 2. Sim, e é praticante.	
-------------	--	--

Q.22	Qual é a sua religião? 1. Católica 2. Candomblé 3. Afro 4. Espírita 5. Protestante 6. Pentecostais 7. Neo-pentecostais Outra []	
-------------	---	--

Q.23	Quem mais contribui para o sustento de sua família? 1. Entrevistado 2. Cônjuge, companheiro (a); 3. Pais ou sogros; 4. Filhos ou enteados; 5. Irmãos; 6. Netos e bisnetos; 7. Outros parentes Outros []	
-------------	---	--

Q.24	Você recebe aposentadoria ou pensão? 0. Não. [Ir para a Q.26]. 1. Sim.	
Q.25	Quanto você ganha por mês com a aposentadoria ou pensão? R\$ []	

Q.26	Qual o principal produto que você comercializa? [.....]	
-------------	--	--

Q.27	Há quanto tempo você está nessa atividade? []	
-------------	---	--

VOLTAR QUESTÃO Q.2	[Para os entrevistados em pontos fixos] Você é proprietário do ponto e/ou banca? [Para os entrevistados que não estão em pontos fixos] Você é proprietário das mercadorias? 0. Não 1. Sim	
-----------------------------------	--	--

**QUESTÕES Q.28 ATÉ Q.42 SOMENTE PARA OS QUE RESPONDERAM SIM NA
QUESTÃO Q.2**

Q.28	É você quem fabrica as suas próprias mercadorias? 0. Não 1. Sim [Ir para Q. 31]	
-------------	--	--

Q.29	Qual o principal fornecedor das mercadorias que você revende? 1. Fabricante 2. Atacadista 3. Varejista. 4. Intermediários Outros []	
-------------	--	--

Q.30	Como você realiza o pagamento das mercadorias que adquire? 1. À vista 2. A prazo 3. À vista e a prazo	
-------------	---	--

Q.38	Quem define ou definiu o espaço em que você realiza sua atividade? 1. Os próprios comerciantes 2. Prefeitura 3. Associação/sindicato 4. Prefeitura/associação-sindicato Outro	
Q.39	A atividade que você realiza tem algum tipo de registro? 0. Não [Ir para Q.41] 1. Sim	
Q.40	Qual tipo de registro que sua atividade possui? 1. Da Prefeitura 2. Do Governo Estadual 3. Do Governo Federal 4. Da associação/sindicato Outro, qual: []	
Q.41	Você paga taxa ou imposto pelo uso do ponto e/ou banca? 0. Não 1. Sim	
Q.42	Você paga INSS da atividade que realiza? 0. Não 1. Sim	
Q.43	Quantos dias você trabalha por semana nesta atividade?	
Q.44	Qual o tempo de trabalho diário que você dedica nesta atividade [em horas]?	
Q.45	O que você faz para atrair os clientes?	
Q.46	O que você faz com suas mercadorias para conseguir atrair mais clientes? [.....] [.....] [.....]	

Q.56	<p>Neste trabalho você se considera independente (patrão de si mesmo)?</p> <p>0. Não 1. Sim</p>	
Q.57	<p>Você mudaria para um emprego com carteira de trabalho assinada?</p> <p>0. Não 1. Sim.</p>	
Q.58	<p>Na sua opinião, a prefeitura teria como contribuir para melhorar sua atividade?</p> <p>0. Não [Ir para Q.60] 1. Sim.</p>	
Q.59	<p>Como a prefeitura poderia contribuir para melhorar sua atividade?</p> <p>1. [.....] 2. [.....] 3. [.....]</p>	
Q.60	<p>Como é a sua relação com os lojistas?</p> <p>[.....] [.....]</p>	
Q.61	<p>Como é a sua relação com os moradores?</p> <p>[.....] [.....]</p>	
Q.62	<p>Como é a sua relação com os Fiscais da prefeitura?</p> <p>[.....] [.....]</p>	
Q.63	<p>Como é a sua relação com os clientes?</p> <p>[.....] [.....]</p>	

Q.71	<p>Que vantagens você tinha nesse trabalho?</p> <p>[.....]</p> <p>[.....]</p>	
Q.72	<p>Você era filiado de algum Sindicato?</p> <p>0. Não [Ir para Q.75]</p> <p>1. Sim.</p>	
Q.73	<p>Você participava dos movimentos organizados pelo sindicato?</p> <p>0. Não [Ir para Q.75]</p> <p>1. Sim.</p>	
Q.74	<p>Qual ou quais movimento(s) organizado(s) pelo sindicato você participava?</p> <p>1. Reuniões</p> <p>2. Assembléias</p> <p>3. Greves</p> <p>4. Reuniões e Assembléias</p> <p>5. Reuniões e Greves</p> <p>6. Assembléias e Greves</p> <p>7. Reuniões, Assembléias e Greves</p>	
Q.75	<p>Há quanto tempo deixou este trabalho? MESES []</p>	
Q.76	<p>Qual o principal motivo que fez você deixar este trabalho? [ler as alternativas]</p> <p>1. Foi demitido</p> <p>2. Baixos rendimentos</p> <p>3. Más condições de trabalho</p> <p>4. Aposentadoria</p> <p>5. Razões pessoais</p> <p>Outro. Qual?</p>	
Q.77	<p>Quando você saiu desse trabalho você recebeu FGTS?</p> <p>0. Não</p> <p>1. Sim</p>	

Q.92	<p>Quando tem que enfrentar dificuldades relacionadas a problemas pessoais quem mais lhe ajuda?</p> <p>1. Familiares 2. Amigos/colegas 3. Vizinhos 4. Igreja 5. Ninguém Outros. Quem?</p>	
Q.93	<p>Você tem algum plano de saúde?</p> <p>0. Não 1. Sim.</p>	
Q.94	<p>Você é usuário do Sistema Único de Saúde (SUS)?</p> <p>0. Não 1. Sim.</p>	
Q.95	<p>Qual ou quais o(s) principais problemas(s) enfrentado(s) no dia-a-dia nesta atividade?</p> <p>1. [.....] 2. [.....] 3. [.....]</p>	
Q.96	<p>Você já foi vítima de algum tipo de violência no local de trabalho (nesta atividade)?</p> <p>0. Não 1. Sim.</p>	
Q.97	<p>Que tipo de violência você sofreu no local de trabalho?</p> <p>1. [.....] 2. [.....] 3. [.....]</p>	

Com o objetivo de procurar facilitar a compreensão do instrumento aplicado para a produção do *survey*, relacionamos alguns procedimentos adotados relativos à sua elaboração e aplicação. Assim, temos:

- a) *Questão 2*: capta se a pessoa entrevistada é proprietária ou não do “negócio”, termo definido para que não houvesse confusão entre a propriedade do ponto (local onde se realiza a atividade) e a das mercadorias (produtos comercializados no ponto);
- b) *Questão 4*: refere-se à idade dos entrevistados, que foi coletada a partir de suas declarações. Sua categorização (faixas de idade) foi definida posteriormente com base no conjunto de respostas obtidas;
- c) *Questão 5*: refere-se ao município de naturalidade do entrevistado. A categorização efetuada consistiu em discriminar os municípios do Estado de Goiás e codificar os demais segundo as outras Unidades da Federação;
- d) *Questão 8*: refere-se à cor ou raça do entrevistado, via sua própria declaração, definindo sua categorização posteriormente, com base no conjunto de respostas obtidas, através das quais se optou por apresentar-se, também, o resultado, de acordo com as respostas das pessoas que se assumiram como brancas e não-brancas;
- e) *Questões 13, 17, 75 e 80*: exigem respostas em anos e sempre constará de números inteiros. Nesse caso, quando a resposta for 0 (zero) significa que o tempo corresponde a menos de 1 ano, quando for 1 (um) entre 1 ano e menos de 2 anos, quando for 2 (dois) entre 2 e menos de 3 anos, e assim sucessivamente;
- f) *Questão 14*: consiste no nome do bairro em que a pessoa mora. Como os entrevistados vivem em municípios diversos, geralmente localizados na Região Metropolitana de Goiânia e em seu entorno, é preciso considerá-lo com base na questão 12. A categorização dos bairros foi realizada depois de captada pela entrevista;
- g) *Questão 16*: consiste no nome do bairro em que os entrevistados viviam anteriormente, se este fosse no mesmo município em que atualmente residem. A categorização dos bairros foi realizada depois de captada pela entrevista;
- h) *Questão 35*: possibilita mais de uma resposta, ou seja, consiste em respostas múltiplas. Por esse motivo o número de réplicas ultrapassa o número de questionários aplicados;

- i) *Questões 45, 46, 47, 51, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 82, 95 e 97*: foram elaboradas de forma aberta. Assim não havia, a priori, opções para os entrevistados escolherem. Depois de obtidas todas as respostas da amostra aplicada, foram tipificadas, ou seja, sua tipologia foi definida segundo o enquadramento das respostas apresentadas;
- j) *Questão 70*: captou a ocupação dos entrevistados quando estes possuíram trabalho antes da atividade atualmente realizada. Sua tipologia não considerou nenhuma norma ou regra de classificação e se baseou tão somente na natureza da atividade desenvolvida;
- k) *Questão 82*: a tipologia elaborada para essa questão captou os motivos pelos quais os entrevistados se posicionaram na questão 81, que procura comparar o trabalho atual com o anterior. Como nessa questão as opções são ‘muito pior’, ‘pior’, ‘igual’, ‘melhor’ e ‘muito melhor’, a tipificação foi realizada de modo a agrupar os motivos, independente de seu posicionamento. Portanto, ela só se faz compreensível quando cruzada com a questão 81;
- l) *Questão 87*: refere-se à remuneração dos entrevistados que possuem outro trabalho, paralelo à atividade informal. Há casos em que a pessoa entrevistada se negou a responder e, para diferenciá-los daqueles que concordaram em declarar renda, foi lhes atribuído o valor 0 (zero), que significa a não-declaração da renda.